



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
– 3^a REGIÃO FISCAL - SRRF 03

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
- 3^a REGIÃO FISCAL - SRRF 03

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

Fortaleza, março/2014

LISTA DE ABREVIASÕES E SIGLAS

- ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADM – Administrativos
AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
ÁGUA – Ajuste Guias de Recolhimento
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
AMMA – Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASESP – Assessoria Especial
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior do MDIC
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CEF – Caixa Econômica Federal
CEI – Cadastro Específico do INSS
CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
CF – Constituição Federal
CFD – Cobertura da Fiscalização PJ Diferenciada
CFPF – Cobertura da Fiscalização de Pessoa Física
CPPJ – Cobertura da Fiscalização de Tributos Internos Sobre os PJ
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND – Certidão Negativa de Débito
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
COCIF – Coordenação–Geral de Cooperação e Integração Fiscal
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise

COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
CONPROVI – Controle de Procedimentos Vinculados
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEA – Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
CORIN – Coordenação–Geral de Relações Internacionais
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CPMF – Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CPSSS – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CZPE – Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DASN – Declaração Anual do Simples Nacional
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DAU – Dívida Ativa da União
DCG – Débito Confessado em GFIP
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DERAT – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária
DEINF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DEMAC – Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIANA – Divisão de Administração Aduaneira
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIPRO – Divisão de Programação e Logística
DIRAC – Divisão de Arrecadação e cobrança
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DISIT – Divisão de Tributação
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DL – Decreto Lei
DMED – Declaração de Serviços Médicos e de Saúde
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
e-CAC – Receita Federal – Centro Virtual de Atendimento
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EDIFICA – Sistema Gerencial de Controle de Bens Imóveis Utilizados pelo MF
Eqmac/Grande – Equipe de Maiores Contribuintes
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHAB – Ficha de Habilitação
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FCO – Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Centro-Oeste
FNE – Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNDAF – Fundo de Administração Financeira
FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
GABIN – Gabinete
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GED – Gestão Eletrônica de Documentos
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social
GMF – Gabinete do Ministro da Fazenda
GPS – Guia da Previdência Social
GRA – Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP – Autoridade Certificadora integrante da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDR – Índice de Demanda Reprimida
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IP – Intimação para Pagamento
IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Rural
LDCG – Lançamento de Débito Confessado em GFIP
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCT – Programa de Integração do Macroprocesso do Crédito Tributário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF – Ministério da Fazenda
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PAIT – Planos de Poupança e Investimento
PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PDTA – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Avançado
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PER/DCOMP – Pedido de Restituição e Compensação
PF – Pessoa Física
PFN – Procuradoria da Fazenda Nacional
PGDAS – Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PIS – Programa de Integração Social
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMC/IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
PPA – Plano Plurianual
PROCAD – Programa de Capacitação e Desenvolvimento
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSI – Política de Segurança da Informação
PSE – Pessoal SERPRO
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAE-N – Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais
RAE-R – Reuniões de Avaliação Estratégica Regionais
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RAP – Reuniões de Avaliação de Projetos
RECAP – Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras
REPORTO – Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária
RF – Região Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento dos Contribuintes
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SAMF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda
SAPAC – Seção de Programação, Avaliação e Controle de Atividade Fiscal
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do MDIC
SCC – Sistema de Controle de Crédito Tributário
SCORPIOS – Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros
SEMAC – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICOB – Sistema de Controle da Produção de Bebida
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIEF – Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerais e de Planejamento
SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAM – Sistema de Informações Ambientais Integrado à Saúde Ambiental
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SISCOL – Sistema de Cadastramento On Line
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior

SisoBraGer – Sistema de Gerenciamento de Obras
SOAP – Empregados do SERPRO
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRP – Secretaria da Receita Previdenciária
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TAXI – Transporte Autônomo de Passageiros
TCU – Tribunal de Contas da União
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação
TCJ – Termo de Conciliação Judicial
TME – Tempo Médio de Espera do Atendimento
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPAG – Unidade Pagadora
WEB – Rede de alcance mundial
WORKFLOW – Inglês “Fluxo de Trabalho”
ZS – Zona Secundária

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 175/2013)

| <u>Título</u> | <u>Página</u> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Quadro 1 - Identificação da UJ | 30 |
| Quadro 2 - Ações..... | 137 |
| Quadro 3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ..... | 169 |
| Quadro 4 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa | 172 |
| Quadro 5 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação..... | 172 |
| Quadro 6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação..... | 173 |
| Quadro 7 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores..... | 175 |
| Quadro 8 - Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)..... | 178 |
| Quadro 9 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador..... | 178 |
| Quadro 10 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)..... | 179 |
| Quadro 11 - Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12..... | 183 |
| Quadro 12 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ | 184 |
| Quadro 13 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ | 188 |
| Quadro 14 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária..... | 189 |
| Quadro 15 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade..... | 189 |
| Quadro 16 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores | 191 |
| Quadro 17 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU..... | 192 |
| Quadro 18 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU..... | 193 |
| Quadro 19 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac..... | 193 |
| Quadro 20 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância | 200 |
| Quadro 21 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra..... | 204 |
| Quadro 22 - Composição do Quadro de Estagiários..... | 214 |
| Quadro 23 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..... | 219 |
| Quadro 24 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, | |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Exceto Imóvel Funcional..... | 220 |
| Quadro 25 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros..... | 222 |
| Quadro 26 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis..... | 228 |
| Quadro 27 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água..... | 231 |
| Quadro 28 - Demonstrativo, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR | 234 |

Declarações

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada..... | 249 |
| Declaração do SIASG e SICONV..... | 251 |

SUMÁRIO

| <u>Título</u> | <u>Página</u> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Introdução..... | 11 |
| <u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013</u> | |
| 1 - Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório | |
| 1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada..... | 30 |
| 1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada..... | 31 |
| 1.3 - Organograma Funcional | 41 |
| 1.4 - Macroprocessos Finalísticos..... | 50 |
| 1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada..... | 77 |
| 1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade..... | 110 |
| 2 - Planejamento e Resultados Alcançados | |
| 2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada..... | 114 |
| 2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados | 137 |
| 2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão..... | 138 |
| 3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão | |
| 3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos | 169 |
| 4 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira | |
| 4.1 - Execução das Despesas..... | 172 |
| 4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | 175 |
| 4.3 - Suprimentos de Fundos | 178 |
| 5 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados | |
| 5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade..... | 183 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários..... | 200 |
| 6 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário | |
| 6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e de Terceiros..... | 216 |
| 6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade | 219 |
| 6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros..... | 222 |
| 7 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental | |
| 7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras..... | 228 |
| 7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água | 231 |
| 8 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas | |
| 8.1 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93..... | 234 |
| 8.2 - Alimentação SIASG e SICONV | 235 |
| 9 - Relacionamento com a Sociedade | |
| 9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas..... | 237 |
| 10 - Informações Contábeis | |
| 10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público..... | 244 |
| 10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis..... | 249 |

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

| 2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.2 | Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados |
| Quadro A 2.2.1 | Programa Temático |
| Quadro A 2.2.2 | Objetivo |
| Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Programas Temáticos, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicam à realidade da UJ. | |
| Quadro A 2.2.3.2 | Ação/Subtítulos |
| Quadro A 2.2.3.3 | Ações Não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar Não Processados |
| Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui informações sobre os Quadros acima porque não gerenciou nenhuma ação desdobrável em subtítulo e nem ação não prevista na LOA 2013. | |
| Quadro A 2.2.3.4 | Ações do Orçamento de Investimento |
| Justificativa: A UJ não faz parte do Orçamento de Investimento - OI e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS. | |
| 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO | |
| 3.1 | Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle. |
| Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da | |

RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplicar à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

| | |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3.4 | Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão. |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

| | |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3.5 | Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão. |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

| | |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3.6 | Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos. |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referente a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão central da RFB.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

| | |
|------------|------------------------------|
| 4.1 | Execução das Despesas |
|------------|------------------------------|

| | |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Quadro A 4.1.1 | Programação de Despesas |
| Quadro A 4.1.2.2 | Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa |
| Quadro A 4.1.3.1 | Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total |
| Quadro A 4.1.3.2 | Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ |
| Quadro A 4.1.3.3 | Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total |
| Quadro A 4.1.3.4 | Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ |

Justificativa: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB possui somente uma Unidade Orçamentária - UO (170010 - Órgão Central RFB) e conforme informações da Portaria TCU nº175/2013, somente UJ que for UO deve preencher os quadros citados acima. As informações dos quadros serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central.

| | |
|------------|-----------------------------|
| 4.5 | Suprimento de Fundos |
|------------|-----------------------------|

| | |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Quadro A 4.5.2 | Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”) |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|

Justificativa: A modalidade de Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4.6 | Renúncias de Receitas |
| Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central | |
| 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS | |
| 5.1.4 | Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas |
| Quadro A 5.1.4.1 | Composição do Quadro de Servidores Inativos |
| Quadro A 5.1.4.2 | Instituidores de Pensão |
| Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013. | |
| 5.1.5 | Cadastramento no Sisac |
| 5.1.5.4 | Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico |
| Quadro A 5.1.5.4 | Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico |
| Justificativa: Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento deste quadro | |
| 5.1.6 | Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos |
| Justificativa: Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são: | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal. • Entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos. • São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação. | |
| 5.1.7 | Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos |
| Justificativa: em 2013 não foram detectados casos de acumulação indevida. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90". | |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5.2.1 | Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão |
| Quadro 5.2.1 | Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada |
| Quadro 5.2.2 | Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados |
| Justificativa: A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria fiscal. | |
| 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO | |
| Quadro A 7.1 | Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada |
| Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central. | |
| 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS | |
| 9.3 | Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna |
| Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB. | |
| 10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE | |
| 10.2 | Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade |
| 10.3 | Demonstração dos Resultados de eventuais Pesquisas de Opinião Realizadas nos Três Últimos Anos |
| Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços da unidade e os resultados de eventuais pesquisas de opinião realizadas nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB. | |
| 11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO | |
| Justificativa: Não há outras informações relevantes a prestar no RG. | |

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)

Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APPLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS QUE NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Justificativa: Não houve no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Unidade Jurisdicionada.

4.4 Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A 4.4.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A 4.4.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A 4.4.3 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A 4.4.4 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Justificativa: Esta UJ e Ugs relacionadas não participaram de nenhum dos instrumentos formais de parceria em que houvesse transferência de recursos públicos entre os entes.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Quadro A 9.1.1 | Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício |
| Justificativa: Não houve recomendações emitidas pelo TCU pendentes de atendimento, ou atendidas, no ano de 2013. | |
| 9.1.2 | Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício |
| Quadro A 9.1.2 | Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício |
| Justificativa: Não houve recomendações emitidas pelo TCU pendentes de atendimento, ou atendidas, no ano de 2013 | |
| 9.2 | Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula |
| Justificativa: Não houve recomendações emitidas pelo Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento, ou atendidas, no ano de 2013. | |
| 9.5 | Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário |
| Justificativa: Não foram instauradas tomadas de contas especiais na UJ durante o exercício de 2013. | |

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APPLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99 |
| Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do <i>caput</i> do art. 5º desta decisão normativa. |
| Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013. |

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2013

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03, Unidade Descentralizada Regional da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, é responsável por 2,29% da arrecadação nacional, possui aproximadamente 1.200 servidores e é constituída por 11 unidades administrativas, com atuação nos territórios dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, nas áreas de administração tributária (tributos internos e contribuições previdenciárias) e aduaneira.

A meta estabelecida para o principal Indicador da atividade de arrecadação no ano de 2013 (Índice de realização da meta global de arrecadação) pode ser considerada realizada (97,7% da arrecadação prevista foi convertida em arrecadação efetiva), havendo um pequeno decréscimo da participação regional na arrecadação nacional (de 2,35% em 2012 para 2,29% em 2013).

A meta fixada para o principal Indicador da atividade de fiscalização no ano de 2013

(Indicador global da fiscalização) foi alcançada, obtendo-se um percentual de 103,1% de realização. Estes e os demais Indicadores de desempenho da UJ estão expostos e analisados em item próprio do presente Relatório.

A seguir são destacadas algumas das principais realizações da UJ em 2013:

- continuação da implantação do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBE) nos maiores fabricantes de bebidas da 3ª Região Fiscal. O SICOBE faz a contagem automática das unidades envasadas, reduzindo a sonegação no setor e dispensando o uso de selos de controle, o que tem propiciado uma significativa redução na quantidade de selos utilizados (superior a 90%);

- continuação do Projeto Presença Fiscal - 2013, envolvendo as fases de distribuição e execução dos procedimentos fiscais. Os bons resultados da metodologia utilizada em 2012 para seleção e fiscalização célere de empresas de pequeno porte estimularam a repetição dessa operação em 2013, com um total de 63 procedimentos fiscais concluídos e R\$ 78.221.781,13 de crédito tributário constituído;

- continuação do Projeto Qualidade da Ação Fiscal, envolvendo as fases de extração de dados relativos às ações fiscais concluídas, aos julgamentos realizados desde 2011 e construção de uma base de dados que será utilizada para comunicar, ao AFRFB e supervisor, o resultado dos julgamentos proferidos, bem como para realizar o controle estatístico da aderência do crédito tributário lançado de ofício e de suas principais causas de exoneração;

- início da reestruturação das atividades de revisão de ofício de lançamentos tributários na 3ª Região Fiscal, que tem por objetivo a implantação de uma nova estrutura para as equipes responsáveis pela revisão de ofício de créditos tributários (tempestiva e intempestiva), de maneira a proporcionar a elevação da produtividade e da qualidade do trabalho nessa atividade. Nesse primeiro momento foi realizada a classificação dos processos em estoque por assunto e a elaboração de modelos de despachos decisórios;

- após o primeiro ano de centralização, na Alfândega de Fortaleza, da fiscalização aduaneira de zona secundária de todas as unidades da 3ª Região Fiscal (ALF/Aeroporto Internacional Pinto Martins, ALF/Porto do Pecém, ALF/São Luís, DRF/Teresina, além da própria ALF/Fortaleza), foram obtidos excelentes resultados em decorrência da otimização da utilização dos recursos humanos. Com relação ao Índice global da fiscalização aduaneira, atingiu-se o percentual de 100,6%. Contribuiu sobremaneira para o alcance da meta estabelecida o Indicador de crédito tributário aduaneiro, cujo percentual de acréscimo em relação ao ano anterior foi de 357,8%. Superou-se o montante lançado em 2012 em mais de R\$ 150.000.000,00;

- instituição, por intermédio da Portaria SRRF03 nº 608/2013, do Grupo de Procedimentos Especiais Aduaneiros (GPEA). Tal grupo tem como finalidade investigar operações de importação ou de exportação de bens ou de mercadorias sobre as quais recaia suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento, independentemente de ter sido iniciado o despacho aduaneiro ou de que este tenha sido concluído. Durante o ano de 2013 foram selecionadas 20 (vinte) empresas para auditoria, havendo sido encerrados 13 (treze) procedimentos, resultando em perdimento de mercadorias no valor de R\$ 4.895.972,74 e multas no valor de R\$ 437.809,44. Além das autuações realizadas pelo GPEA, 10 (dez) empresas recorreram, durante as fiscalizações, ao Poder Judiciário, com o intuito de liberação das mercadorias e/ou o encerramento das fiscalizações em curso. Contudo, somente 3 (três) conseguiram a liberação das mercadorias e, ainda assim, mediante prestação de garantia de 100% sobre o valor aduaneiro até que se tenha o trânsito em julgado da ação judicial;

- após a criação da Comissão de Gestão Regional (CGR) e das Comissões Locais de Operação, no âmbito da 3ª RF, para tratar dos grandes eventos (Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014), detectou-se a necessidade de realização de treinamentos com a finalidade de capacitar os servidores da RFB para o enfretamento das situações inerentes a eventos desse porte. Para dar conta desse demanda, foram realizados os seguintes cursos na 3ª Região Fiscal:

| TÍTULO | PERÍODO | LOCAL | Nº DE TREINANDOS | CARGA HORÁRIA |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------|-----------|------------------|---------------|
| Legislação de Bagagem | 04 a 06/02/2013 | São Luis | 16 | 20 |
| Legislação de Bagagem | 06 a 08/02/2013 e 20 a 22/02/2013 | Fortaleza | 30 | 20 |
| Legislação de Despacho para os grandes eventos | 20/03/2013 | Fortaleza | 16 | 8 |
| Cursos de Inglês Intensivo I e II | 18/03 a 31/05/2013 | Fortaleza | 23 | 80 |
| Cursos de Inglês Básico e Intermediário | 18/03 a 03/07/2013 | Fortaleza | 11 | 60 |
| Técnicas de Entrevista | 21 a 24/05/2013 | Fortaleza | 24 | 21 |
| Encontro Preparatório para a Copa das Confederações | 29/04/2013 | Fortaleza | 9 | 8 |
| Treinamento Prático de Fiscalização de Bagagens | 18/02 a 19/04/2013 | Fortaleza | 30 | 40 |
| Técnicas Práticas de Bagagem | 06 a 07/05/2013 | Fortaleza | 6 | 32 |
| Curso de Inglês Instrumental Básico | 01/04 a 27/05/2013 | São Luis | 13 | 60 |

- implantação de infraestrutura lógica/elétrica/mobiliário nas instalações do Terminal de Aviação Geral - TAG do Aeroporto Internacional Pinto Martins para atendimento à aviação executiva em decorrência da Copa das Confederações e da Copa do Mundo;

- conclusão da instalação da infraestrutura do *scanner* no pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Pinto Martins, para realização de vistoria e seleção de bagagens previamente à sua restituição aos passageiros pelas companhias aéreas;

- implantação da infraestrutura necessária à nova metodologia de cobrança de impostos devidos por viajantes procedentes do exterior, decorrente da instituição da e-DBV (Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes). Foram instaladas 2 (duas) cabines com estações de trabalho (computador/impressora) para os viajantes, com acesso exclusivo ao *link* do sistema, e uma estação de trabalho para a fiscalização/registo das e-DBV recebidas no desembarque internacional do Aeroporto Internacional Pinto Martins;

- confecção e distribuição de *folders* com orientações ao viajante internacional sobre a nova legislação de bagagem e a sistemática da Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes – e-DBV no embarque internacional do Aeroporto Internacional Pinto Martins;

- participação na operação “Telhado de Vidro”, realizada em cooperação com a Divisão de Operações Aéreas – DIOAR da RFB (uso de helicóptero), que visou à regularização da contribuição previdenciária incidente sobre os imóveis construídos na região metropolitana de Fortaleza nos últimos cinco anos, a identificação de imóveis de luxo de propriedade de contribuintes que não declararam rendimentos compatíveis com os gastos realizados nesses imóveis, e também a seleção de

dados para a fiscalização de incorporadoras imobiliárias;

- alfandegamento da Zona de Processamento de Exportações do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará (ADE SRRF 3^aRF Nº 2, de 15 de março de 2013). A ZPE do Pecém, primeira Zona de Processamento de Exportações a operar no Brasil, abrigará inicialmente a Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, que tem como sócias as empresas sul-coreanas Dongkuk Steel e Posco e a brasileira Vale S/A, com investimentos da ordem de US\$ 8 bilhões. A planta industrial da CSP está em construção e as máquinas e equipamentos que a constituirão são os primeiros bens ingressados em território nacional sob o regime legal de ZPE (com suspensão de todos os tributos incidentes na sua importação). Relacionada, ainda, ao projeto da siderúrgica, será instalada a empresa Vale Pecém S/A, responsável pela implantação e operação de pátio para recebimento, estocagem, movimentação, blendagem e comercialização de minério de ferro e pelotas. A exemplo da CSP, os bens importados para a construção da planta industrial dessa empresa também serão controlados segundo o regime legal de ZPE;

- autorização para início de operação das empresas CSP (ADE ALF PCE Nº 2, de 27 de agosto de 2013) e Vale Pecém S.A. (ADE ALF PCE Nº 3, de 24 de setembro de 2013), ambas instaladas na ZPE de Pecém;

- participação na Operação FRONTEIRA MARÍTIMA III, deflagrada no Maranhão com a participação da Marinha do Brasil, do Departamento de Polícia Federal - DPF, da Receita Federal do Brasil – RFB e do IBAMA, no período de 27/04/2013 a 03/05/2013, com objetivo de coordenação e execução de ações integradas destinadas à prevenção e repressão a ilícitos penais no litoral do Estado do Maranhão;

- realização de sessenta operações de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior na 3^a Região Fiscal, que redundaram na apreensão de veículos e mercadorias no valor aproximado de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

- melhoria do parque de Tecnologia da Informação da Alfândega de São Luis/MA, com a aquisição de 1 *nobreak* de 30KVa, 2 *nobreaks* de 1.2 KVa, 4 impressoras *laser* de rede, além de 3 televisores LED;

- alfandegamento de parte das instalações portuárias que integram o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, denominado Píer IV, da empresa VALE S/A, localizado em São Luís/MA;

- conclusão do Projeto Estratégico Regional para Construção de Modelo de Autoatendimento Orientado nas Unidades da 3^a RF, culminando com a edição da Ordem de Serviço SRRF03 Nº 2, de 12/03/2013, que dispõe sobre a utilização do Modelo de Autoatendimento pelas unidades da Região. O modelo padronizou procedimentos de trabalho e de gestão de recursos humanos, tecnológicos e materiais, necessários a que sejam oferecidas aos contribuintes orientações para a satisfação de suas demandas, autonomamente, quando possível, por meio da utilização do canal eletrônico. Este modelo regional acabou sendo adotado pela Coordenação Geral de Atendimento e Educação Fiscal – COAEF, tendo sido aprovado, em julho/2013, como um modelo operacional de abrangência nacional. Ao final de 2013, metade das unidades de atendimento da 3^a RF, inclusive todos os Centros de Atendimento ao Contribuinte - CAC, já estavam operando com o Autoatendimento, tendo sido prestadas 103.692 orientações, de acordo com os registros do Sistema SAGA;

- reforma do Espaço de Triagem do Centro de Atendimento do Contribuinte – CAC e do Autoatendimento Orientado da DRF/Fortaleza, com a modernização das instalações para o acolhimento do contribuinte e para a execução de serviços sem a necessidade de agendamento, por meio do autoatendimento orientado;

- padronização da Estrutura Física de Atendimento em seis agências da DRF/Fortaleza, mediante montagem de guichês, balcões e sinalização, uniformizando-se a funcionalidade e o aspecto visual das áreas de atendimento ao contribuinte;

- negociações bem-sucedidas que redundaram na publicação, pelos Municípios de Baturité e Horizonte, de Leis para doação de terrenos para a construção das respectivas agências-modelo;

- Projeto de Oficinas de Gestão - Implantação bem-sucedida, na DRF/Fortaleza, do projeto de Oficinas de Gestão, visando à divulgação e ao alinhamento estratégico organizacional, bem assim ao estímulo à participação dos servidores na melhoria de processos, na construção de projetos, e no estabelecimento de pactos efetivos de trabalho;

- consolidação do Fórum da Administração Tributária Federal no Ceará, com o propósito de fomentar a integração entre a Administração Tributária Federal e as instituições representativas dos contribuintes e dos profissionais que atuam na área tributária, tendo sido realizadas 04 reuniões do Fórum em 2013, que ensejaram o atendimento de várias demandas apresentadas pelos participantes;

- capacitação dos componentes das Equipes de Acompanhamento dos Contribuintes Diferenciados no tocante aos seguintes temas do extrator de dados *Data Warehouse - DW*: Arrecadação, DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais e Macro Projeto de Integração, com o objetivo de dar conhecimento, aos participantes das equipes, de ferramentas que podem ser utilizadas tanto no acompanhamento do seu trabalho como no incremento da qualidade das análises das quedas de arrecadação e de distorções potenciais dos maiores contribuintes da Região Fiscal;

- realização de diversos procedimentos licitatórios para melhor adequação da estrutura de imóveis das Unidades da RFB na 3^a Região Fiscal, dentre os quais podemos destacar:

a) readequação das instalações elétricas e lógicas do 2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Ceará;

b) 2^a Etapa da recuperação da estrutura de concreto do Depósito de Mercadorias Apreendidas da Alfândega da RFB no Porto de Fortaleza;

c) contratação de projetos para adaptação de Anteprojeto das Agências Modelo da RFB nas cidades de Caucaia/CE, Santa Inês/MA e Caxias/MA, cujo padrão definido pela Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol/RFB foi adaptado às características locais de cada um dos imóveis;

d) continuação de aquisições de mobiliários e equipamentos de TI para reaparelhamento de todas as Unidades Gestoras da 3^a Região Fiscal;

- conclusão da reforma das Salas de Treinamento da DRF/Teresina, dotando-as de novo mobiliário, projetor, quadro digital e equipamento de videoconferência;

- conclusão dos processos licitatórios de várias reformas/construções na DRF/Teresina e suas agências, cuja contratação acabou obstada por conta da edição da Portaria MPOG 268/2013, que suspendeu as contratações de reformas em 2013: reforma/ampliação da ARF/Piripiri, reforma do CAC – Centro de Atendimento do Contribuinte, reforma do edifício-sede da DRF/Teresina;

Planejamento da SRRF03

Encontram-se/encontravam-se em curso na Superintendência Regional da Receita Federal do

Brasil – 3^a RF, durante o ano de 2013, as Ações abaixo destacadas, que compõem a carteira regional de projetos estratégicos, elaborados com utilização da **Metodologia de Gerenciamento de Projetos da COPAV – Coordenação Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional**.

1. Base Regional de dados Externos para Seleção de Contribuintes para Fiscalização

Consiste na implantação de uma infraestrutura de *hardware* e *software* que disponibilize consultas especializadas de dados de contribuintes (Notas Fiscais e Empenhos), obtidos de fontes externas, para subsidiar as atividades das equipes de seleção, programação e execução de ações fiscais da 3^a Região Fiscal da RFB.

Esse projeto foi iniciado em 2011 e continua em fase de construção de uma estrutura tecnológica adequada para extração dos dados.

2. Centro de Cães de Faro

Aquisição e treinamento de cães de faro para o combate ao tráfico internacional de drogas e valores, bem como implantação da logística necessária ao funcionamento do Centro de Cães de Faro RFB de Fortaleza - CCF K9 RFB/For. Projeto iniciado em 2011.

Início das atividades do Centro de Cães de Faro em 2013, com a realização de operações conjuntas com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal em transportadoras, Correios e no Aeroporto Internacional Pinto Martins. Projeto concluído em 2013.

3. Coordenação Regional de Licitações e Contratos

Preparação de minutas-padrão de Editais e Contratos para utilização pelas Unidades Jurisdicionadas da 3^a RF, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica dos procedimentos licitatórios e ensejar a otimização de recursos humanos e materiais. O fim perseguido pelo projeto é a realização de melhores aquisições de materiais e serviços no âmbito da 3^a Região Fiscal.

Este Projeto esteve suspenso em 2012, devido a algumas alterações no seu escopo, sendo retomado no final daquele ano. Em 2013 o projeto foi concluído, mediante a publicação da Ordem de Serviço SRRF03 nº 6, de 27/11/2013, que estabelece procedimentos de licitação de forma coordenada no âmbito da SRRF03.

4. Equipe de Obras e Engenharia

Continuação da implantação da Equipe de Obras e Engenharia para dar suporte técnico nas contratações que demandem conhecimento na área de engenharia no âmbito da 3^a Região Fiscal. No ano de 2013 foi acrescentado ao quadro da Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG03 da SRRF03, um Analista Tributário com formação em Engenharia Elétrica e uma estagiária de Arquitetura. No ano de 2014, a equipe está sendo reforçada com outras duas servidoras Analistas Tributárias com formação em Arquitetura, sendo uma lotada na Saeng03 e outra na Seção de Programação e Logística da DRF/Teresina.

5. Elaboração de Projetos de Readequação da Infraestrutura de Redes

Consiste na elaboração de Projetos Básicos de readequação e modernização da infraestrutura de rede das Unidades da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal. Este Projeto esteve suspenso em 2012 e 2013. Em 2014, será feita licitação para elaboração de projeto em nível regional. Esse projeto visa atender à demanda das Delegacias da 3^a RF no intuito de adequar suas instalações elétricas e lógicas ao modelo adotado por normas técnicas da Cotec – Coordenação-Geral de

Tecnologia da Informação. O cabeamento estruturado será todo elevado de categoria 5 para categoria 6, promovendo velocidade e segurança na transmissão de dados e informações da 3^a RF.

6. Projeto Modernização das Instalações da Fiscalização Aduaneira no terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

Implementação de medidas com o fim de proporcionar a otimização da seleção de bagagens a serem fiscalizadas, a privacidade nas verificações aduaneiras e a segurança dos procedimentos fiscais realizados no Aeroporto Internacional Pinto Martins: a instalação de *scanner* no pátio de aeronaves; a aquisição de circuito interno de TV, com captura e armazenamento de imagens e sons das cabines individuais e de toda a área de fiscalização de bagagens; e a aquisição de sistema de marcação e detecção eletrônica de bagagens selecionadas previamente.

Projeto iniciado em 2012 e concluído em 2013 com a finalização da instalação das câmeras e do *scanner* de bagagem no pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Pinto Martins, para realização de vistoria e seleção de bagagens previamente à sua restituição aos passageiros pelas companhias aéreas.

7. Controle da Situação Fiscal dos Municípios

Projeto conduzido pela DRF/Teresina. Consiste no desenvolvimento de sistema que permita o conhecimento consolidado da situação fiscal dos entes Públicos Municipais. Está em fase de conclusão, faltando apenas a formatação final e a sua divulgação junto aos setores envolvidos.

8. Espaço do Contribuinte

Implantação, nos Centros de Atendimento ao Contribuinte, do “Espaço do Contribuinte”, área destinada à prestação de serviços de educação fiscal (tributária) e auto-atendimento, orientado por servidores, que facilite aos contribuintes a obtenção de seus serviços por meio do Centro de Atendimento ao Contribuinte Eletrônico - e-CAC, como medida para gerar um salto qualitativo nos Centros de Atendimento.

Piloto implantado na DRF/Teresina, com ótimos resultados. O modelo foi disponibilizado e estendido às demais unidades da 3^a RF, bem como albergado pela Coaef – Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal como projeto nacional. Projeto concluído em 2013.

9. Gestão de Mercadorias Apreendidas

Elaborar e executar medidas necessárias à otimização da gestão das mercadorias apreendidas no âmbito da 3^a RF.

Este projeto se encontra em fase de elaboração dos roteiros de procedimentos para as diversas etapas em que foi dividido: apreensão de mercadorias, julgamento de processos, gestão do depósito de mercadorias apreendidas e destinação de mercadorias.

10. Melhoria da Qualidade das Ações Fiscais

Continuação do Projeto Qualidade da Ação Fiscal, com a construção da base de dados que será utilizada para comunicar, ao AFRFB e supervisor, o resultado dos julgamentos proferidos, bem como para realizar o controle estatístico da aderência do crédito tributário lançado de ofício e de suas

principais causas de exoneração.

11. Melhoria da Qualidade da Seleção de Contribuintes

Desenvolvimento e implantação de metodologia para o acompanhamento e avaliação das ações fiscais encerradas sem resultado ou com lançamentos de pequeno valor, no âmbito da 3ª Região Fiscal. Projeto temporariamente sobrestado.

Foram aprovados, para implementação a partir de 2014, os seguintes projetos estratégicos, que se somarão àqueles acima descritos, na composição da carteira de projetos da 3ª Região Fiscal:

12. Disseminação da estratégia da RFB na 3ª RF

Realizar eventos de capacitação e de disseminação da estratégia da RFB, de modo a otimizar o alinhamento do conjunto de servidores da Região Fiscal aos objetivos estratégicos da organização.

13. Procedimentos para Arrolamento de Bens e Direitos e para Propostas de Medidas Cautelares na 3ª Região Fiscal

Elaborar Ordem de Serviço que especifique o fluxo de trabalho, com a priorização das propostas de ações fiscais. Implantar roteiro de trabalho para arrolamentos de bens e direitos e para a propositura de medida cautelar fiscal.

14. Comunidade Regional de Elaboração e Disseminação de Scripts do ContÁgil – Credisco

Criar a Comunidade Regional de Elaboração e Disseminação de *Scripts* do sistema ContÁgil (Credisco) com as seguintes atribuições: identificar rotinas passíveis de automatização via *scripts*; realizar oficinas de elaboração de *scripts*; estimular o intercâmbio de informação entre os participantes do grupo; divulgar *scripts* (nacionais e regionais) de maior utilidade para região.

15. Gestão Corporativa e Alinhamento Estratégico – Oficinas de Gestão

Implantar uma metodologia de gestão corporativa que simultaneamente sirva para: divulgar e discutir os principais conceitos da estratégia organizacional, as escolhas estratégicas da RFB, os objetivos estratégicos (seus indicadores e metas) e sua vinculação com as atividades e projetos desenvolvidos na DRF/Fortaleza; estimular a criatividade e a inovação: idéias quanto a projetos e redesenho de processos, de modo a permitir o engajamento criativo, afetivo e efetivo das pessoas na estratégia nos níveis local, regional e nacional; fortalecer a participação na Gestão da DRF.

16. Manualização da Gestão de Contratos

Criar um manual de procedimentos para orientar os servidores da área de logística na execução das rotinas inerentes aos processos de gestão de contratos.

17. Reestruturação das atividades de revisão de ofício na 3ª Região Fiscal

Implantar uma nova estrutura para as equipes responsáveis pela revisão de ofício de créditos tributários (tempestiva e intempestiva), de maneira a proporcionar a elevação da produtividade e da qualidade do trabalho nessa atividade.

18. Monitoramento de contribuintes detentores de incentivos fiscais de redução do IRPJ

Criar metodologia de acompanhamento das empresas com incentivos fiscais de redução do IRPJ.

19. Modelo de Gerenciamento de Contribuintes Estratégicos

Otimizar as atividades de acompanhamento de contribuintes estratégicos (diferenciados / órgãos públicos) da DRF Fortaleza, unificando os trabalhos realizados pela Equipe de Maiores Contribuintes – EQMAC e o Grupo Técnico dos órgãos Públicos – GTOP, agregando outras atividades relacionadas.

20. Manual de Gerenciamento do Atendimento

Producir um manual que consolide as principais ações a serem observadas pelo gerente de atendimento na condução da equipe e no controle da fila de espera, de modo a oferecer um serviço de qualidade e que seja compatível com os indicadores estratégicos para a área.

21. Modelo de Unidade de Atendimento Único

Criar modelo de unidade de atendimento unificado, com oferta aos contribuintes de serviços sob a responsabilidade da RFB, da SEFAZ estadual e da SEFIN municipal, de modo a oferecer maior satisfação à sociedade.

22. Atendimento Exclusivo no CAC – Centro de Atendimento do Contribuinte

Implantar um conjunto de fluxos de trabalho, devidamente pactuados entre o CAC e os diversos Serviços em que está dividida a DRF/Fortaleza, de forma que o contribuinte seja atendido exclusivamente no CAC, e somente sua demanda circule pelos demais setores. Para isso o fluxo deve prever estimativa de resposta/solução ao Contribuinte, e os Serviços têm que estabelecer procedimentos especiais de atendimento a essas demandas.

23. Grupo Interorgânico do Crédito *Subjudice*

Formalização de um grupo de trabalho reunindo DRF/Fortaleza e PFN/CE – Procuradoria da Fazenda Nacional no Ceará para tratar as demandas de ambas as partes, concentrando toda a atividade sobre créditos tributários sujeitos a ações judiciais.

Outras Ações a serem implementadas em 2014:

- capacitação para novos integrantes das Equipes de Acompanhamento dos Contribuintes Diferenciados em temas como ContÁgil aplicado à atividade de acompanhamento; Sistema Público de Escrituração Digital – Sped Contábil, Fiscal e de Contribuições; auditoria de PIS e Cofins; e desoneração da folha de pagamento. Objetiva-se com essa formação conseguir incrementar os níveis de arrecadação dos contribuintes diferenciados da região;

- continuação da reestruturação física dos 3º e 4º andares do prédio sede do Ministério da Fazenda/CE, onde estão instaladas as Divisões vinculadas à Superintendência Regional da RFB na 3ª RF. Os projetos foram licitados em 2013 e as obras se iniciarão em 2014;

- licitação do projeto de acessibilidade e readequação de estrutura lógica e elétrica para as Unidades Administrativas da RFB na 3ªRF, especialmente para as unidades de atendimento ao público, em observância à exigência prevista em recentes decisões do TCU;

- reforma da Sede da DRF Imperatriz/MA;

- elaboração de estudos para implantação de um Núcleo de Operações Aéreas da DIOAR (Divisão de Operações Aéreas) na Região Nordeste (Base de Fortaleza) referente ao “Projeto de Estruturação e Ampliação da Atividade Aérea na RFB - DIOAR”. A criação deste Núcleo de Operações Aéreas, subordinado à DIOAR, ampliará a cobertura geográfica nas Regiões

Norte/Nordeste (posição geográfica privilegiada de Fortaleza, alcançando também o extremo Leste da Região Norte, permitindo deslocamentos para atuações mais freqüentes desde o Estado da Bahia até Belém, no Estado do Pará, cobrindo o litoral e o interior). Este núcleo otimizará o emprego de recursos públicos em pelo menos 04 (quatro) Regiões Fiscais (RF03, RF04, RF05 e parte da RF02) visando ao recolhimento espontâneo de tributos e contribuições, dissuasão e fortalecimento da imagem institucional da RFB;

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2013

Uma das principais dificuldades da SRRF03 em 2013 foi a execução do Plano de Engenharia.

O obstáculo fundamental para a execução das despesas previstas no Plano de Engenharia 2013, aprovado pelo Secretário da RFB através da Portaria nº 528/2013 e suas alterações, foi a suspensão da execução de iniciativas relativas a reforma dos imóveis das Unidades Administrativas, conforme art. 3º da Portaria nº 268/2013. Embora o normativo previsse a possibilidade de execução da iniciativa, desde que autorizada pelo MPOG, essas autorizações aconteceram de forma muito lenta, assim como algumas das iniciativas não chegaram a ser analisadas, o que inviabilizou a sua execução.

Outras ações foram dificultadas pelo exíguo quadro de servidores da 3ª Região Fiscal com conhecimento técnico para execução de iniciativas ligadas a obras e serviços de engenharia, tendo em vista que as Unidades não dispõem de servidores com formação adequada – apenas dois ATRFB e 01 estagiário de Arquitetura estão lotados na Sange/Dipol03, se desdobrando para atender a maior parte das demandas da Região Fiscal.

Para 2014, o quadro de servidores com conhecimento técnico conta com uma perspectiva de melhoria, uma vez que houve a remoção de 02 (duas) arquitetas para RF03, e há a expectativa de nomeação de outros dois servidores com formação em Engenharia para compor os quadros da Saeng03.

A UJ também teve dificuldades em atender as demandas que envolveram crédito orçamentário de custeio, especialmente na área de treinamento de servidores, tendo em vista que o contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal adiou a execução das iniciativas, e quando houve a liberação dos créditos, o tempo foi curto para a conclusão das iniciativas.

Alguns desafios a serem enfrentados em 2014

Alcance da meta de arrecadação - O financiamento dos gastos públicos da União depende dos recursos que são obtidos por meio da arrecadação tributária. Sendo essencial ao funcionamento do Estado, a atividade de arrecadação constitui-se numa das principais atribuições da RFB e várias ações que compõem os programas de trabalho da instituição estão voltadas para assegurar a manutenção dos níveis de arrecadação. Ao selecionar os contribuintes a serem fiscalizados, acompanhar segmentos econômicos, controlar o crédito tributário e o cumprimento de obrigações acessórias e realizar cobrança administrativa de forma eficaz, entre outras ações, a RFB busca atingir as metas de arrecadação. No entanto, fatores como variações no comportamento dos contribuintes, desempenho da economia, resultado dos indicadores econômicos, alterações no cenário internacional e mudanças na legislação tributária fazem com que o alcance da meta de arrecadação constitua um permanente desafio para a RFB.

Preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 – No maior evento esportivo do mundo, a SRRF03 será demandada não somente quanto à recepção de pessoas, mas também quanto ao desembarço de carga, cuja especificidade e quantidade exigirão pronto atendimento; relações comerciais e trabalhistas especiais vão ter impacto na área de tributos internos; soluções de consultas

deverão ser divulgadas com a velocidade condizente com a exigência da situação, e toda a logística das ações exigirá precisão e adequação à grandiosidade do evento. Para tanto, trâmites e processos precisam ser pensados, planejados e organizados de modo a ocorrerem sem impor atrasos desnecessários ou exigências incabíveis. Merecem especial destaque:

(a) a implementação da estrutura necessária para atendimento aos passageiros que desembarcarão no novo terminal de passageiros do Porto de Fortaleza, que será inaugurado em maio de 2014. O equipamento compreende um cais de atracação, uma retroárea e uma estação de passageiros com estacionamento e terminal de bagagens;

(b) além da infraestrutura já disponibilizada no Terminal de Aviação Geral – TAG por ocasião da Copa das Confederações serão necessárias melhorias também na Base Aérea de Fortaleza, tanto na parte física quanto na rede lógica e de comunicações, para a Copa do Mundo 2014 e para recepção dos Chefes de Estado na reunião dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). As seleções que aqui farão seus jogos e os Chefes de Estado deverão ser recepcionados nesta área remota do Aeroporto Internacional Pinto Martins, enquanto a aviação executiva será fiscalizada na área do TAG.

Preparação para a Reunião dos BRICS – Após a Copa do Mundo de 2014, Fortaleza será a sede da VI Cúpula dos BRICS, evento que reúne os líderes dos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Concomitantemente ao evento, acontece o Fórum dos CEO dos BRICS, encontro de executivos das principais empresas desses países, e a reunião dos ministros dos BRICS. Em decorrência, será necessário planejar antecipadamente ações com intuito de melhor atender aos participantes do evento, sobretudo as delegações oficiais, que apresentam singularidades diplomáticas e de segurança que exigem atendimento específico pouco usual em nossa Região Fiscal.

Execução do Plano de Engenharia – A exemplo do que vem acontecendo nos últimos anos na Receita Federal do Brasil, a instituição aprovou, através de Portaria nº 1.765, do Sr. Secretário da RFB, um rol de iniciativas na área de Engenharia, mediante reformas, reparos, obras, ou serviços de engenharia os mais diversos.

A 3^a Região Fiscal foi contemplada no referido Plano com uma reserva de crédito orçamentário no montante de R\$ 16.785.995,00 (Dezesseis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e novecentos e noventa e cinco reais), sendo R\$ 754.917,000 (setecentos e cinqüenta e quatro mil, novecentos e dezessete reais) relacionados a despesas de custeio, e R\$ 16.031.078,00 (dezesseis milhões, trinta e um mil reais e setenta e oito centavos) atribuídos a despesas de investimento.

Dos montantes disponibilizados para a 3^a Região Fiscal, a maior parte do Plano de Engenharia está concentrada na execução de obras relacionadas a Unidades Modelo, cujas Agências da RFB contempladas para 2014 são as ARF de Picos/PI, ARF/Baturité, ARF/Caucaia, ARF/Caxias e ARF/Santa Inês, no montante de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), cuja participação é de 33,36% no total previsto para as iniciativas da Região Fiscal.

Para execução de tal montante, esta Região Fiscal tem buscado incrementar seu quadro de servidores com conhecimento técnico na área de Engenharia. No ano de 2013 foi acrescentado ao quadro da Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG03 da SRRF03, um Analista Tributário com formação em Engenharia Elétrica e uma estagiária de Arquitetura. No ano de 2014, a equipe está sendo reforçada com outras duas servidoras Analistas Tributárias com formação em Arquitetura, sendo uma lotada na Saeng03 e outra na Seção de Programação e Logística da DRF/Teresina.

As Unidades Centrais da RFB têm disponibilizado vagas em cursos técnicos específicos na área de Engenharia, seja na Gestão e Fiscalização de contratos, seja na Elaboração de Editais e Licitações voltadas para área, ou análise de Planilhas Orçamentárias ligadas a obras e serviços de

engenharia.

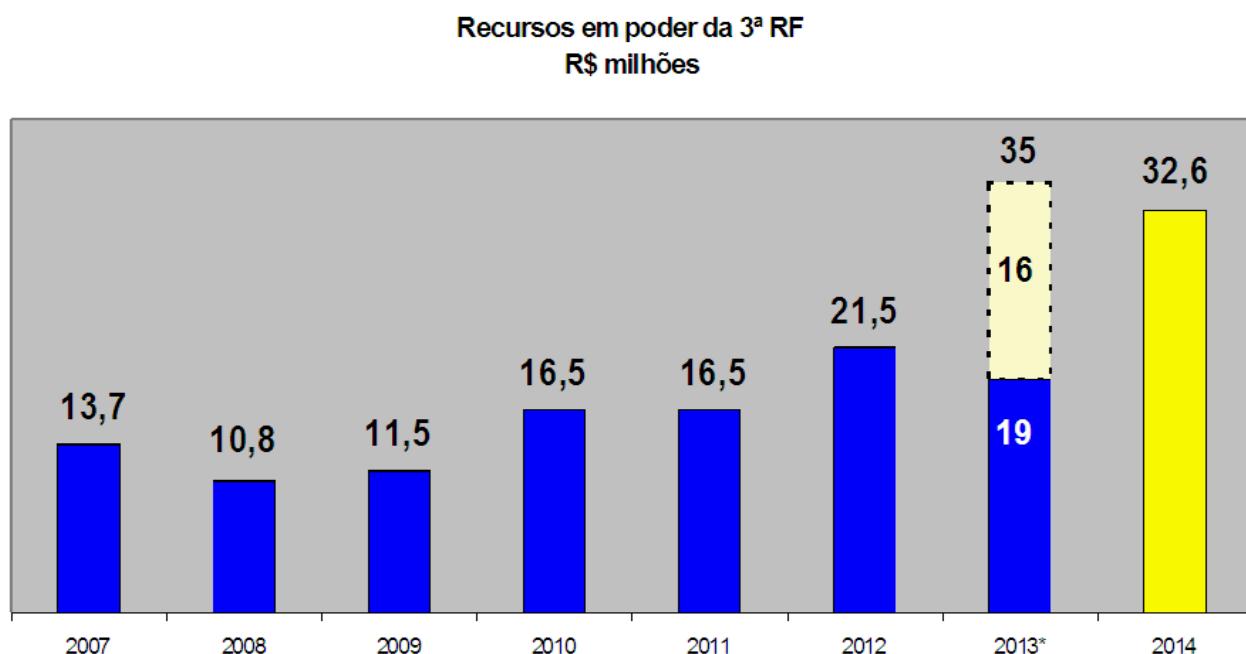
A grande inovação no Plano de Engenharia aprovado pelo Sr. Secretário é que o referido normativo contempla não apenas as iniciativas que estão previstas para 2014, mas ainda estabelece previsões orçamentárias para a execução das iniciativas voltadas para a área também em 2015. Essa providência possibilita à Região Fiscal ter uma visão mais integrada e um planejamento mais longo com relação às iniciativas que já foram priorizadas pelos Gestores Locais e Regionais e suas efetivas implementações.

Na verdade, o desafio está na execução do montante total das despesas de custeio e investimento previstas para a 3^a Região Fiscal no orçamento de 2014, e não apenas na execução das despesas inseridas no Plano de Engenharia 2014-2015.

Como se observa no gráfico abaixo, em 2014 a 3^a Região Fiscal precisará executar despesas orçamentárias de magnitude semelhante àquelas do orçamento de 2013 (cerca de R\$ 32,6 milhões).

Assim, reproduzir-se-á em 2014 o desafio enfrentado em 2013 e em relação ao qual a 3^a Região Fiscal não logrou pleno êxito, uma vez que conseguiu executar somente R\$ 19 milhões dos R\$ 35 milhões previstos.

Espera-se que os obstáculos encontrados em 2013 (mencionados em item anterior deste Relatório de Gestão) não se reproduzam em 2014, de modo que a UJ alcance um nível de execução orçamentária superior ao registrado naquele ano.



Ações de adequação da estrutura de imóveis das Unidades da RFB na 3^a Região Fiscal - Llicitação do projeto de acessibilidade e readequação de estrutura lógica e elétrica para as Unidades Administrativas da RFB na 3^aRF, especialmente para as unidades de atendimento ao público, em observância à exigência prevista em recentes decisões do TCU.

Simplificação do processo de registro de empresas - REDESIM – Norteado por uma diretriz estratégica nacional com o objetivo de desonerar o processo de registro empresarial, faz-se urgente uma preparação por parte dos três Estados que compõem a 3^a RF, para que implantem a nova sistemática prevista na Lei 11.592/2007, conhecida como REDESIM. Enquanto a RFB trabalha na

construção de um sistema Integrador Nacional, que fará a coleta nacional de dados e emissão do CNPJ, cabe aos Estados a produção de um sistema Integrador Estadual, que deverá alimentar o fluxo de troca de informações entre todos os órgãos estaduais e municipais envolvidos no registro e licenciamento de empresas. Mesmo enquanto não implementada a Redesim, a Coordenação Geral de Cadastros – COCAD vem recomendando que se efetivem com maior intensidade os convênios atualmente mantidos com as Juntas Comerciais para que os atos referentes ao CNPJ sejam realizados simultaneamente ao registro comercial. Nesse contexto, as Delegacias das capitais dos Estados da 3^a RF deverão manter estreita articulação com os demais entes estatais, estimulando a integração entre os parceiros e fornecendo as orientações necessárias ao processo naquilo que compete à RFB.

Redução de Litígios - A alteração do § 1º do art. 48 da Lei nº 9.430, de 1996, promovida pela Lei nº 12.788, de 2013, ensejou a edição da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, representando uma profunda mudança na sistemática de trabalho dos processos de consulta relativos à interpretação da legislação tributária, centralizando a competência decisória no âmbito da Coordenação Geral de Tributação em Brasília, mas, ao mesmo tempo, compartilhando as atividades com as 10 regiões fiscais, que permaneceram com a responsabilidade de elaborar os textos das decisões. A consolidação do novo modelo, que busca contribuir para a redução de litígios, conciliando uniformidade na interpretação das normas jurídicas com celeridade na resolução das dúvidas suscitadas pelos contribuintes, representa em 2014 um desafio para os órgãos envolvidos. O resultado esperado pela adoção da nova sistemática será avaliado por meio de indicador gerencial específico, de amplitude nacional, cujo êxito dependerá da efetiva contribuição das Superintendências Regionais.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

| Poder e Órgão de Vinculação | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Poder: Executivo | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda | | Código SIORG: 001929 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora | | |
| Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 3ª Região Fiscal - SRRF03 | | |
| Denominação Abreviada: SRRF03 | | |
| Código SIORG: 003150 | Código LOA: Não se aplica | Código SIAFI: 170040 |
| Situação: Ativa | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | CNPJ: 00.394.460/0078-20 |
| Principal Atividade: Administração Tributária | | |
| Telefones/Fax de contato: | (085) 3878 – 3400 | (085) 3878 - 3401 |
| Endereço Eletrônico: internetrb@receita.fazenda.gov.br | | |
| Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br | | |
| Endereço Postal: Rua Barão de Aracati, 909, 4º Andar, Aldeota, Fortaleza/Ce, CEP: 60115-901 | | |
| Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | |
| Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007 | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | |
| Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012. Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013 | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | | |
| Carta de Serviços ao Cidadão | | |
| Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU) | | |
| Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU) | | |
| RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguai/Brasileiro | | |
| RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguai | | |
| RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador | | |
| Manual de Despacho de Importação | | |
| Manual de Despacho de Exportação | | |
| Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional | | |
| Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2013 | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | |
| Código SIAFI | Nome | |
| 170028 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS | |
| 170030 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP | |
| 170035 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA | |
| 170041 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR | |
| 170042 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE | |
| 170108 | Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR | |
| 170225 | Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS | |
| 170330 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB | |
| 170337 | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO | |
| 170387 | Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM | |
| 170532 | Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | |

| Código SIAFI | Nome |
|---------------------------------------------------------|------------------------|
| 00001 | Tesouro Nacional |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 170028 | 00001 |
| 170030 | 00001 |
| 170035 | 00001 |
| 170041 | 00001 |
| 170042 | 00001 |
| 170108 | 00001 |
| 170225 | 00001 |
| 170330 | 00001 |
| 170337 | 00001 |
| 170387 | 00001 |
| 170532 | 00001 |

Fonte: SIORG; SIAFI; Sites do MPOG e do IBGE

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da segurança social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico-tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.
- Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros - Cetad

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:

- Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
- Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.

- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:

- Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. As Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

| RF | Unidade da Federação | Sede |
|--------------------|-----------------------------|----------------|
| 1 ^a RF | DF, GO, MT, MS e TO | Brasília |
| 2 ^a RF | PA, AC, AM, RO, RR e AP | Belém |
| 3 ^a RF | CE, MA e PI | Fortaleza |
| 4 ^a RF | PE, AL, PB e RN | Recife |
| 5 ^a RF | BA e SE | Salvador |
| 6 ^a RF | MG | Belo Horizonte |
| 7 ^a RF | RJ e ES | Rio de Janeiro |
| 8 ^a RF | SP | São Paulo |
| 9 ^a RF | PR e SC | Curitiba |
| 10 ^a RF | RS | Porto Alegre |

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas 14 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e

Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

| UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB | QUANTIDADE |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Superintendências (SRRF) | 10 |
| Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) | 14 |
| Delegacias da Receita Federal (DRF) | 97 |
| Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat) | 1 |
| Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis) | 1 |
| Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex) | 1 |
| Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf) | 1 |
| Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) | 1 |
| Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac) | 3 |
| Inspetorias da Receita Federal (IRF) | 54 |
| Alfândegas da Receita Federal (ALF) | 26 |
| Agências da Receita Federal (ARF) | 356 |
| TOTAL | 565 |

Em sendo a SRRF03 uma unidade descentralizada regional da RFB, que tem por finalidade a supervisão das atividades de competência da RFB nos limites territoriais de sua jurisdição (Estados do Ceará, Piauí e Maranhão), é importante que o presente Relatório de Gestão apresente informações sobre o planejamento estratégico da RFB, de modo a ensejar a percepção de como está norteada a atuação da SRRF03 no contexto geral da Organização.

Ao longo deste relatório será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

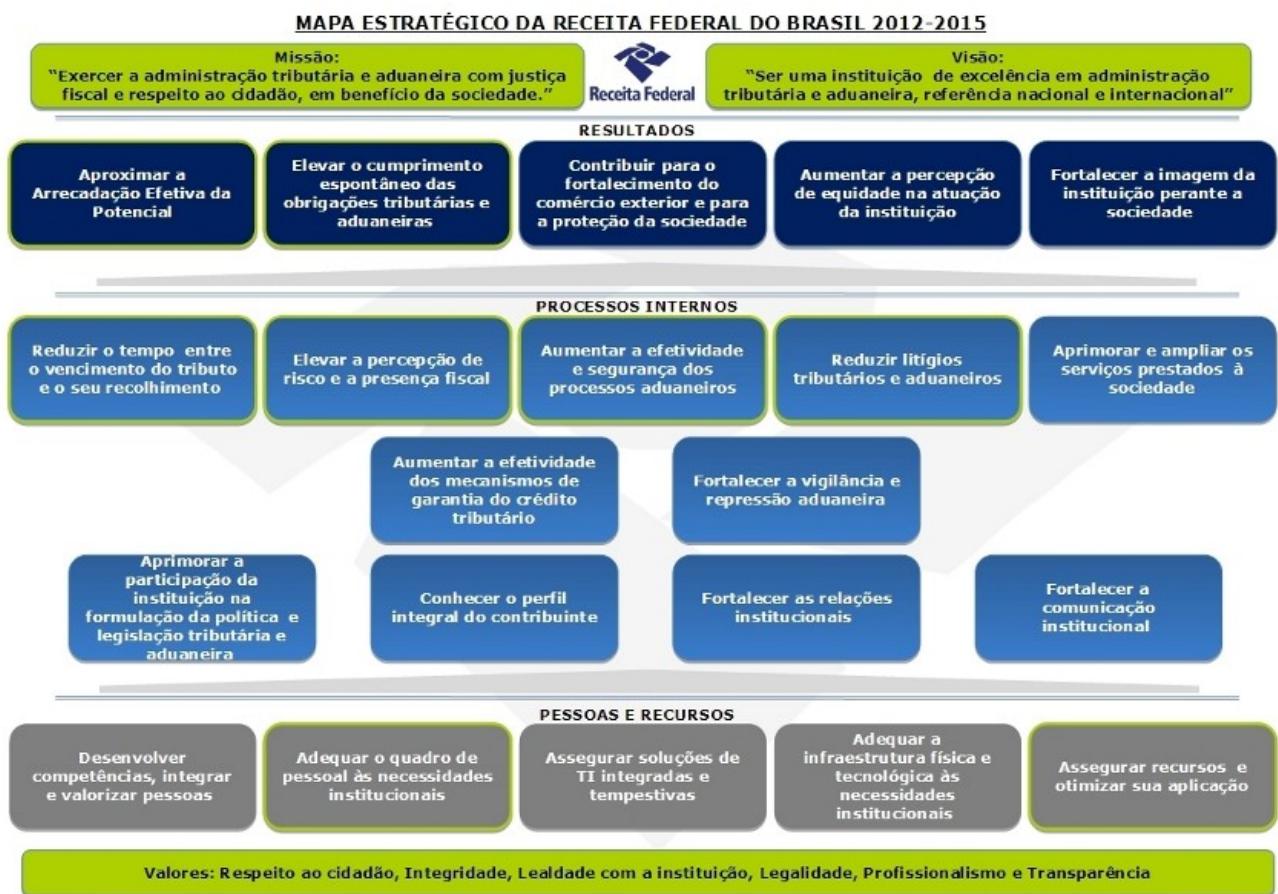
O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua

missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os “objetivos-batalha”, selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

| Mapa Estratégico | |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Perspectiva | Objetivo |
| Resultados | Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial |
| | Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras |
| | Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade |
| | Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição |
| | Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade |
| Processos Internos | Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento |
| | Elevar a percepção de risco e a presença fiscal |
| | Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros |
| | Reducir litígios tributários e aduaneiros |
| | Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade |
| | Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário |
| | Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira |
| | Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira |
| | Conhecer o perfil integral do contribuinte |
| | Fortalecer as relações institucionais |
| Pessoas e Recursos | Fortalecer a comunicação institucional |
| | Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas |
| | Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais |
| | Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas |
| | Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais |
| | Assegurar recursos e otimizar sua aplicação |

No ano de 2013, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

| Objetivos Estratégicos | Diretrizes |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais | Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades |
| | Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura |
| Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais | Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores |

| Objetivos Estratégicos | Diretrizes |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Ampliar Política de Trabalho a Distância |
| Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira | Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas. Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros |
| Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade | Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão Simplificar normas, procedimentos e obrigações Intensificar o atendimento não presencial |
| Assegurar recursos e otimizar sua aplicação | Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos |
| Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas | Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas. Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação |
| Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário | Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas. |
| Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros | Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos |
| Conhecer o perfil integral do contribuinte | Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte. Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos |
| Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas | Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores Consolidar a Política de Meritocracia Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais |
| Elevar a percepção de risco e a presença fiscal | Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos |

| Objetivos Estratégicos | Diretrizes |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | procedimentos fiscais Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização Reducir a evasão do crédito tributário Intensificar a divulgação das ações da RFB |
| Fortalecer a comunicação institucional | Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas |
| Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira | Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros |
| Fortalecer as relações institucionais | Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais. Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB |
| Reducir litígios tributários e aduaneiros | Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções Agilizar a solução dos processos de consultas Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos |
| Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento | Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo Reducir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte Fortalecer as ações de cobrança administrativa. Agilizar a solução de litígios |

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2013 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

| Objetivos estratégicos | Projetos Estratégicos Institucionais |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Assegurar recursos e otimizar sua aplicação | *Projeto Gestão de Recursos |
| Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais | *Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP |
| Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas | - |
| Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais | - |
| Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas | - |
| Fortalecer a comunicação institucional | - |
| Fortalecer as relações institucionais | *Projeto de Integração Nacional – REDESIM |
| Conhecer o perfil integral do contribuinte | *Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ |
| Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira | *Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos |
| Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira | - |
| Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário | *SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais |
| Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade | *m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra |
| Reducir litígios tributários e aduaneiros | *Implantar o Sistema Requerimentos |
| Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros | *SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE |
| Elevar a percepção de risco e a presença fiscal | *SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins |
| Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento | *PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público |

Dos 25 (vinte e cinco) projetos estratégicos institucionais, 3 (três) tinham previsão de encerramento em 2013, contudo, nenhum deles foi encerrado; 10 (dez) com previsão para 2014; 5 (cinco) em 2015; 3 (três) em 2016; e 4 (quatro) com previsão de término para anos posteriores.

Para determinar do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à

plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 52 (cinquenta e dois) indicadores estratégicos (Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013). Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 47 (quarenta e sete) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação dos resultados da Instituição no ano de 2013 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, neste relatório apresentado adiante no item 2.1 e a análise de cada um dos indicadores disponíveis apresentado no item 2.3, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

1.3 - Organograma Funcional

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

- 1. ASSESSORAMENTO DIRETO**
- 2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECETARIAS**

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete:

I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;

II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;

III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;

IV - gerenciar projetos de interesse institucional;

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e

VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

As SRRF compõem o núcleo estratégico do órgão e exerçerão suas atividades observado o parágrafo único do art. 1º, de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais.

A SRRF da 3ª Região Fiscal se compõe das seguintes Divisões/Serviço/Seções, cujas competências estão definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (com as alterações promovidas pela Portaria MF nº 512, de 02 outubro de 2013):

À Divisão de Arrecadação e Cobrança - Dirac compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da respectiva região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, resarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.

À Divisão de Fiscalização – Difis compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

À Divisão de Administração Aduaneira - Diana compete:

I - gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex;

II - orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira;

III - examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira;

V - acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e

VI - desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.

À Divisão de Tributação - Disit compete:

I - orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial;

II - examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência;

III - examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente;

IV - examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e

V - desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.

À Divisão de Interação com o Cidadão – Divic compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

Ao Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes - Semac compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

À Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp compete:

I - gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira;

II - executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos;

III - formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e

IV - efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.

À Divisão de Programação e Logística - Dipol competem as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes à Seção de Gestão de Mercadorias Apreendidas - Samap e à Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng.

À Seção de Gestão de Mercadorias Apreendida - Samap compete supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.

À Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng competem as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da respectiva região fiscal.

À Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec compete:

- I - gerenciar o ambiente informatizado;
- II - gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação;
- III - gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;
- IV - executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática;
- V - supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e
- VI - supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.

À Divisão de Gestão de Pessoas - Digepe compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da respectiva região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, resarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

Estão subordinadas à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - SRRF03, as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DRF, e ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF

As Delegacias da Receita Federal do Brasil – DRF e às Alfândegas da Receita Federal do Brasil – ALF, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização, e, especificamente:

- I - informar sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira;
- II - executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de declarações para processamento, nas hipóteses previstas na legislação tributária;
- III - proceder aos ajustes necessários nos cadastros da RFB;
- IV - proceder à inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

IV - proceder à inclusão e exclusão de contribuintes em regime de tributação especial ou diferenciado;

V - executar as ações de fiscalização tributária e de direitos comerciais incidentes sobre o comércio exterior, diligências e perícias fiscais;

VI - processar lançamentos de ofício, imposição de multas, pena de perdimento de mercadorias e valores e outras penas aplicáveis às infrações à legislação tributária e aduaneira, e as correspondentes representações fiscais;

VII - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, e fiscalizar sua utilização;

VIII - realizar o arrolamento de bens e a propositura de medida cautelar fiscal;

IX - desenvolver as atividades relativas à cobrança, recolhimento de créditos tributários e direitos comerciais, parcelamento de débitos, retificação e correção de documentos de arrecadação;

X - executar as atividades relacionadas à restituição, compensação, reembolso, resarcimento, redução e reconhecimento de imunidade e isenção tributária, inclusive as relativas a outras entidades e fundos;

XI - controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários;

XII - executar os procedimentos para retenção de valores do FPM e do FPE para quitação de contribuições sociais previdenciárias;

XIII - habilitar e desabilitar intervenientes para operar os sistemas relacionados ao controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro;

XIV - proceder ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado de contribuintes, analisar os dados da arrecadação e participar da elaboração de sua previsão na região fiscal;

XV - credenciar e descredenciar representantes de pessoas físicas e jurídicas para o despacho aduaneiro;

XVI - proceder ao controle aduaneiro sobre locais e recintos aduaneiros e executar ações de vigilância aduaneira;

XVII - controlar operações de movimentação de carga, veículos, unidades de carga, bagagens e operações de trânsito aduaneiro, e proceder à conferência final de manifesto;

XVIII - proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens;

XIX - processar requerimentos de concessão de regimes aduaneiros especiais;

XX - processar requerimentos de habilitação para regimes aduaneiros especiais, despachos expressos e simplificados;

XXI - executar, sob coordenação da Direp da SRRF, ações de repressão ao contrabando e descaminho;

XXII - proceder à retificação de declarações aduaneiras, à revisão de ofício de lançamentos e de declarações apresentadas pelo sujeito passivo, e ao cancelamento ou reativação de declarações a pedido do sujeito passivo;

XXIII - processar a aplicação de penalidades administrativas relativas ao despachante aduaneiro, transportador, depositário e operadores de carga, no âmbito do controle aduaneiro;

XXIV - processar a autorização e o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros, e a demarcação de zonas primárias;

XXV - apreciar matéria relativa a parcelamentos;

XXVI - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

XXVII - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e

XXVIII - promover a educação fiscal.

A SRRF da 3^a Região Fiscal jurisdiciona sete DRF (sediadas em Fortaleza/CE, Sobral/CE, Juazeiro do Norte/CE, Teresina/PI, Floriano/PI, São Luis/MA e Imperatriz/MA) e quatro ALF (sediadas em Fortaleza/CE – Porto do Mucuripe e Aeroporto Internacional Pinto Martins –, São Gonçalo do Amarante – Porto do Pecém, e São Luís/MA – Porto de Itaqui).

1.1 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte e, especificamente:

I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;

II - recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;

III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na sua área de competência;

IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;

V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;

VI - examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique em verificação de escrituração contábil;

VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;

VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;

IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição;

X - preparar e controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;

XI - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e

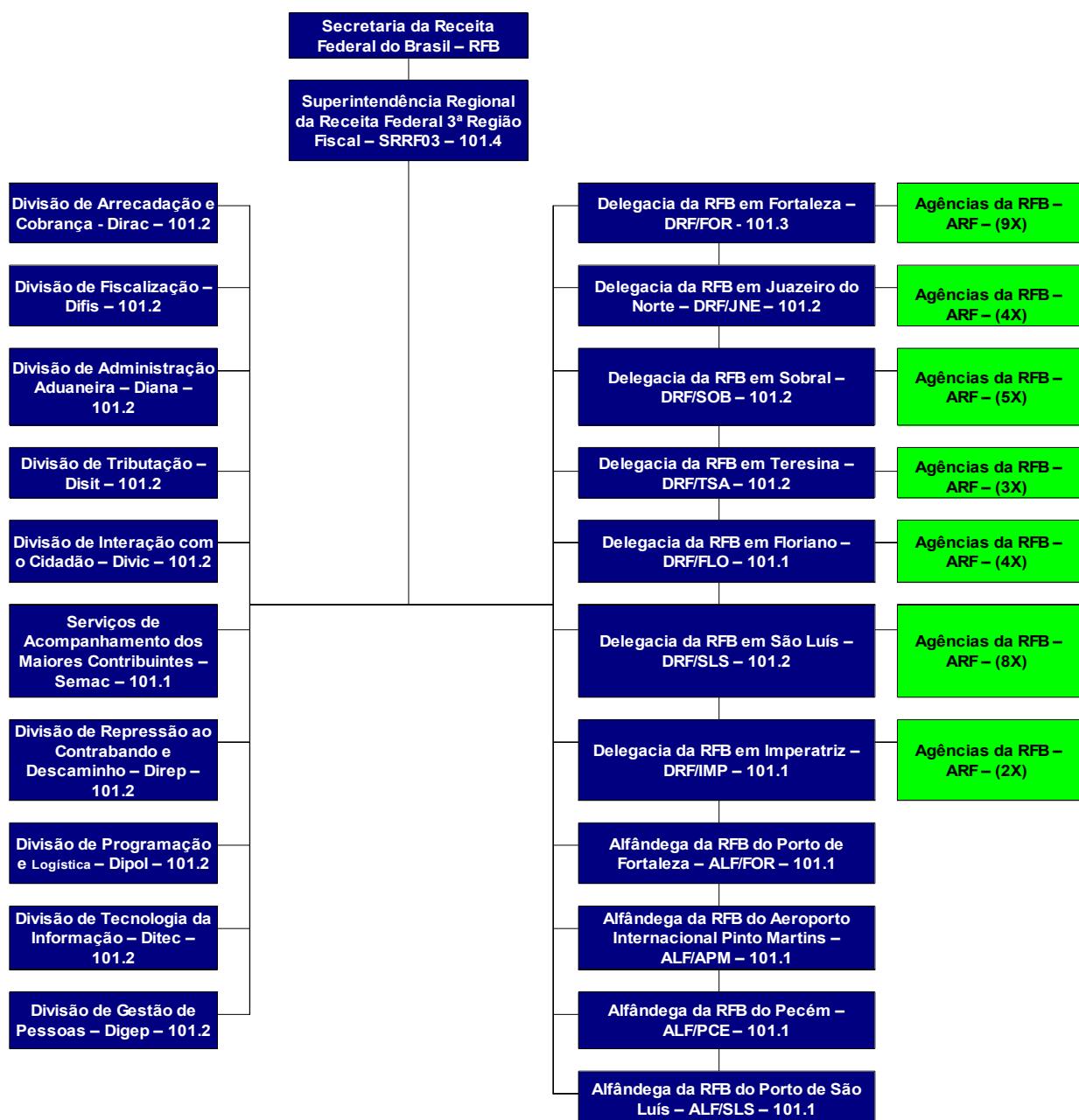
XII - promover a educação fiscal.

A 3^a Região Fiscal tem sob sua jurisdição trinta e cinco ARF, assim distribuídas:

| DELEGACIA | AGÊNCIAS |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DRF/FORTALEZA | Maranguape, Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Aracati, Caucaia, Russas, Itapipoca, Horizonte(*) |
| DRF/SOBRAL | Ipu, Ubajara, Acaraú, Camocim, Crateús |
| DRF/JUAZEIRO DO NORTE | Brejo Santo(*), Crato, Iguatu, Icó |
| DRF/TERESINA | Campo Maior, Parnaíba, Piripiri |
| DRF/FLORIANO | Bom Jesus, Oeiras, Picos, São Raimundo Nonato |
| DRF/SÃO LUIS | Bacabal, Caxias, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês |
| DRF/IMPERATRIZ | Balsas, Carolina |

(*) criadas pela Portaria RFB nº 89/2013, que extinguiu a ARF Senador Pompeu/CE, subordinada à DRF/Juazeiro do Norte /CE. Embora formalmente instituídas, essas duas ARF ainda não estão fisicamente instaladas, tendo sido suas atribuições temporariamente transferidas para a DRF/Fortaleza e a DRF/Juazeiro do Norte, respectivamente.

Organograma da SRRF03:



Unidades Descentralizadas

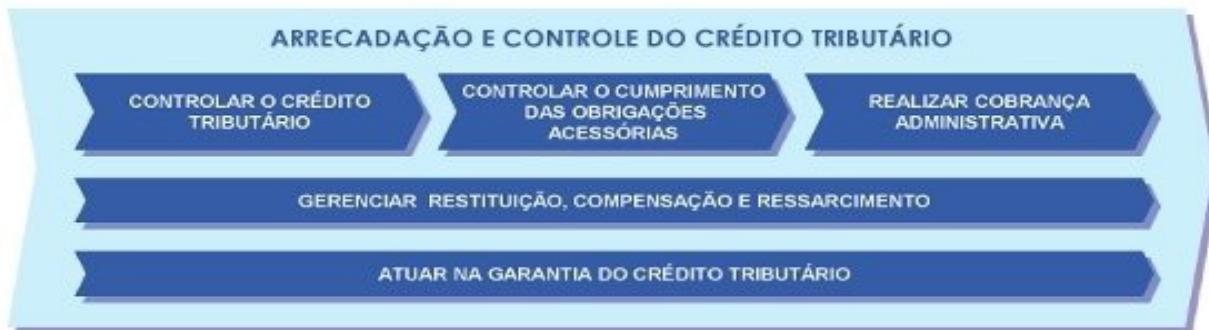


1.4 - Macroprocessos Finalísticos



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado

1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2013, foram arrecadados R\$ 1,138 trilhões em receitas federais acompanhadas pela RFB, sendo que R\$ 1,1 trilhões são de receitas administradas, através de cerca de 278 milhões de documentos de arrecadação. A rede arrecadadora é composta de 26 bancos.

Cartão de Débito:

Desde fevereiro de 2013, com a entrada da nova forma de arrecadação, com cartão de débito, ocorreram 19.034 transações, em um total de R\$ 11.1 milhões.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. Atualmente, o resultado desse índice, para o nível Brasil, é de 97,4%.

Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2013 foi especificado o sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar as respectivas sanções legais. A implementação do sistema está prevista para 2014.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a novembro/2013, 1,924 milhão de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 27,4 bi de créditos em cobrança;
 - Do total cobrado neste ano, foram recebidos em pagamento R\$ 571 milhões (2,08% do total cobrado), foram parcelados R\$ 1,11 bilhão (4,06%) e extintos por compensação R\$ 261 milhões (0,95%), totalizando R\$ 1,948 bilhão de créditos recuperados (7,09% do total de crédito tributário cobrado);
 - Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 77.736 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2013. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 140 milhões mil em pagamentos; R\$ 198 milhões em parcelamentos; e R\$ 1,1 milhão mil foram objeto de retificação
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União. Em novembro e dezembro de 2013, foram cobrados 124 mil parcelamentos passíveis de exclusão da Lei nº 11.941, de 2009, que representa R\$ 11,9 bilhões em parcelas atrasadas.
 - De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e
 - Foi desenvolvido o sistema Malha para a Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Objetiva, ainda, a identificação de

possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões, indevidas

- Em 2013, foram encaminhados para Dívida Ativa da União 4,5 milhões de débitos, de 150 mil contribuintes, totalizando R\$ 15,5 bilhões e 385 mil processos, referentes a débitos em aberto de pessoas jurídicas.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2013, foram recepcionados 929.636 PER/DCOMP, sendo 628.460 declarações de compensação, 185.863 pedidos de restituição, 77.151 pedidos de ressarcimento e 38.162 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 57 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 160.860 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2013, foram emitidas 63.528 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 22.579 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 2.267 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 38.682 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 4,6 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 70.450 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Do total de processos, 82,95% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 58.587 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão. Foram devolvidos, pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 11.863 processos, correspondendo a cerca de R\$ 91,5 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de aproximadamente R\$ 14 bilhões para pagamento de restituição de quase 12 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de

medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- Publicação da 2^a nota de "perguntas e respostas", com enfoque didático às questões formuladas por unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens;

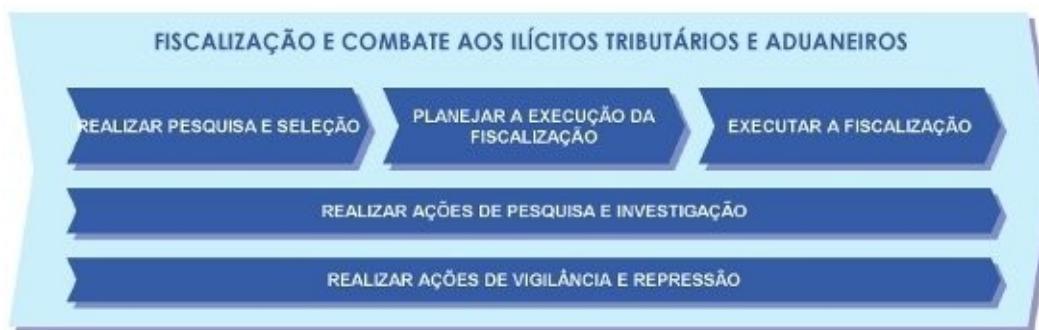
Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos;
- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantida - Conprovi, de gestão da Sufis;
- aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contágil, a cargo da Sufis;

Iniciativas de natureza gerencial:

- acompanhamento do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador, em janeiro de 2012, houve incremento de 232% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 57,8 bilhões. Só em 2013, foram arrolados R\$ 29,5 bilhões em bens e direitos.

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;

- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da imparcialidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período. Para o ano de 2013, a meta definida foi 85%, sendo alcançado o resultado de 85,57%.

Em 2013 foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar e integrar conhecimento entre as Equipes de Seleção, sendo produzidas 4 Notas Copes sobre Processos de Seleção.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do 'Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT}).$$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abrange todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 100% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 100%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2013, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e

- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações. A avaliação desse processo é realizada por meio do **'Indicador Global da Fiscalização - IGF'**, resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- **Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF**, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (**Peso 70%**);
- **Indicador do Crédito Tributário - ICT**, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (**Peso 5%**); e
- **Indicador de Presença Fiscal - IPF**, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (**Peso 25%**).

Para o ano de 2013 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 105,09%, com alcance desdobrado de 106,4% para o IDF; 163,7% para o ICT e 92,9% para o IPC.

No ano de 2013, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 190,2 bilhões, superando em 63,7% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2013, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2013 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e

- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2013, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a RFB, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 6,5 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros. Este número expressivo em termos absolutos representa cerca de 3,4% do total de lançamentos realizados por toda a Receita Federal;
- Em 2013 foram realizados procedimentos fiscais em 887 contribuintes com indícios de interesse fiscal apontados em ações de pesquisa e investigação;
- Durante o ano foram realizadas diversas operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações merece destaque a apreensão de cerca de 600 mil maços de cigarro introduzidos irregularmente no Brasil.
- A partir de solicitações das Unidades da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, as ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelos créditos tributários, em regra já constituídos e inscritos em Dívida Ativa, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pela Receita Federal e a execução das dívidas já existentes. Parcela significativa dos trabalhos desenvolvidos nesta

linha de atuação tem como parceira direta a Procuradoria da Fazenda Nacional, em investigações que alcançam o montante de R\$ 4,8 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa. Em 2013 cerca de R\$ 468 milhões foram bloqueados ou houve confissão judicial das dívidas e concessão de novo parcelamento a partir das provas colhidas e patrimônio identificado pelas ações da Copei. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, da existência de um expressivo *grupo econômico de fato* que atua no segmento de telecomunicações, o que culminou no arresto dos bens das pessoas jurídicas envolvidas no esquema em que a dívida acumulada na Fazenda Nacional já superava o montante de R\$ 120 milhões.

Em 2013 foram executadas pela Copei 28 operações de impacto, contabilizadas apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 572 mandados de busca e apreensão e realizadas 144 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2013, possibilitou também a apreensão de cerca de 6,3 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países, com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2013 foi marcado pela realização da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude, como parte dos chamados “grandes eventos”. A Copei e suas subunidades participaram ativamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional – CIN e de suas projeções regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin. O objetivo dos centros, situados nos locais de realização dos eventos, era avaliar riscos e fornecer subsídios aos órgãos de defesa e de segurança pública. Além disso, a Copei fez verificações e batimentos cadastrais de mais de 215 mil voluntários inscritos para atuar nos eventos de 2013 e também na preparação para a Copa do Mundo de 2014.

O ano de 2013 foi marcado também por várias ações institucionais de combate à lavagem de dinheiro.

Em maio a RFB aderiu ao protocolo de intenções da X Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. A RFB reforça com esta adesão seu compromisso com a ENCLLA, mecanismo que tem gerado relevantes resultados para a sociedade brasileira, endossando o modelo de articulação inaugurado pela Estratégia e fortalecendo a percepção de que o enfrentamento à criminalidade deve passar pela ação organizada do Estado.

Ao longo do ano houve o desenvolvimento do projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que objetiva a identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro que possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB. O projeto encontra-se dentro do cronograma, sendo conduzido por grupo de trabalho específico, além de contar com a colaboração de especialistas conforme a necessidade de cada etapa.

O treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade Ensino a Distância, passou com sucesso pela turma piloto, que realizou o curso com enfoque especial de identificar eventuais erros e propor melhorias antes de sua divulgação a todo o corpo de servidores do Órgão.

Além disso, está em fase final de implantação o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB/LD na RFB. A unidade, cuja implantação foi iniciada em 2012, já conta com a infraestrutura de equipamentos e softwares para iniciar os trabalhos. Seu desenvolvimento resultou de

acordo entre a instituição e a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, voltada para a utilização de soluções tecnológicas para incrementar, em muito, a capacidade de investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção da Receita Federal.

Em novembro, durante a XI Reunião Plenária Anual da ENCCLA, foram aprovadas as ações de combate a corrupção e lavagem de dinheiro a serem implementadas por todas as esferas de governo no ano seguinte - a ENCCLA 2014. Dentre elas merecem destaque três iniciativas da RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal. Isso reforça a decisão da Estratégia de focar esse tema, alinhada a recomendações de órgãos internacionais como o Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. As ações, a serem coordenadas pela RFB em 2014, são:

- Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.
- Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema.
- Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal.

No campo da cooperação internacional, a RFB concluiu um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Como resultado desse trabalho, o Presidente do Equador promulgou um decreto executivo integrando o Departamento de Inteligência Tributária do SRI ao Sistema Nacional de Inteligência.

Ainda no campo das parcerias com organismos internacionais, o governo dos Estados Unidos concedeu um certificado de reconhecimento pela atuação da equipe de investigação da RFB na Operação Black Ops. A operação ficou em 2º lugar na votação promovida pelo Homeland Security Investigations - HSI com a finalidade de escolher a ação de maior destaque em cooperação internacional. A Black Ops, realizada em outubro de 2011, teve como foco um esquema de contrabando de veículos de luxo provenientes dos EUA e o combate à máfia internacional suspeita de exploração de máquinas de caça-níqueis e lavagem de dinheiro.

No âmbito interno merece destaque o 9º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, realizado em parceria entre a RFB, Secretaria de Fazenda do DF e Esaf. O evento reuniu integrantes do Sistema de Inteligência Fiscal - SIF composto, atualmente, pelas Secretarias de Fazenda de 25 Unidades da Federação, além da Receita Federal. Foi uma importante oportunidade para a troca de experiências e boas práticas entre as Unidades de Inteligência Fiscal, além da integração, aproximação e padronização de procedimentos, elementos fundamentais para o bom funcionamento do SIF.

Ressalta-se também a intensa articulação da Copei junto ao Banco Central para viabilizar o acesso da Receita Federal ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, um antigo anseio do Órgão. O CCS é um sistema destinado ao registro de informações relativas a correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como a seus representantes legais ou convencionais. Os esforços culminaram na assinatura, em novembro, do convênio entre RFB e Banco Central viabilizando o acesso ao sistema.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

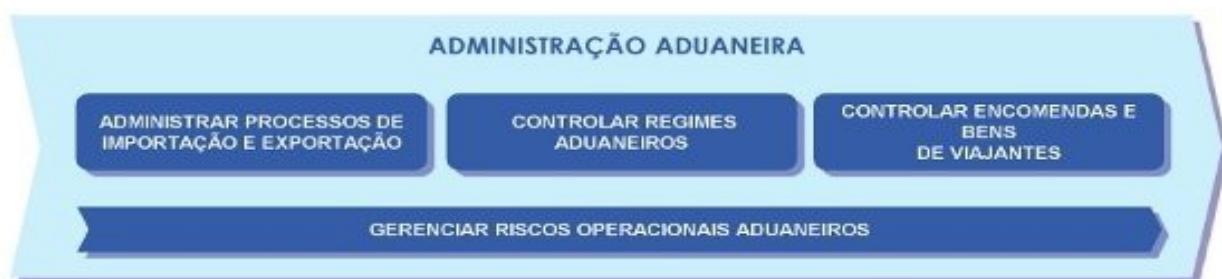
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2013, a Receita Federal realizou 2.999 operações de vigilância e repressão. Cabe destacar que algumas dessas operações foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2013. Merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve treinamento e acautelamento de pistola em calibre .40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; à construção de Reservas de Armamento; ao desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; à renovação da frota de veículos; à aquisição de coletes balísticos; e ao Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção – tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2013, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) foi inferior ao atingido no ano anterior, com resultado de R\$ 1,68 bilhão.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);

- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembaraçou 3,58 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas pode ser destacada a alteração do fluxo do processo de exportação, eliminando a necessidade de apresentação de documentos em papel para cerca de 90% dos despachos.

O lançamento do APP importação para tablets e iPads constituiu importante marco no aperfeiçoamento da comunicação entre o órgão e a sociedade, além de importante ferramenta de aumento da transparência do processo de importação. Deu-se seqüência na modelagem dos processos de trabalho com fim de aprimorar rotinas e procedimentos ligados ao processo de despacho aduaneiro.

Participou-se dos trabalhos relativos à implantação no Brasil de uma janela única de comércio exterior, o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa da RFB e MDIC, que em conjunto com os demais órgãos anuentes, almeja criar uma plataforma de fluxo único para os processos de importação e exportação, esta iniciativa é consagrada na literatura e na experiência internacional como importante instrumento de facilitação comercial e de incentivo ao aumento dos fluxos de comércio internacional.

Trabalhou-se para eliminar o fluxo de informação em meio papel nos processos de importação e exportação, eliminando a necessidade de apresentação em papel de documentos relativos a carga e embarcações do modal marítimo.

Preparou-se para a iminente migração da competência de gerir e arrecadar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante para a Receita Federal, incluindo-se ai, a preparação dos sistemas, manual e normas, permitindo que quando ocorrer efetivamente a transferência da atribuição, não haja a ocorrência de transtornos aos contribuintes, bem como não haja deficiências de controle.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Lançou-se uma nova Instrução Normativa sobre Admissão Temporária, consolidando e modernizando tal regime aduaneiro, permitindo maior agilidade, eficiência e menores custos para os operadores privados, sem enfraquecer o controle aduaneiro.

Nova Instrução Normativa referente ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro – lançada em dezembro, confere maior racionalidade de procedimentos e segurança ao regime.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 20,8 milhões de remessas postais internacionais e processou 2,04 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 54 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 19,8 milhões de viajantes aéreos. Ainda, efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 70 milhões de pessoas e 31 milhões de veículos.

Merece destaque a implementação da e-DBV, Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, em agosto de 2013, permitindo que os viajantes efetuem a declaração on-line de bens e valores em viagens internacionais. A e-DBV substitui duas declarações em papel, a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV), facilitando o adimplemento das obrigações tributárias. Desde sua implantação, até o final de 2013, por meio da e-DBV foram realizadas cerca de 28 mil declarações.

Ainda em 2013, foi minutado novo modelo de controle de bagagens, que encontra-se em fase de revisão e deverá ser implementado em 2014, e foi iniciado o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle aduaneiro de encomendas postais internacionais, que se baseará em informações eletrônicas recebidas dos Correios, geração automática de documento de tributação e conferência de encomenda com base em gerenciamento eletrônico de risco. Este sistema deverá ser implantado ainda em 2014 trazendo maior celeridade, padronização, segurança fiscal e previsibilidade no fluxo de importação das encomendas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

No ano de 2013, visto que uma aduana moderna não pode prescindir da inserção cada vez maior de ações de inteligência, e de intensa gestão dos riscos inerentes a sua atividade, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

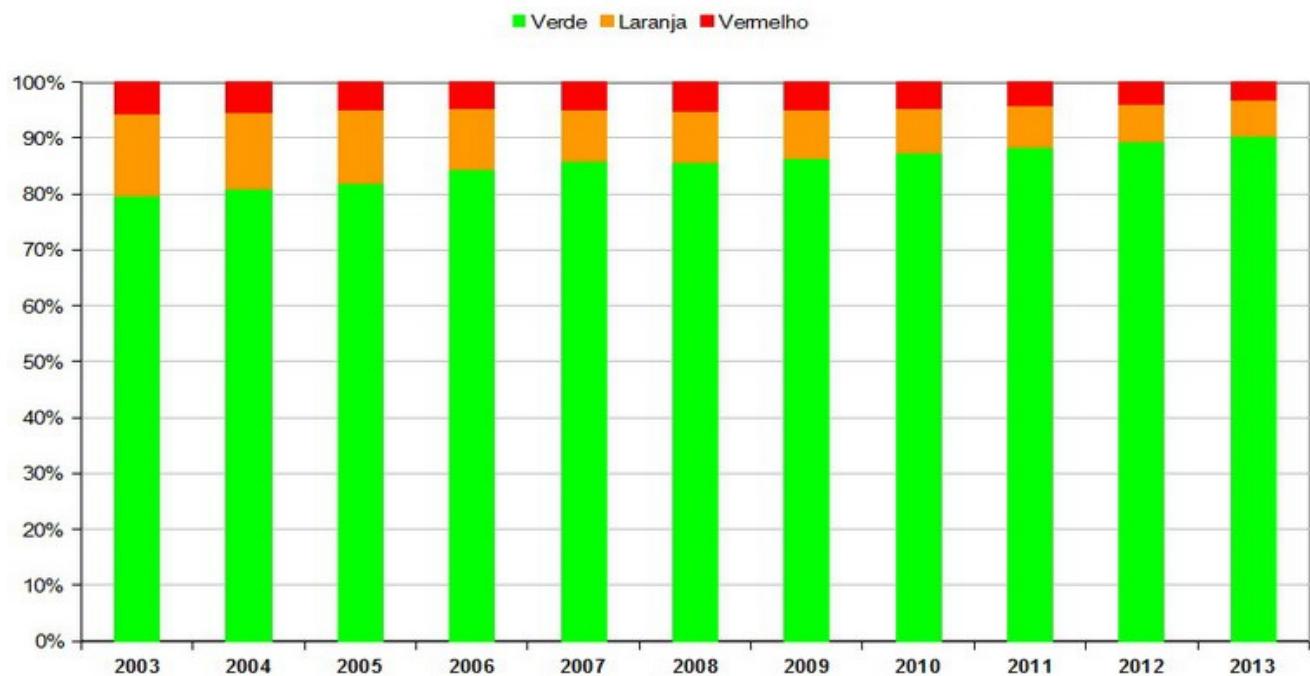
A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, como o Analisador Inteligente e Integrado de Transações Aduaneiras - ANIITA e o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

Ao longo do ano de 2013, várias ações foram desenvolvidas, foram 2015 novos perfis de risco incluídos nos sistemas, concluindo em importantes resultados para a sociedade.

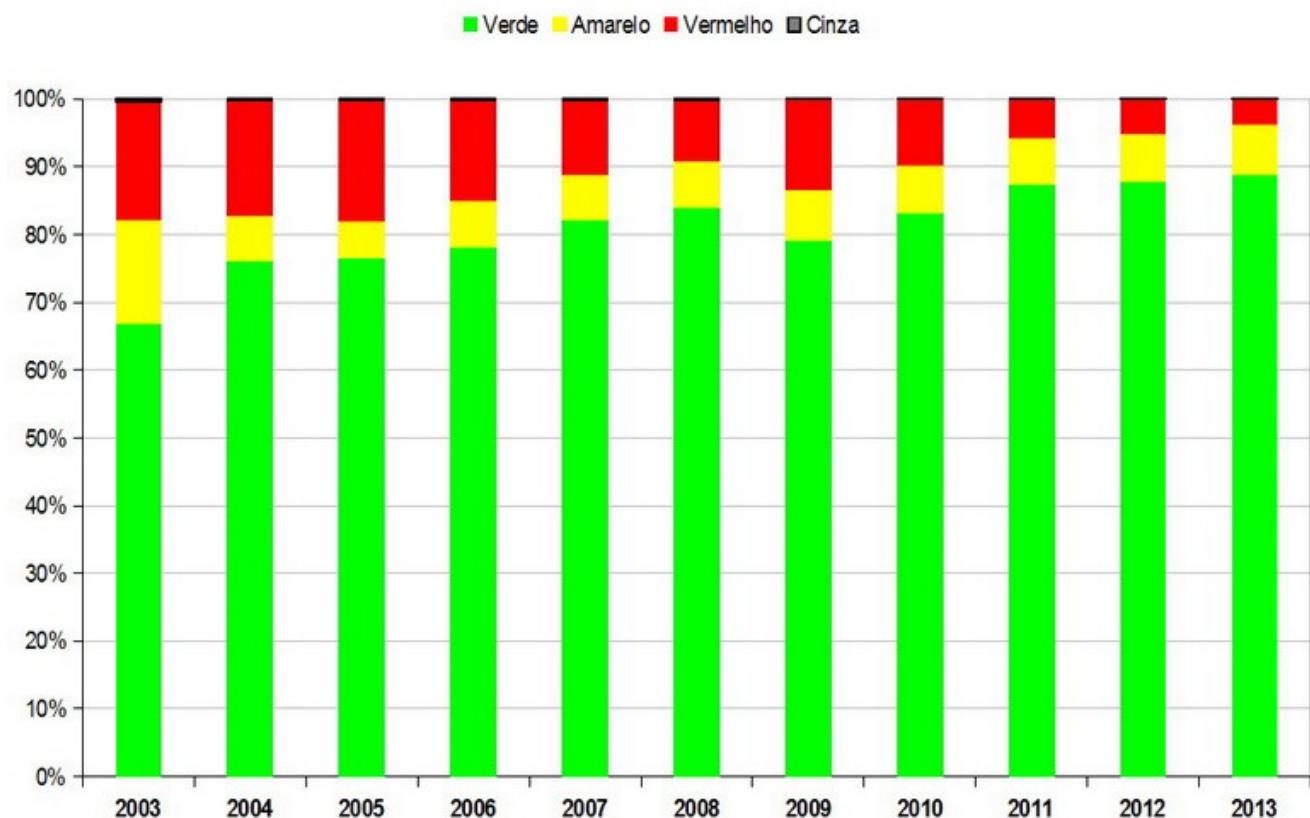
Devido a essas ações de inteligência e com o objetivo de garantir a observância da legislação nacional nas atividades de comércio exterior e oferecer à comunidade de importadores, exportadores e demais intervenientes sistemas de controle que não obstaculizem o comércio internacional legítimo, observamos uma tendência de redução na quantidade de declarações selecionadas para conferência* além do crescente grau de eficácia no despacho de importação, conforme apontado nos gráficos.

*(Na exportação, canais laranja e vermelho. Na importação, canais amarelo, vermelho e cinza.)

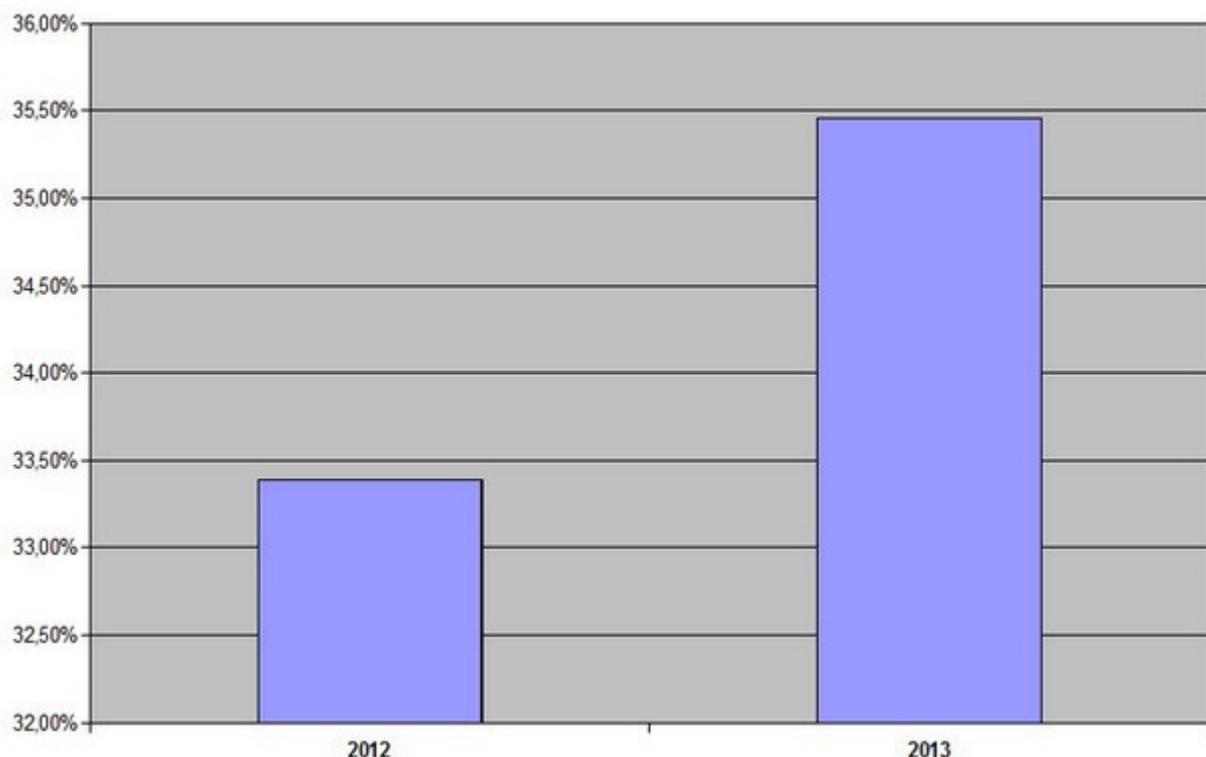
Distribuição de Despacho de Exportação por Canais de Conferência



Distribuição de Despacho de Importação por Canais de Conferência



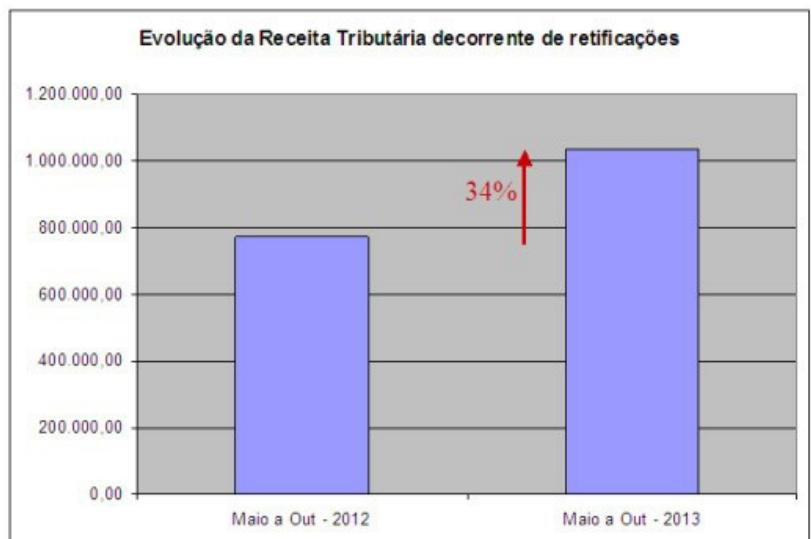
Evolução do indicador Grau de eficácia da seleção no despacho de importação



Exemplos de ações desenvolvidas pelo CERAD no ano de 2013:

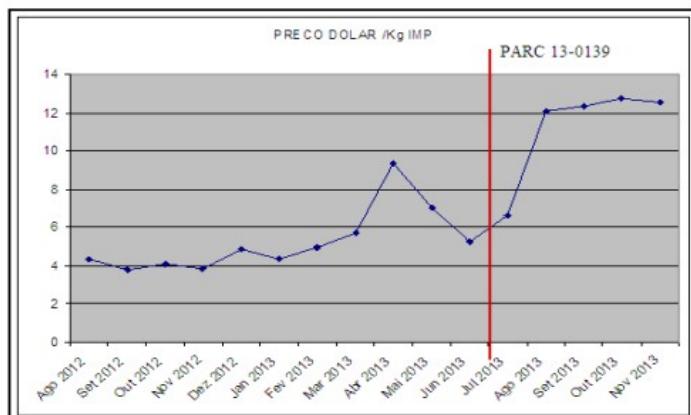
Fuga de Classificação Fiscal - Operação Lúmen (LED)

Produtos que deveriam ser classificados na NCM 8531.20.00, com alíquota do Imposto de Importação de 12%, estavam sendo classificados na NCM 8541.40.22, com alíquota de zero por cento (0%). Destacamos o incremento de 34% na arrecadação decorrente das retificações envolvendo as NCM de fuga, atingindo o valor de R\$ 1.035.313,09. Além disso, uma fiscalização de revisão decorrente da Op. Lúmen, apurou crédito de R\$ 501.443,99 contribuindo para a sinalização de monitoramento e percepção de risco aos importadores.

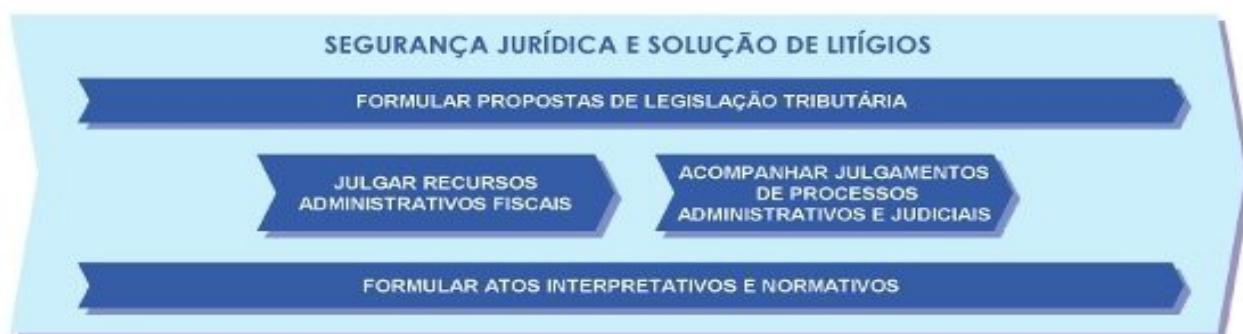


Subfaturamento - Bijuterias (NCM 71.17.19.00)

Bijuterias de preço muito baixo levaram o sistema de gestão de risco aduaneiro a interceptar dois contêineres procedentes da China, sob a suspeita de declaração de valor a menor. Todavia, ante laudo pericial versando sobre a composição das bijuterias, revelou-se que continham cádmio em concentração quase 4.000 vezes maior do que a permitida na União Européia. Após a parametrização o preço dólar/kg passou a patamares muito superiores àqueles praticado anteriormente, de US\$4,32/kg (Ago 2012) para US\$12,53/kg (Nov 13).



1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2013, a Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri participou da elaboração, dentre outros, dos seguintes atos:

- **Medidas Provisórias nº 601/2012, nº 610/2013, nº 612/2013, nº 619/2013 e nº 634/2013** - Promoveram alterações no disciplinamento das contribuições previdências sobre a receita bruta instituídas pela Lei nº 12.546/11, demandando intensa atuação da Cosit/Copen/Ditri, principalmente na definição de quais atividades seriam contempladas pela substituição da folha, bem como na adequação dos textos a fim de preservar a segurança jurídica;
- **MP nº 609/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS,

da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica;

- **MP nº 613/2013** - Institui nova sistemática de tributação do álcool;
- **MP nº 617/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;
- **MP nº 627/2013** - Dispõe sobre as novas regras do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, revogando o Regime Tributário de Transição – RTT; e
- **Lei nº 12.865/2013** - Adequou a base de cálculo do PIS/Cofins-Importação à decisão do STF (base de cálculo é somente o valor aduaneiro), eliminando os muitos litígios sobre a questão. O citado dispositivo foi proposto pela RFB e inserido como emenda no Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 615, de 2013.
- **Decreto nº 7.913/2013** - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.
- **Decreto nº 7.921/2013** - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPONBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.
- **Decreto nº 7.981/2013** - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
- **Decreto nº 8.015/2013** - Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
- **Decreto nº 8.072/2013** - Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.
- **Decreto nº 8.073/2013** - Altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011, que regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, para contemplar as alterações introduzidas pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.
- **Decreto nº 8.082/2013** - Altera o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas em geral.
- **Decreto nº 8.115/2013** - Altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no mercado interno e na importação, sobre

produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, e dá outras providências.

- **Decreto nº 8.122/2013** - Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

Dentro das atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal e demais normas infralegais de competência da RFB, ressalta-se a atualização do Regulamento Aduaneiro pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013. Além disso, a minuta do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins encontra-se em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assim como a minuta do Regulamento de Custeio da Previdência Social, que, depois de uma primeira análise daquela Procuradoria, foi ajustada pela Cosit para então retornar à PGFN. Por sua vez, as minutas do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e do Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido encontram-se já na Casa Civil da Presidência da República.

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) analisaram em 2013 mais de 93 mil processos, o que representa um incremento de cerca de 31% em relação ao quantitativo de processos julgados em 2012.

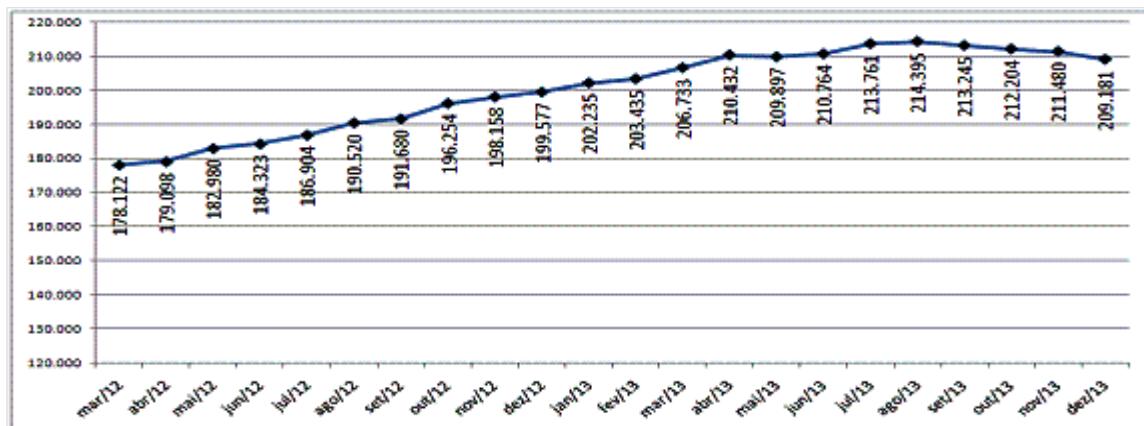
Em termos de valor, esses processos envolvem quase R\$ 126 bilhões, entre créditos tributários lançados e pedidos de ressarcimento, restituição, reembolso e compensação.

Os relevantes resultados obtidos são consequência do esforço e da dedicação do corpo funcional das DRJ no âmbito do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1^a instância. Referido programa, implementado em agosto de 2013 sob a condução da Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da RFB, permitiu a distribuição otimizada de processos com temas similares em âmbito nacional, para julgamento conjunto, e acarretou mais celeridade no julgamento dos processos administrativos fiscais, principalmente daqueles considerados prioritários.

Como exemplo, o indicador, no final de 2013, do tempo médio de permanência em contencioso de 1^a instância dos processos de pessoas com mais de 60 anos, de portadores de moléstias graves ou de necessidades especiais, estava em 90 dias; no caso dos processos acima de R\$ 10 milhões, o tempo médio girava em torno de 150 dias.

No tocante ao acervo de processos aguardando julgamento, destaca-se que após uma curva ascendente constante até agosto de 2013, quando o número chegou perto de 215 mil processos, houve inversão da tendência, decorrente da implantação do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1^a instância. Nesse sentido, em dezembro de 2013, o total de processos aguardando julgamento girava em torno de 209 mil, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Quantidade de processos aguardando julgamento no contencioso de 1^a instância



c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Realização de levantamentos com o objetivo de identificar processos que estivessem nas unidades para o cumprimento de diligência/saneamento. O foco foi nos processos com valor acima de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 90 dias e nos processos com valor abaixo de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 360 dias. O levantamento foi encaminhado aos Superintendentes de cada região fiscal para acompanhamento, de forma a verificarem se a diligência já havia sido concluída ou para que fossem adotadas as providências necessárias para a conclusão das mesmas, com posterior envio às Delegacias de Julgamento para finalização do julgamento.

Consolidação da ampliação da participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), mediante a convocação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de Delegacias de Julgamento, alcançando-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento presencial de 55 sessões de julgamento (33 das três Seções do CARF e 22 da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF);

II) Maior alinhamento da atividade de acompanhamento com a Fiscalização, acrescentando, nos relatórios, informações relativas a oportunidades de melhorias nos procedimentos fiscais encaminhadas para a Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) e Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana); e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Elaboração e publicação interna de 26 Boletins de Decisões Administrativas relativos aos julgamentos ocorridos no CARF em 2013. Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

No tocante à identificação de interpretações divergentes no contencioso administrativo e propositura de soluções para a uniformização de entendimento, foram encaminhadas à Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) 5 consultas internas (1 relativa a IRPF e 4 relacionadas a tributos sobre comércio exterior) e 7 notas Cocaj, com sugestão de alterações normativas tangentes a tributos sobre o comércio exterior. Adicionalmente, foi iniciado o trabalho de identificação de teses divergentes relacionadas aos tributos IRPJ e CSLL.

Quanto à identificação de assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF, foi encaminhada a esse Conselho nota conjunta Cocaj/Cosit propondo a apreciação e aprovação de 9 súmulas.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

A Sutri participou da elaboração de:

- 25 Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:

- IN RFB nº 1.370 - Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto);
- IN RFB nº 1.396 - Dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IN RFB nº 1.397 - Dispõe sobre o Regime Tributário de Transição (RTT); e
- IN RFB nº 1.415 - Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das

jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

➤ 09 Portarias RFB, dentre as quais destacam-se:

- Portaria RFB nº 379/2013 - Disciplina a formulação, o encaminhamento e a solução de Consulta Interna relativa à interpretação da legislação tributária e dá outras providências;
- Portaria RFB nº 1.098/2013 - Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alterada pela Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;
- Portaria RFB nº 1.880/2013 - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica; e
- Portaria RFB Nº 1.887/2013 - Aprova o Manual de Redação e elaboração de atos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e define modelo padrão dos atos editados no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

➤ 01 Ato Declaratório Interpretativo RFB.

➤ 27 Pareceres Normativos, sendo 25 revisando e atualizando Pareceres Normativos CST sobre IPI que, embora em vigor, faziam referência a normas já modificadas ou revogadas, 01 versando sobre as consequências da nova redação do art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, pela lei nº 12.766, de 2012, e 01 dispondo sobre o cálculo de contribuições previdenciárias decorrente de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas na justiça do trabalho contra empresas abrangidas pelo regime de tributação de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Cosit produziu também:

- 598 Notas Cosit
- 38 Notas Técnicas
- 31 Notas em Ação Judicial
- 01 Norma de Execução
- 01 Ordem de Serviço
- 74 Soluções de Consulta
- 39 Soluções de Divergência
- 43 Soluções de Consulta Interna

As Divisões de Tributação – Disit das 10 Regiões Fiscais responderam, em 2013, 2.474 Consultas.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2013, o foco das ações de educação fiscal esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira.

Ao longo do ano foram realizados 13.153 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade pouco superior à de 2012 (13.020).

Nos meses de fevereiro e julho, foram realizadas mais duas edições do evento “A Receita Federal Convida: Conheça Nossa Aduana”, programa de visitação às unidades aduaneiras da Receita Federal, contando com a participação de mais de 1.900 pessoas.

Iniciativa de educação fiscal recentemente implementada, o Autoatendimento Orientado está em funcionamento desde agosto em diversas unidades da Receita Federal e já contabiliza cerca de 204 mil atendimentos nesse novo formato. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, em que são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores da unidade.

Outra ação de educação fiscal de destaque em 2013 foram os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nessas núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos.

Atualmente, estão em atividade 30 NAF, sendo 22 no Rio Grande do Sul, 4 em Minas Gerais, 1 em Brasília, 2 em Alagoas e 1 em São Paulo.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2013, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da

RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

- Pessoa Jurídica:
Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;
- Pessoa Física:
Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)
- Imóveis:
Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

- Foram entregues muitos produtos importantes em 2013, como se destaca abaixo:
- ampliação da integração com as Juntas Comerciais para o deferimento concomitante do CNPJ com os atos registrais, atingindo 480 mil inscrições no CNPJ deferidas pelas Juntas Comerciais, que representa 65% do total;
 - simplificação nos procedimentos de baixa do CNPJ trazidas pela IN 1429 de 23/12/2013;
 - pré-homologação dos sistemas para integração dos cadastros fazendários e previdenciários (Cadastro Nacional de Obras e Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física);
 - apropriação de quase 2 milhões de título de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas.
 - entrada em produção do Sistema de Atendimento de CPF do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Nessa primeira versão do sistema foi disponibilizado somente o serviço de inscrição para estrangeiros vinculados ao Programa Mais Médicos;

- pré-homologação do coletor web do cadastro de imóveis rurais – CAFIR que premitirá a transmissão de eventos desse cadastro pela internet.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2013, houve incremento significativo no volume de atendimentos por todos os canais disponibilizados pela Receita Federal, com menor tempo médio de espera, apesar de menor quantitativo de atendentes, conforme se depreende da leitura dos indicadores a seguir apresentados.

A quantidade de atendimentos presenciais em 2013 foi superior a 20 milhões, correspondendo a 1,7 milhão de atendimentos mensais, em média. Desses atendimentos, cerca de 18% foram realizados com agendamento prévio.

O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10m42s, sendo que 72% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

O sítio da Receita Federal na Internet contabilizou quase 2 bilhões de visitas a suas páginas (*page views*), enquanto que no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) foram acessados mais de 78 milhões de serviços.

As instituições conveniadas com a Receita Federal prestaram juntas mais de 10 milhões de atendimentos de CPF.

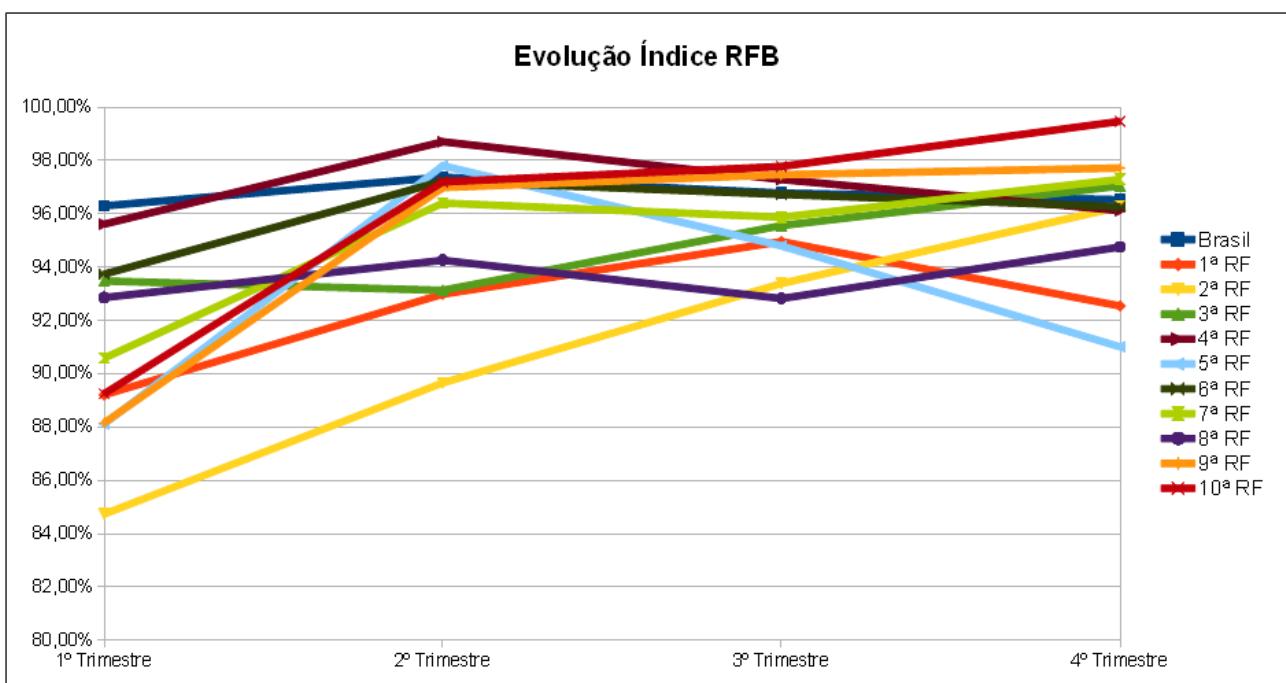
O Receitafone 146, atendimento telefônico da Receita Federal e da PGFN, recebeu mais de 11 milhões de ligações.

Além disso, estão em andamento no âmbito da Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) os projetos abaixo relacionados, que visam promover melhorias no atendimento da Receita Federal e alavancar o desempenho apresentado:

1. Modernização do Atendimento Presencial;
2. Novo Portal de Serviços;
3. Visão Integrada do Atendimento (VIA);
4. Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana;
5. Modernização do Atendimento Presencial;
6. Integração do Atendimento da Receita Federal e da PGFN;
7. Recuperação e Registro da Memória Institucional;
8. Preservação e Divulgação do Acervo;
9. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF);
10. Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3

Além dos dados apresentados, cabe mencionar outras ações já concluídas ou em andamento que objetivam simplificar procedimentos para conferir ao atendimento mais eficiência, conforme a seguir:

| ÍNDICE RFB 2013 | | | | | | | | | | |
|-----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--|
| RF | 4º Trim/2012 | | 1º Trimestre | | 2º Trimestre | | 3º Trimestre | | 4º Trimestre | |
| | Resultado | Resultado | Variação | Resultado | Variação | Resultado | Variação | Resultado | Variação | |
| Brasil | 93,21% | 96,30% | 3,31% | 97,38% | 1,12% | 96,78% | -0,61% | 96,53% | -0,26% | |
| 1ª | 93,05% | 89,21% | -4,13% | 92,99% | 4,23% | 94,96% | 2,12% | 92,54% | -2,54% | |
| 2ª | 95,51% | 84,74% | -11,28% | 89,66% | 5,81% | 93,39% | 4,15% | 96,26% | 3,08% | |
| 3ª | 94,08% | 93,48% | -0,63% | 93,13% | -0,37% | 95,56% | 2,61% | 97,05% | 1,56% | |
| 4ª | 94,63% | 95,61% | 1,04% | 98,70% | 3,23% | 97,29% | -1,43% | 96,12% | -1,20% | |
| 5ª | 95,66% | 88,12% | -7,88% | 97,81% | 10,99% | 94,80% | -3,08% | 91,01% | -3,99% | |
| 6ª | 90,55% | 93,74% | 3,52% | 97,23% | 3,72% | 96,73% | -0,51% | 96,26% | -0,48% | |
| 7ª | 94,62% | 90,59% | -4,26% | 96,40% | 6,42% | 95,87% | -0,55% | 97,29% | 1,48% | |
| 8ª | 91,54% | 92,86% | 1,45% | 94,26% | 1,50% | 92,83% | -1,52% | 94,76% | 2,08% | |
| 9ª | 89,64% | 88,16% | -1,65% | 96,99% | 10,01% | 97,47% | 0,50% | 97,72% | 0,26% | |
| 10ª | 96,95% | 89,25% | -7,94% | 97,20% | 8,90% | 97,78% | 0,60% | 99,47% | 1,73% | |



A publicação da Instrução Normativa 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento, confere maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação;

A publicação da Instrução Normativa 1.429, de 23 de dezembro de 2013, que altera os procedimentos de baixa do CNPJ, tornou mais fácil ao contribuinte a obtenção da baixa do CNPJ, desonerando o atendimento e dando mais segurança e fidedignidade a esse cadastro;

Foi iniciado o processo de simplificação da regularização de obras e formalizado, por meio da Portaria nº 1.880, de 24 de dezembro de 2013, a desnecessidade de o atendimento exigir firma reconhecida nos documentos entregues à Receita Federal, ressalvados os casos de Procuração RFB, imposição legal ou no caso de dúvida fundada quanto à autenticidade da assinatura apostila no documento apresentado.

Foi implementado em Paranaguá, com êxito, o piloto do projeto de Atendimento Integral dos

tributos internos e aduaneiros em uma única unidade. O piloto trouxe muitos subsídios que permitirão a construção de um modelo nacional para implantação do Atendimento Integral na as demais unidades da Receita Federal.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Descrição sucinta das principais atividades;
- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.
- Gerir ouvidoria

Comunicação Social

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição

por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita Federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

Ouvidoria da Receita Federal

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (SisOuvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria da Unidade Central trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3^a, 6^a e 9^a Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

No decorrer do exercício de 2013 foram recepcionadas 64.622 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 5.385 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados 590 Elogios, 622 Sugestões, 2.870 Solicitações diversas, 23.093 Pedidos de Informação e 34.820 Reclamações.

1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada

1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2013, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do Secretário da RFB assim como do Secretário-Adjunto, dos Subsecretários e dos Superintendentes regionais, tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que contam com a presença do Secretário da RFB assim como da Secretário-Adjunto e dos Subsecretários, tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

Consolidação do Índice RFB

O Índice RFB, construído em 2011, com a colaboração das unidades centrais e regionais, procura agregar os resultados de indicadores estratégicos desdobráveis, para possibilitar a medição do desempenho da RFB e das unidades regionais. Consolidado como importante instrumento de avaliação institucional, o referido índice sofreu algumas alterações, consequência da revisão do Painel de Desempenho e teve, em 2013, a configuração apresentada a seguir:

| Bloco | % Bloco | Indicador Estratégico | Peso | |
|---------------|---------|----------------------------------------------------|--------|---------|
| | | | % Ind. | % Total |
| Arrecadação e | 18% | Índice de realização da meta global de arrecadação | 50% | 9,00% |

| | | | | |
|--------------------------------------------------------------|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| Controle do Crédito Tributário | | Índice de adimplência do crédito tributário | 15% | 2,70% |
| | | Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes | 35% | 6,30% |
| Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros | 28% | Indicador global de desempenho da seleção (IGDS) | 17% | 4,76% |
| | | Indicador global da fiscalização (IGF) | 34% | 9,52% |
| | | Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM) | 8% | 2,24% |
| | | Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA) | 12% | 3,36% |
| | | Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES) | 9% | 2,52% |
| | | Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira | 20% | 5,60% |
| Administração Aduaneira | 18% | Grau de fluidez do despacho de importação | 26% | 4,68% |
| | | Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação | 26% | 4,68% |
| | | Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação | 48% | 8,64% |
| Segurança Jurídica e Solução de Litígios | 12% | Tempo médio de contencioso de primeira instância | 75% | 9,00% |
| | | Índice de litigância administrativa | | |
| | | Índice de solução de consultas | 25% | 3,00% |
| Interação com a Sociedade | 12% | Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15) | 58% | 6,96% |
| | | Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes | 26% | 3,12% |
| | | Indicador de atividade de educação fiscal | 16% | 1,92% |
| Gestão Corporativa | 12% | Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento | 40% | 4,80% |
| | | Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA) | 40% | 4,80% |
| | | Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT) | 20% | 2,40% |

Pela tabela acima, verifica-se que sua fórmula de cálculo foi definida como o percentual médio ponderado do alcance das metas estabelecidas para 22 indicadores estratégicos selecionados. Esta ponderação é feita por meio da definição de pesos individuais para esses indicadores, que foram distribuídos pelos Macroprocessos da Cadeia de Valor, e outros pesos para os próprios Macroprocessos. Dois indicadores apresentam percentuais de participação igual a zero, pois ainda estão com status “Não disponível”.

A última apuração do Índice RFB ocorreu em janeiro de 2014, referente ao mês de dezembro de 2013. Abaixo, uma tabela e um gráfico com a comparação e evolução dos resultados apurados em 2013:

Em que pese sua consolidação, o Índice RFB ainda é objeto de difusão e aperfeiçoamento contínuos, para que efetivamente sirva para sua finalidade. Novamente, neste processo de evolução, a participação e a contribuição das unidades centrais e descentralizadas têm sido e continuarão sendo de grande importância.

Consolidação do Plano de Contribuição

O Plano de Contribuição 2013/2014 foi um instrumento de gestão implementado durante o ano de 2012 e consolidado em 2013. Ele se propõe a direcionar e organizar a contribuição das subsecretarias, unidades de assessoramento direto ao Gabinete da RFB e superintendências regionais para a Estratégia da RFB. Isso se dá mediante a definição de diretrizes e seleção de iniciativas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

As diretrizes têm o propósito de detalhar e dar foco aos objetivos estratégicos. Elas foram definidas pelas unidades centrais que estão envolvidas com o cumprimento dos objetivos estratégicos. A seguir, a relação das diretrizes por objetivo:

| Objetivos Estratégicos | Diretrizes |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais | Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura |
| Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais | Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores Ampliar Política de Trabalho a Distância |
| Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira | Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas. Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros |
| Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade | Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão Simplificar normas, procedimentos e obrigações Intensificar o atendimento não presencial |
| Assegurar recursos e otimizar sua aplicação | Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos |
| Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas | Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas. Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação |
| Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário | Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas. |
| Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros | Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos |
| Conhecer o perfil integral do contribuinte | Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte. Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos |
| Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas | Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores Consolidar a Política de Meritocracia Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais |
| Elevar a percepção de risco e a presença fiscal | Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização Reducir a evasão do crédito tributário Intensificar a divulgação das ações da RFB |
| Fortalecer a comunicação institucional | Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas |
| Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira | Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros |
| Fortalecer as relações institucionais | Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais. Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB |
| Reducir litígios tributários e aduaneiros | Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções Agilizar a solução dos processos de consultas |

| Objetivos Estratégicos | Diretrizes |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva |
| | Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos |
| | Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos |
| Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento | Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo |
| | Reducir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte |
| | Fortalecer as ações de cobrança administrativa. |
| | Agilizar a solução de litígios |

O Plano de Contribuição 2013/2014 tem:

- 16 Objetivos Estratégicos impactados;
- 52 Diretrizes estabelecidas;
- 409 Iniciativas elencadas.

É importante ressaltar que o Plano de Contribuição 2013/2014 serviu de base para a distribuição orçamentária do ano de 2014, alinhando o orçamento à estratégia.

Evolução do Sage-RFB

Durante o ano de 2013, foram implementadas novas melhorias no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Sage-RFB). Abaixo, uma relação não exaustiva dos itens que foram disponibilizados no sistema:

- Criação dos formulários de processos de trabalho, possibilitando os vínculos desses processos com as iniciativas, os indicadores e os objetivos estratégicos;
- Disponibilização da Cadeia de Valor, com os 'links' para os formulários de processos de trabalho e os semáforos de desempenho dos processos, construídos com base em vínculos com os indicadores estratégicos;
- Evolução dos formulários de indicadores estratégicos, possibilitando sua ampliação para o nível local ou, até mesmo, para inserção de indicadores de processo de trabalho.

Apresentam-se, em seguida, alguns números a respeito do nível de utilização do Sage-RFB, extraídos do sistema em 20/01/2014:

- São 3067 usuários cadastrados no sistema, o que representa um crescimento de mais de 14% em comparação com o ano de 2012;
- São 1909 iniciativas cadastradas com o status “Não iniciada” ou “Em execução”, o que dá cerca de 9 iniciativas por unidade cadastradora;
- São 3453 iniciativas cadastradas, sendo 896 com status “Não iniciada” e 1013 com status “Em execução” e 1101 com status “Concluída”;

| Distribuição por status | | | | |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Status | 2012 | | 2013 | |
| Não iniciada | 939 | 32,08% | 896 | 25,95% |
| Em execução | 951 | 32,49% | 1013 | 29,34% |
| Concluída | 708 | 24,19% | 1101 | 31,89% |
| Outras | 329 | 11,24% | 443 | 12,82% |
| Total | 2927 | 100% | 3453 | 100% |

- O aumento do percentual de iniciativas concluídas comprova a utilização efetiva do sistema pelos gerentes de projetos.
- Maior percentual de programas e projetos (60%) que de ações contínuas, tanto em 2012 como em 2013:

| Distribuição por Tipo – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução | | | | |
|------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Tipo | 2012 | | 2013 | |
| Programas | 92 | 4,87% | 94 | 4,93% |
| Projetos | 1043 | 55,19% | 1079 | 56,52% |
| Ações | 755 | 39,95% | 736 | 38,55% |
| Total | 1890 | 100% | 1909 | 100% |

- Persiste um grande percentual de iniciativas regionais e locais (mais de 80%), o que pode indicar haver grande participação das unidades descentralizadas na execução do planejamento:

| Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nível | 2012 | | 2013 | |
| Institucionais e Nacionais | 308 | 16,29% | 324 | 16,97% |
| Regionais | 343 | 18,15% | 350 | 18,34% |
| Locais | 1239 | 65,56% | 1235 | 64,69% |
| Total | 1890 | 100% | 1909 | 100% |

- Grande percentual de iniciativas aprovadas pelos Chefes das Unidades, o que atesta a participação das lideranças das unidades, em que pese a ocorrência de um decréscimo percentual com relação a 2012:

| Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nível | 2012 | | 2013 | |
| Aprovadas | 1187 | 62,80% | 1084 | 56,78% |
| Regionais | 703 | 37,20% | 825 | 43,22% |
| Total | 1890 | 100% | 1909 | 100% |

Construção dos Cenários Prospectivos

A Receita Federal do Brasil (RFB) tem se valido de estudos prospectivos para a construção de cenários com o fito de aprimorar a sua visão de futuros possíveis, o seu processo de gestão estratégica e a sua capacidade de construir o futuro da administração tributária e aduaneira do país. Tudo no sentido de gerir as incertezas críticas de longo prazo que podem vir a impactar a RFB.

Em 2011, foi realizado um estudo prospectivo para a construção de Cenários Prospectivos ambientais como parte da base do planejamento para o período 2012-2015. Em 2013, foi a vez de se implementar um Projeto para a construção de Cenários Prospectivos para a RFB como subsídio para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira até 2022. Desta feita, os Cenários construídos foram de negócio, ou seja, desceu-se a um nível de especificidade maior para atender ao cumprimento de um objetivo estratégico.

Os Cenários Prospectivos construídos levaram em consideração vários temas chamados de “Incertezas Críticas”, entre os quais podem ser citados: o contexto internacional, o contexto econômico nacional, a política ambiental, o exercício da cidadania, a demografia e a tecnologia. Todos esses temas foram analisados sob a ótica da sua influência nas Políticas Tributária e Aduaneira.

Foi constituído Grupo de Trabalho através da Portaria RFB nº 1073, de 07 de agosto de 2013, com o fim específico de construir Cenários Prospectivos para a RFB: Subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira do Brasil para o período 2013 – 2022, conforme os objetivos e diretrizes que constam na Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

Como resultado do Projeto “A construção de Cenários Prospectivos para a RFB: subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira” foram criados dois Cenários Prospectivos, denominados: “Bachianas” e “Dissonância”, apresentados ao Gabinete da RFB em 10 de dezembro de 2013.

O projeto contemplou a construção da Matriz Morfológica, da descrição de todas as suas formas e dos Cenários Dissonância e Bachianas; assim como a estruturação dos cenários na forma de *e-Book*, entregue ao Gabinete em 17 de janeiro de 2014.

Além disso, em fase final de execução, está prevista a entrega do “Relatório Final” até meados de fevereiro de 2014, assim como a inserção do mesmo no Clarity, pois pretende-se deixar o relatório final junto ao projeto naquele sistema como forma de permitir fácil consulta por futuros interessados a tudo que foi executado.

b) Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2013, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas três oficinas de modelagem de processos, que capacitaram, em nível básico, 44 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente

vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Outro ponto de destaque no ano de 2013 foi a publicação da Portaria RFB nº 1234, no dia 03 de setembro de 2013, que teve por objetivo estabelecer diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos e procedimentos para Modelagem da Situação Atual de processos de trabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras providências.

Oficinas de Modelagem de Processos

Na busca pela disseminação da cultura de Gestão por Processos na RFB, disponibiliza-se frequentemente eventos de capacitação para os servidores da instituição. Nesse sentido, já foram concretizados sete eventos desde 2012 com foco em Modelagem de Processos e Gestão por Processos.

Durante o ano de 2013 foram realizadas a 5^a, 6^a e 7^a Oficina de Modelagem de Processos que visaram capacitar servidores das mais diversas áreas para apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Cabe destacar a concretização da primeira “Oficina Temática” (7^a Oficina) onde o exercício prático desenvolvido pelos participantes consistiu na modelagem de um processo específico da Sucor/Cogep, adaptado para fins didáticos, denominado Remover Servidores por Permuta.

Como conteúdo programático, destaca-se:

- Alinhamento conceitual sobre processos, cadeia de valor, gestão de processos e gestão por processos;
- Alinhamento conceitual sobre notação de modelagem de processos de negócio BPMN (*Business Process Modeling Notation*);
- Exercício prático, a partir do qual os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de modelagem;
- Utilização da ferramenta de modelagem Aris Express;
- Metodologia de Modelagem da Situação Atual de Processos utilizada implementada para a RFB.

c) Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e
- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida;

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas Unidades Centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. O processo de priorização em 2013 seguiu as diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, os Macroprocessos da Cadeia de Valor e definições do Plano de Contribuição para a Estratégia.

A partir da priorização foram selecionados treze novos Projetos Estratégicos Institucionais que passaram a compor o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

O Monitoramento e controle do andamento dos projetos estratégicos foi promovido por meio de realização de sete "Reuniões de Avaliação Estatística - RAE - UC" durante o ano, com a presença do Secretário, Subsecretários e gerentes de projetos, quando necessário.

Com relação a disseminação da cultura em Gerenciamento de Projetos, foram realizadas duas turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados 241 servidores em todo o Brasil, além de duas turmas de curso presencial de "Gerenciamento de Projetos com ênfase em cronograma".

Houve, também, a realização de oficinas com foco em Metodologia e uso da ferramenta de Gerenciamento de Projetos e Portfólio - Clarity para os gerentes e equipe dos novos Projetos Estratégicos Institucionais.

Além disso, houve a realização de Seminário com foco em "Análise de Cenário na Gestão de Projetos" com participação de cerca de cem pessoas.

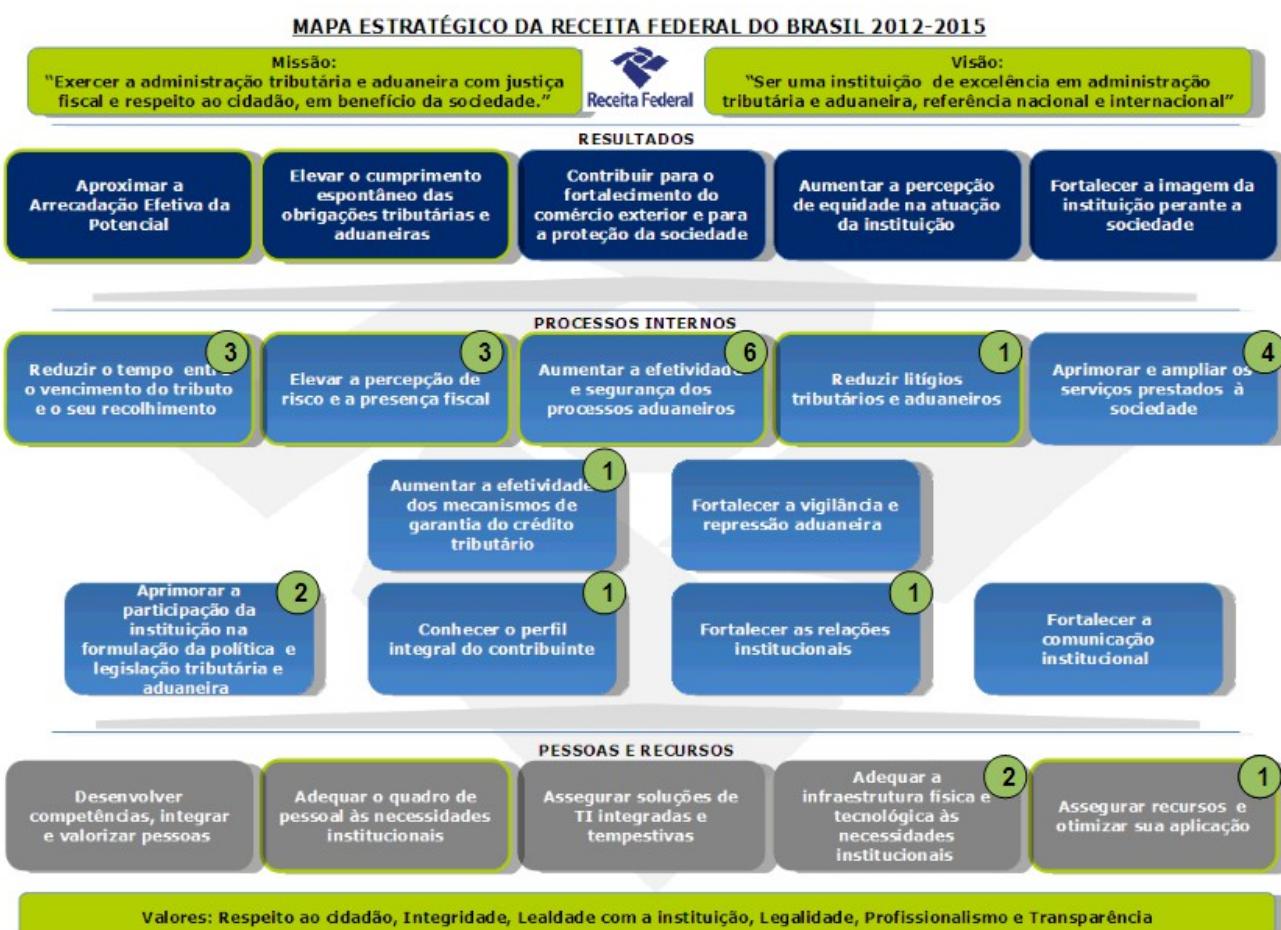
Estrutura do Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais

Os critérios para definição e priorização dos Projetos Estratégicos Institucionais foram revistos de acordo com a nova estratégia da RFB para o período 2012-2015. Para definição do novo Portfólio dos Projetos Estratégicos Institucionais, que são acompanhados diretamente pelo Gabinete do Secretário e utilizam a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico da RFB 2012-2015.

O Gabinete RFB, com a participação dos Subsecretários e Unidades vinculadas diretamente ao Gabinete, selecionaram os projetos que passariam a compor a nova lista de Projetos Estratégicos Institucionais da Receita Federal. A seguir, os quantitativos agrupados por Objetivos Estratégicos.

Por Objetivos Estratégicos

Destaca-se que não houve grandes alterações em relação ao portfólio de projetos estratégicos anterior, visto que a relação de projetos de 2013 atinge o mesmo número de objetivos estratégicos que a relação de 2012. Também é interessante ressaltar que a maioria dos projetos se enquadram nos objetivos estratégicos referentes aos processos internos, principalmente nos objetivos “aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros” e “aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade”.



d) Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

Endereço: <http://intranet.receita.fazenda/administracao/copav/canal-da-inovacao>

O Canal de Inovação permite a captação de idéias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No

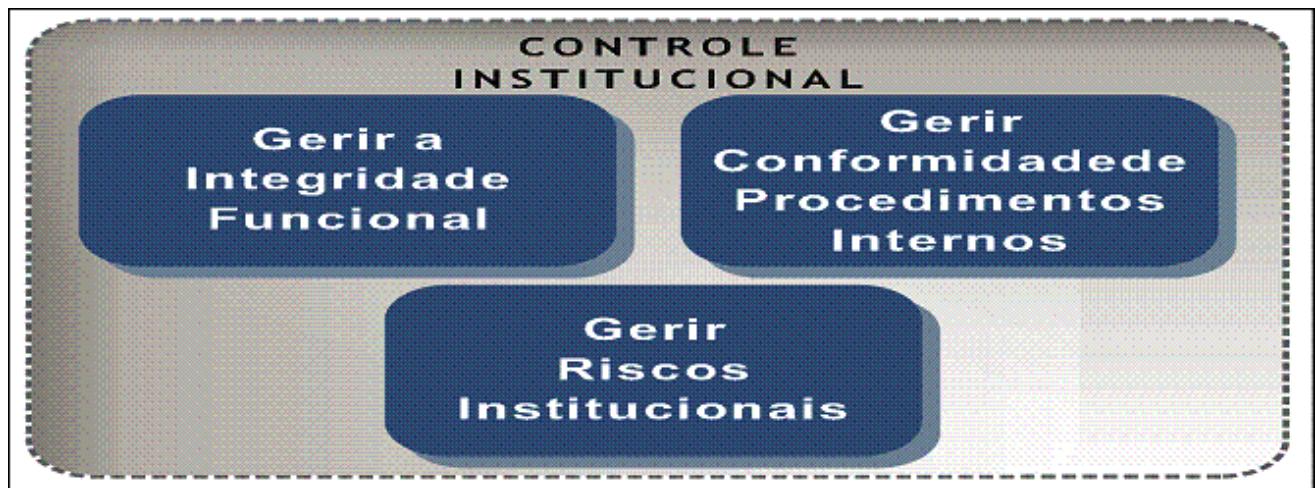
ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das idéias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, instituiu, em 2002, o "Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antonio Schöntag (Prêmio Schöntag)".

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;

- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federa do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração esta evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 - 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, em âmbito nacional, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos.

Atividades realizadas:

- Implantação do Portal do ITR para Municípios Conveniados.

Foi implantado em 8 de julho de 2013 o sistema de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para Municípios Conveniados, denominado Portal do ITR.

O sistema permite a execução das atividades de fiscalização e cobrança pelo município que celebrar convênio com a RFB, nos termos da Lei nº 11.250/2005 e Decreto nº 6.433/2008.

Foram treinados 761 Agentes Fiscais Municipais por meio de dois Programas de Ensino à Distância (EAD) executados pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, realizados nos períodos de abril/maio e de agosto/setembro de 2013.

1882 Municípios celebraram convênio com a RFB dos quais 153 o fizeram no 2º semestre de 2013.

A Cocif exerce a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do ITR – CGITR, tendo realizado 6 Reuniões Ordinárias.

Na XVI Marcha em Defesa dos Municípios, realizada no período de 10 a 11.07.2013, apresentamos o Portal do ITR para Municípios Conveniados com o objetivo de divulgação do sistema, estímulo à celebração de convênio com a RFB (oportunidade) e apresentação das condições para a habilitação no sistema.

- IX Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT

O IX ENAT foi realizado no período de 7 a 9 de outubro de 2013 na cidade de Fortaleza-CE com a participação de 230 agentes tributários federais, estaduais e municipais.

O ENAT foi criado com o objetivo de integrar as administrações tributárias (EC nº 42/2003).

Foram realizadas 26 palestras/exposições sendo: RFB (13), Municípios (8) e Estados (5). Registrhou-se aumento significativo da participação dos municípios.

- Intercâmbio de Informações Tributárias

Conclusão da formatação dos registros das informações coletadas pela RFB para repasse para os estados e os municípios. A formatação é orientada para o fato gerador do tributo administrado. Essa atividade é desenvolvida pelo Grupo de Trabalho ENAT 01, coordenado pela Cocif.

- Estrutura de cooperação e integração

Foram apresentadas propostas para **(i)** regulamentação do ENAT no âmbito da RFB e **(ii)** para gestão das representações institucionais.

- Repositório Nacional de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

Foi a concluída a negociação para a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo junto ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República -SAF/SRI (Resolução CAF nº 12/2013), para desenvolver proposta de estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, sob a coordenação da RFB.

- Processo Eletrônico Nacional

A Cocif coordenou as atividades decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a RFB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP para a construção de um sistema de processos administrativos eletrônicos comprometendo-se a disponibilizar produtos e informações referentes à iniciativa e-Processo. Foram realizados dois eventos para definição do módulo de interoperabilidade.

- Relações Institucionais

Com o objetivo de fortalecer as relações institucionais da RFB com seus parceiros, a Cocif coordenou e/ou realizou 36 eventos de negociação. Destacam-se, com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SAF/SRI, a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SEMF/PNAFM, o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, a Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - COTEPE/ICMS, a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República – SDH, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, o Ministério da Previdência Social – MPS, com entidades representativas de estados e municípios: CMN, ABM, FNP, ENCAT e ABRASF; e com diversa Secretarias de Fazenda e Tributação e Finanças de Estados e Municípios na formulação de soluções conjuntas para situações específicas e pontuais.

- Transferência para a SPOA/MF da gestão dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA.

Foi concluída a negociação para a transferência dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA, para a SPOA-MF que passou a administrar a Rede RIS a partir de 1º.10.2013.

Os valores transferidos para a RFB em decorrência dos convênios foram resarcidos para os conveniados de acordo com determinação do CONFAZ.

c) Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo, por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades.

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais

relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público, prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;

- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares *stricto sensu* abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar, a análise da admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores, e a apuração de responsabilidade pelo eventual cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos processos disciplinares em curso e aos servidores neles envolvidos; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de admissibilidade, evitando-se a instauração de PAD, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

No que se refere à prevenção aos ilícitos funcionais, uma das principais linhas de atuação da Coger é o denominado Projeto Proteger, sistema de palestras que procura apresentar a forma de atuação da Coger, com ênfase na abordagem preventiva e didática da área disciplinar, na busca de informar e conscientizar os servidores sobre a postura a ser adotada no exercício de suas atividades. A atuação correcional no combate à corrupção e na manutenção da integridade organizacional, em última análise, propicia segurança profissional e proteção institucional ao bom servidor, além da obtenção de positivos impactos em termos de arrecadação tributária.

O balanço do Projeto Proteger em 2013 foi extremamente positivo, tendo sido alcançados os objetivos de aproximar o sistema correcional das unidades de ponta e de propiciar à categoria uma

correta e isenta informação acerca da forma legal, impessoal, razoável e concatenada com a Administração da RFB com que a Coger atua.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e gerir riscos institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” é patrocinada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, alcançando atividades finalísticas e de apoio, tais como: atendimento ao público externo, controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias contínuas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual das Unidades da RFB e a consolidação e o fornecimento de informações para a Prestação de Contas da Presidência da República.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e da metodologia, os estudos e prospecções de melhores práticas e métodos e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos. Além disso, compõem os trabalhos dessa área a análise e emissão de pareceres de risco, o acompanhamento da implementação dos tratamentos e dos níveis de riscos, bem como o fornecimento de subsídios para a atuação da auditoria interna.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Desde 2010, o processo de planejamento orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) tem evoluído no sentido de garantir o cumprimento das iniciativas estratégicas da organização, definidas conforme planejamento estratégico institucional, e as necessidades de manutenção das suas atividades finalísticas.

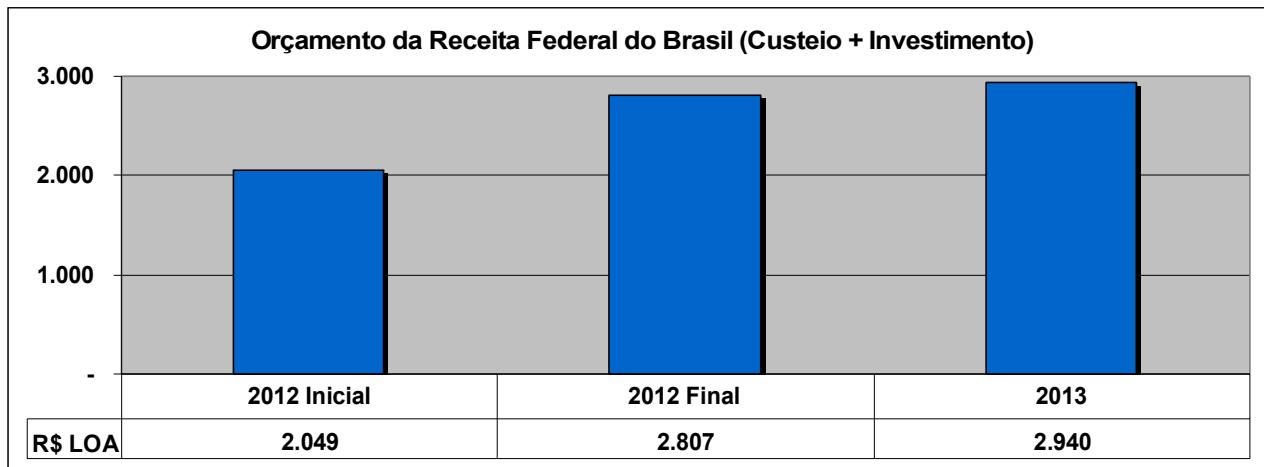
O processo orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) inicia-se com o alinhamento do orçamento à estratégia da instituição, por meio de Iniciativas Estratégicas, vinculadas ao Mapa Estratégico e aprovadas pela área de planejamento e pelo Secretário da RFB.

Em seguida, a RFB coleta as necessidades orçamentárias de todas as suas 177 Unidades Gestoras, as analisa conforme as características de cada unidade e as consolida. Em caso de pedidos específicos, como Tecnologia da Informação e Treinamentos, as respectivas áreas também fazem uma análise crítica das necessidades apresentadas. Após feita a consolidação dos valores, tem-se a proposta orçamentária prévia. Em 2013, os valores solicitados para o orçamento da RFB somaram R\$ 3,492 bilhões de reais, valores estes referentes às ações discricionárias.

Posteriormente, a RFB recebe o referencial monetário, limitando o valor da proposta. Como

geralmente as necessidades são maiores do que o valor disponibilizado, se faz necessária uma readequação, com a eliminação de despesas anteriormente previstas. Para tanto, são feitas várias discussões, com a participação de atores diversos. Em 2013, a LOA da RFB foi de R\$ 2,940 bilhões de reais, representando 84,2% do pedido (em relação às despesas discricionárias).

Apesar de o Congresso Nacional não ter aprovado o orçamento de 2013 tempestivamente, o exercício foi iniciado com uma expectativa positiva, pois quando da elaboração da proposta orçamentária, em 2012, houve, mesmo que parcialmente, o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão, o que significou um aumento de 43% relativamente à LOA 2012 inicial (5% da LOA 2012 final).



No que se refere apenas às despesas discricionárias, após levantamento de suas necessidades, a RFB solicitou para 2013 o montante de R\$ 3,492 bilhões de reais, tendo sido consignado em LOA R\$ 2,940 bilhões de reais, o que representa 84,2% do valor solicitado. Desse valor, R\$ 413 milhões estavam vinculados à reestruturação e modernização das atividades da RFB em todo o território nacional.

Durante o exercício, porém, a situação não se mostrou tão positiva. O atraso na aprovação do orçamento resultou no bloqueio dos recursos de investimento no início do ano e, como consequência, impediu que as diversas unidades da RFB pudessem iniciar seus processos de contratação já nos primeiros meses do exercício. Além disso, tão logo o orçamento foi aprovado, houve contingenciamento de R\$ 1.051 milhões (35,7% do orçamento total, que representava 50,5% do custeio total) o que obrigou a RFB a solicitar a aplicação de parte do contingenciamento em recursos de investimento, do contrário seria impossível manter suas atividades até o final do exercício.

Adicionalmente, houve também uma forte limitação à execução das despesas de custeio, que foram inicialmente limitadas a 80% dos valores gastos em 2012, por itens de gasto dispostos na Portaria MPOG nº 268/2013, mas que posteriormente foi flexibilizado para 80% do total gasto em 2012, diante da notória impossibilidade de manter as 662 unidades da RFB em funcionamento sem o mencionado ajuste.

Como resultado de todos os desafios expostos, foi necessário que a RFB negociasse junto a diversas instâncias do Ministério da Fazenda (MF) para buscar a redução no contingenciamento aplicado ao órgão e expansão dos limites para empenho de despesas de custeio.

Não obstante a essas dificuldades, a RFB encerrou o exercício de 2013 com a utilização 98% da dotação orçamentária disponível (LOA menos o valor contingenciado que ficou em R\$ 465,6 milhões, sendo R\$ 272,2 milhões em custeio e R\$ 193,4 para investimento), sendo os principais

investimentos realizados:

- demandas de devolvimentos de novos sistemas de tecnologia da informação junto ao SERPRO e DATAPREV no valor de R\$ 333,8 milhões;
- do total de R\$ 226,7 milhões empenhados na ação orçamentária Fortalecimento Institucional:
 - R\$ 103,5 milhões foram para Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteiras da RFB;
 - R\$ 53 milhões para Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação da RFB;
 - R\$ 37,2 milhões para Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB, sendo o seu maior investimento realizado para aquisição equipamentos de Raios-X do tipo Escâner Móvel (empenho de R\$ 61.368.300, sendo R\$ 22.368.300 com recursos dessa ação e R\$ 39.000.000 com recursos recebidos da Secretaria extraordinária para grandes eventos do MPOG)
 - investimento em capacitação e Especialização de Servidores da RFB da ordem de R\$ 25,4 milhões;
 - R\$ 43,5 milhões foram empenhados para atender ações específicas de obras de engenharia de grande vulto – chamadas obras destacadas –, sendo a de Construção da nova sede da DRF de Franca em SP a que contratou o maior valor R\$ 16,8 milhões;
 - investimento de R\$ 35,4 milhões em aquisição de máquinas e equipamentos e outras obras.

Não fossem as situações já mencionadas que adiaram as contratações, há fortes indícios de que a RFB executaria a totalidade do seu planejamento estratégico reservado a 2013, pois somente no mês dezembro de 2013 foram empenhados 69% da dotação disponibilizada para investimento.

b) Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: Todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2013, teve como principais atividades:

- a) Conversão de 3.300 processos de depósitos recursais oriundos de autuações do Ministério do Trabalho em renda União;
- b) Contabilização mensal, conforme legislação contábil vigente, dos impostos e contribuições federais a receber. Em 2013, o estoque desses créditos no Ativo da RFB representou cerca de 970 bilhões de reais;

- c) Contabilização mensal da previsão de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- d) Registro mensal da conformidade contábil que representa a regularidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão das Unidades Gestoras;
- e) Mapeamento de processos de trabalho da Setorial de Contabilidade da RFB;
- f) Atividades relacionadas à elaboração e entrega, ao TCU e CGU, do Processo de Prestação de Contas Anual da RFB;
- g) Análise e regularização da conta de depósitos de terceiros da RFB que apresentava inconsistências há vários anos. A regularização consistiu em baixa de saldos de aproximadamente 5.000 CNPJ's e CPF's que apresentavam valores recolhidos aos cofres da União através de códigos inválidos de DARF's;
- h) Orientação e acompanhamento em relação à elaboração e envio, por parte de todas as UG's da RFB, da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF;
- i) Treinamento, atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Setorial de Contabilidade da RFB em razão das mudanças na contabilidade pública que serão implantadas a partir de 2014 e 2015 como o novo plano de contas do governo federal e a nova plataforma do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- j) Orientação tempestiva e adequada aos contadores das Setoriais Regionais de Contabilidade na solução das inconsistências contábeis detectadas pelas Unidades Gestoras da RFB;
- l) Gestão e execução contábil utilizada como ferramenta indispensável para a prestação de assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União; e,
- m) Geração de informações a partir da escrituração contábil objetivando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitar-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 315 mil acomodamentos na Central de Serviços. Nesta área, o já consolidado Modelo GSERV – modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, foi novamente premiado, sendo um dos vencedores do Prêmio TI & Governo 2012.

Já no planejamento, este foi um ano grandes avanços no que diz respeito ao planejamento estratégico de TI. Foi realizada uma série de reuniões, designadas como Encontros de Planejamento Estratégico de TI, que contaram com a participação de todas as áreas da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, com o objetivo de definir o Mapa Estratégico da área, buscando a condução coordenada e corporativa da TI da RFB.

Além disso, ao longo de 2013, realizou-se a gestão da execução do Portfólio de Produtos de TI (PPTI) 2013, garantindo o alinhamento das iniciativas de desenvolvimento de sistemas com o planejamento realizado pela alta administração. E, em mais um ciclo do processo, foi concluído o planejamento do PPTI para 2014. No primeiro semestre de 2013, a Receita Federal já possuía a prévia do PPTI 2014, a qual foi utilizada para subsidiar o planejamento do orçamento de TI, e no final do ano, o PPTI 2014 foi publicado, refletindo o orçamento de TI previsto para a Receita em 2014.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;

- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Neste ano, podemos destacar os significativos avanços no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis (*APPs*). Em 2013, a Receita Federal consolidou sua participação no mundo *mobile*, disponibilizando mais quatro produtos, sempre objetivando melhorar o relacionamento com o contribuinte: implementação de novas funcionalidades nas aplicações para pessoa física, a implantação do m-IRPF, da e-DBV e do APP Importador.

Além disso, diversas ações foram realizadas com o objetivo permanente de aperfeiçoamento deste processo de trabalho, dando continuidade a melhoria da metodologia de desenvolvimento de sistemas, consolidando o seu uso, disseminando a prática e treinando usuários e técnicos em pré-especificação, modelagem de dados e na técnica de medição de projetos Pontos por Função (PF). Cerca de quatrocentas pessoas já foram treinadas, de áreas técnicas e usuárias, incluindo servidores de outros órgãos envolvidos em projetos compartilhados com a Receita Federal.

Dessa forma, foi possível instituir formalmente a fase de pré-especificação no processo de desenvolvimento de software da RFB. Esta fase consiste na elaboração de um documento padrão, visando obter as necessidades dos usuários de forma mais detalhada e completa e inclui as atividades de modelagem de processos, levantamento de requisitos funcionais e não funcionais, e identificação de integrações com os demais sistemas. Ao final dessa fase, há elementos para se estimar o tamanho da aplicação, por contagem de Pontos por Função, métrica de software que permite avaliar o esforço do desenvolvimento e estimar os custos e recursos envolvidos.

O modelo de dados corporativo instituído na Receita Federal é uma ferramenta que possibilita a definição de uma informação utilizada em vários sistemas apenas uma única vez e permite que os sistemas sejam integrados e que as informações sejam confiáveis, além de gerar economia através da não duplicação de dados.

De acordo com a métrica criada internamente, com o reuso promovido por esse modelo, apurou-se uma economia de cerca de R\$ 6 milhões no desenvolvimento de quatorze sistemas.

Ainda neste ano, houve a elaboração do conjunto normativo para a atividade estabelecendo o Modelo de Desenvolvimento Interno (MDI). Neste modelo, o conceito abrangente de ciclo de vida de software é fundamental, pois representa uma perspectiva de tratar a solução tecnológica em todas etapas desde sua concepção até o eventual descarte. Trata-se não só de desenvolver (codificar) um sistema, mas também de executar as tarefas de implantação, produção e manutenção da aplicação.

Sendo assim, foi definido e detalhado o ciclo de vida dos sistemas, englobando cada fase, com processos, atividades, tarefas, papéis, artefatos e responsabilidades específicas dos sistemas de informação.

Esse conjunto de normas permite a estruturação efetiva dos sistemas desenvolvidos internamente para soluções corporativas em todas as suas fases, estabelecendo métodos e regulamentando esse desenvolvimento desde a definição de seus requisitos até a sua saída de produção. Sendo assim, será possível garantir que se alcancem resultados positivos, utilizando-se processos e metodologias que permitam alcançar a estabilidade, segurança e continuidade dessas soluções.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No primeiro semestre de 2013, a área de segurança de TI promoveu esforços na busca de uma solução segura que permitisse aos usuários internos uma maior mobilidade no desempenho de suas atividades, por meio do uso de qualquer rede sem fio, tanto no ambiente de rede interna como em redes privadas ou públicas, valendo-se dos equipamentos de propriedade da Receita. A solução foi normatizada e implementada em toda a Receita Federal.

Em paralelo, a fim de garantir um incremento na segurança dos softwares corporativos, independente deles serem advindos dos prestadores de serviço, do desenvolvimento interno ou da fábrica de software, foi estruturada, normatizada e já iniciada a atividade de Inspeção de Segurança nesses softwares. Nesse sentido, a inspeção se dá em fases diversas do ciclo de vida do software, seja na fase de homologação, seja na de produção. Dentro dessa atividade, além do código-fonte, todo o ambiente é analisado com intuito de propor alterações que resultem em sistemas ainda mais seguros aos usuários. Visando garantir eficiência e eficácia do processo de inspeção, as vulnerabilidades e as falhas detectadas devem ser corrigidas durante o próprio processo, durando diversos ciclos, assim entendidos como: o período necessário a essa correção, bem como a homologação e avaliação da correção implementada. A Inspeção de Segurança, além de trazer maior conhecimento às equipes envolvidas no ciclo de vida dos sistemas, concorrendo para a redução do número de falhas no processo de desenvolvimento, se torna parte inerente e pró-ativa dos processos e das ações de garantia da continuidade dos negócios da Receita Federal.

Também neste ano, a área de segurança de TI implementou o Ciclo de Palestras de Segurança – palestras técnicas, gerenciais e educativas – cujos objetivos são fomentar discussões sobre temas atuais, assim como alertar e conscientizar os usuários acerca dos riscos inerentes à utilização inadvertida das tecnologias disponíveis na Instituição. Iniciado em maio, três etapas do Ciclo já foram realizadas, num total de sete palestras previstas. Diferentes temas foram abordados: o uso de dispositivos móveis para testes de invasão; o gerenciamento de dispositivos móveis e uso de dispositivos pessoais no ambiente corporativo; as pragas digitais que estão atacando o Android; as técnicas de desenvolvimento seguro de aplicações para dispositivos móveis; as implicações da Lei nº 12.737, conhecida como Lei Carolina Dieckmann; e os perigos inerentes à navegação na internet, aspectos técnicos pertinentes e medidas simples para tornar essa navegação mais segura.

Outra iniciativa da área de segurança de TI foi a realização do primeiro módulo do curso Gestão de Segurança da Informação. Realizado no final do segundo semestre, esse curso é de extrema importância no processo de capacitação dos Gestores de Segurança da Receita Federal, dado que tem como foco a atualização dos conhecimentos que visam preservar e aprimorar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações da Instituição, bem como garantir a continuidade dos negócios no grau de qualidade requerido pela Receita Federal. Um segundo módulo, ou módulo complementar, está previsto para ser ministrado no primeiro semestre de 2014.

Por fim, com a finalidade de dar mais consistência e robustez no desempenho das atividades de aprovação dos certificados digitais e-CPF para funcionários da Instituição, bem assim dar cumprimento à regulamentação da ICP-Brasil, em 2013, foi realizado, sob a gestão da área de segurança de TI, treinamento para os Agentes de Registro da Receita Federal, em grafoscopia e documentoscopia, na modalidade de ensino a distância. Constituído de um total de 9 turmas, esse treinamento foi obrigatório para os servidores que desempenham essas funções e contou com mais de 550 participantes.

d) Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O programa de renovação de parque tecnológico da Receita Federal visa adequar permanentemente esta infraestrutura de TI às necessidades institucionais. Em 2013, completou-se um ciclo de renovação das estações de trabalho com equipamentos cobertos por garantia e suporte, proporcionando um ambiente informatizado adequado para o melhor desempenho e segurança dos usuários.

Neste ano, houve a licitação da ferramenta de Rede Social Corporativa da Receita Federal. Esta iniciativa provê ambiente tecnológico adequado para propiciar respostas rápidas às oportunidades, ambiente colaborativo, ambiente de aprendizado coletivo, inovação, identificação de talentos, retenção de conhecimento e experiências e incrementando a atual comunicação interna.

Outras ações, visando manter o parque computacional adequado, foram realizadas no decorrer deste ano, como aquisições de solução de conectividade, de servidores descentralizados, de dispositivos para certificação digital dos funcionários (*tokens*), instalação dos equipamentos de videoconferência, disponibilização de acesso seguro à rede da Receita através da tecnologia sem fio (Wi-Fi).

Também neste ano, foi realizada a compra de estações de trabalho móveis, com o objetivo de fortalecer a mobilidade dos servidores da RFB e a comunicação institucional. A licitação, que ocorreu no mês de dezembro, deve disponibilizar no próximo ano mais de 5.500 equipamentos, entre *ultrabooks* e *tablets*.

No que se refere a comunicação virtual, neste ano, 410 novos equipamentos de videoconferência foram instalados, acompanhado da expansão do seu gerenciador, o que ampliou significativamente a utilização desse recurso em todas as suas unidades, agilizando a realização de reuniões, a tomada de decisões e a disseminação de conhecimento, reduzindo, ainda, o custo com deslocamentos. A excelente aceitação do uso do recurso fica evidente quando analisamos os números: em 2013 a média de videoconferências realizadas foi de 197/mês, um crescimento de 41% sobre a média observada em 2012.

Além das videoconferências, também a ferramenta *Webconference* merece destaque, permitindo a realização de conferências entre servidores utilizando as próprias estações de trabalho, sem a necessidade do uso de equipamentos específicos. A implementação da ferramenta viabilizou o projeto

“Sessão de Julgamento não Presencial por *Webconference*”, que possibilita a participação de diversos julgadores lotados em unidades distantes da cidade-sede, sem a necessidade de deslocamento, reduzindo os custos da máquina pública e aumentando a produtividade do servidor. Tal projeto rendeu à RFB o Prêmio Inovação da Administração Tributária do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT).

Em 2013, também foi observada a consolidação dos indicadores de Infraestrutura, o NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e o NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico “Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais”. Em relação ao NIT, o resultado nacional foi de 91,44%. Já para o NAF, o resultado nacional foi de 98,28%, números que refletem o empenho da área de Infraestrutura em fornecer altos padrões de qualidade de TI aos servidores da RFB.

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Recrutamento Externo – No âmbito da RFB os concursos públicos são autorizados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária. Os novos servidores devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP) ao longo do primeiro ano de exercício profissional. O PFP iniciado em 2013 teve como público-alvo os 252 Auditores-Fiscais e 750 Analistas Tributários aprovados nos concursos públicos de 2012 pelos Editais Esaf nº 23 e 24.

Gerir Seleção Interna – O processo de seleção interna está estruturado internamente no que tange à ocupação dos postos gerenciais de Delegado e Inspetor-Chefe, que são dirigentes de unidades locais, denominado Processo Simplificado de Seleção (PSS). Esta sistemática está apoiada na existência de um Banco de Gestores, que passam por etapas de aferição de pontuação por critérios objetivos (formação acadêmica e experiência profissional) e subjetiva (entrevista comportamental para avaliar manifestação das competências gerenciais). Até dezembro de 2013 foram realizados 153 PSS com a utilização das informações do Banco de Gestores, que conta hoje com 589 integrantes. Em fevereiro de 2013 foi iniciada a experiência piloto do Banco de Gestores para Agentes na 6ª Região Fiscal (estado de Minas Gerais). Dos 41 postos regionais de Chefes de Agência, 10 já foram preenchidos por meio de processo seletivo com a utilização das informações do Banco de Gestores para Agentes, que conta com 32 integrantes.

Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa - Em termos de movimentação interna, tivemos 2 concursos internos de remoção, homologados em 5 de outubro de 2012, cujos reflexos se deram em 2013, tendo em vista que as portarias de remoção terem sido editadas mensalmente. Em decorrência desses certames, foram movimentados em 2013, 401 Auditores-Fiscais e 554 Analistas Tributários.

Tivemos ainda a implantação do Modelo de Dedicação Funcional – MDF, que propiciou a alocação de servidores por meio de Trabalho Remoto, Alocação Direta, bem como formação de Grupos de Trabalho com parcelas de contribuição definidas, em processos de trabalho específicos e prioritários para a RFB. Até o fim de 2013, foram alocados, 38 servidores em Trabalho Remoto, 16 servidores em Alocação Direta, e 31 como participantes em Grupos de Trabalho.

Além disso, tivemos 120 servidores movimentados para unidades diversas por meio do PIAP, como forma de aperfeiçoamento de alocação de servidores em Processos de Trabalho prioritários para a RFB.

Gerir Estagiários - Com o objetivo melhorar os procedimentos da gestão de estagiários, com a padronização, uniformização e simplificação do fluxo das tarefas, em 2013, foi concluído e publicado o modelo de processo da gestão de estagiários. Este trabalho contribuiu ainda para: fazer ajustes no manual de procedimentos, melhorando o suporte às Regiões Fiscais; identificação de necessidade de alteração da portaria Cogep nº 163/2009 para incorporar à norma os aperfeiçoamentos do processo; aperfeiçoamento de procedimentos e da comunicação do processo de desligamento com a folha de pagamento, para reduzir uso de GRU para devolução de valores pagos além da data de término do contrato; melhoria na pré-especificação do aplicativo Sigest, sistema informatizado que será implantado para controle do processo.

A contratação de estagiários no âmbito das Unidades Centrais em 2013 totalizou, 104 estagiários, com investimento de R\$ 781.352,05. No âmbito nacional, a contratação totalizou 2.288 estagiários, com investimento de R\$ 13.418.142,09.

Gerir Provimento e Vacância de Cargos - O ano de 2013 foi marcado pela nomeação e posse de 957 servidores integrantes da Carreira de Auditoria, 250 ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal e 707 ocupantes do cargo de Analista-Tributário. A vacância de cargos totalizou 1379 registros, sendo 871 aposentadorias, 385 vacâncias para posse em cargo inacumulável, 45 exonerações, 34 falecimentos e 44 demissões.

b) Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e

- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

- **Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:**

Caminhos - Preparação para aposentadoria é um programa de incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, para que esses servidores possam fazer escolhas pessoais mais conscientes bem como entender a importância de se pensar sobre essa nova fase de vida. A aposentadoria representa uma nova fase da vida, na qual muitas transformações, ainda desconhecidas, estarão presentes. Esse cenário ressalta a importância de se trabalhar o tema na RFB, o que também é preconizado em lei, que determina a preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de um ano. Para esse fim, em 2013, foram implantadas duas turmas, uma em cada semestre. Nas duas turmas, o total de matrículas alcançou 462 pessoas, dessas, 256 (55,41%) foram aprovadas, 28 (6,06%) reprovadas e 178 (38,53%) consideradas desistentes. Para alcançar maior quantidade de pessoas e tornar o curso ainda mais dinâmico, em 2014, será feito um estudo para remodelagem do Caminhos.

PMIMF - Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda: A PEC 201306 - Política de Promoção à Saúde e Bem-estar Organizacional do PMIMF- que tem por objetivo Instituir política de ações integradas e continuadas para promoção de saúde e de bem-estar no ambiente organizacional, alinhando-a às expectativas institucionais e individuais dos servidores do MF, é um projeto que está sob a liderança da Disaq/Cogep e em 2013 concluiu a versão 1.0 do Plano de Gerenciamento de Projetos e cronograma de atividades.

Um dos primeiros produtos dessa PEC para 2014 é o lançamento de Edital para contratação de empresa técnica especializada para realização de diagnóstico e formulação da Política de Qualidade de Vida no trabalho no âmbito do MF, em 2013, esse edital teve seu texto finalizado e está pronto para análise pela Procuradoria.

Espaço da Fala - novos locais: O Espaço da Fala é um serviço à disposição dos servidores que tem como objetivo mediar e facilitar a reflexão pelo servidor sobre alternativas que possam contribuir para o seu equilíbrio biopsicossocial por meio da resolução de questões interpessoais tanto no ambiente de trabalho como também no âmbito familiar e pessoal que estejam interferindo de forma negativa no espaço laboral, melhorando assim, a sua qualidade de vida e produtividade no trabalho. Em 2013, além das Unidades Centrais e Salvador com o serviço já implantado, a DRF/Boa Vista (RR) implantou esse Espaço para seus servidores. a 7^a e 10^a Regiões Fiscais estavam em fase de implantação e a 3^a Região Fiscal iniciou estudos para sua implantação.

Em 2014, será iniciado o trabalho de mapeamento de Processo do Espaço da Fala, com estudos de ampliação das modalidades de serviços em parceria com a experiência das RF e com a melhoria da divulgação do serviços junto aos servidores.

Ginástica Laboral – GL: A Ginástica Laboral, desenvolvida e supervisionada pela Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho, é uma atividade física programada, que consiste na realização de exercícios no local de trabalho, durante o expediente, sendo de adesão voluntária por parte dos trabalhadores. São exercícios leves, de curta duração, que não levam o trabalhador ao cansaço, e que buscam compensar as posturas inadequadas assumidas durante o trabalho e os movimentos repetitivos das atividades laborais cotidianas, prevenindo as LER/DORT.

Em 2013, nas Unidades Centrais, houve a designação de um novo supervisor, com formação superior em Educação Física, permitindo a reativação da contratação de novos estagiários para aplicação de aulas de Ginástica Laboral. Além disso, foi elaborada minuta de Termo de Referência

para contratação de empresa para aplicação de aulas ginástica laboral para as UC.

- **Promover Reconhecimento e Valorização:**

A RFB oferece um conjunto de premiações no intuito de promover o reconhecimento e valorização dos servidores. Em 2013 foram concedidas 36 medalhas Noé Winkler por mérito funcional, num sistema misto de indicação pelos pares e escolha dos dirigentes a partir de uma lista sétupla dos mais votados. Temos que 23,06% dos servidores em exercício participaram do processo indicando os colegas para a premiação. São premiados servidores e colaboradores das unidades centrais e descentralizadas, da carreira de Auditoria (Auditores e Analistas) e administrativos (PEC FAZ e Serpro).

Outra premiação refere-se ao Prêmio Criatividade e Inovação, tem como objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica e aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte. São premiadas três monografias e duas menções honrosas. Na 12ª edição recebeu o primeiro lugar a monografia “Julgamento de Alta Perfomance – JAP – Uma visão integrada no julgamento.”

Merece ainda destaque a realização da 2ª edição do Concurso de Redação e Trabalho Artísticos, destinado a filhos e netos dos servidos. O objetivo é contribuir para o processo de formação da cidadania e aproximação das crianças do cotidiano profissional de seus pais, estimulando-as a desenvolverem a percepção sobre a relação entre o trabalho na RFB e a construção de uma sociedade melhor para se viver. O concurso é dividido em duas modalidades, para crianças que cursam o ensino fundamental: Trabalho Artístico, com participantes do 1º ao 5º ano, e Redação, destinado aos alunos do 6º ao 9º ano.

Ainda no intuito de reconhecer e valorizar os servidores e preservar a memória institucional, foi realizada a 4ª edição do concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil” O concurso foca situações de trabalho cujos dados, pela relevância e historicidade, contribuem para a conservação da Memória Institucional da RFB.

c) Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Avaliação de Desempenho: No ano de 2013 foram realizadas as seguintes avaliações:

a) Estágio Probatório dos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da RFB (ARFB) – A homologação foi relativa aos servidores nomeados em 2010, Portarias RFB nº 1095 e nº 1096, que completaram os 36 meses de exercício até o dia 8/8/2013. Do total de 441 Auditores-Fiscais 368 tiveram o estágio homologado . Com relação aos Analistas-Tributários, 326 tiveram o estágio

homologado, do total de 418. A 2^a homologação contemplou 32 Auditores-Fiscais e 34 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 30/8/13 (Portarias RFB nº 1226 e nº 1227) e não tinham sido contemplados na primeira homologação. A 3^a homologação abrangeu 18 Auditores- Fiscais e 31 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 22/11/13 (Portarias RFB nº 1640 e nº 1641) e não tinham sido contemplados na primeira e segunda homologações

b) Progressão Funcional – A Progressão Funcional dos servidores da RFB é homologada pela Cogep/SPOA do Ministério da Fazenda. O Processo de Progressão nº 19, relativo ao período avaliativo de 1/7/11 a 1/7/12), teve a participação de 1.858 servidores da RFB. Foi ainda realizado o Processo de Progressão nº 20, relativo ao período avaliativo de 1/7/12 a 1/7/13, do qual participaram 1.391 servidores da RFB .

Avaliações para efeito de gratificação de desempenho dos servidores administrativos (GDAFAZ/GDM-PECFAZ/GDPGPE/GDASS/GDACE) - Foram avaliados 5.192 no 4º ciclo avaliativo, com início em 7/10/13 e término previsto para 10/3/14.

Gerenciar Cadastro de Servidores: Aqui, continuamos a investir no aprimoramento das informações cadastrais dos servidores compartilhando melhor com as Regiões Fiscais formas de melhoria na qualidade das mesmas. Continuamos a primorar o Sief-RH, na busca de entrada em produção de novos módulos, que facilitem a retirada de informações gerenciais que norteiam decisões na área.

Administrar Jornada de Trabalho: Investimos na busca de melhoria nas orientações referentes ao assunto às diversas áreas, bem como meios de facilitar a operacionalização das demandas referentes à jornada de trabalho dos servidores.

Gerir Remuneração: Em 2013, a Divisão de Remuneração além de gerir a folha de pagamento de aproximadamente 1.100 servidores lotados nas Unidades Centrais, e orientar as 27 (vinte e sete) unidades pagadoras que compõem a RFB, obteve ainda êxito no término do passivo dos processos administrativos de diversos assuntos voltados para a área de gestão de pessoas, bem como na diminuição do significativo número de processos de exercícios anteriores. Tal medida colaborou ainda com a capacitação dos servidores envolvidos.

Um dos destaques desse processo de trabalho foi a implantação das ações judiciais coletivas, que encontravam-se pendentes, mediante obtenção da força executória de 08(oito) ações judiciais coletivas junto a Advocacia Geral da União.

Gerir Contencioso Judicial e Administrativo: Investimos na diminuição do tempo de resolução dos processos administrativos na área de Gestão de pessoas, tais como remoção, recondução, reversão, licenças e demais afastamentos, etc. Além disso, com um melhor aparelhamento da Divisão responsável por esses processos, houve sensível melhoria no tempo de prestação de informações à AGU na defesa da União em demandas judiciais sobre os mais diversos assuntos, principalmente os que dizem respeito à Remoções e Reenquadramento na carreira da RFB

d) Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir formação inicial
- Gerir capacitação permanente
- Gerir Competências

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir formação inicial: Em 2013 a formação inicial foi propiciada pelo Programa de Formação Profissional – PFP. O Programa tem o objetivo geral de propiciar a formação integral do novo servidor, preparando-o para o desempenho no primeiro posto de trabalho. O período de realização é ao longo do primeiro ano de trabalho do servidor da Carreira ARFB, com carga horária mínima de 160 horas para os Analistas-Tributários e 240 horas para os Auditores-Fiscais. São quatro as etapas previstas: Ambientação e Integração; Prática Supervisionada; Núcleo Comum e Núcleo Específico – que buscam estimular no novo servidor uma atitude pró-ativa, proporcionar uma visão geral dos principais processos de trabalho e fornecer os conhecimentos mínimos necessários para atuação no posto de trabalho. Durante as etapas de treinamento presencial do PFP foram capacitados 242 Auditores-Fiscais, nos pólos: Manaus e Brasília; e 680 Analistas- Tributários, nos pólos: Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Manaus, com a participação de 379 instrutores. Foram registradas 2.138 participações nos 17 cursos oferecidos na modalidade a distância.

Gerir capacitação permanente: Representada pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc). No ano de 2013 foram capacitados 18.433 servidores, ou 72,39% dos servidores em exercício, com uma carga horária média de 48,4 horas. Foram realizadas, em todo o Brasil, um total de 3.660 ações de capacitação, totalizando 892.078 horas de aprendizagem. O Proeduc consolida o modelo de capacitação por competências, focando na redução das principais lacunas identificadas e no fortalecimento das competências críticas para o sucesso da RFB. Neste contexto foram concebidos os Programas Nacionais de Capacitação, dentre os quais merece destaque o Programa de Desenvolvimento Gerencial (DGR) com o objetivo de proporcionar, de forma continuada, o desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB. Foram oferecidas 475 vagas pela em 15 eventos nas modalidades presencial e a distância, distribuídos nos 5 módulos do DGR: Visão e Orientação Estratégica; Efetividade de Gestão; Negociação e Cooperação; Liderança e Gestão da Mudança e Inovação.

Gerir Competências: Desde 2010 a RFB vem atuando na gestão por competências, tendo realizado o mapeamento que resultou no inventário de 12 competências institucionais e 251 competências individuais, classificadas por sua vez em gerenciais (5), fundamentais (9) e específicas (237). No ano de 2013 foi realizado o 2º Ciclo de Diagnóstico de Competências, que consistiu na autoavaliação pelos servidores e avaliação 180º pela chefia imediata. O processo foi apoiado em sistema informatizado desenvolvido internamente e mostrou-se participativo, pois, sendo de participação voluntária, 19.126 ou 75,12% dos servidores em exercício realizaram a autoavaliação e 95,32% dos gestores avaliaram os servidores diretamente subordinados. Foram identificadas as principais lacunas e domínios por tipo de competências e por nível organizacional, de forma a subsidiar a elaboração do Programa de Educação Corporativa para os anos de 2014 e 2015.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, foram institucionalizados dois projetos para a melhoria dos processos de aquisições e contratações.

O primeiro, o Projeto Padrões de Despesas Nacionais, tem como metas a definição de parâmetros objetivos para a contratação de serviços e a quantificação dos postos de trabalho terceirizados a serem contratados. No cenário atual, os serviços e os postos de terceirizados são contratados de forma segmentada em cada Região Fiscal. As dotações orçamentárias são obtidas a partir da atualização monetária do valor constante do orçamento em execução. O orçamento representa uma série histórica repetitiva que não reflete as necessidades atuais da instituição. Como consequência, a RFB apresenta dificuldades na distribuição dos recursos orçamentários e possui diferentes padrões de serviço e de condições de trabalho disponibilizados aos servidores, ocasionando na falta de identidade para a instituição. Dessa forma, há a necessidade de garantir padrões adequados de qualidade nos serviços contratados, compatíveis com o orçamento, a todas as unidades da RFB. Para a elaboração do trabalho, a Copol/Dinot coordenou, ao longo de 2013, a formação de grupos, compostos por representantes de todas as regiões fiscais, para levantamento da situação atual das unidades; elaboração, discussão e aprovação de propostas de normatização; bem como elaboração de portaria de padronização por parte do Secretário da RFB;

O segundo, o Plano Nacional de Aquisições – PNA 2014-2015, objetiva racionalizar as compras de itens de material permanente na RFB, organizando as demandas de todas as unidades, a fim de aumentar a eficiência logística da instituição e, consequentemente, otimizar a utilização dos recursos orçamentários e humanos, e criar padrões de qualidade nos materiais.

As aquisições poderão ocorrer de forma centralizada ou mesmo descentralizada, desde que obedecendo a um padrão definido e sob a coordenação da Copol, área gestora deste processo de trabalho. Foram levantadas as demandas de todas as unidades gestoras e em 2014 serão aprimoradas as especificações dos itens e licitadas as quantidades priorizadas em conjunto com representantes de todas as regiões fiscais.

Foram, também, realizados em 2013 vários procedimentos licitatórios estratégicos para o desenvolvimento e aparelhamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Destaca-se a aquisição dos Scanners de Contêineres, demanda de extrema importância para realização dos grandes eventos sediados no Brasil nos próximos anos. Foram também atendidas diversas demandas de modernização e atualização dos sistemas de Tecnologia da Informação geridos pela COTEC. Além das Licitações concluídas no ano de 2013, merecem também destaque o desenvolvimento de Editais Modelo e o Mapeamento de Processos de aquisições e contratações.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;

- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O Plano de Engenharia é diretamente vinculado ao objetivo estratégico de “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais” que é traduzido em “disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional”. Na cadeia de valor da RFB são definidas políticas institucionais, dentre elas, “definir diretrizes para os processos de gestão” e, dentro do processo de “Gestão de Materiais e Logística”, há destaque para a ação permanente “Gerir Patrimônio e Obras”.

A execução orçamentária 2013 apontou um total de R\$ 190 Milhões aplicados no segmento de Engenharia da RFB, um expressivo aumento de 90% em relação ao exercício anterior. As 20 unidades contempladas com os maiores recursos foram:

| UNIDADE | R\$ |
|------------------------------|------------|
| DRF RIBEIRAO PRETO | 29.105.690 |
| IRF MUNDO NOVO | 26.042.326 |
| DRF FRANCA | 16.899.999 |
| DRF BELO HORIZONTE | 15.077.117 |
| SRRF10 | 13.012.280 |
| DRF MANAUS | 11.327.657 |
| DRF VITORIA | 8.465.438 |
| IRF PONTA PORÃ | 7.856.593 |
| DRF SANTOS | 7.546.857 |
| DRF CAMPO GRANDE | 4.178.572 |
| SAMF-SP >> ED SEDE SÃO PAULO | 4.170.000 |
| DRF ITABUNA | 3.837.026 |
| DRF URUGUAIANA | 3.759.822 |
| SRRF09 | 3.729.781 |
| ARF PORTO DE SALVADOR | 3.505.690 |
| IRF SANTANA DO LIVRAMENTO | 2.927.938 |
| DRF FEIRA DE SANTANA | 2.898.594 |
| DEFIS SÃO PAULO | 2.765.335 |
| DRF PELOTAS | 2.594.150 |
| DRF GOIANIA | 2.499.532 |

Destaca-se ainda a contratação de 35 projetos de adaptação de Agências Modelo que serão construídas ao longo de 2014:

| | | | | | | |
|------|------------------------|-----------------------|----------------------|------------------|-----------------------|---------------|
| | RF02 ARF ANANINDEUA | ARF ARIQUEMES | ARF CACOAL | ARF TUCURUI | | |
| RF03 | ARF CAUCAIA | ARF CAXIAS | ARF SANTA INÉS | | | |
| RF04 | ARF CABO STO AGOSTINHO | ARF CAJAZEIRAS | ARF MACAU | ARF OURICURI | ARF PAU DOS FERROS | |
| RF05 | ARF BRUMADO | ARF EUCLIDES DA CUNHA | ARF IRECE | ARF PAULO AFONSO | ARF RIBEIRA DO POMBAL | ARF EUNÁPOLIS |
| RF06 | ARF BARBACENA | ARF BETIM | ARF CARATINGA | ARF MANHUAÇU | ARF PASSOS | |
| RF07 | ARF BARRA DO PIRÁI | ARF CABO FRIO | ARF RESENDE | | | |
| RF09 | ARF ARARANGUA | ARF PATO BRANCO | ARF UNIÃO DA VITÓRIA | ARF TUBARÃO | | |
| RF10 | ARF ALEGRETE | ARF CANOAS | ARF MONTENEGRO | | | |

Além disso, a RFB obteve a aprovação junto ao MPOG de 63 iniciativas de Reformas, sujeitas à Portaria MPOG nº 268/2013 e a aprovação do Sr. Ministro da Fazenda para 6 grandes obras nas cidades de Belo Horizonte, Vitória, Franca, Ribeirão Preto, Joinville e Salvador.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, as normas relativas a leilão e a destruição foram aperfeiçoadas, notadamente para viabilizar o leilão de resíduos de mercadorias apreendidas antes de sua efetiva destruição, com repasse dos encargos de destruição ao arrematante, que deve dar a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Com esta inovação, o procedimento alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos, vez que foram evitadas despesas necessárias ao pagamento de serviços de transporte, de destruição e de aterro sanitário, que deixaram de ser suportadas pela própria Administração.

O Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) consolidou-se no que tange à participação de pessoas físicas, democratizando-se a participação dos licitantes e aumentando a competitividade. Em 2013, cerca de 3.020 lotes admitiram a participação concomitante de pessoas físicas e jurídicas em sua disputa. O número total de proponentes - interessados que registraram proposta para os lotes - foi de 13.818, sendo 3.162 pessoas físicas, o que corresponde a cerca de 23% do total.

Em dezembro/2013, foram homologadas demandas evolutivas do SLE. Destacam-se a criação de um portal para conferir um maior destaque na divulgação dos lotes pela Internet; e a integração com o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União (CGU), para fins automatizar o controle das impossibilidades na participação das licitações.

Também foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, objetivando aperfeiçoar os controles, simplificar procedimentos e aumentar a segurança dos processos de gestão contábil e procedural de mercadorias apreendidas.

Foram retirados de circulação e destruídos aproximadamente 17 mil toneladas de material potencialmente nocivo à saúde, à segurança e ao meio ambiente, o que equivale ao montante da

ordem de R\$ 721 milhões em autuações fiscais.

Houve redução de cerca de 24% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 26% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia), o que demonstra o esforço das unidades na adoção de providências para evitar a obsolescência, depreciação ou perecimento dos bens apreendidos.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, a Divisão de Normas e Orientações Técnicas (Dinot) finalizou a minuta de Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade. Este trabalho demandou dezenas de reuniões junto ao Arquivo Nacional, tendo havido, adicionalmente, uma revisão da proposta de texto final por parte das Coordenações responsáveis pela produção documental.

Cabe salientar a entrega de toda a fundamentação legal para estabelecimento de prazos de guarda e eliminação, a qual foi elaborada no ano de 2013.

Espera-se a conclusão definitiva dos instrumentos de gestão documental para o primeiro semestre de 2014.

A partir da conclusão dos trabalhos, iniciaremos os procedimentos de eliminação documental.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);

- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil; e
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

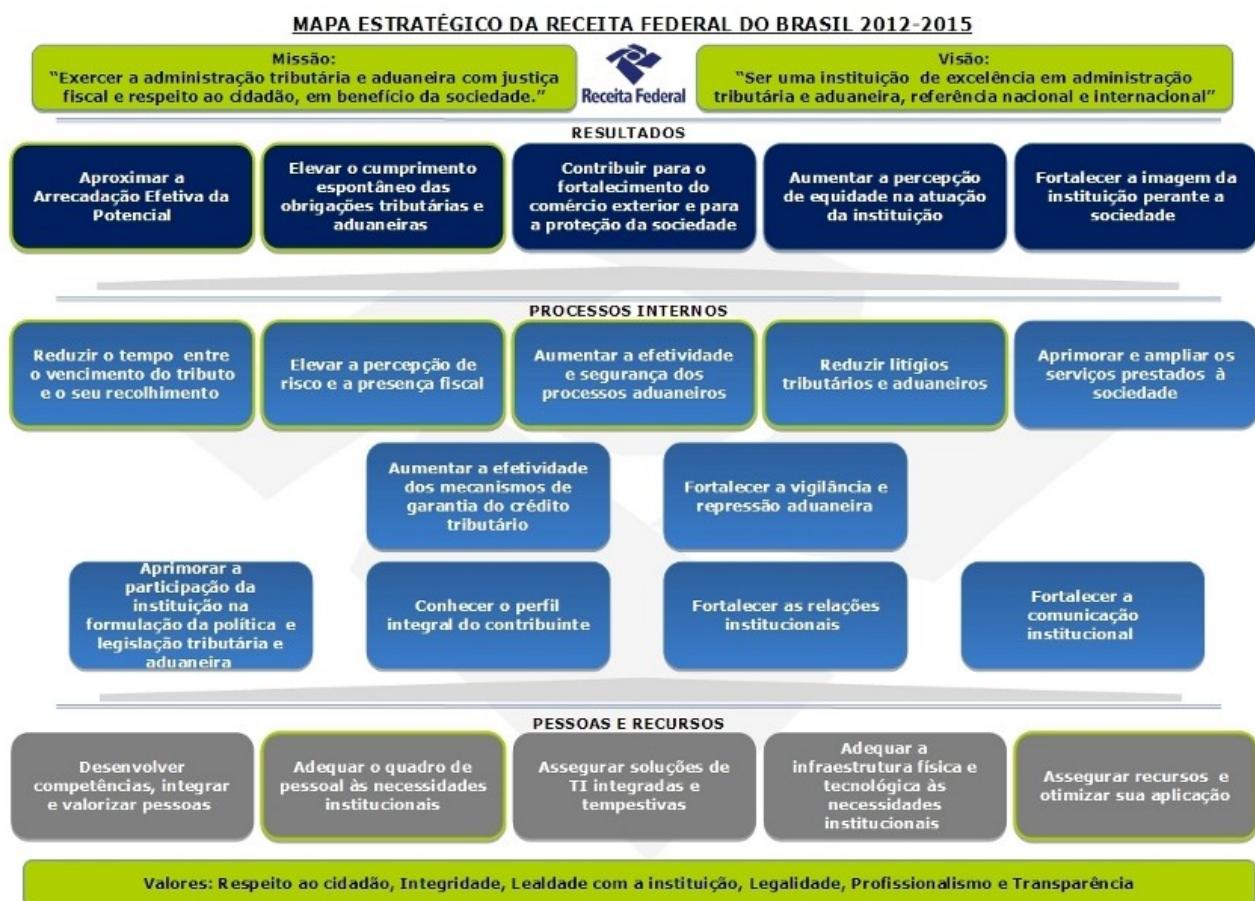
A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparéncia. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2013 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- **Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- **Reducir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do

crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

- **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- **Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- **Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
- **Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
- **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

- **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.
- **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação** - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

A Cadeia de Valor é referência para vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização.

O Mapa Estratégico, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras.

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O Painel de Desempenho, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no

alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

| RESULTADOS | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial | Índice de atingimento da arrecadação potencial | Índice de realização da meta global de arrecadação | | | |
| Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras | Índice de adimplência do crédito tributário | Índice de adimplência das obrigações acessórias | Indicador de atividade de educação fiscal | Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação | |
| Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade | Índice de fortalecimento do comércio exterior | | | | |
| Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição | Índice de percepção de equidade | | | | |
| Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade | Índice de inserções positivas da RFB na mídia | Índice de percepção da RFB pelo público externo | | | |
| PROCESSOS INTERNOS | | | | | |
| Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento | Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício | Índice de recuperação da cobrança | Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes | Tempo médio de contencioso de primeira instância | Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento |
| Elevar a percepção de risco e a presença fiscal | Indicador global de desempenho da seleção (IGDS) | Indicador global da fiscalização (IGF) | Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF) | Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF) | Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA) |
| Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros | Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação | Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES) | | | |
| Reducir litígios tributários e aduaneiros | Índice de solução de consultas | Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso | Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos | Índice de litigância administrativa | Índice de variação da litigância judicial |
| Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade | Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15) | Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes | Grau de fluidez do despacho de exportação | Grau de fluidez do despacho de importação | Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação |
| Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário | Índice de crédito tributário garantido | | | | |
| Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira | Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira | Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira | | | |
| Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira | Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira | Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais | | | |
| Conhecer o perfil integral do contribuinte | Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM) | | | | |
| Fortalecer as relações institucionais | Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias | Grau de cobertura dos convênios | Grau de ativação de convênios | Grau de inserção internacional | |
| Fortalecer a comunicação institucional | Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB | | | | |

PESSOAS E RECURSOS



Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

| Projetos Estratégicos Institucionais da RFB | Descrição |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| *Projeto Gestão de Recursos | O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia). |
| *Ampliação da Segurança da Informação | Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.</p> |
| *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP | <p>Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas. |
| *Projeto de Integração Nacional - REDESIM | <p>Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.</p> |
| *Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ | <p>Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.</p> |
| | <p>Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a</p> |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| *Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet | elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB. |
| *Implementar o Sistema @tos | Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo. |
| *m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) | Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA. |
| *Implantação do Escritório de Processos da RFB | Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo. |
| *SCC – Pagamento Automático | Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, resarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres. |
| *SCC - Reintegra | Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra. |
| *Implantar o Sistema Requerimentos | Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento. |

| | |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | |
| *Siscomex Carga | Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo. |
| *Projeto SISAM | Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina. |
| *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO | Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB. |
| *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO | Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB. |
| *Programa GRANDE EVENTOS | Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade. |
| *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE | Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua. |
| *SPED – EFD SOCIAL | Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as |

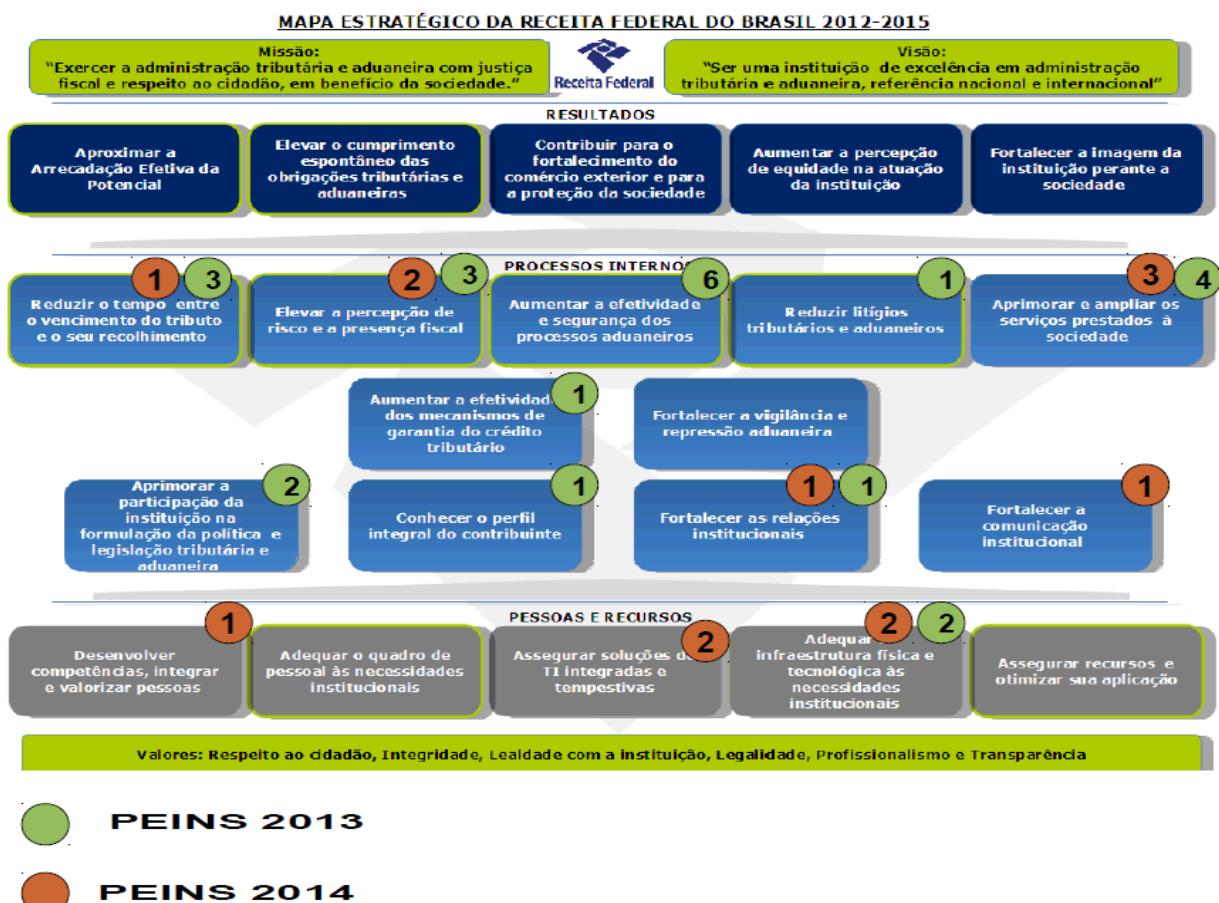
| | |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes. |
| *SPED – Integração | Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança. |
| *SCC – Créditos Pis/Cofins | Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins. |
| *PUC - Programa de Unificação dos Créditos | Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF. |
| *e-Processo | Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN. |
| *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público | Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscrito e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparência e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias. |
| *SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais. | Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais. |

* **Fonte:** Copre 2014

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de

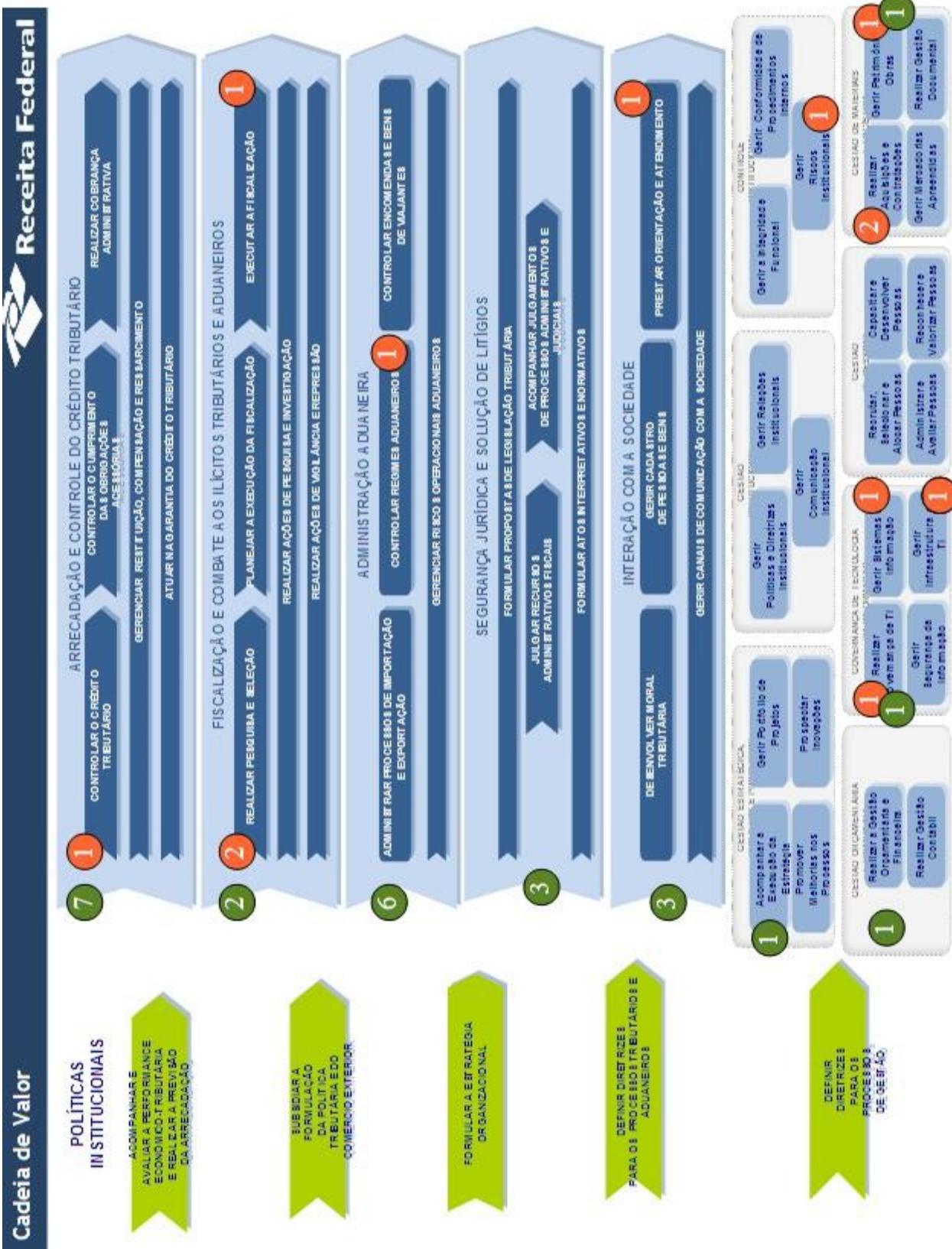
impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas.

Os quadros apresentados a seguir mostram a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo Estratégico no Mapa Estratégico e por Macroprocesso na Cadeia de Valor:



Fonte: Copre/Copav – 2014

Cadeia de Valor



Fonte: Copre/Copav – 2014

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- **Cartaz do Mapa Estratégico;**
- **Cartaz da Cadeia de Valor;**
- **Calendário de mesa com apresentação dos marcos institucionais da RFB e imagens do Mapa Estratégico e da cadeia de Valor:**

MISSÃO

 Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade 



Receita Federal

Janeiro

| D | S | T | Q | Q | S | S |
|----|----|----|----|----|----|----|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |
| 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | |

1- Confraternização Universal

Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.

Gestão Estratégica — Intranet

intranet.receita.fazenda/menu-lateral/gestao-estrategica

GOOGLE INTRANET RFB Receita Federal do Br... NOBLAT Esaf claudiohumerto G1 YAHOO Portal da Imprensa Na... SIOP - Sistema Integr... Cabresto sem Nô VEJA CIÊNCIAS DIVERSOS Dicas

INTRANET

Página Inicial Espaço do Servidor TV Receita Conexão Receita Educação Corporativa Biblioteca

Institucional
Nossa História
Elaboração de Atos
Ética e Cidadania
Gestão Estratégica
Legislação e Jurisprudência
Processos de Trabalho
Segurança Institucional
Sistemas e Downloads
Unidades da RFB

[blog da intranet](#) | [últimas notícias](#)

Gestão Estratégica

Gestão Estratégica RFB 2012-2015

Planejamento Estratégico
O Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015 possui 21 objetivos, sendo que oito deles são "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda verde, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Para saber mais visite os links úteis abaixo e os itens do menu à direita.

Projetos Estratégicos - Portfólio
Em sintonia com a estratégia estabelecida para o período 2012-2015, foi definido pela Alta Gestão o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais da RFB, que é acompanhado diretamente pelo Gabinete do Secretário e utiliza a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB.

Processos de Trabalho - Cadeia de Valor
O processo de formulação da estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB que apresenta como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a RFB cumpra sua Missão e gere valor para o Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores.

Sistema de Apoio à Gestão Estratégica - Sage RFB
O Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Sage-RFB) tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos, os Objetivos Estratégicos, Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

Links Úteis

Iniciar INTRANET - Receta... 4A PRODUÇÃO dos... REGIMENTO INTERN... Gestão Estratégica ... 15:05

Reuniões de Avaliação Estratégica

intranet.receita.fazenda/administracao/copav/gestao-estrategica/raes-nacionais/raes-nacionais-2012

GOOGLE INTRANET RFB Receita Federal do Br... NOBLAT Esaf claudiohumerto G1 YAHOO Portal da Imprensa Na... SIOP - Sistema Integr... Cabresto sem Nô VEJA CIÊNCIAS DIVERSOS Dicas

Acessibilidade Fale Conosco Meu Correio Acesso Restrito

BRASIL

Receita Federal
INTRANET

Página Inicial Espaço do Servidor TV Receita Conexão Receita Educação Corporativa Biblioteca

Institucional
Nossa História
Elaboração de Atos
Ética e Cidadania
Gestão Estratégica
Legislação e Jurisprudência
Processos de Trabalho
Segurança Institucional
Sistemas e Downloads
Unidades da RFB

[blog da intranet](#) | [últimas notícias](#)

Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais - 2012 e 2013

Informações e arquivos das RAEs Nacionais - 2012 e 2013

Datas das RAEs Nacionais - 2013
As RAEs Nacionais de 2013 ocorrerão nas seguintes datas:
[Leia mais...](#)

4ª RAE Nacional 2013
[Leia mais...](#)

3ª RAE Nacional 2013
[Leia mais...](#)

2ª RAE Nacional 2013
[Leia mais...](#)

1ª RAE Nacional 2013
Reunião de Avaliação Estratégica Nacional - RAE Nacional, 16 a 18 de abril de 2013
[Leia mais...](#)

4ª RAE Nacional 2012
Tema: Reunião de Avaliação Estratégica Nacional - RAE Nacional, com foco no ano de 2012
[Leia mais...](#)

3ª RAE Nacional 2012
3ª RAE Nacional 2012 - 31/07 a 02/08

Gestão Estratégica

Atos relacionados à gestão estratégica, projetos e processos.
Cadeia de Valor
Mapa Estratégico 2012-2015
Painel Estratégico 2012
Planejamento - períodos anteriores a 2011
Processos
Projetos
RAE Nacional
Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais - 2012 e 2013
Datas das RAEs Nacionais - 2013
4ª RAE Nacional 2013
3ª RAE Nacional 2013
2ª RAE Nacional 2013
1ª RAE Nacional 2013
4ª RAE Nacional 2012
3ª RAE Nacional 2012
2ª RAE Nacional 2012
1ª RAE Nacional 2012

Iniciar INTRANET - Receta... 4A PRODUÇÃO dos... REGIMENTO INTERN... Reuniões de Avaliação ... 15:03

Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 05/02/2014

Por intermédio da Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2014, o Ministério da Fazenda aprovou alterações no Regimento Interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012). Entre as principais mudanças destacam-se:

- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex) no município de São Paulo.

- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) no município de São Paulo.

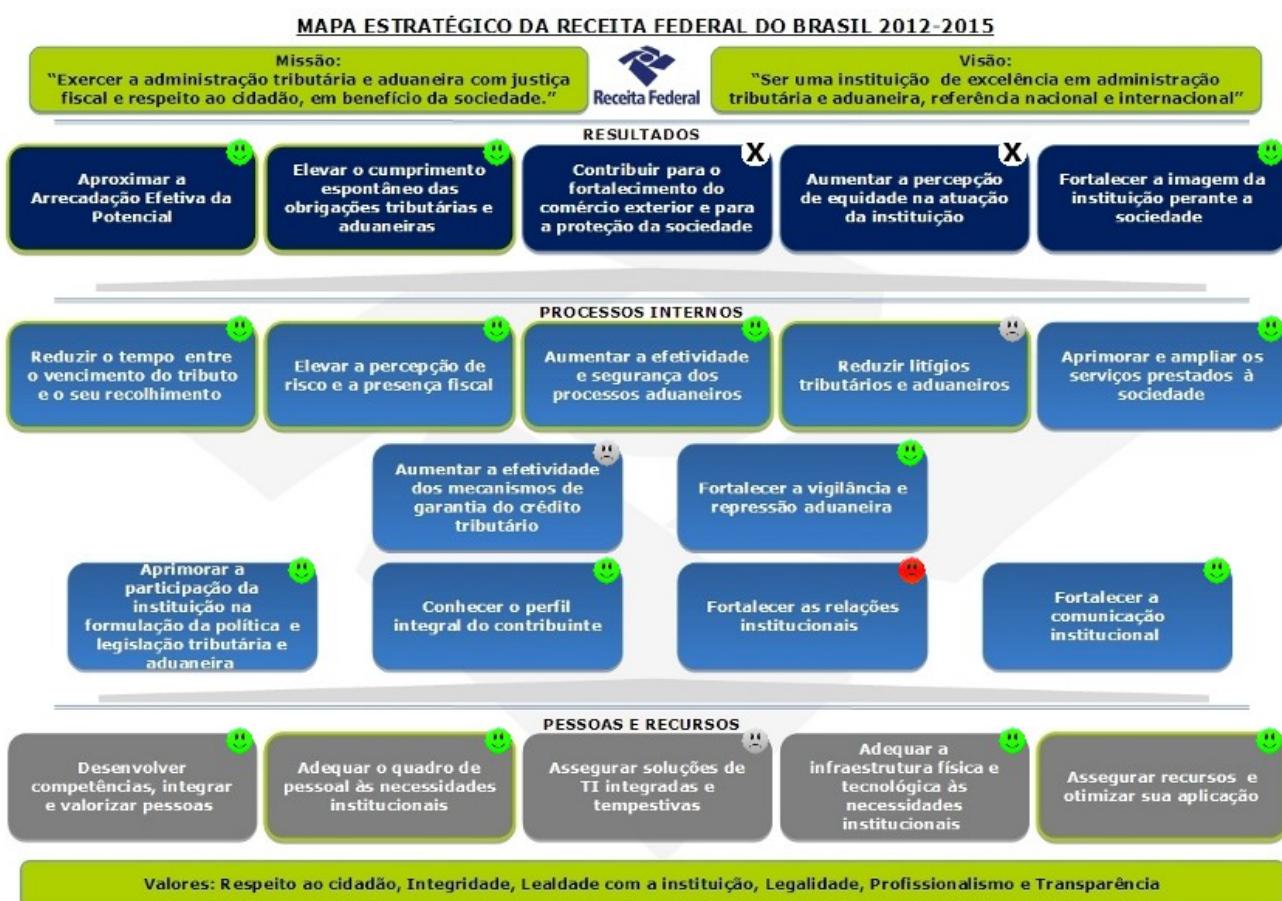
Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se num instrumento de comunicação visual (semáforos) que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas regionais.

Esses semáforos servem de base para elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis, e para o eventual redirecionamento da própria estratégia da Instituição. Eles funcionam como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Vemos, no Mapa Estratégico, ano de referência 2013, a seguir, os semáforos referentes a cada objetivo da RFB.



O semáforo verde indica que o objetivo está sendo atingido dentro do esperado; o amarelo, que o resultado está um pouco abaixo do esperado; o vermelho, que está muito abaixo do esperado; o cinza indica que o resultado está muito acima do esperado; o branco informa que os indicadores que permitiriam a avaliação do resultado não estão disponíveis; o ponto de exclamação indica que não se está no período de avaliação; o ponto de interrogação indica que os resultados ainda não estão informados no sistema; e, finalmente, o “X” indica que o indicador teve resultados, mas não teve meta estabelecida.

De forma geral, os objetivos não apresentaram comportamento insatisfatório. Somente o objetivo estratégico “Fortalecer as relações institucionais” apresenta uma situação muito abaixo da esperada (semáforo vermelho). Contudo, isso se deve ao fato de que o referido objetivo, não obstante seja medido por quatro indicadores, teve seu resultado influenciado apenas por um indicador com semáforo vermelho, uma vez que os outros três estavam com status “não disponível”.

Para uma leitura mais aprofundada dos resultados da instituição do que ocorreu no ano de 2013 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo. Neste sentido, recorrendo-se ao Painel de desempenho (figura a seguir – Fonte: Sage 06/02/2013), é possível verificar, indicador a indicador o que está influenciando mais decisivamente a realização de cada objetivo estratégico (os indicadores estão detalhados no item 2.3).

O Painel de Desempenho é uma representação gráfica mostrando os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

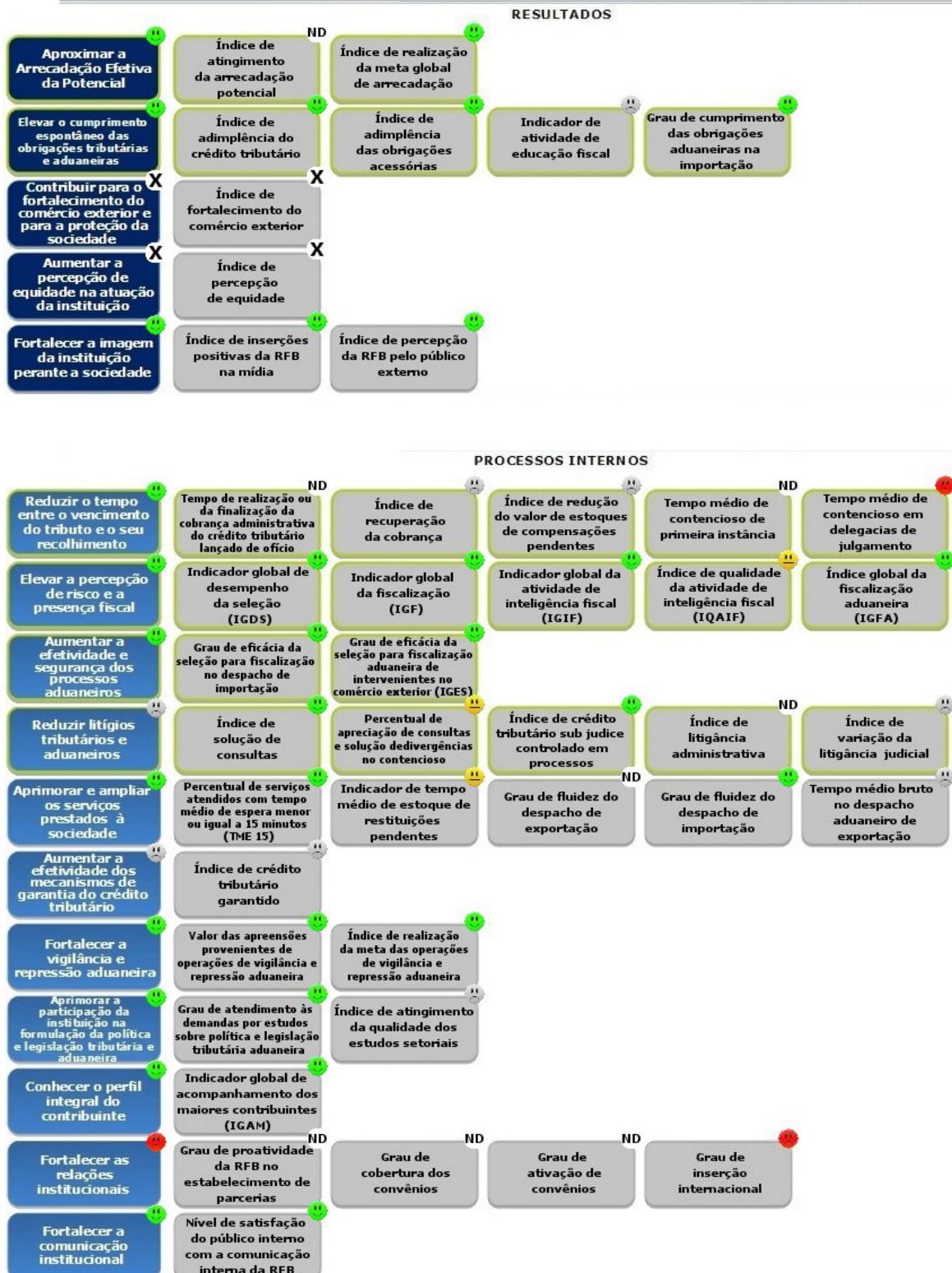
O Painel de desempenho da Receita Federal do Brasil – 2013, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos – 52;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 8 (1 na perspectiva Resultados e 7 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos sem meta estabelecida – 2 (2 na perspectiva Resultados);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 40 (4 na perspectiva Resultados, 21 na Processos Internos e 9 na perspectiva Pessoas e Recursos).

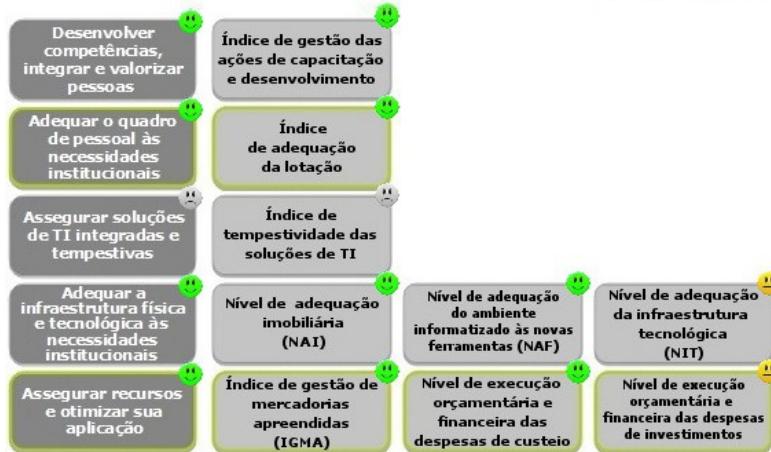
Dos 42 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 27 (6 na perspectiva Resultados, 15 na Processos Internos, 6 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 5 (3 na perspectiva Processos Internos e 2 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (2 na perspectiva Processos Internos), a saber: Tempo médio de contencioso em delegacia de julgamento e Grau de inserção internacional; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 8 (1 na perspectiva Resultados, 6 na Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013



PESSOAS E RECURSOS



O Painel de desempenho da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – 2012 mostra a seguinte situação:

Dos 29 indicadores, desdobráveis em nível regional, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 19 (5 na perspectiva Resultados; 11 na Processos Internos; 3 na Pessoas e Recursos);

Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 3 (todos na perspectiva Processos Internos);

Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (1 na perspectiva Resultados e 1 na perspectiva Processos Internos);

Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 5 (todos na perspectiva Processos Internos).



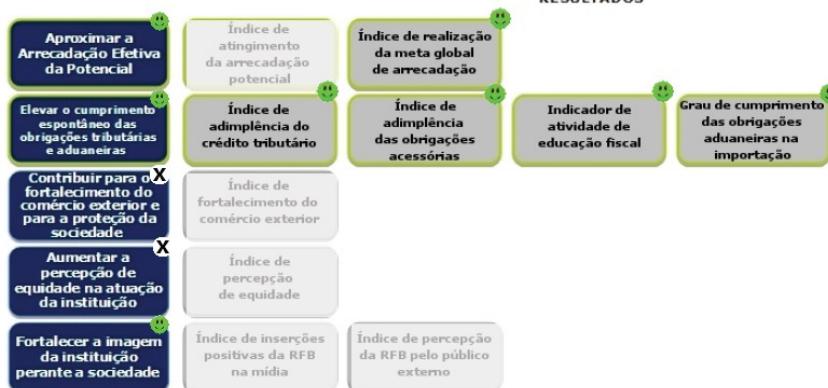
PAINEL DE DESEMPENHO

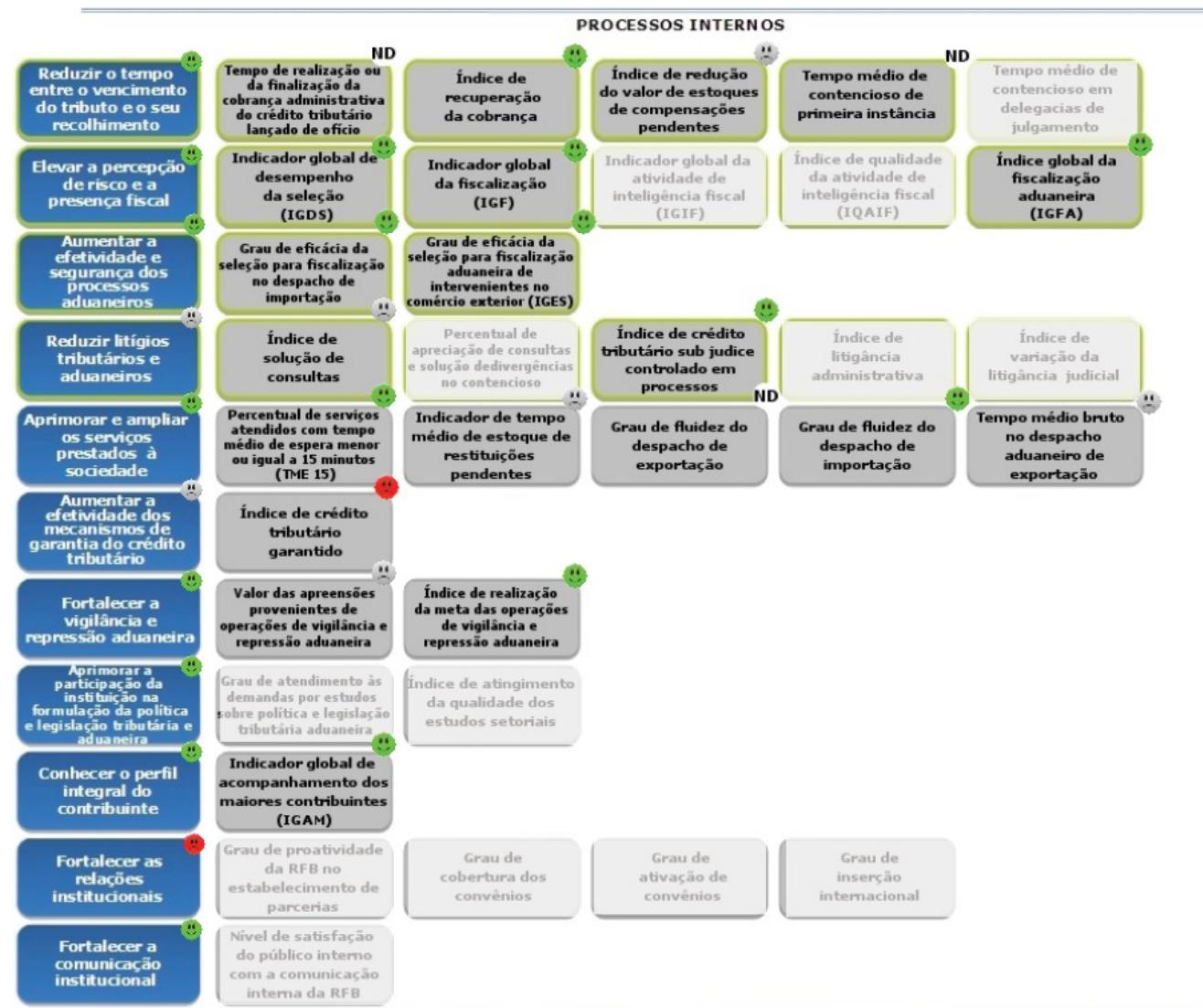
Âmbito: RF03



PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS





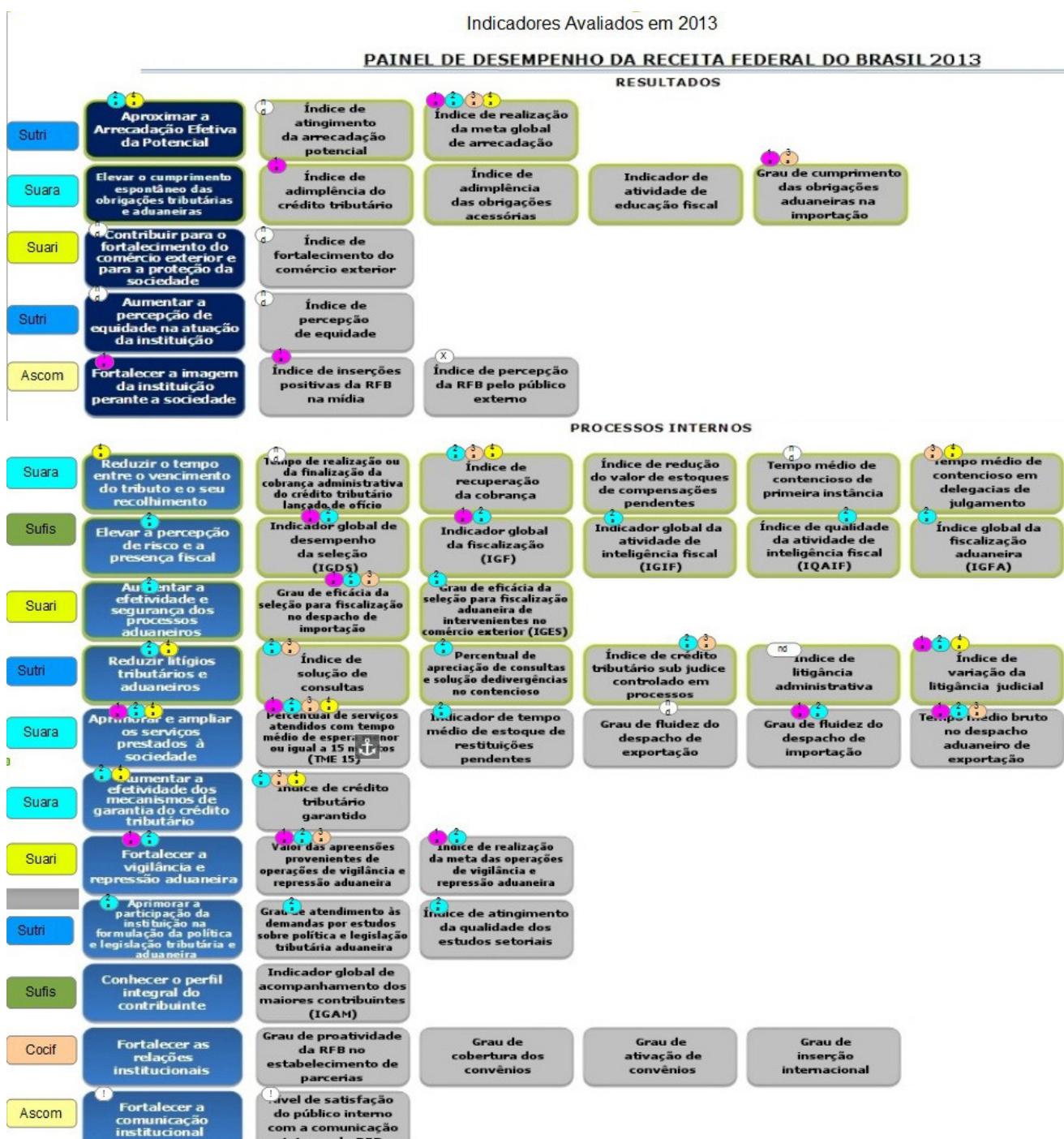
PESSOAS E RECURSOS



Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2012, foram realizadas, com referência ao ano de 2013, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medida as ações foram executadas; e
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas.

Abaixo, podem ser identificados, no Painel de Desempenho, em quais Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE os Objetivos Estratégicos que tiveram seus Indicadores Estratégicos analisados.





Legenda

- Avaliado na 1^a RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 2^a RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 3^a RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 4^a RAE Nacional de 2013

Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status “Disponível” foram marcados como “ND” e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o indicador estratégico selecionado para discussão.

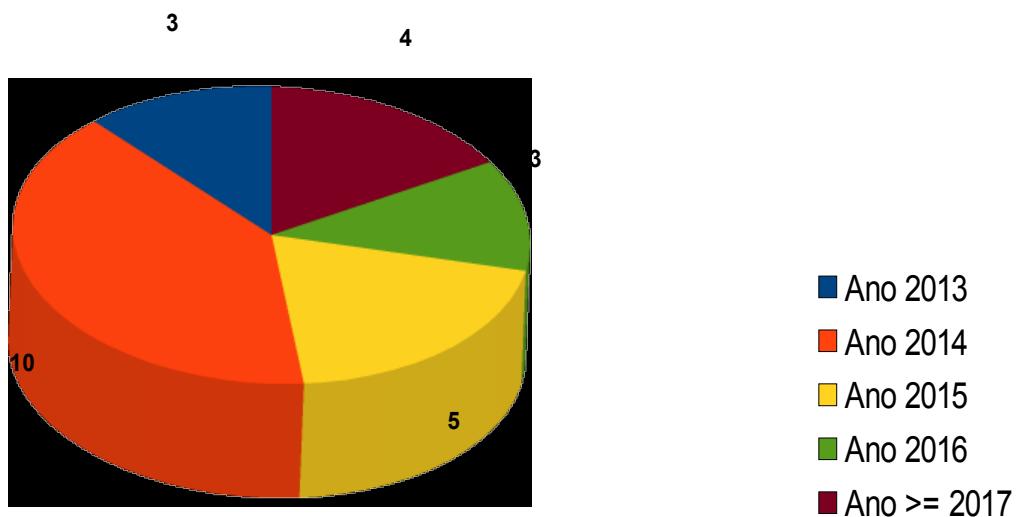
Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais quanto à previsão de encerramento, percentual executado e status.

| Objetivos estratégicos | Projetos Estratégicos Institucionais |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Assegurar recursos e otimizar sua aplicação | *Projeto Gestão de Recursos |
| Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais | *Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP |
| Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas | - |
| Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais | - |
| Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas | - |
| Fortalecer a comunicação institucional | - |
| Fortalecer as relações institucionais | *Projeto de Integração Nacional – REDESIM |
| Conhecer o perfil integral do contribuinte | *Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ |

| Objetivos estratégicos | Projetos Estratégicos Institucionais |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira | *Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos |
| Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira | - |
| Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário | *SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais |
| Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade | *m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra |
| Reducir litígios tributários e aduaneiros | *Implantar o Sistema Requerimentos |
| Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros | *SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE |
| Elevar a percepção de risco e a presença fiscal | *SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins |
| Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento | *PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público |

* **Fonte:** Copre/Copav 2014

- Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2014, porém muitos deles (50%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2014, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues nos anos seguintes.

- Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

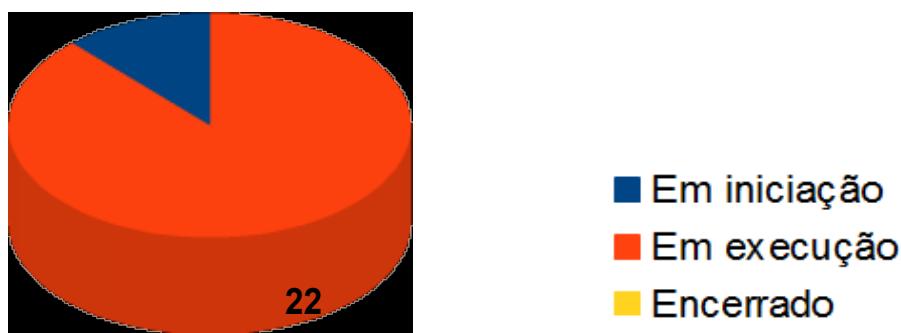
| | Projetos Estratégicos Institucionais | Área | Início | Término | % |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------|----------|----------------------|----------------------|
| Mandatório | Grandes Eventos | Suari | 03/01/11 | 31/12/14 | 25% |
| | SCC - Pis/Cofins | Suara | 07/07/08 | 16/01/15 | 90% |
| | SCC - Reintegra | Suara | 19/09/11 | 11/04/14 | 77% |
| | SIC - Programa Sistemas Integrados do Crédito Público | Suara | 07/02/01 | 27/12/19 | 50% |
| | Arrecadação e Controle do Crédito Tributário | PUC SCC - Pagto Autom. | Suara | 01/03/10 03/05/10 | 30/04/03 03/05/13 |
| Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros | Sped Integração | Sufis | 01/06/09 | 29/03/13 | 32% |
| | Sped - EFD Social | Sufis | 01/07/10 | 07/01/15 | 30% |
| Administração Aduaneira | Sisam | Suari | 15/02/10 | 09/05/14 | 66% |
| | Siscomex Exportação | Suari | 02/06/10 | 30/06/14 | 88% |
| | Siscomex Importação | Suari | 08/06/10 | 31/12/14 | 100% |
| | Siscomex Carga | Suari | 01/01/04 | 17/07/17 | 30% |
| | Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE | Suari | 01/01/04 | 24/11/23 | 3% |
| Segurança Jurídica e Solução de Litígios | Sipet | Sutri | 18/02/11 | 30/05/14 | 88% |
| | Requerimentos | Sutri | 07/06/11 | 13/04/15 | 0% |
| | Sistema @TOS | Sutri | 18/02/11 | 31/12/14 | 42% |
| Interação com a sociedade | Novo CNPJ | Suara | 03/10/11 | 31/12/14 | 19% |
| | Redesim | Suara | 05/07/11 | 14/11/16 | 42% |
| | SINTER | Suara | 01/03/13 | 31/12/16 | 100% |
| | m-RFB | Sucor | 19/03/12 | 28/02/15 | 45% |
| Gestão | Gestão de Recursos | Sucor | 01/07/09 | 31/07/15 | 46% |
| | Seg. da Inform. | Sucor | 01/08/10 | 31/01/14 | 95% |
| | Escritório de Processos | Copav | 01/02/11 | 31/12/13 | 69% |
| | e-Processo | Suara | 27/02/06 | 31/12/14 | 83% |
| | Construção e Recuperação de Edifícios do MF | Sucor | 03/09/12 | 23/12/16 | 29% |

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/14

- Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:

3



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

Os programas Sistema @TOS, Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos estão em fase de execução.

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 – Ações

Quadro 2 - AÇÕES

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------|
| Código | 147Z | | | | | Tipo: Projeto |
| Título | Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | |
| Objetivo | Código: | | | | | |
| Programa | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim | (X) Não | Caso positivo: ()PAC | | () Brasil sem Miséria | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e inanceira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 2.000.000 | 2.000.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| Obra concluída | | | percentual de execução física | 5,0 | | 0,0 |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | Execução Física - Metas | | |
| Valor em 01/01/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 0 | 0 | 0 | Obra concluída | percentual de execução física | 0,0 | |

Análise da execução

A contratação do Projeto Básico não foi possível em 2013, por razões administrativas, e está prevista para 2014.

2.2.2 - Fatores Intervenientes que Concorreram para os Resultados de Objetivo e ou Ação

Execução das metas: prejudicada, pois o projeto básico da obra foi reprogramado para 2014.

Fatores intervenientes: proprietário do imóvel com dificuldades na resolução de pendências do terreno junto ao cartório de registro – os confinantes foram notificados e o cartório está aguardando resposta para efetuar o registro correto do terreno.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sutri/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 98,98 | 99,00 | 99,36 | 99,36 | 99,12 | 98,25 | 97,70 |

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta da arrecadação atingiu 97,70% do previsto, influenciada pela conjugação dos seguintes fatores.

Positivos:

- Recolhimento do ajuste e da estimativa mensal do IRPJ/CSLL e da COFINS das Entidades Financeiras, em patamares bem superiores ao ano anterior;
- Incremento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, instituída pela Lei nº

- 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e alterações posteriores;
- Incremento no volume de vendas e, principalmente, na receita nominal de vendas do Comércio Varejista, tanto nacional como regionalmente, conforme Pesquisa Mensal do Comércio – PMC/IBGE, com reflexo positivo nos tributos sobre o faturamento das empresas;
 - Variação positiva na massa salarial, tendo em vista o incremento na geração de postos de trabalho na 3ª Região Fiscal, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), o que reflete positivamente na arrecadação dos tributos vinculados à folha de pagamentos (IRRF), bem como nas Receitas Previdenciárias;
 - Desempenho positivo da economia nacional até o 3º trimestre de 2013. De acordo com a pesquisa “Contas Nacionais Trimestrais” do IBGE, o PIB apresentou aumento de 2,4% no cumulado do ano até o mês de setembro.

Negativos:

- Redução a zero das alíquotas da CIDE incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados (querosene, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo, álcool etílico, gasolina e diesel), por meio do Decreto nº 7.764, de 22 de junho de 2012;
- Diminuição de importação de combustíveis via Porto de São Luís;
- Aumento das compensações efetuadas em 2013 (até dezembro), em relação ao mesmo período do ano passado, com incremento +21,06%;
- Exclusão do ICMS na base de cálculo (valor aduaneiro) do PIS/COFINS - Importação, conforme RE 559.937/SC (Repercussão Geral), bem como revogação dos parágrafos 4º e 5º, do art. 7º da Lei 10.865/2004, que tratava da inclusão do ICMS na base dos citados tributos, pela lei 12.865/2013, de 09/10/2013, com reflexo nos tributos vinculados ao comércio exterior.

Pontos críticos: Aguardando publicação do Decreto Orçamentário.

Encaminhamentos: Previsão em processo de elaboração.

Observações: O resultado do Indicador, até o mês de maio/2013, correspondeu a 100%, em razão de a Meta adotada pela COPAN até o fechamento do ciclo de previsão ser a própria arrecadação do período.

Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Percentual | Positiva | 95,80 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 95,40 | 95,10 | 95,20 | 95,70 | 95,30 | 95,60 | 95,50 | 95,10 | 95,10 | 94,90 | 94,60 | 94,70 |

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Embora não tenha atingido a meta anual para o Indicador, a 3^a Região Fiscal ficou muito próximo de alcançá-la (94,70% contra 95,80%).

Pontos críticos: (i) esse é um indicador sobre o qual a Região Fiscal tem baixa governabilidade. No seu âmbito próprio de atuação, as ações da SRRF que visam ao alcance da meta estabelecida para este Indicador têm impactos limitados. O nível de adimplência do crédito tributário depende, em grande medida, de fatores que escapam à gestão regional; (ii) há defasagem de até 60 dias entre o final de um mês e a apuração do indicador respectivo, uma vez que só é possível medir o resultado de um determinado mês após o fim do prazo da entrega, pelos contribuintes, das declarações DCTF e GFIP e suas cargas nos sistemas. Além disso, é necessário esperar a disponibilização da informação do batimento GFIP x GPS no sistema Informar.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Percentual | Positiva | 97,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 97,32 | 97,16 | 97,19 | 97,23 |

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Mede atualmente apenas a adimplência da entrega da DIRPF – Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física. O índice da 3^a RF situou-se em 97,23%, acima, portanto, da meta

de 97%.

Pontos críticos: (i) considerando que a data de entrega da declaração DIRPF é o último dia útil do mês de abril, o resultado pode sofrer grandes variações no 1º e 2º trimestres de cada ano, pois a omissão na entrega da DIRPF relativa a um dado ano somente pode ser atribuída ao contribuinte após o respectivo prazo de entrega; (ii) esse é um indicador sobre o qual a Região Fiscal tem baixa governabilidade. No seu âmbito próprio de atuação, as ações da SRRF que visam ao alcance da meta estabelecida para este Indicador têm impactos limitados. O nível de adimplência das obrigações tributárias acessórias depende, em grande medida, de fatores que escapam à gestão regional.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Futuramente, o índice deverá medir também a adimplência na entrega da DCTF, DASN – Declaração Anual do Simples Nacional, DITR – Declaração do Imposto Territorial Rural e GFIP.

Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Número relativo | Positiva | 424,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|--------|--------|--------|--------|
| 140,00 | 315,70 | 383,52 | 464,87 |

- **Finalidade:** Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: a meta anual de 424 pontos foi superada pela 3ª Região Fiscal, que executou 111,5% da meta (472,65 pontos), após aplicação dos critérios de ponderação dos eventos, conforme orientação da Coaef. As maiores contribuições para esse desempenho foram oferecidas pelas DRFs Teresina, São Luís, Juazeiro do Norte e Floriano.

Pontos críticos: Em 2013 a Coaef estabeleceu critérios para ponderar os eventos de educação fiscal em razão do público a que se destinam, do tipo de evento e da diretriz a que preponderantemente se vinculam. Considerando que a ponderação reduz a quantidade absoluta de eventos para uma quantidade ponderada, optou-se por manter a mesma meta do ano 2012 (6.910 eventos). Assim, as Unidades deveriam executar mais eventos, em termos absolutos, para cumprir a

mesma meta, calculada em termos ponderados. Porém, mesmo com a ponderação, percebe-se que quase todas as Regiões Fiscais cumpriram a meta anual já no terceiro trimestre/2013, o que indica que a meta pode ter sido subestimada.

Encaminhamentos: A Coaef deve realizar estudos para a readequação das metas regionais e da meta nacional para 2014. Regionalmente, a SRRF03 deverá promover encontro para reciclagem e alinhamento de informações direcionado aos representantes regionais de educação fiscal, a fim de melhor qualificar os eventos promovidos.

Observações: Não há.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 48,60 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 66,67 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 51,22 | 48,98 | 48,08 | 50,00 | 51,61 | 45,71 | 43,42 | 40,24 |

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em 2013 a 3^a RF apresentou desempenho de 40,24%, ou seja, dentro do limite de 20% (a mais ou a menos) para a meta de 48,60%

Pontos críticos: Esse indicador avalia, em tese, a qualidade do trabalho dos importadores e/ou seus representantes, cuja atividade é alheia ao controle da RFB.

O indicador poderá, ainda, ser influenciado pela metodologia de trabalho utilizada por cada unidade da RFB na conferência aduaneira de importação.

Encaminhamentos: A participação da RFB na melhoria desse indicador é no sentido de oferecer cursos de qualificação e reciclagem para os intervenientes do comércio exterior.

Observações: Com a criação do Grupo de Procedimentos Especiais Aduaneiros – GPEA o percentual de seleção aleatória deverá ser reduzido significativamente nas unidades da 3^a RF e, consequentemente, haverá um impacto positivo no desempenho desse indicador. A redução da seleção aleatória ocorrerá em razão de o GPEA adotar ferramentas de análise de risco para o fim de selecionar operações de importação com indícios de irregularidades.

Indicador: Índice de recuperação da cobrança

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara | Percentual | Positiva | 32,11 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 33,71 | 32,61 | 41,40 | 34,20 |

- **Finalidade:** Mensurar o conhecimento da população em relação à missão, à visão e aos valores da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento
- **Fonte dos Dados:** Pesquisa de opinião
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Região Fiscal atingiu a meta em todos os trimestres ano

Pontos críticos: Não há.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Percentual | Positiva | 35,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 10,70 | 34,60 | 48,40 | 57,90 |

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Região Fiscal atingiu a meta com folga. Esse desempenho pode ser creditado à estratégia regional de otimização dos recursos humanos alocados à atividade de apreciação de compensações tributárias, mediante a sua concentração na análise das compensações de valores mais vultosos.

Pontos críticos: Não há.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Há previsão de treinamento sobre compensações/restituições.

Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sufis/RFB | Percentual | Positiva | 85,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 95,00 | 96,10 | 46,78 | 46,04 | 46,27 | 45,41 | 44,70 | 45,07 | 59,93 | 60,09 | 60,33 | 85,36 |

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Os indicadores que compõem o IGDS são:

– Indicadores S, que medem as quantidades de dossiês provisórios cadastrados para cada tipo de contribuinte (PJ Diferenciadas, PJ Médias, PJ Demais, PF – Elevada Capacidade Contributiva ou Diferenciadas e PF Demais) em relação às metas anuais de seleção desses contribuintes. O valor total do indicador é a soma dos indicadores obtidos em cada segmento de contribuintes, ponderados pelas horas médias previstas para os procedimentos de fiscalização correspondentes.

– Indicador R2, que avalia a qualidade dos dossiês de seleção, mediante comparação entre o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado e o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período.

A meta desses indicadores para o mês de dezembro é de 80% para o indicador S e de 90% para o indicador R2.

O Indicador Global de desempenho da Seleção é a média aritmética desses dois indicadores, possuindo meta de 85%, no mês de dezembro.

O desempenho da 3ª RF foi de 80% no indicador S e de 90,72% no indicador R2,

perfazendo uma realização total de 85,36%, satisfazendo, portanto, a meta proposta.

Pontos críticos: As metas estabelecidas para o preparo de dossiês provisórios são relativamente inelásticas em relação à quantidade de AFRFB alocados no setor de seleção, com possível prejuízo na qualidade dos dossiês produzidos.

Encaminhamentos: A Difis03 irá realizar reunião de avaliação no início do mês de março de 2014 com os representantes das unidades locais, para avaliar o trabalho da seleção em 2013, inclusive ouvindo os supervisores das equipes de fiscalização, e planejar as formas de trabalho a serem adotadas em 2014.

Observações: Não há.

Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sufis/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| 5,40 | 12,50 | 20,00 | 27,00 | 35,00 | 44,80 | 55,80 | 64,70 | 74,60 | 83,10 | 92,30 | 103,10 |

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: De forma geral, os resultados obtidos em 2013 confirmaram a tendência observada no decorrer do ano, ou seja:

1 – Realização satisfatória das metas de fiscalização, exceto no segmento de PJ-Demais, cuja realização da região ficou um pouco acima de 90%. O desempenho nesse segmento parece ter sido influenciado pela priorização de procedimentos em PJ-Diferenciadas e PJ-Médias, com percentuais de realização de 109 e 141%, respectivamente.

2 – Baixa realização das metas de revisão de declarações de pessoas físicas (86%) e em especial, de pessoas jurídicas (60%).

2.1 – Em relação às pessoas físicas, em que pese o baixo percentual de realização das metas planejadas, o resíduo de declarações da região tem se mantido em níveis satisfatórios, quando comparados aos de regiões de porte semelhante.

2.2 – Considerando que as metas de revisão de declarações são proporcionais às horas planejadas para essa atividade, parece que está havendo uma alocação inadequada de AFRFB para a revisão PF.

3 – Realização recorde do Indicador de Crédito Tributário, com crescimento de 60% em relação a 2012 e realização de 138% da meta anual.

4 – O Indicador de Presença Fiscal, apresentou realização de 93,6%, ligeiramente acima da média Brasil (92,9%). Esse percentual de realização foi fortemente influenciado pela restrição imposta para que cada componente do indicador ficasse limitado a 100%. Sem esse limitador a realização do IPF seria de 110,4%.

4.1 – O descompasso da realização desse indicador, quando comparado com o indicador de desempenho, pode estar demonstrando uma alocação insuficiente de AFRFB em atividades de fiscalização.

5 – Os indicadores de alerta A1 (% de fiscalizações em andamento há mais de um ano) e A2 (% de diligências não vinculadas há mais de 6 meses) continuam em níveis elevados.

6 – O indicador de alerta A3 (% de fiscalizações encerradas sem informações de horas) voltou a subir, devendo ser objeto de atuação específica por parte dos supervisores de equipe.

Pontos críticos:

1 - Baixa realização de procedimentos de malha fiscal de pessoas jurídicas.

2 - Desequilibrio na distribuição de ações fiscais entre os diversos segmentos de contribuintes, ocasionando um desempenho insatisfatório no segmento de PJ-Demais.

3 - Indicadores A1 (% de fiscalizações em andamento há mais de um ano) e A2 (% de diligências não vinculadas há mais de 6 meses) em níveis elevados.

Encaminhamentos: A Difis03 irá realizar reunião de avaliação do desempenho da fiscalização com os chefes de fiscalização da região, no início do mês de março de 2014, para a coleta de idéias sobre iniciativas que possam (e devam) ser adotadas em nível regional, voltadas para a melhoria da atuação da Região.

Observações: Não há.

Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|--------|
| 18,10 | 34,10 | 68,40 | 100,60 |

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais

- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3^a RF fechou o ano de 2013 com desempenho de 100,60%. Destaque para o Indicador de Crédito Tributário Aduaneiro (ICT) que alcançou 235% da meta estabelecida (R\$ 209.993.231,16 contra R\$ 89.205.958,49).

Pontos críticos: (i) dificuldade na elaboração de dossiês de contribuintes a serem fiscalizados, em face da reduzida quantidade de operadores de comércio exterior da 3^a RF. Nesse caso, a SRRF03 tem se utilizado bastante da “quebra de jurisdição territorial”, executando procedimentos fiscais em contribuintes domiciliados em outras Regiões Fiscais, mediante prévia anuência destas e da Coana; (ii) falta de equipe especializada e dedicada exclusivamente à pesquisa e seleção aduaneira.

Encaminhamentos: A partir de 2014 a pesquisa e seleção será também executada pela ALF/FOR/CE, que já centraliza a fiscalização de toda a 3^a Região Fiscal.

Observações: Não há.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 90,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 75,00 | 88,00 | 91,00 | 88,00 |

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Nesse indicador a 3^a RF atingiu 88% numa meta de 90%. Entretanto, houve uma ação fiscal encerrada, por engano, sem resultado. A conclusão desse procedimento se deu na 8^a RF com a apreensão de uma aeronave. Assim, corrigindo-se esse dado, a 3^a RF atingiria a meta estabelecida.

Pontos críticos: Dificuldades de explorar novas linhas de pesquisa, em face da falta de uma

equipe especializada e dedicada exclusivamente à pesquisa e seleção. Acrescente-se a isso, o restrito universo de contribuintes.

Encaminhamentos: (i) a pesquisa e seleção, a partir de 2014, também será realizada pela ALF/FOR/CE. Com essa medida pretende-se criar uma equipe especializada e dedicada a essa atividade; (ii) prosseguimento na quebra de jurisdição em 2014 da mesma forma que ocorreu em 2013.

Observações: Fato que merece destaque diz respeito à quebra de jurisdição, pois das 43 (quarenta e três) ações encerradas pela ALF/FOR, aproximadamente 50% desses procedimentos (21 ações) foram realizadas em empresas de outras Regiões Fiscais.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 69,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 65,81 | 64,78 | 65,18 | 65,28 | 65,20 | 67,39 | 66,65 | 65,57 | 64,60 | 64,80 | 64,73 | 64,31 |

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3^a RF fechou 2013 com desempenho satisfatório de 64,31% de uma meta de 69%. Destaque-se que enquanto a meta da 3^a RF é de 69% a média da meta nacional é de 42%.

Pontos críticos: O indicador depende da qualidade da parametrização do Siscomex, especialmente dos parâmetros nacionais. Por outro lado, é essencial que as ocorrências identificadas no pré-despacho, durante o despacho e pós-despacho sejam registradas no RADAR, pois servirão de subsídios ao CERAD – Centro Nacional de Gerenciamento de Risco Aduaneiro no gerenciamento de risco das importações.

Encaminhamentos: A 3^a RF, no final de 2013, criou o Grupo de Procedimentos Especiais Aduaneiros - GPEA que executará o gerenciamento de risco das operações de comércio exterior da RF. Além disso, recomendamos às Unidades Aduaneiras da 3^a RF que orientassem os servidores a registrar as ocorrências no RADAR, assim como procedessem à revisão dos parâmetros locais de seleção.

Observações: (i) na 3^a RF, merecem particular atenção as importações de granéis, em especial na ALF/FOR/CE e na ALF/SLS/MA, pois, em regra, esses despachos são retificados em face das suas

peculiaridades e consequentemente devem interferir no desempenho desse indicador; (ii) há necessidade de mudanças, inclusive de sistemas, que permitam uma maior participação das unidades locais na seleção das operações de importação. Isso certamente elevaria o desempenho desse indicador.

Indicador: Índice de solução de consultas

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sutri/RFB | Percentual | Positiva | 68,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 88,46 | 70,59 | 63,77 | 91,30 |

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas pela unidade da RFB / (acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na unidade da RFB + número de consultas recebidas pela unidade da RFB no período analisado).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta foi superada em mais de vinte e cinco pontos percentuais, demonstrando que, apesar do reduzido quadro de pessoal, a Divisão de Tributação – DISIT/3^aRF vem cumprindo com eficiência a sua principal atribuição que é a solução de consultas externas e internas.

Pontos críticos: Tendo em vista a diversidade de tributos administrados pela RFB, as dúvidas suscitadas nos processos de consulta, com frequência, dizem respeito a matérias muito distintas, o que impede adotar uma sistemática de especialização dos pareceristas, notadamente no caso das DISIT de menor porte, que contam com reduzido quadro de servidores.

Encaminhamentos: Criar oportunidades para que os pareceristas participem de cursos e seminários promovidos pela própria RFB e também por instituições externas, com o objetivo de reciclar conhecimentos e de acompanhar as questões polêmicas de direito tributário que se encontram em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Observações: Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, ensejada pela alteração do § 1º do art. 48 da Lei nº 9.430, de 1996, ocorreu, a partir do último trimestre de 2013, uma mudança significativa na sistemática de trabalho dos processos de consulta relativos à interpretação da legislação tributária.

A competência decisória foi centralizada na Coordenação Geral de Tributação – COSIT, em Brasília, entretanto as atividades foram compartilhadas com as Divisões de Tributação – DISIT das 10 Regiões Fiscais, que permaneceram com a responsabilidade de elaborar os textos das decisões. A nova sistemática tem a finalidade de uniformizar os entendimentos no âmbito da RFB e trazer mais

celeridade à solução das dúvidas suscitadas.

Nesse sentido, a cada três meses, os processos de consultas externas passaram a ser distribuídos pela COSIT, por meio do sistema e-processo, para apreciação nas dez Regiões Fiscais, ocorrendo uma descentralização da carga de processos, antes concentrada nas Regiões Fiscais de maior porte.

Indicador: Índice de crédito tributário *sub judice* controlado em processos

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Percentual | Positiva | 80,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 75,10 | 80,00 | 80,70 | 81,00 |

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF atingiu a meta estabelecida para o ano. Resultado foi 81%.

Pontos críticos: Grande parte da carteira dos débitos a validar do Fiscel – Fiscalização Eletrônica são débitos com vencimentos anteriores a 2008 e concentrados na DRF/Fortaleza. Além disso, referem-se, na maioria, a ações judiciais nas quais a União obteve decisões desfavoráveis.

Pela sua fórmula de cálculo atual e por ter a base dinâmica, o Indicador não mede necessariamente o esforço da Região, uma vez que o ingresso de valores declarados em DCTF como suspensos por medida judicial (aumento do estoque de Crédito Tributário a validar) e/ou a redução dos Créditos Triobutários suspensos em processos, afetam negativamente o resultado do indicador.

Outro ponto crítico é que o índice limita-se a mensurar a transferência dos maiores valores de crédito tributário *sub judice* do sistema SIEF-Fiscel para o SIEF-Processo, evidenciando apenas a análise das fases da ação judicial até determinado momento e, não, até o respectivo trânsito em julgado.

Encaminhamentos: Realização de mutirões para trabalhar débitos da DRF/Fortaleza.

Observações: Não há.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Dia | Negativa | 0,20 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 0,32 | 0,19 | 0,30 | 0,36 | 0,33 | 0,60 | 0,12 | 0,13 | 0,13 | 0,12 | 0,05 | 0,05 |

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª RF encerrou o ano de 2013 com um excelente desempenho (0,05) para uma meta de 0,20. Creditamos esse resultado ao melhor controle dos despachos *a posteriori*, em especial da ALF/FOR/CE e da ALF/SLS/MA.

Pontos críticos: (i) com a mudança no fluxo do despacho de exportação, o Gerencial do Desempenho Aduaneiro não disponibilizou os dados de novembro e dezembro/2013. Isso dificulta a aferição dos resultados; (ii) O despacho *a posteriori* continua distorcendo esse indicador.

Encaminhamentos: Aperfeiçoamento ou substituição do Gerencial do Desempenho Aduaneiro para apuração desse indicador. Uma solução, talvez simples, seria disponibilizar esses dados para extração por intermédio do DW-Aduaneiro. Enquanto não se decide pela mudança desse indicador, recomendamos às Unidades Aduaneiras da 3ª RF que mantenham a sistemática de controle dos despachos *a posteriori*.

Observações: O Gerencial Aduaneiro de Exportação não está disponibilizando as informações relativas aos meses de novembro e dezembro/2013.

Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Percentual | Positiva | 84,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 67,62 | 95,32 | 89,61 | 86,14 | 84,01 | 93,42 | 86,51 | 94,85 | 86,03 | 86,05 | 90,21 | 71,43 |

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em dezembro, registramos uma queda no TME15 da 3a. RF, ficando com um percentual de 71,4%, abaixo, portanto, da meta nacional de 84%. Tal decréscimo ocorreu de modo geral no País, como bem demonstra a média nacional de dezembro/2013, que mediou 71,9%, em decorrência de demandas imprevistas tais como a reabertura do parcelamento especial da Lei 11.941, agravadas pela paralisação dos sistemas previdenciários em razão da migração de plataforma tecnológica de tais sistemas, dificultando fortemente a prestação do atendimento neste mês. No mês de dezembro o QAP – Quantidade de Atendimentos Presenciais da Região foi de 74.904 atendimentos, sendo 9,8% maior do que o realizado no mesmo mês de 2012. Não obstante o resultado ruim em dezembro/2013, verifica-se que na apuração acumulada para todo o ano de 2013 chegamos a um percentual anual de 85,8% para a 3a. RF, portanto, acima da meta e muito próximo do percentual médio acumulado nacional que ficou em 86,9%.

Pontos críticos: (i) aumento da demanda por atendimento presencial em razão da reabertura do parcelamento da Lei 11.941; (ii) demora no atendimento em razão de lentidão/indisponibilidade dos sistemas previdenciários em decorrência da migração de tais sistemas; (iii) algumas Unidades atuando com certa instabilidade, estando muito susceptíveis a alterações na demanda por serviços e muito dependentes do número de servidores no atendimento e capacidade gerencial

Encaminhamentos: (i) diagnóstico das atividades de atendimento das Unidades que apresentaram baixos índices de desempenho no mês de dezembro/2013 para busca de soluções que permitam a recuperação do desempenho em 2014; (ii) expansão e maior divulgação do serviço de Autoatendimento Orientado, buscando retirar maior número de contribuintes do atendimento presencial.

Observações: Não há.

Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Dia | Negativa | 543,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|--------|--------|--------|--------|
| 757,00 | 581,00 | 375,00 | 375,00 |

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, resarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3^aRF atingiu a meta com folga. Houve redução de 65% no tempo médio de estoque de restituições pendentes.

Pontos críticos: Não há.

Encaminhamentos: Há previsão de treinamento na área de compensação / restituição para o 2º trimestre de 2014.

Observações: Não há.

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 59,90 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 70,55 | 71,10 | 71,14 | 70,88 | 70,40 | 70,66 | 69,97 | 70,39 | 69,88 | 69,44 | 69,11 | 68,39 |

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3^a RF, ao longo de 2013, apresentou sempre desempenho acima da meta (59,90%). Ao final desse ano o desempenho foi 68,39%.

Pontos críticos: (i) esse indicador é fortemente influenciado pelo percentual de declarações parametrizadas para o canal verde; (ii) o despacho antecipado de granéis, principalmente na ALF/FOR/CE e na ALF/SLS/MA, influencia negativamente esse indicador. Em 2013, enquanto o percentual de despachos antecipados na 3^a RF foi de 5,55%, no Brasil foi de 0,47%, conforme dados extraídos do Gerencial Aduaneiro.

Encaminhamentos: Reiteramos que as Unidades Aduaneiras da 3^a RF revisassem os parâmetros locais de seleção, assim como adotassem medidas (ex: entrega imediata da mercadoria)

visando reduzir o impacto do despacho antecipado nesse indicador.

Avaliar sistemática de liberação/desembaraço aduaneiro do canal verde nos finais de semana e feriados, pois em algumas unidades isso já é feito.

Reiteramos à RFB/Coana a exclusão dos despachos antecipados da aferição desse indicador, pois em regra, principalmente granéis, a carga já foi entregue ao importador.

Observações: Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suara/RFB | Percentual | Positiva | 15,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 5,10 | 5,10 | 5,30 | 6,60 |

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O percentual alcançado pela Região Fiscal ficou muito aquém da meta estabelecida.

Pontos críticos: (i) dificuldade de obter informações relativas às medidas cautelares fiscais em curso; (ii) cultura de não informar o valor dos bens e direitos nos arrolamentos cadastrados no antigo sistema Conprovi – Controle de Processos Vinculados; (iii) valoração de bens e diretos feita pelo valor histórico, abaixo do valor de mercado; (iv) procedimentos novos para os servidores que trabalham no arrolamento de bens e direitos, com a implantação do novo sistema Conprovi (módulo GCT).

Encaminhamentos: (i) proposição de projeto regional relacionado ao arrolamento de bens; (ii) para alguns contribuintes, o valor dos bens e direitos será atualizado conforme previsão na NE conjunta nº 03/2011, art. 8º.

Observações: Não há.

Indicador: Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|---------|
|-------------|-------------------|------------|------------|---------|

| | | | | |
|-----------|---------------|----------|------|------------|
| Suari/RFB | Milhão de R\$ | Positiva | 6,31 | TRIMESTRAL |
|-----------|---------------|----------|------|------------|

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 4,02 | 4,15 | 7,77 | 8,42 | 8,53 | 8,88 | 8,90 | 10,92 | 11,57 | 11,65 | 11,68 | 12,08 |

- **Finalidade:** Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A apreensão total de mercadorias resultante da atuação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) somou R\$ 12 milhões, quase o dobro da meta estabelecida para a 3ª Região Fiscal. Importante destacar que, dentre a grande variedade de mercadorias retidas, encontram-se cigarros e os veículos que os transportavam bem como, eletro-eletrônicos e óculos de sol, perfazendo 80% do total de mercadorias retidas, ou seja, mais de R\$ 10 milhões.

Pontos críticos: (i) defasagem do valor das diárias, diminuindo o interesse dos colegas em deslocamentos para trabalhos de repressão; (ii) limites impostos por normas administrativas às quantidade de diárias e pessoas em deslocamentos a serviço, o que dificulta a realização de atividades de repressão.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Suari/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 166,67 | 188,24 | 170,37 | 138,10 | 130,77 | 135,59 | 118,84 | 117,50 | 109,47 | 108,26 | 111,67 | 112,70 |

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.

- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:
- Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).
- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Foi aplicada a estratégia de priorizar operações de grande porte, de modo a ensejar o cumprimento da meta, que acabou superada em 12,7%. Para tanto, foram realizadas 07 operações dessa natureza

Pontos críticos: (i) defasagem do valor das diárias, diminuindo o interesse dos colegas em deslocamentos para trabalhos de repressão; (ii) limites impostos por normas administrativas às quantidade de diárias e pessoas em deslocamentos a serviço, o que dificulta a realização de atividades de repressão.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sufis/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|--------|
| 12,41 | 40,00 | 65,00 | 100,00 |

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O trabalho conjunto das Eqmac – Equipes de Maiores Contribuintes da região resultou no cumprimento total da meta, embora algumas unidades individualmente não tenham alcançado os 100%.

Pontos críticos: As maiores dificuldades da região são a rotatividade das equipes, que prejudica tanto o andamento dos trabalhos como a formação do pessoal, e a dificuldade recorrente da DRF/Fortaleza no cumprimento da meta da atividade Ações Judiciais “a validar” - Sief Fiscel.

Encaminhamentos: (i) propor aos Delegados, através do Superintendente, que desenvolvam ações de valorização da atividade de acompanhamento dos contribuintes diferenciados e especiais, objetivando diminuir a rotatividade das equipes; (ii) propor ao Delegado da DRF/Fortaleza agilizar o esforço no sentido de superar as dificuldades pontuais da execução dos trabalhos da atividade Ações Judicial “a validar” - Sief Fiscel.

Observações: Não há.

Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|--------|
| 35,67 | 75,26 | 84,90 | 118,29 |

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação\ / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições)\ / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições\ / total\ de\ servidores\ em\ exercício)\ / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta estratégica relacionada a capacitação e desenvolvimento de servidores (IGACD) na 3^aRF, foi superada em 18,29%.

O Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento, composto pelo Grau de Amplitude e pelo Grau de Aprofundamento, teve na 3^aRF os seguintes resultados:

- Grau de Amplitude - 72,15% (proporção dos servidores capacitados)
- Grau de Aprofundamento - 47,89 (carga horária média de servidores capacitados)

Pontos críticos: O contingenciamento de recursos orçamentários na classificação “diárias e passagens” afetou a realização de algumas ações programadas, bem como o fato de já termos executado até o 3º trimestre quase 100% da totalidade dos recursos destinados ao PROEDUC da 3^aRF (em razão da priorização e realização de eventos para a Copa das Confederações), inviabilizando alguns treinamentos programados para o 4º trimestre.

Encaminhamentos: Melhorar o Grau de Amplitude, mediante a realização de eventos que contemplam um maior número de servidores.

Observações: Não há.

Indicador: Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 94,10 | 94,25 | 96,12 | 95,92 | 96,42 | 96,77 | 96,92 | 96,92 | 96,92 | 97,96 | 99,10 | 97,61 |

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.
- **Fórmula de cálculo:** $[(IWC = \text{Indicador de webconference} \times 0,20) + (IRM = \text{Indicador de RFBMail} \times 0,10) + (IRS = \text{Indicador de rede sem fio} \times 0,10) + (IAC = \text{Indicador do acelerador wan} \times 0,20) + (IDK = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo desktop} \times 0,20) + (INB = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo notebook} \times 0,20)] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: O NAF é composto por 6 indicadores (*Webconference*, RFBMail, Rede sem fio, Acelerador *wan*, Estações de trabalho do tipo *desktop* e Estações de trabalho do tipo *notebook*). Dentro eles apenas o indicador de RFBMail está com 77,61%, o restante encontra-se com 100%.

Pontos críticos: Para que o Indicador de RFBMail atingisse o valor de 100% seria necessário que os usuários que receberam *notebook* Lenovo proveniente dos dois últimos lotes solicitasse suas habilitações no RFBMail.

Encaminhamentos: Identificar os usuários que receberam *notebook* Lenovo proveniente dos dois últimos lotes e estimular que eles solicitem suas habilitações no RFBMail.

Observações: Não há.

Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 90,29 | 87,76 | 90,26 | 87,76 | 86,23 | 85,44 | 85,67 | 89,53 | 90,80 | 90,62 | 90,53 | 90,49 |

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.
- **Fórmula de cálculo:** $[(IA = \text{Estações de trabalho adequadas} \times 0,20) + (IB = \text{Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança} \times 0,20) + (IC = \text{Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital} \times 0,20) + (ID = \text{Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação} \times 0,20) + (IE = \text{Utilização da banda dos circuitos de rede wan} \times 0,20)] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O NIT é composto por 5 indicadores (Estações de trabalho adequadas, Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança, Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede *Windows* via certificação digital, Controladores de domínio (DC) *Windows* sem erros de replicação e Utilização da banda dos circuitos de rede *wan*). Dentre elses, os que não estão 100% são: Estações de trabalho adequadas, com 99,69%; Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança, com 70,00%; e Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede *Windows* via certificação digital, com 77,18%.

Pontos críticos: O Indicador Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança vem sendo afetado devido à instabilidade no ambiente SEP (*Symantec Endpoint Protection*). O ambiente SEP melhorou e encontra-se mais estável, porém alguns erros ainda estão sendo investigados pela *Symantec*. Vale lembrar que se trata de um problema nacional e que não pode ser resolvido regionalmente.

Com relação ao Indicador Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede *Windows* via certificação digital, um ponto crítico é o efetivo controle sobre aquele usuário que por esquecimento do *Token* ou por outro motivo teve que se “logar” com conta e senha e depois não retornou à condição de obrigatoriedade. Devemos lembrar também da dificuldade de deslocamento de usuários das Agências da Receita Federal quando há algum problema com o *Token*.

Encaminhamentos: Estar sempre em contato com a Gerência do Ambiente Informatizado Nacional no intuito de ver o que pode ser feito para melhorar o Indicador.

Observações: Não há.

Indicador: Nível de adequação imobiliária (NAD)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|-----------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 41,58 | SEMESTRAL |

RESULTADOS

| | |
|------|------|
| Sem1 | Sem2 |
|------|------|

| | |
|-------|-------|
| 50,33 | 53,81 |
|-------|-------|

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: a fórmula de cálculo do indicador, em 2013, é diferente da fórmula adotada em 2012: a de 2013 faz um média ponderada dos índices de adequação de todos os imóveis da UJ, atribuindo-lhes pesos que crescem conforme menor seja o índice de adequação do imóvel; a de 2012 calculava o NAD simplesmente dividindo o número de imóveis adequados - aqueles com índice de adequação igual ou superior a 60 - pelo total de imóveis avaliados da UJ.

A 3ª Região Fiscal manteve, ao longo do ano de 2013, resultados acima da meta anual de 41,58, estabelecida para a UJ. Ademais, os resultados do indicador apontam para uma curva ascendente de desempenho, uma vez que houve acréscimo de 3,5 pontos nos resultados do 1º para o 2º semestre. Porém, há que se considerar que a Região Fiscal possui ainda 24 imóveis com índice de adequação abaixo de 60, e que ainda precisa realizar várias intervenções em seus imóveis para que a melhoria se consolide e atinja o objetivo regional de dispor de um quadro de imóveis em que nenhum tenha índice inferior a 60.

A exemplo do que ocorreu em 2012, em 2013 várias ações de adequação imobiliária foram realizadas nas Unidades Gestoras, porém ou não resultaram na efetiva contratação das obras, ou, nos casos em que esta se deu, não resultaram na conclusão das intervenções. Com isso, a rigor, não houve uma efetiva alteração do Nível de Adequação Imobiliária, em relação ao do ano anterior (desconsiderada a alteração na fórmula de cálculo).

Em 2014, a Região Fiscal realizará a contratação dos projetos de readequação dos imóveis para acesso de servidores e usuários que possuam necessidades físicas especiais, bem como a readequação da rede lógica e elétrica das Unidades de atendimento da RFB. Essas ações, quando executados os respectivos projetos, possibilitarão melhorias substanciais nas instalações físicas das Unidades, porém, uma vez que as obras somente serão contratadas a partir de 2015, não haverá impacto no NAD em 2014.

Pontos críticos: Identificamos, como ponto crítico no referido índice, que a 3ª Região Fiscal ainda possui sete Unidades Administrativas (Imóveis), com índice de adequação abaixo de 40, que precisam receber intervenções prioritárias. A Região Fiscal possui ainda 24 imóveis com índice de adequação abaixo de 60.

Encaminhamentos: Muitas iniciativas previstas no Plano de Engenharia 2013 não foram executadas em decorrência das dificuldades já apresentadas neste Relatório de Gestão, quando da análise de execução das despesas de Investimento.

No ano de 2014 as iniciativas não executadas em 2013 foram reprogramadas e compuseram o Plano de Engenharia 2014.

Embora esta Região Fiscal entenda que o desafio para executar as iniciativas previstas no

Portaria RFB nº 1766/2013 (Plano de Engenharia 2014) é bastante grande, os Gestores Locais e Regionais continuarão a perseguir a melhoria das instalações físicas de seus imóveis. Para a elevação do NAD da UJ, as iniciativas abaixo são fundamentais:

a) conclusão da obra de Revitalização da Alfândega do Porto de Fortaleza (170108), decorrente da Concorrência ALF/FOR nº 01/2012, que tem como objeto a recuperação e substituição da Rede Lógica, Elétrica e Hidrossanitária, com previsão de Recebimento Definitivo em 2014;

b) conclusão da obra de Readequação das instalações físicas (Elétrica/Lógica e *layout*) da SRRF03 e da DRF/FOR, que foi empenhada em 2013 e contratada no início de 2014, através do Pregão SRRF03 nº 5/2013;

c) contratação de obras para construção de 3 (três) agências-modelo da RFB em Caxias/MA (índice de adequação 55,43), Santa Inês/MA (índice de adequação 49,34) e Caucaia/CE (índice de adequação 73,01). Os projetos de adequação do anteprojeto das agências-modelo solicitado pela Copol aos terrenos doados pelas Prefeituras de cada Município foram contratados através dos contratos SRRF03 nº 08/2013, 09/2013 e 10/2013 e serão recebidos no primeiro semestre de 2014;

d) contratação de projetos de adequação do anteprojeto das agências-modelo solicitado pela Copol aos terrenos doados pelas Prefeituras municipais para a construção da agência-modelo de Picos/PI (índice de adequação 36,92), Horizonte/CE, Brejo Santo/CE e São Raimundo Nonato/PI;

e) Conclusão da obra de construção da Agência da RFB em Balsas (índice de adequação 37,89)

As iniciativas acima são consideradas de grande impacto no resultado do indicador, tendo em vista que os imóveis em que serão realizadas as intervenções possuem índices de adequação abaixo de 40, os quais recebem peso 3 no cálculo do indicador.

Observações: Não há.

Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 9,00 | 18,00 | 22,37 | 78,97 |

- **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde:

ILE = valor arrecadado em leilões;

IEB = estoque base; e

IPF = processos fiscais antigos.

- **Fonte dos Dados:** CTMA.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O desempenho da 3^a Região Fiscal nesse Indicador pode ser considerado satisfatório (78,97%).

Para o IGMA foram considerados os valores arrecadados em leilões (ILE), bem como o estoque base (estoque total excluídas as pendências judiciais) nos depósitos de mercadorias apreendidas das Unidades Jurisdicionadas na 3^a Região Fiscal (IEB) e os processos fiscais em estoque há mais de 360 dias nas contas 130 e 210 (IPF).

Foi estabelecido o montante de R\$ 3.617.336,17 como meta para a 3^a Região Fiscal quanto à arrecadação em leilões, conforme estabelecido no Memo-Circular nº 01/2013/RFB-Gabin, do Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil. Esta Região superou a meta estabelecida em 26% para valores arrecadados em Leilão (R\$ 4.557.756,00).

Com relação ao Estoque Base de mercadorias apreendidas, a Região ficou abaixo da meta de redução estabelecida pelo Órgão Central da RFB em apenas 23,97%, devido à complexidade do julgamento de alguns processos administrativos para aplicação ou relevação das penas de perdimento das mercadorias apreendidas, bem como ao grande volume de apreensões decorrentes da atividade de repressão e de fiscalização aduaneira.

Quanto ao IPF, a Região Fiscal conseguiu reduzir de 13 para 12 o estoque de processos da conta 210 (disponíveis para destinação há mais de 360 dias), com uma redução de 7,69% desse estoque. Houve significativa redução do estoque de processos na conta 130 (pendentes de apreciação administrativa há mais de 360 dias), de 49 para 27, o que representou uma redução de 44,9% desse segundo estoque.

Pontos críticos: Acúmulo de processos de perdimento por considerável tempo, exigindo um esforço maior para o saneamento de pendências mais antigas, que naturalmente se tornam mais complexas e atrasam a inauguração de fluxos que poderiam ser usados em situação de estoques razoáveis e contemporâneos ou de pouca antiguidade.

Limitação quantitativa de servidores para dar celeridade ao julgamento dos processos administrativos e à destinação das mercadorias através de doações e leilões.

A recepção das mercadorias em depósito, sejam de origem interna da RFB, sejam de órgãos externos, deveria permitir melhor gerenciamento da sua quantidade e qualidade (identificação precisa, valor, peso, volume, estado de conservação, validade, destinações possíveis, etc.), o que repercutiria na eficiência da gestão nas etapas seguintes (autuações, trâmites internos, julgamentos, remoções, destinações, etc.), trazendo qualidade e agilidade ao macroprocesso do perdimento de mercadorias.

A 3^a Região Fiscal vem se destacando como a Região que mais remove mercadorias apreendidas de outras Regiões. No Exercício de 2013 foram realizadas 42 (quarenta e duas) remoções de mercadorias apreendidas, originárias da 9^a Região Fiscal, e, no final do ano, da 1^a Região Fiscal. Essas remoções têm reflexos nos estoques básicos, notadamente, as remoções realizadas no final do ano.

Observações: Os pontos críticos acima destacados ainda persistem, mas a SRRF03 e as demais unidades da 3^a RF têm enfrentado a contento tal situação, com resultados promissores na redução de estoques e processos.

Tais avanços decorrem de medidas concretas implementadas na Região Fiscal, com destaque para a estruturação de equipes de julgamento, mutirões (julgamentos, destinações, leilões, incorporações, etc.), reformas em depósitos próprios, reuniões de avaliação e de acompanhamento de redução dos estoques, investimento em equipamentos e serviços de apoio (capatazia, manutenções, etc.), além da motivação dos servidores envolvidos e da conscientização das equipes sobre o aspecto intersistêmico desse macroprocesso.

Relevante, ainda, registrar que, fruto destas medidas, a 3^a RF está conduzindo o Projeto Estratégico de Gestão de Mercadorias, que busca sistematizar as orientações às unidades e equipes envolvidas com tais trabalhos. O mencionado projeto estratégico objetiva também trazer uma avaliação sobre a necessidade de mudanças na nossa gestão de mercadorias.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez |
|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0,52 | 7,37 | 14,72 | 22,35 | 29,45 | 37,75 | 44,68 | 51,99 | 59,98 | 68,23 | 75,39 | 91,85 |

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A execução orçamentária de despesas com custeio na 3^a Região Fiscal atingiu o percentual de 91,85%, no entanto, encontram-se incluídas no referido indicador, as iniciativas relativas ao Plano de Engenharia 2013 que se referem a despesas com custeio.

Se levarmos em consideração apenas as despesas para manutenção da máquina administrativa, que envolve, entre outras, contratos administrativos de caráter continuado, ou não, despesas com diárias e passagens aéreas, observaremos que o percentual de execução se eleva para 98,85%, perfazendo quase a totalidade do montante descentralizado pelo Órgão Central da RFB, o que indica uma boa execução da Região Fiscal, e demonstra a demanda de custeio das UG jurisdicionadas. Houve também a execução de despesas de custeio em percentual menor que o estimado, uma vez que o valor para a contratação da 2^a Etapa de recuperação de concreto do Depósito de Mercadoria Apreendida da ALF/FOR estava previsto em R\$ 300.000,00 e foi contratado o valor de R\$ 233.650,08 (77% da previsão inicial).

Pontos críticos: A dificuldade maior se deu realmente quanto à execução das iniciativas que

envolviam a área de Engenharia, especialmente as relativas a recuperação/reparo, em decorrência da necessidade de aprovação da contratação por parte do MPOG, conforme determinação da Portaria nº 268/2013. Também não foi possível a conclusão do processo de contratação do objeto que envolve a acessibilidade para todas as Unidades Administrativas da RFB na 3ª Região Fiscal.

Encaminhamentos: As iniciativas de Engenharia que não foram executadas em 2013, seja por suspensão da possibilidade de contratar, seja por dificuldades administrativas em concluir os procedimentos internas na elaboração das peças que instruem o processo licitatório, inclusive pelo diminuto quadro de servidores com formação acadêmica na área específica, foram reprogramadas, demandadas e aprovadas para o Plano de Engenharia 2014, e estão priorizadas pelas Unidades Gestoras. Some-se aos passos citados, o incremento do quadro de servidores lotados e em exercício na SAENG/DIPOL03, que em 2014 contará com 03 Analistas Tributários (Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Arquitetura), com uma estagiária, e aguardando a nomeação de outros dois ATAs – Nível Superior, com formação nas áreas de Engenharia.

Observações: Não há.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

| RESPONSÁVEL | UNIDADE DE MEDIDA | POLARIDADE | META ANUAL | ANÁLISE |
|-------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Sucor/RFB | Percentual | Positiva | 100,00 | TRIMESTRAL |

RESULTADOS

| Trim1 | Trim2 | Trim3 | Trim4 |
|-------|-------|-------|-------|
| 0,00 | 13,19 | 22,95 | 52,34 |

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [0,6 \times \text{VALOR.OBRAS} + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: No ano de 2013 foi disponibilizado crédito orçamentário no montante de R\$ 17,3 milhões de reais para a 3ª Região Fiscal, relativos a Investimentos. Ao longo do exercício esse

montante foi reduzido, tendo em vista ajustes realizados pela própria capacidade de execução das Unidades Gestoras jurisdicionadas, e por fatores alheios ao interesse das mesmas. Ao final do exercício, as UG da 3^a RF realizaram empenho no montante total de R\$ 3.953.696,04 (três milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e seis reais e quatro centavos), em torno de 23% do inicialmente disponibilizado, e de 40% do montante ajustado ao longo do ano.

As despesas de crédito com Investimento estava subdividida, para efeitos de mensuração das metas, em despesas com Reaparelhamento das Unidades e despesas com iniciativas ligadas ao Plano de Engenharia. Dos valores disponibilizados para Reaparelhamento das Unidades, o montante empenhado foi de R\$ 73% do total de R\$ 2.845.727,00, que correspondeu a R\$ 2.095.072,74. A não integralidade da meta se deu pela não execução de apenas uma iniciativa de aquisição de divisórias por parte da ALF/FOR, no montante de R\$ 645.000,00.

Com relação ao Plano de Engenharia, o montante ajustado de R\$ 6.926.999,00 (seis milhões, novecentos e vinte e seis mil e novecentos e noventa e nove reais), com 22 iniciativas, foi executado em 26,83% dos seus créditos orçamentários e em 40,91% das suas iniciativas previstas (9/20).

Pontos críticos: A principal dificuldade enfrentada pelas Unidades Gestoras jurisdicionadas na 3^a Região Fiscal, para que houvesse uma melhor execução das iniciativas do Plano de Engenharia, foi a publicação da Portaria MPOG nº 268/2013, que suspendeu a contratação das iniciativas cujo objeto se referisse à reforma de imóveis, o que obrigou todas as que tinham iniciativas dessa natureza a aguardarem a análise e aprovação do MPOG, o que demorou bastante, sendo que algumas dessas iniciativas sequer foram analisadas por aquele Ministério.

Encaminhamentos: Para o ano de 2014, foram reapresentadas as iniciativas de construção das Agências-Modelo de Caxias/MA, Caucaia/CE e Santa Inês/MA, num total de R\$ 1.800.000,00, valores estimativos, tendo em vista que os projetos de adaptação do anteprojeto aos imóveis doados pelas respectivas prefeituras serão recebidos definitivamente ainda no primeiro trimestre do exercício. Foram programadas as contratações de outros projetos de adaptação para a construção de outras 4 (quatro) agências-modelo (Baturité/CE, Brejo Santo/CE, Picos/PI e São Raimundo Nonato/PI). Está prevista a licitação do projeto para adaptação dos imóveis das Unidades Administrativas da RFB, para que os edifícios se tornem acessíveis aos portadores de necessidades especiais – PNE, e com adequação da rede lógica e elétrica para as referidas Unidades. Foram previstas, ainda, iniciativas não executadas em 2013, que se referem a pequenas reformas nas Unidades, que, em decorrência da limitação prevista na Portaria MPOG nº 268/2013 não foram concretizadas.

Observações: Não há.

RELATÓRIO ATUALIZADO ATÉ 31 - DEZ - 2013

3ª REGIÃO FISCAL

| SAGE - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE CUSTEIO - PORTARIA RFB Nº 625/2013 | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------|
| DESCRIÇÃO DOS TETOS | A - TETOS DISPONÍVEIS ANTES DAS DISTRIBUIÇÕES | B - 1º DISTRIBUIÇÃO | C - 2º DISTRIBUIÇÃO | TETOS DISPONÍVEIS APÓS DISTRIBUIÇÕES (A+B+C) | META ANUAL [(A+B+C) x 100%] | META ATÉ JUNHO (A x 42%) | META ATÉ SETEMBRO [(A x 67%) + B] | EXECUÇÃO (EMPEHADADO A LIQUIDAR + LIQUIDADO) | RESULTADO DO ÍNDICADOR (META ANUAL) |
| FIXAS E VARIÁVEIS | 13.079.882,68 | - | 508.662,11 | 13.588.544,79 | 13.588.544,79 | 5.493.550,73 | 8.763.521,40 | 13.432.851,03 | 91,85% |
| REDE LÓGICA (LOCAL) | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| PROEDUC REGIONAL | 714.210,16 | - | - | 714.210,16 | 714.210,16 | 299.968,27 | 478.520,81 | 702.280,99 | |
| EMERGÊNCIA | 300.000,00 | - | - | 300.000,00 | 300.000,00 | 126.000,00 | 201.000,00 | 233.650,08 | |
| ACESSIBILIDADE | 490.236,00 | - | - | 490.236,00 | 490.236,00 | 205.899,12 | 328.458,12 | - | |
| UF - GRANDES EVENTOS | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| OUTRAS OBRAS | 564.064,00 | - | - | 564.064,00 | 564.064,00 | 236.906,88 | 377.922,88 | 12.334,20 | |
| OBRAS FRONTEIRA | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| TETO TOTAL | 15.148.392,84 | - | 508.662,11 | 15.657.054,95 | 15.657.054,95 | 6.362.324,99 | 10.149.423,20 | 14.381.116,30 | |

| SAGE - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS - PORTARIA RFB Nº 625/2013 | | | | | | | | RESULTADO DO ÍNDICADOR (META ANUAL) |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|
| OBRAS - PLANO DE ENGENHARIA DIENG (PORTARIA RFB Nº 528/2013) PESO - 60% Fórmula: [(EXECUÇÃO/TETOS DISPONÍVEIS)*60% + (Nº DE OBRAS EM FASE IV/Nº DE OBRAS TOTAL)*40%]*60% | | | | | | | | |
| OBRAS - VALOR 36% | DESCRÍÇÃO DOS TETOS | TETOS DISPONÍVEIS | META ANUAL - 100% | META ATÉ JUNHO - 60% | META ATÉ SETEMBRO - 90% | EXECUÇÃO VALOR (EMPEHADADO A LIQUIDAR + LIQUIDADO) | RESULTADO OBRAS VALOR (%) | RESULTADO OBRAS (%) |
| | AGÊNCIA MODELO | 690.000,00 | 690.000,00 | 414.000,00 | 621.000,00 | 158.511,82 | 22,97% | 19,48% 48,93% |
| | EMERGÊNCIA | 280.000,00 | 280.000,00 | 168.000,00 | 252.000,00 | - | 0,00% | |
| | ACESSIBILIDADE | 500.000,00 | 500.000,00 | 300.000,00 | 450.000,00 | - | 0,00% | |
| | UF - GRANDES EVENTOS | - | - | - | - | - | - | |
| | OBRAS DESTACADAS | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 1.200.000,00 | 1.800.000,00 | - | 0,00% | |
| | OUTRAS OBRAS | 780.299,00 | 780.299,00 | 468.179,40 | 702.269,10 | 419.401,98 | 53,75% | |
| | FRONTEIRA | - | - | - | - | - | - | |
| OBRAS - QUANTIDADE 24% | REDE LÓGICA | 2.676.000,00 | 2.676.000,00 | 1.605.600,00 | 2.408.400,00 | 1.280.080,10 | 47,84% | 48,93% |
| | TOTAL | 6.926.299,00 | 6.926.299,00 | 4.155.779,40 | 6.233.669,10 | 1.857.993,90 | 26,83% | |
| | Nº DE OBRAS/SERVIÇOS TOTAL | | META ANUAL - 100% | META ATÉ JUNHO - 60% | META ATÉ SETEMBRO - 90% | EXECUÇÃO QUANTIDADE Nº DE OBRAS EM FASE CONTRATUAL IV | RESULTADO OBRAS QUANTIDADE (%) | |
| | 22 | 22 | 14 | 20 | 9 | 40,91% | | |
| MATERIAIS PERMANENTE PESO - 40% Fórmula: [(EXECUÇÃO/TETOS DISPONÍVEIS)*40%] | | | | | | | | |
| MATERIAL PERMANENTE - 40% | DESCRÍÇÃO DOS TETOS | TETOS DISPONÍVEIS | META ANUAL - 100% | META ATÉ JUNHO - 60% | META ATÉ SETEMBRO - 90% | EXECUÇÃO (EMPEHADADO A LIQUIDAR + LIQUIDADO) | RESULTADO MATERIAL PERMANENTE (%) | |
| | REAPARELHAMENTO | 2.845.727,00 | 2.845.727,00 | 1.707.436,20 | 2.561.154,30 | 2.095.702,74 | 73,64% | |

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | X |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | X | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | X | | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | | X |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | X | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | X | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados. | | | | X | |
| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | X | | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | X | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | X | | | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | X | | | | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | X | | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | X | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | X | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e | | | | | X |

| | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|
| comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | X | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | X | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | X | |
| Análise Crítica: | | | | |
| Para o preenchimento deste quadro, utilizou-se a medida estatística “moda”, isto é, assinalou-se em cada quesito o valor que mais vezes ocorreu nas respostas oferecidas pelos membros da alta administração da UJ. | | | | |
| (*) Item 4 –Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB no 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS/RFB, em seu Plano de Ação, estava prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB. Em 04/03/2013, a CEPS/RFB disponibilizou a minuta do Código de Conduta da Receita Federal para consulta interna dos servidores, objetivando ampla discussão do tema no âmbito de todas as unidades da RFB e a apresentação de sugestões, de modo a resultar em um código que traduzisse a conduta de integridade com a qual os agentes públicos da RFB se identificam e querem ser reconhecidos pela sociedade. Dos debates realizados em torno das propostas apresentadas, resultou o Código de Conduta da RFB, aprovado por meio da Portaria RFB nº 773, de 24/06/2013. O novo Código se aplica a todos que prestam serviços para a Receita Federal, concursados, contratados, independentemente de serem remunerados ou não, inclusive servidores em gozo de licença ou em período de afastamento. Cumpre destacar que os servidores da RFB também estão sujeitos aos preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como aos dispositivos legais do Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990). | | | | |
| (**) Item 16 – A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos. | | | | |
| Escala de valores da Avaliação: | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . | | | | |
| (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ. | | | | |

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4.1 - Execução das Despesas

4.1.1 – Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

| Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
| | Concedente | Recebbedora | | 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 2 - Juros e Encargos da Dívida | 3 - Outras Despesas Correntes |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04331211020110001 | 0,00 | 0,00 | 102,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04301211020040001 | 0,00 | 0,00 | 20.178,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 0,00 | 0,00 | 233.650,08 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 0,00 | 0,00 | 1.244.870,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04129211022380001 | 0,00 | 0,00 | 346.967,78 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04122211020000001 | 0,00 | 0,00 | 14.014.256,80 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211022370001 | 0,00 | 0,00 | 1.035.162,16 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 0,00 | 0,00 | 827.188,20 |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | Concedente | Recebbedora | | 4 - Investimentos | 5 - Inversões Financeiras | 6 - Amortização da Dívida |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 408.511,82 | 0,00 | 0,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 2.097.573,11 | 0,00 | 0,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04122211020000001 | 345.843,08 | 0,00 | 0,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 1.280.080,10 | 0,00 | 0,00 |
| Recebidos | 170010 | 170040 | 04125211020VF0001 | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão | | | | | | |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
| | Concedente | Recebbedora | | 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 2 - Juros e Encargos da Dívida | 3 - Outras Despesas Correntes |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | | | | | | |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | Concedente | Recebbedora | | 4 - Investimentos | 5 - Inversões Financeiras | 6 - Amortização da Dívida |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | | | | | | |

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.2 – Despesa Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---------------------------|-------------------|------|--------------|------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| | | | | |

| | | | | |
|---------------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g) | 10.329.728,64 | 15.436.207,05 | 9.569.923,62 | 9.612.203,48 |
| a) Convite | 0,00 | 111.720,00 | 0,00 | 53.760,00 |
| b) Tomada de Preços | 0,00 | 940.764,94 | 0,00 | 293.036,90 |
| c) Concorrência | 0,00 | 1.687.037,17 | 0,00 | 0,00 |
| d) Pregão | 10.329.728,64 | 12.696.684,94 | 9.569.923,62 | 9.265.406,58 |
| e) Concurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| f) Consulta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2. Contratações Diretas (h+i) | 2.560.939,47 | 3.229.903,30 | 2.535.938,05 | 2.831.652,70 |
| h) Dispensa | 1.744.231,81 | 2.160.181,43 | 1.720.412,46 | 1.842.435,04 |
| i) Inexigibilidade | 816.707,66 | 1.069.721,87 | 815.525,59 | 989.217,66 |
| 3. Regime de Execução Especial | 66.807,11 | 62.614,10 | 66.807,11 | 62.614,10 |
| j) Suprimento de Fundos | 66.807,11 | 62.614,10 | 66.807,11 | 62.614,10 |
| 4. Pagamento de Pessoal (k+l) | 2.449.936,79 | 2.143.669,48 | 2.449.936,79 | 2.143.669,48 |
| k) Pagamento em Folha | 0,00 | 8.273,10 | 0,00 | 8.273,10 |
| l) Diárias | 2.449.936,79 | 2.135.396,38 | 2.449.936,79 | 2.135.396,38 |
| 5. Outros | 1.005.728,00 | 673.890,53 | 994.118,92 | 638.854,13 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 16.413.140,01 | 21.546.284,46 | 15.616.724,49 | 15.288.993,89 |

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidadada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| 1 – Despesas de Pessoal | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 0,00 | 8.273,10 | 0,00 | 8.273,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.273,10 |
| 08 - Outros Benef. Assist. | 0,00 | 8.273,10 | 0,00 | 8.273,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.273,10 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3 – Outras Despesas Correntes | 16.875.769,85 | 15.419.944,43 | 14.985.199,26 | 13.634.755,22 | 1.890.570,59 | 1.785.189,21 | 14.971.200,11 | 13.606.332,30 |
| 37 – Locação de Mão de Obra | 6.413.907,01 | 5.467.848,86 | 6.012.461,46 | 5.198.854,33 | 401.445,55 | 268.994,53 | 6.012.461,46 | 5.187.921,11 |
| 39 – Outros.Serv.Pes.Juridica | 4.626.063,64 | 4.733.296,92 | 3.433.957,22 | 3.830.463,98 | 1.192.106,42 | 902.832,94 | 3.432.775,15 | 3.828.795,28 |
| 14 – Diárias Pessoal Civil | 2.449.936,79 | 2.135.396,38 | 2.449.936,79 | 2.135.396,38 | 0,00 | 0,00 | 2.449.936,79 | 2.135.396,38 |
| Demais elementos do | 3.385.862,41 | 3.083.402,27 | 3.088.843,79 | 2.470.040,53 | 297.018,62 | 613.361,74 | 3.076.026,71 | 2.454.219,53 |

| grupo | | | | | | | | |
|----------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| 4 – Investimentos | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 4 – Investimentos | 3.954.017,04 | 6.118.066,93 | 1.427.940,75 | 1.686.877,17 | 2.526.076,29 | 4.431.189,76 | 645.524,38 | 1.674.388,49 |
| 52 – Equip. Material Permanente | 2.045.440,61 | 3.292.233,46 | 1.277.083,93 | 1.275.586,19 | 768.356,68 | 2.016.647,27 | 501.141,81 | 1.275.586,19 |
| 51 – Obras e Instalações | 1.908.576,43 | 2.822.424,37 | 150.856,82 | 411.290,98 | 1.757.719,61 | 2.411.133,39 | 144.382,57 | 398.802,30 |
| 39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ | 0,00 | 3.409,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.409,10 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5 – Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6 – Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.4 - Análise Crítica

A 3ª Região Fiscal, no ano de 2013, teve um pequeno decréscimo em sua execução orçamentária, no percentual de 3,32% em relação a 2012.

Conforme Quadro 5 acima, identifica-se que foi preferencialmente adotada a modalidade pregão eletrônico para os bens e serviços comuns, conforme determina a Lei nº 10.520/2002, correspondendo a 87,38% de todas as modalidades de licitação adotadas. A modalidade Concorrência foi adotada pelas UGs 170040 e 170108. A UG 170040 utilizou a modalidade para a execução do projeto de Readequação das instalações lógicas e elétricas do 2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício Sede do MF, em que estão localizadas a Superintendência Regional da Receita Federal na 3ª Região Fiscal e parte da Delegacia da RFB em Fortaleza/CE, no valor total de R\$ 1.275.230,10 (Um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta reais e dez centavos). A UG 170108 realizou duas licitações na referida modalidade, sendo uma para a execução da 2ª Etapa da recuperação da estrutura de concreto do Depósito de Mercadorias Apreendidas daquela Unidade e a outra para a execução da segunda etapa da substituição de toda a rede lógica e elétrica, atendendo a especificações técnicas e de segurança, e para melhor utilização do imóvel. Essas providências foram iniciadas em 2012 e continuadas no decorrer de 2013, perfazendo um total de R\$ 354.580,08 (Trezentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e oito centavos).

Das metas estabelecidas pela Coordenação Geral de Programação e Logística da RFB – Copol/RFB, para a execução orçamentária da 3ª Região Fiscal em 2013, foram executados 91,85% do orçamento destinado a despesas com custeio, e 48,93% da meta de Crédito orçamentário com despesas de investimento. O resultado abaixo da meta ocorreu pela grande quantidade de iniciativas voltadas para a área de Engenharia selecionadas como prioritárias pelo Gestores Locais das Unidades jurisdicionadas, que identificaram a necessidade de melhorar a estrutura física de suas Agências e sede de Delegacia, através de intervenções pontuais, bem como na previsão de execução de três obras de construção de novas agências nos municípios de Caucaia/CE, Caxias/MA e Santa Inês/MA, que

não se concretizaram pela dificuldade no recebimento definitivo do anteprojeto licitado e recebido pela COPOL/RFB, que retardou a contratação de readequação do projeto às peculiaridades locais de cada imóvel, uma vez que o anteprojeto faz parte de um Projeto Nacional de Agências Modelo para a RFB. Outra limitação identificada foi a carência de servidores com conhecimento técnico na área de engenharia, o que impossibilitou a concretização de algumas dessas ações, impactando o resultado da 3ª Região Fiscal.

Com a nomeação dos novos servidores do concurso de Analista-Técnico Administrativo – ATA Nível Superior, dos quais essa Região Fiscal tem previsão de receber 02 Engenheiros e 01 Arquiteto, acreditamos na melhoria do desempenho na execução das iniciativas que estão previstas no Plano de Engenharia da RFB, aprovadas pelo Secretário da RFB, através da Portaria nº 1.765/2013, de 06 de dezembro de 2014.

Houve uma significativa redução também nas aquisições de Equipamentos e Material Permanente na 3ª Região Fiscal. Essa situação se deve à gradual diminuição da demanda por aquisição de mobiliários e equipamentos de suporte das redes lógica e elétrica das Unidades, tendo em vista que desde 2010 a Região Fiscal tem evidenciado esforços no sentido de reaparelhar suas Unidades Gestoras e Administrativas.

A Região Fiscal, a exemplo do que ocorreu em 2012, continuou identificando dificuldades na gestão de créditos orçamentários para despesas de custeio das contratações de serviços continuados, uma vez que as Unidades Gestoras subordinadas à Superintendência Regional da RFB na 3ª Região Fiscal continuam carecendo de melhorias em sua manutenção predial, incremento nas despesas com Vigilância patrimonial para Unidades Administrativas não atendidas com o serviço, bem como contratação de postos de serviços terceirizados, para atividades legalmente permitidas à Administração Pública, através do Decreto nº 2.271/2002. Embora tenha havido um incremento nominal de quase R\$ 1.000.000,00 (cerca de 17,3% de crescimento em relação ao exercício de 2012), parte desse incremento é decorrente de repactuações decorrentes de novas Convenções Coletivas de Trabalho que impactaram o custo dos postos, e algum incremento no número de postos, de forma insuficiente.

A execução de despesas através de Suprimento de Fundos manteve a característica dos últimos exercícios, em que as UG têm utilizado um percentual muito baixo na execução por meio desse Regime de Execução Especial, correspondendo a 0,3% de toda a execução da Região Fiscal.

As contratações diretas tiveram uma redução da ordem de 12% e envolvem despesas com locação de imóveis, companhia de abastecimento de água e esgoto, e com fornecimento de energia elétrica, além de outras despesas pontuais.

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 7 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

| Restos a Pagar Não Processados | | | | |
|---------------------------------------|----------------------------|------------------|---------------------|---------------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante 01/01/2013 | Pagamento | Cancelamento | Saldo a pagar 31/12/2013 |
| | | | | |
| 2012 | 6.216.378,97 | 4.145.111,06 | 300.747,79 | 1.770.520,12 |
| 2011 | 38.297,04 | 3.346,30 | 34.950,74 | 0,00 |
| Restos a Pagar Processados | | | | |

| Ano de Inscrição | Montante 01/01/2013 | Pagamento | Cancelamento | Saldo a pagar 31/12/2013 |
|-------------------------|----------------------------|------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | | | | |
| 2012 | 33.242,60 | 31.573,90 | 1.668,70 | 0,00 |
| 2011 | 333.030,00 | 333.030,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi

4.2.1 - Análise Crítica

Os Restos a Pagar processados em 2012 foram todos pagos no exercício de 2013, e se referem a contratos de aquisições ou de serviços continuados das Unidades Gestoras 170030, 170040, 170108 e 170225, em montantes de R\$ 19.085,22, R\$ 332.850,00, R\$ 12.668,68, e R\$ 1.668,70, respectivamente, perfazendo um total de R\$ 366.272,60.

Com relação à conta 195110101, referente a Restos a Pagar não processados, no montante de R\$ 6.216.378,97, que concernem a despesas de 2012, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 4.145.111,06. Houve cancelamento, durante o ano de 2013, no total de R\$ 335.698,53, cujos empenhos estimativos se referiam a saldos de despesas relativas ao ano de 2012 de contratos de serviços continuados com os mais diversos fornecedores.

Para as despesas inscritas em restos a pagar em 2011, no montante de R\$ 38.297,04, foram pagas despesas no montante de R\$ 3.346,30, e o saldo restante de R\$ 34.950,74, relativo aos empenhos 2011NE800372 e 2011NE800354, das UG 170040 e 170035, respectivamente, foram cancelados, conforme Decreto nº 93.872/86.

O saldo de Restos a Pagar não processados em 31/12/2013 está relacionado nas contas 295110101 e 295110201, no montante de R\$ 1.770.520,12 e refere-se a despesas empenhadas em 2012 e não liquidadas, cujos empenhos são das Unidades Gestoras 170030, 170040 e 170108, nos valores de R\$ 512.393,54; R\$ 251.060,00 e de R\$ 725.930,07, respectivamente.

Seguem considerações apresentadas pelas próprias Unidades Gestoras que efetivaram o procedimentos de inscrição em Restos a Pagar, e que se encontravam na condição de Não Processados no dia 31/12/2013.

170030 – Delegacia da RFB em Imperatriz/MA

Trata-se empenhos emitidos para a execução da obra de construção da Agência da Receita Federal do Brasil em Balsas-MA e para a prestação do serviço de assessoria à fiscalização do respectivo contrato. Ambos os saldos de restos a pagar foram inscritos em 31 de dezembro de 2012. Na ocasião, estava vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme inciso I do art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Analizando a oportunidade e a conveniência de se proceder ao cancelamento dos respectivos saldos, cabe informar que a construtora contratada (NE 2012NE80014691) tem a receber o montante de R\$ 40.577,68 por serviços executados e medidos pela fiscalização do contrato. No entanto, problemas verificados na locação da obra, necessárias adequações no projeto estrutural e nas especificações de alguns materiais que se encontravam fora de produção culminaram em atrasos na entrega das primeiras etapas previstas em cronograma. A empresa solicitou aditamento contratual com o fim de estender o prazo para a execução do ajustado por mais 120 (cento e vinte) dias. A Administração acatou as razões da empresa e, demonstrando a conveniência e a oportunidade do aditamento contratual em questão, colocou o processo à apreciação da Procuradoria da Fazenda

Nacional no Estado do Maranhão, que emitiu o Parecer PFN/MA/FPG nº 05/2013, não se opondo à alteração contratual pretendida. Vencidas todas as etapas que antecediam a assinatura do Termo Aditivo, a empresa foi formalmente convocada para a assinatura. Em consulta ao SICAF para verificação da situação fiscal da empresa, foram constatadas pendências quanto à Regularidade Fiscal Federal, inclusive débitos com a seguridade social. Tais débitos impossibilitavam o ajuste contratual com a Administração Pública, conforme § 3º do art. 195 da Constituição Federal. Os débitos fiscais não foram quitados pela empresa e chegou-se ao termo final da vigência contratual, não restando mais a possibilidade de aditamento, já que o vínculo contratual tornou-se inexistente em 31/07/2013. O processo administrativo nº 10325000061/2013-91 foi aberto para apuração dos motivos que deram causa à inexecução contratual e para a aplicação das sanções cabíveis, conforme art. 87 da Lei 8.666/93. O valor devido à empresa encontra-se pendente e assim permanecerá até a finalização do processo para aplicação das penalidades, com o permissivo legal do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, já que a garantia de execução contratual perdera sua validade com o fim da vigência contratual. Registre-se que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, conforme modificação implementada no art. 68 do Decreto 93.872/86 pelo art. 1º do Decreto 7.654/2011. Quanto ao saldo remanescente do empenho 2012NE80014691, procederemos ao seu cancelamento parcial com a maior brevidade possível.

170040 – Superintendência Regional da RFB na 3ª Região Fiscal

Na UG 170040, os empenhos 2012NE800322 e 2012NE800376, referem-se à aquisição de divisórias para atender a mudanças de *layout* nas dependências da SRRF03, e cujo recebimento foi adiado, em comum acordo com a construtora, tendo em vista que a Unidade, no decorrer da contratação de empresa para Readequação do 2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício Sede do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE, teve diversos contratemplos na execução da licitação, e fatores externos, como a Portaria MPOG nº 268/2013, impediram a celeridade do processo, uma vez que a Unidade só poderia contratar qualquer reforma mediante autorização daquele Ministério. A aquisição das divisórias foi feita a partir de *layout* aprovado pelos Gestores das Unidades envolvidas, e constante no processo de readequação dos pavimentos, considerando o momento oportuno de disponibilidade de créditos orçamentários de investimento, de acordo com o Projeto Básico.

170108 – Alfândega da RFB no Porto de Fortaleza

Na UG 170108, os empenhos 2012NE800150, 2012NE800169, 2012NE800233 e 2012NE800280, foram reinscritos em Restos a Pagar não processados, perfazendo um total de R\$ 1.007.066,58. Desse montante, o valor de R\$ 281.136,51 foi liquidado em 2014. A GERTECE ENGENHARIA LTDA, contratada pela UG 170108 para a execução da reforma licitada no final de 2012, e iniciada em 2013, ainda não concluiu os serviços, que dispõem de contrato e cronograma vigentes, para a revitalização da Alfândega da RFB no Porto de Fortaleza. Além disso, o aditivo foi empenhado em 2013 e esse empenho foi reforçado em restos a pagar, com respaldo em cronograma ainda vigente.

As empresas Correia Lima e Gmiesk & Santos, apesar de terem concluído os serviços objeto dos respectivos contratos, ainda continuam aguardando o Termo de Recebimento Definitivo a ser emitido pela Administração, motivo pelo qual foi inserido em restos a pagar no final de 2013 o saldo remanescente.

Quanto à Cophel, o serviço foi contratado em 2013, entretanto, por lentidão ou desinteresse na cobrança da fatura, houve necessidade de inscrever o respectivo valor, no final de 2013, em restos a pagar. Em janeiro de 2014, por insistência da ALF/FOR, a referida empresa enviou sua nota fiscal. Consequentemente serão providenciados a liquidação e o pagamento.

4.3 - Suprimentos de Fundos

4.3.1 – Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

| Exercícios | Suprimento de Fundos | | | | | | |
|------------|----------------------|-----------|------------|-----------|------------|-------------|-----------|
| | Conta Tipo “B” | | CPGF | | | Total (R\$) | |
| | Quantidade | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | Quantidade | (c) Valor | |
| 2013 | | | 26 | 5.065,00 | 118 | 61.345,01 | 66.410,01 |
| 2012 | | | 27 | 5.488,00 | 133 | 56.578,02 | 62.044,02 |
| 2011 | | | 19 | 3.613,00 | 150 | 67.877,27 | 71.490,27 |

Fonte: Siafi

4.3.2 – Suprimento de Fundos – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro 9 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

| | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|----------------------------|-----------------|------------------|------------------|-------|
| Código da UG | 170028 | Limite de Utilização da UG | 30.000,00 | | | |
| Portador | CPF | Valor do Limite Individual | | Valor | | Total |
| Francisco de Assis Cunha Figueiredo | 104.332.013-04 | 15.420,00 | - | 10.376,88 | 10.376,88 | |
| Total Utilizado pela UG | | | - | 10.376,88 | 10.376,88 | |
| Código da UG | 170030 | Limite de Utilização da UG | 20.000,00 | | | |
| Agostinho Reis Filho | 125.456.353-91 | 12.000,00 | - | 10.045,79 | 10.045,79 | |
| Manoel Chaves Feitosa | 658.761.808-15 | 8.000,00 | - | 2.968,23 | 2.968,23 | |
| Total Utilizado pela UG | | | - | 13.014,02 | 13.014,02 | |
| Código da UG | 170035 | Limite de Utilização da UG | 50.000,00 | | | |
| Gonçalo Alves da Silva | 035.588.783-53 | 22.000,00 | 860,00 | 3.050,28 | 3.910,28 | |
| Newton de Azevedo Costa | 161.124.403-00 | 22.000,00 | 180,00 | 5.387,87 | 5.567,87 | |
| José Cardoso Miranda Filho | 605.778.277-15 | 6.000,00 | - | 5.976,99 | 5.976,99 | |
| Total Utilizado pela UG | | | 1.040,00 | 14.415,14 | 15.455,14 | |
| Código da UG | 170040 | Limite de Utilização da UG | 50.000,00 | | | |
| Marta Maria de Oliveira Eleutério | 117.969.013-34 | 28.066,00 | 250,00 | 4.587,61 | 4.837,61 | |
| Total Utilizado pela UG | | | - | 4.587,61 | 4.837,61 | |
| Código da UG | 170041 | Limite de Utilização da UG | 16.830,00 | | | |
| Anastácia de Sá Aragão | 092.289.423-04 | 300,00 | - | 133,20 | 133,20 | |
| Antonio de Sousa Estanislau | 154.436.553-53 | 1.300,00 | - | 954,48 | 954,48 | |
| Raimundo Pereira da Silva | 142.163.453-87 | 350,00 | 240,00 | - | 240,00 | |
| Total Utilizado pela UG | | | 240,00 | 1.087,68 | 1.327,68 | |
| Código da UG | 170042 | Limite de Utilização da UG | 85.000,00 | | | |
| Cícero Evilásio Bezerra dos Santos | 172.693.853-00 | 76.500,00 | - | 4.475,40 | 4.475,40 | |
| Geovan David de Sousa | 244.422.833-20 | 8.000,00 | - | 1.770,29 | 1.770,29 | |
| Manoel Herbésio de Carvalho | 393.436.183-87 | 2.200,00 | - | 371,00 | 371,00 | |
| Total Utilizado pela UG | | | - | 7.194,79 | 7.194,79 | |
| Código da UG | 170108 | Limite de Utilização da UG | - | | | |
| - | - | - | - | - | - | - |
| Total Utilizado pela UG | | | - | - | - | - |
| Código da UG | 170225 | Limite de Utilização da UG | 10.000,00 | | | |
| Ana Luisa Martins Queiroz | 226.330.491-68 | 8.000,00 | - | 487,70 | 487,70 | |
| Total Utilizado pela UG | | | - | 487,70 | 487,70 | |
| Código da UG | 170330 | Limite de Utilização da UG | 96.000,00 | | | |

| | | | | | | |
|--------------------------------|--------|----------------|-----------|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Carlos César Martins | | 222.066.983-15 | 48.000,00 | - | 3.159,45 | 3.159,45 |
| Total Utilizado pela UG | | | | - | 3.159,45 | 3.159,45 |
| Código da UG | 170337 | | | Limite de Utilização da UG | 30.000,00 | |
| Antonio João Barros de Araújo | | 096.892.303-87 | 30.000,00 | 3.535,00 | 5.422,73 | 8.957,73 |
| Total Utilizado pela UG | | | | 3.535,00 | 5.422,73 | 8.957,73 |
| Código da UG | 170387 | | | Limite de Utilização da UG | 16.000,00 | |
| Gledson Rodrigues Pinheiro | | 934.782.913-72 | 8.000,00 | - | 1.182,75 | 1.182,75 |
| Mariton Miroslav Queiroz Maia | | 381.017.503-04 | 8.000,00 | - | 994,36 | 994,36 |
| Total Utilizado pela UG | | | | - | 2.177,11 | 2.177,11 |
| Código da UG | 170532 | | | Limite de Utilização da UG | - | |
| - | - | | | - | - | - |
| Total Utilizado pela UG | | | | - | - | - |
| Total Utilizado pela UJ | | | | 5.065,00 | 61.345,01 | 66.410,01 |

Fonte: Site do Banco do Brasil e Siafi

4.3.3 – Suprimento de Fundos – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

| Situação | Suprimento de Fundos | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------------|------|------|------|------|------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|
| | Conta Tipo “B” | | | | | | CPGF | | | | | |
| | Qtd. | 2013 | Qtd. | 2012 | Qtd. | 2011 | Qtd. | 2013 | Qtd. | 2012 | Qtd. | 2011 |
| PC não Apresentadas | | | | | | | | | | | | |
| PC Aguardando Análise | | | | | | | | | | | | |
| PC em Análise | | | | | | | | | | | | |
| PC não Aprovadas | | | | | | | | | | | | |
| PC Aprovadas | | | | | | | 51 | 94.604,23 | 62 | 62.044,02 | 72 | 71.490,27 |

Fonte: : Processos de Concessões de Suprimentos de Fundos e Siafi

4.3.4 - Análise Crítica

As Unidades Gestoras utilizam o suprimento de fundos apenas com despesas via Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF. Há necessidade de abertura de suprimento de fundos para fazer face a despesas de pequeno vulto e imprevistas, que se impõem no decorrer do exercício financeiro. As Unidades Gestoras têm sob sua jurisdição 35 Agências, as quais comumente necessitam de pequenos serviços e materiais de baixo custo, susceptíveis de serem adquiridos mediante o CPGF, que enseja a agilidade indispensável ao atendimento das demandas urgentes e excepcionais. Seria mais dispendioso fazer uma licitação ou executar os procedimentos de uma Dispensa de Licitação para despesas de pequeno valor e que requerem urgência. Todas as despesas somente são efetuadas mediante prévio consentimento do ordenador de despesa. Os sistemas do Banco do Brasil, por meio dos quais são efetuadas as transações, estão programados para não permitirem compras ou saques em valores superiores aos permitidos pela legislação ou em valores superiores ao total aberto para o suprido. Registre-se que mais de 92% das despesas efetuadas por meio do CPGF na UJ se deram na modalidade “fatura”, reproduzindo o mesmo percentual histórico dos últimos anos. Essa modalidade enseja melhor controle e proporciona mais transparência nos gastos públicos. Aduza-se também que o montante das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos tem se mantido em um patamar estável nos últimos três anos (entre R\$ 60.000,00 e R\$ 70.000,00). O incremento nominal de 7% das despesas realizadas em 2013 em relação ao exercício de 2012, através de suprimento de fundos, considerando a inflação do país em torno de 6,5% para o período, evidencia que não houve, por parte das Unidades jurisdicionadas, nenhum aumento real do uso de tal expediente para realização do gasto público. Aduza-se que as Unidades 170108 e 170532

não fizeram uso no ano de 2013 de nenhuma concessão de suprimento de fundos. De modo bastante seguro, pode-se afirmar que o instrumento do suprimento de fundos em 2013, apesar de excepcional, foi de grande importância para o normal funcionamento das Unidades Gestoras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de Workshop realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

a) O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siagep. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siagep: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho.

b) Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, por isso serão apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);

c) São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo próprio no

Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um trabalho a mais para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos;

d) Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

- As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
- As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
- Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 – Lotação

Quadro 11 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|----------------------------------------------------------|--------------|--------------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 1.268 | 1.159 | 7 | 51 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 1.268 | 1.159 | 7 | 51 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 1.268 | 1.148 | 7 | 51 |
| 1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | Não há | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|--------------------------------------------------------------|--------------|--------------|----------|-----------|
| 1.3. Servidores de carreira em exercício provisório | Não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | Não há | 0 | 0 | 0 |
| 1.5. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º 8112* | Não há | 1 | 0 | 0 |
| 1.6. Outros ** | Não há | 10 | 0 | 0 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 1.268 | 1.159 | 7 | 51 |

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** "Outros" abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 12 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

| Tipologias dos Afastamentos | Qtde de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 9 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | Não Disponível |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | Não Disponível |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | Não Disponível |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | 0 |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | 0 |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | 0 |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | 0 |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | 0 |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 0 |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | 0 |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | 0 |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | 0 |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | 0 |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | 0 |
| 3.6. Por Decisão Judicial | 0 |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | 3 |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | 0 |
| 4.2. Capacitação | 3 |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | 2 |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | 0 |
| 5.2. Serviço Militar | 0 |
| 5.3. Atividade Política | 0 |
| 5.4. Interesses Particulares | 1 |
| 5.5. Mandato Classista | 1 |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | 12 |
| 6.1. Licença Prêmio por assiduidade - Lei 9527/97, art 7º | 2 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 6.2. Licença Gestante - Lei 8112/90, art 207 | 1 |
| 6.3. Licença Adotante - Lei 8112/90, art 210 | 0 |
| 6.4. Licença para tratamento de saúde - Lei 8112/90, art 202 | 9 |
| 6.5. Licença por Acidente em Serviço - Lei 8112/90, art 211 | 0 |
| 6.6. Falecimento pessoa da família - Lei 8112/90, art 97, inciso III, alínea b | 0 |
| 6.7. Reclusão - Lei 8112/90, art 229 e EC 20/98, art 13 | 0 |
| 6.8. Afastamento Temporário - Lei 8429/92, art 20, parágrafo único | 0 |
| 6.9. Afastamento para Integrar Comissão - Lei 8112, art 152, §1º | 0 |
| 6.10. Afastamento para Juri e outros serviços - Lei 8112/90, art 102, incisso VI; Lei 8868/94, art 15; Lei 8504/97, art 98 | 0 |
| 6.11. Afastamento para Justiça Eleitoral - Lei 6992/81, art 2º, §1º | 0 |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 26 |

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.

2. Normas relacionadas ao processo de cessão:

DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.

INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.

DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.

3. Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.

4. As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.

5. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.11), por serem considerados relevantes.

6. Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.

7. Em razão do entendimento de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, apresentamos a informação detalhada em quadro separado, abaixo. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013.

Para complementação da informação, disponibilizamos quadro resumo de remoções concatenado com outras informações gerenciais no item Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

| RF origem | Tipo de Remoção | RF destino | | | | | | | | | | | | Total |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|------------|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC | |
| 1 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | 1 | | | | | | 1 | | | | | | 2 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 10 | | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | 24 | 8 | 1 | | 18 | 77 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4 | 3 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 4 | | 1 | 7 | 26 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | 15 | | 1 | | | | | | | 1 | 2 | 6 | 25 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | | | | 1 | | | | | 1 |
| 1 Total | | 31 | 3 | 4 | 5 | 4 | 4 | 5 | 28 | 12 | 2 | 3 | 31 | 132 |
| | | RF destino | | | | | | | | | | | | |

| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC | Total |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|------------|
| 2 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | | | | | 1 | | | | | | 1 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | 1 | | | | 1 | | | | | | 2 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 9 | 25 | 6 | 6 | 5 | | 5 | 56 | 13 | 10 | | 31 | 166 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2 | 4 | | 2 | | | 1 | 2 | 1 | 1 | | 8 | 20 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | 13 | | 2 | | 1 | 2 | 1 | 1 | | 2 | 1 | 23 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | 2 | | | | | | | | 2 |
| 2 Total | | 11 | 42 | 7 | 10 | 7 | 1 | 10 | 59 | 14 | 11 | 2 | 40 | 214 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC | Total |
| 3 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | | | 4 | 2 | | | | | | | | 2 | 8 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | | 10 | 1 | | | | 1 | | | | 3 | 15 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | 1 | 1 | 28 | 1 | | | | 2 | | 1 | 5 | 1 | 40 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| 3 Total | | 1 | 1 | 43 | 4 | | | | 3 | | 1 | 5 | 6 | 64 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC | Total |
| 4 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | 1 | | | | 1 | | | | | | 2 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | | 1 | | 1 | 1 | | | 1 | | | | | 4 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 1 | 1 | 1 | 8 | 1 | | 1 | | | | | 4 | 17 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | | 1 | 12 | | 1 | | 2 | 1 | | 3 | 1 | 21 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | 4 | | | | | | | | 4 |
| 4 Total | | 1 | 2 | 3 | 26 | 2 | 1 | 2 | 3 | 1 | | 3 | 5 | 49 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC | Total |
| 5 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | | | 1 | | | | | | | | 1 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | | 1 | | | | | | | | 1 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 1 | | | | 16 | 1 | 2 | 1 | | | | 1 | 22 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 1 | 1 | | 1 | 16 | 1 | | 1 | | | | 3 | 24 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | 2 | | 1 | 10 | 2 | | | | | | | 15 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | | | 1 | | | | | | 1 |
| 5 Total | | 2 | 3 | | 2 | 44 | 4 | 3 | 2 | | | 4 | 64 | |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC | Total |
| 6 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | | | 2 | | | | | | | 2 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | | | | | | 8 | 4 | 2 | | 2 | | | 16 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 1 | | | 1 | 11 | 4 | 2 | 1 | | | | 8 | 28 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | | | 2 | 17 | | | | | | 2 | 2 | 23 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | 1 | 1 | 1 | | | | | | 3 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|----|-----|----|----|--------------|-----|-----|
| 6 Total | | 1 | | 4 | 39 | 9 | 4 | 1 | 2 | 2 | 10 | 72 | | |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ UC Total | | |
| 7 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | | | | | | 1 | | | | 1 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | 1 | | | | | | | | 1 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 1 | | | 2 | | | 28 | 1 | 1 | 3 | | 36 | |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | 2 | 17 | 5 | | | 2 | 26 | |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | 57 | | | 3 | 2 | 62 | | |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | | 1 | 1 | | | | | 2 | |
| 7 Total | | 1 | | 3 | | 3 | 103 | 7 | 1 | 3 | 3 | 4 | 128 | |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ UC Total | | |
| 8 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | | | | | 2 | 2 | | | 1 | | 5 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | | | 1 | 1 | | | | | 2 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 1 | 2 | 4 | 2 | 5 | 6 | 19 | 157 | 9 | | 3 | 5 | 213 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4 | | 1 | | 1 | 4 | 4 | 31 | 3 | 1 | | 15 | 64 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | 59 | | | 5 | 3 | 67 | |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | | | 2 | | | | | 2 | |
| 8 Total | | 5 | 2 | 5 | 2 | 6 | 11 | 28 | 249 | 12 | 1 | 9 | 23 | 353 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ UC Total | | |
| 9 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | | | | | | | 2 | | | 2 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | | | | | | 1 | 1 | | 2 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 | 11 | 36 | 1 | | 64 | |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 1 | 1 | | | | 1 | 1 | 3 | 20 | 1 | 1 | 5 | 34 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | 1 | | 1 | 20 | 1 | 3 | 3 | 29 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | | | | | 3 | | | 3 | |
| 9 Total | | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 7 | 6 | 15 | 82 | 4 | 4 | 8 | 134 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ UC Total | | |
| 10 | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | | | | | | | 1 | | | | | 1 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | | | | | | 1 | | | 1 | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 2 | | 3 | | | 3 | 9 | 22 | 15 | 29 | | 4 | 87 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | 1 | | | | | 2 | 1 | 2 | 9 | 1 | 4 | 20 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | 1 | | | 24 | | 3 | 28 |
| 10 Total | | 2 | 1 | 3 | | | 3 | 13 | 23 | 18 | 62 | 1 | 11 | 137 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ UC Total | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|----|-----|------|
| DRJ | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 1 | | | | | | 7 | | | | | 8 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | | 2 | | | | 2 | 1 | 4 | 2 | | 11 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | 1 | 3 | 2 | 1 | | 4 | 1 | 4 | 3 | 1 | 25 | 3 |
| DRJ Total | | 2 | 3 | 4 | 1 | | 4 | 3 | 12 | 7 | 3 | 25 | 3 |
| RF destino | | | | | | | | | | | | | |
| RF origem | Tipo de Remoção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | DRJ | UC |
| UC | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO | 1 | | | | 1 | | | 1 | | | | |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE | | | | 1 | | | | | | | 1 | 2 |
| | A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO | 11 | 2 | | | 3 | | | 14 | 3 | | 32 | 65 |
| | A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 9 | 1 | 1 | 4 | 2 | 10 | 13 | 4 | 3 | 3 | | 18 |
| | DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO | 6 | | 2 | | 4 | 1 | 6 | 4 | 2 | 2 | 8 | 12 |
| | DECISÃO JUDICIAL | | | | | | 1 | | | | | | 1 |
| UC Total | | 27 | 3 | 3 | 5 | 10 | 12 | 19 | 23 | 8 | 5 | 8 | 63 |
| Total | | 85 | 63 | 73 | 60 | 78 | 89 | 201 | 428 | 156 | 94 | 65 | 208 |
| | | | | | | | | | | | | | 1600 |

5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 – Estrutura de Cargos e Funções

Quadro 13 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--------------------------------------------------------------|------------|------------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 34 | 33 | 13 | 13 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 34 | 33 | 13 | 13 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 34 | 33 | 13 | 13 |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Sem Vínculo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.5. Aposentados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.6. Servidores | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Funções Gratificadas | 169 | 159 | 46 | 46 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 169 | 159 | 46 | 46 |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 203 | 192 | 59 | 59 |

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.

2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados

5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 45 | 112 | 241 | 438 | 131 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 45 | 112 | 237 | 433 | 129 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4. Outros * | 0 | 0 | 4 | 5 | 2 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 5 | 48 | 73 | 54 | 12 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 7 | 17 | 8 | 1 |
| 2.3. Funções Gratificadas | 5 | 41 | 56 | 46 | 11 |
| 3. Totais (1+2) | 50 | 160 | 314 | 492 | 143 |

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do quadro Força de Trabalho.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB. A classe predominante, com 42,45% dos servidores, é a de 51 a 60 anos. Em relação à última Prestação de Contas, houve aumento de 19% na última faixa – acima de 60 anos. O quadro funcional está envelhecendo, causando impacto nas aposentadorias (como ressaltamos reiteradamente a órgãos como Ministério do Planejamento e ao próprio TCU). Além disso, a primeira faixa – até 30 anos – foi diminuída em 38% em relação ao ano passado, mostrando uma nova realidade de servidores entrando no órgão com mais de 30 anos.

5.1.2.3 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------|---|---|-----------|------------|------------|------------|-----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | | | | 10 | 332 | 624 | 137 | 24 | 3 | 1 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | | | | 10 | 329 | 617 | 137 | 24 | 3 | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | |
| 1.4. Outros * | | | | | 3 | 7 | | | | |
| 1.5. Outros Servidores ** | | | | | | | | | | 1 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | | | | | 22 | 170 | 57 | 11 | 1 | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | 33 | 26 | 6 | 1 | |
| 2.3. Funções Gratificadas | | | | | 22 | 137 | 31 | 5 | | |

| | | | | | | | | | | |
|------------------------|--|--|--|-----------|------------|------------|------------|-----------|----------|----------|
| 3. Totais (1+2) | | | | 10 | 354 | 794 | 194 | 35 | 4 | 1 |
|------------------------|--|--|--|-----------|------------|------------|------------|-----------|----------|----------|

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

** O item "1.5 Outros Servidores" abrange Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

Para os itens de escolaridade de 7 a 9, cuja prestação da informação é de caráter facultativo pelos servidores da RFB, percebemos aumento de 6,4% em relação ao ano passado.

5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------|---------------|--------------|--------------------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------|----------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | | | | | | | | | 0,00 | |
| | 2012 | | | | | | | | | 0,00 | |
| | 2011 | | | | | | | | | 0,00 | |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 149.443.891,18 | 9.285,69 | 12.313.734,78 | 4.198.416,05 | 5.174.122,31 | 6.267.355,72 | 60.573,49 | 286.316,41 | 1.007.615,59 | 178.761.311,22 |
| | 2012 | 145.259.638,48 | 6.391,34 | 12.195.991,19 | 4.380.205,00 | 4.388.370,03 | 5.562.003,19 | 80.387,78 | 24.538,55 | 999.622,18 | 172.897.147,74 |
| | 2011 | 146.539.723,82 | 7.039,20 | 12.187.816,04 | 4.281.220,86 | 4.551.615,47 | 5.158.367,12 | 71.629,12 | | 1.246.367,98 | 174.043.779,61 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | | | | | | | | | 0,00 | |
| | 2012 | | | | | | | | | 0,00 | |
| | 2011 | | | | | | | | | 0,00 | |
| Servidores Cedidos com Ónus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 3.116.157,41 | 4.072,96 | 219.803,63 | 78.193,69 | 95.003,61 | 141.960,20 | 124,55 | | 23.296,67 | 3.678.612,72 |
| | 2012 | 3.227.438,03 | 5.599,90 | 179.821,04 | 75.581,63 | 92.525,73 | 142.952,91 | 149,46 | | 31.997,92 | 3.756.066,62 |
| | 2011 | 4.436.074,08 | 24.112,01 | 653.948,27 | 156.523,88 | 142.014,59 | 158.552,93 | 1.614,08 | | 51.692,18 | 5.624.532,02 |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | | | | | | | | | | |
| | 2012 | | | | | | | | | 0,00 | |
| | 2011 | | | | | | | | | 0,00 | |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 10.022.099,93 | 855.224,97 | 943.995,57 | 328.598,52 | 207.142,16 | 253.337,92 | 11.060,67 | 2.719,38 | 23.456,28 | 12.647.635,40 |
| | 2012 | 9.736.153,44 | 859.084,89 | 885.440,62 | 261.293,85 | 169.932,28 | 185.322,41 | 9.349,62 | 2.053,27 | 21.236,96 | 12.129.867,34 |
| | 2011 | 9.617.876,92 | 842.452,11 | 866.906,90 | 324.616,05 | 169.758,00 | 196.009,00 | 7.315,68 | 0,00 | 39.943,48 | 12.064.878,14 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 27.656.924,86 | 661.627,59 | 2.348.745,00 | 877.485,10 | 798.148,07 | 1.063.369,52 | 18.293,09 | 14.636,24 | 130.501,42 | 33.569.730,89 |
| | 2012 | 26.756.884,99 | 660.827,07 | 2.297.320,42 | 692.736,42 | 664.979,34 | 940.419,08 | 22.729,63 | 10.024,94 | 121.273,58 | 32.167.195,47 |
| | 2011 | 26.811.812,63 | 665.823,12 | 2.298.264,09 | 814.765,89 | 669.391,44 | 780.972,76 | 19.026,85 | 0,00 | 156.690,86 | 32.216.747,64 |
| Outros * | | | | | | | | | | | |
| Exercício | 2013 | 1.066.257,60 | | 89.834,00 | 27.145,99 | 49.995,00 | 114.114,20 | 632,46 | 11.030,68 | | 1.359.009,93 |

Fonte: DW Siapenet

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.
2. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
3. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - 3.1. As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - 3.2. Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - 3.3. As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - 3.4. A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
4. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
5. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2013

| RUBRICAS VERIFICADAS NO ART. 51 DA LEI 8112 | | | | | | | |
|---------------------------------------------|----------------|--------------|------------|-----------------|-----------------|---------------------|--------------|
| UNIDADE | Ajuda de Custo | Diárias | Transporte | Auxílio Moradia | Auxílio Funeral | Auxílio Pré-Escolar | TOTAL |
| 3ª RF | 574.534,36 | 2.449.936,79 | 0 | 21.600,00 | 27.108,11 | 0 | 3.073.179,26 |

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

5.1.4 – Cadastramento no Sisac

5.1.4.1 – Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do Sisac

Quadro 17 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------|----------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Admissão | 7 | 0 | 7 | 0 |
| Concessão de aposentadoria | | | | |
| Concessão de pensão civil | | | | |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | | | | |
| Concessão de reforma | | | | |
| Concessão de pensão militar | | | | |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | | | | |
| Totais | 7 | 0 | 7 | 0 |

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Os atos de admissão têm prazo de 60 dias, a partir do exercício do servidor, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que a entrada de novos servidores nos meses de novembro e dezembro seja cadastrada no ano subsequente. Isso pode gerar uma defasagem entre as informações de entrada de servidores como força de trabalho (atos sujeitos a registro no exercício) e a quantidade de atos cadastrados no SISAC no exercício.

Os lançamentos dos atos de admissão resultam de um processo de parceria entre a Coordenação-

Geral de Gestão de Pessoas e as Divisões de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais, onde a Cogep libera os números dos processos que são instruídos e lançados no Sisac pelas Digeps, sob supervisão da Cogep.

5.1.4.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro 18 - ATOS SUJEITOS Á COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------|----------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Desligamento | 19 | 1 | 20 | 0 |
| Cancelamento de concessão | | | | |
| Cancelamento de desligamento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 19 | 1 | 20 | 0 |

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhoso dos atos durante todo o ano.

Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.

Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.

De acordo com recente resposta da CGU, foi necessário retificar a informação da quantidade de atos de desligamento cadastrados em 2012. Dos atos de desligamentos sujeitos à comunicação ao TCU, 1 foi cadastrado em 2013 tempestivamente.

Importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os atos de 2013 por UJ, em cada relatório específico, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior.

Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional, exceto para o caso mencionado acima.

5.1.4.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Quadro 19 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

| Tipos de Atos | Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e cadastro no SISAC | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Exercício de 2013 | | | |
| | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | Mais de 90 dias |
| Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | | |
| Admissão | 7 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|----------|----------|----------|
| Total | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | | |
| Desligamento | 20 | 0 | 0 | 0 |
| Cancelamento de Desligamento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 20 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Como já dito na introdução, foi criado módulo no SA3 para permitir a extração da informação deste quadro.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.

5.1.5 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$$

| UNIDADE | 2010 | 2011 | 2011B | 2012 | 2012B | 2013 |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1ª RF | 1,96% | 2,50% | 1,98% | 2,06% | 2,66% | 2,50% |
| 2ª RF | 2,30% | 2,20% | 2,52% | 3,42% | 3,49% | 2,51% |
| 3ª RF | 2,30% | 1,73% | 2,79% | 2,33% | 2,40% | 2,29% |
| 4ª RF | 1,52% | 1,65% | 2,28% | 2,71% | 2,81% | 1,73% |
| 5ª RF | 2,17% | 2,01% | 2,41% | 2,30% | 2,60% | 1,99% |
| 6ª RF | 3,11% | 3,20% | 3,17% | 3,39% | 3,52% | 2,65% |
| 7ª RF | 2,29% | 1,62% | 2,83% | 2,09% | 2,49% | 2,81% |
| 8ª RF | 2,01% | 2,11% | 2,43% | 2,65% | 2,79% | 2,43% |
| 9ª RF | 1,73% | 1,80% | 1,70% | 2,54% | 2,65% | 2,30% |
| 10ª RF | 1,94% | 1,53% | 1,68% | 1,95% | 1,94% | 1,51% |
| DRJ | 2,12% | 2,06% | 1,95% | 2,51% | 2,55% | 1,70% |
| UC | 1,50% | 1,66% | 1,65% | 1,75% | 1,95% | 1,93% |
| RFB | 2,09% | 2,02% | 2,34% | 2,48% | 2,68% | 2,30% |

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extraído em 22/01/2014

Na tabela acima apresentamos o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B. Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notamos dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

2. diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectamos o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;
3. aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, aqui justificado pelo já relatado problema com o SIASS (**Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do**

Servidor). Com estes números comparativos conseguimos portanto evidenciar os atrasos nos lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão vir a sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando uma análise em relação aos anos anteriores. A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

Reposição do quadro

Grau de Reposição de egressos em 2013.

Fórmula: Σ entradas / (Σ vacâncias + Σ exonerações + Σ aposentadorias + Σ falecimento + Σ demissão)

As entradas consideraram provimento originário.

| RF | Ingressos 2013 | Egressos 2013 | Reposição do quadro |
|------------|-------------------|------------------|------------------------|
| 1 | 98 | 116 | 0,84 |
| 2 | 236 | 58 | 4,07 |
| 3 | 7 | 51 | 0,14 |
| 4 | 0 | 82 | 0,00 |
| 5 | 20 | 71 | 0,28 |
| 6 | 1 | 134 | 0,01 |
| 7 | 5 | 179 | 0,03 |
| 8 | 302 | 380 | 0,79 |
| 9 | 46 | 106 | 0,43 |
| 10 | 91 | 102 | 0,89 |
| UC | 151 | 56 | 2,70 |
| DRJ | 0 | 41 | 0,00 |
| RFB | 957 | 1.376 | 0,70 |

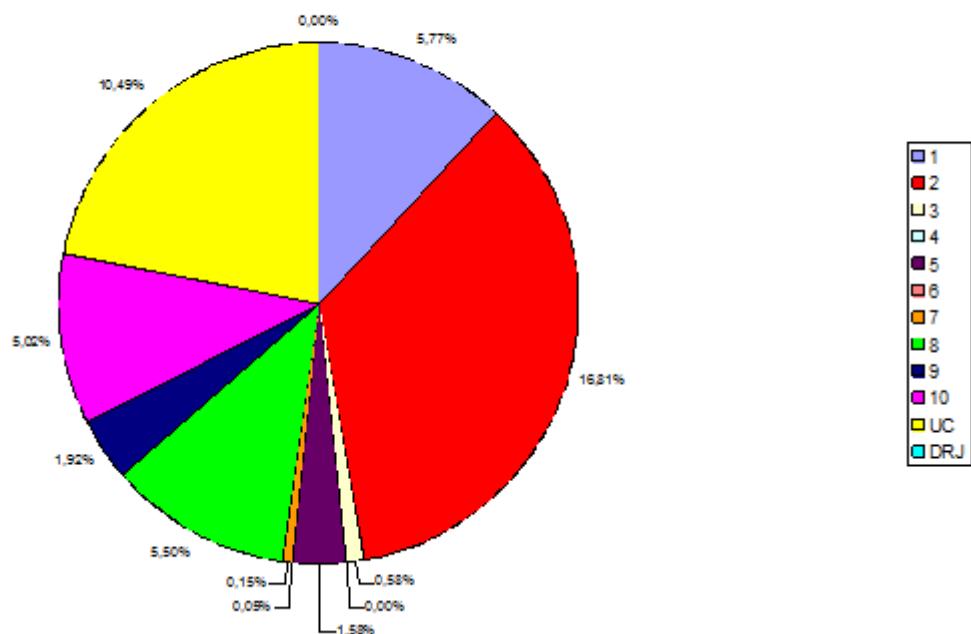
Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na Prestação anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas UJ (2ª RF e UC) receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

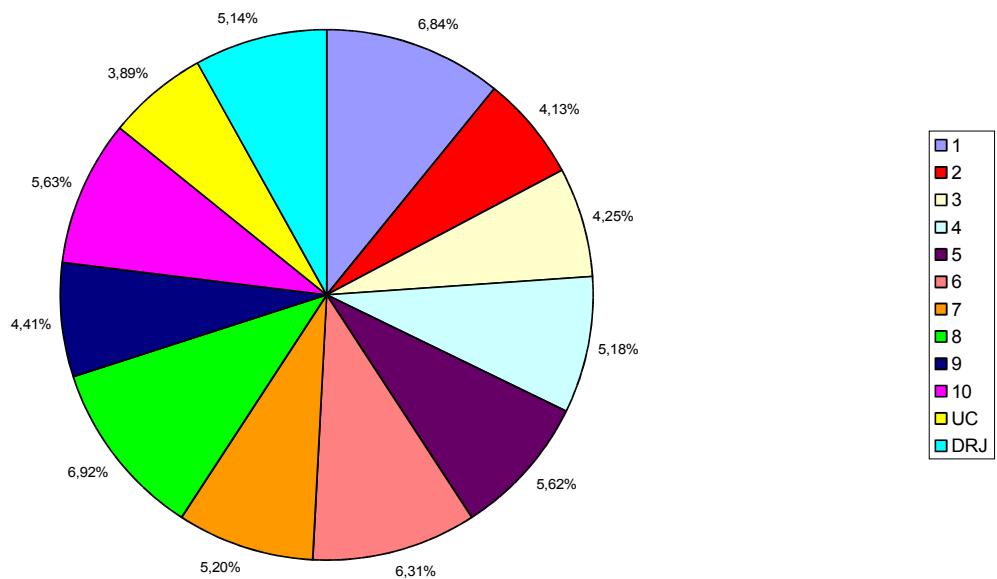
Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas 2012/2013.

| RF | FT 31/12/12 | Ingressos 2013 | % ING13/FT12 | Egressos 2013 | % EG13/FT12 | Remoção 2013 | % R13/FT12 | FT 31/12/13 | % FT13/FT12 |
|-----|----------------|-------------------|-----------------|------------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|
| 1 | 1.697 | 98 | 5,77% | 116 | 6,84% | -47 | -2,77% | 1.645 | 96,94% |
| 2 | 1.404 | 236 | 16,81% | 58 | 4,13% | -151 | -10,75% | 1.429 | 101,78% |
| 3 | 1.199 | 7 | 0,58% | 51 | 4,25% | 9 | 0,75% | 1.159 | 96,66% |
| 4 | 1.582 | 0 | 0,00% | 82 | 5,18% | 11 | 0,70% | 1.488 | 94,06% |
| 5 | 1.264 | 20 | 1,58% | 71 | 5,62% | 14 | 1,11% | 1.224 | 96,84% |
| 6 | 2.122 | 1 | 0,05% | 134 | 6,31% | 17 | 0,80% | 1.999 | 94,20% |
| 7 | 3.442 | 5 | 0,15% | 179 | 5,20% | 73 | 2,12% | 3.326 | 96,63% |
| 8 | 5.492 | 302 | 5,50% | 380 | 6,92% | 75 | 1,37% | 5.505 | 100,24% |
| 9 | 2.401 | 46 | 1,92% | 106 | 4,41% | 22 | 0,92% | 2.362 | 98,38% |
| 10 | 1.811 | 91 | 5,02% | 102 | 5,63% | -43 | -2,37% | 1.746 | 96,41% |
| UC | 1.440 | 151 | 10,49% | 56 | 3,89% | 22 | 1,53% | 1.541 | 107,01% |
| DRJ | 798 | 0 | 0,00% | 41 | 5,14% | -2 | -0,25% | 757 | 94,86% |
| RFB | 24.652 | 957 | 3,88% | 1.376 | 5,58% | 0 | 0,00% | 24.181 | 98,09% |

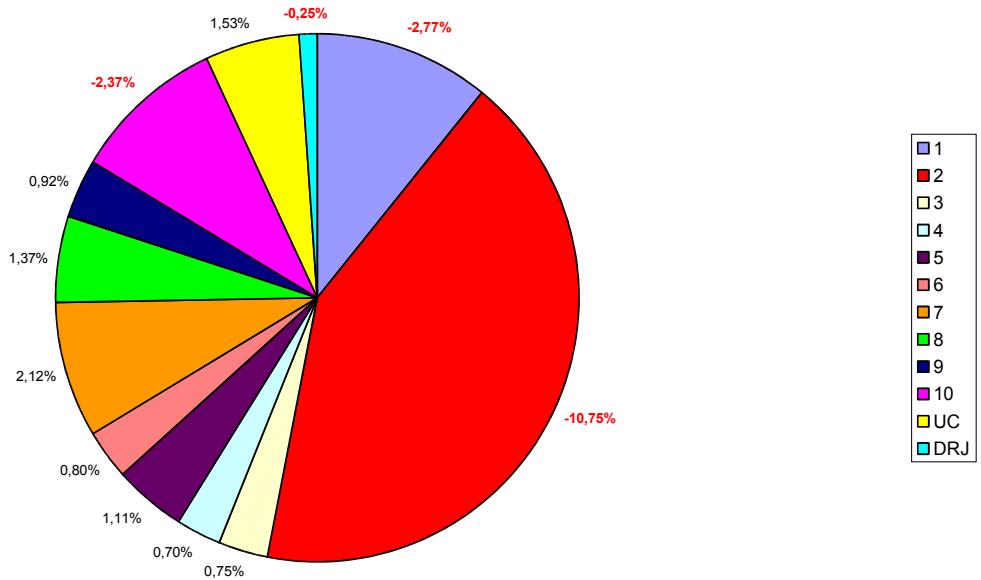
Ingressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Egressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Remoções 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Podemos inferir dos dados e gráficos:

- a) Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
- b) O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:
 - a. Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do quadro “Quantidade de servidores da UJ por faixa etária”, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e
 - b. Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.
- c) A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita juntamente com a do gráfico de remoções. A 2^a RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público;

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1^a, 2^a, 9^a e 10^a) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

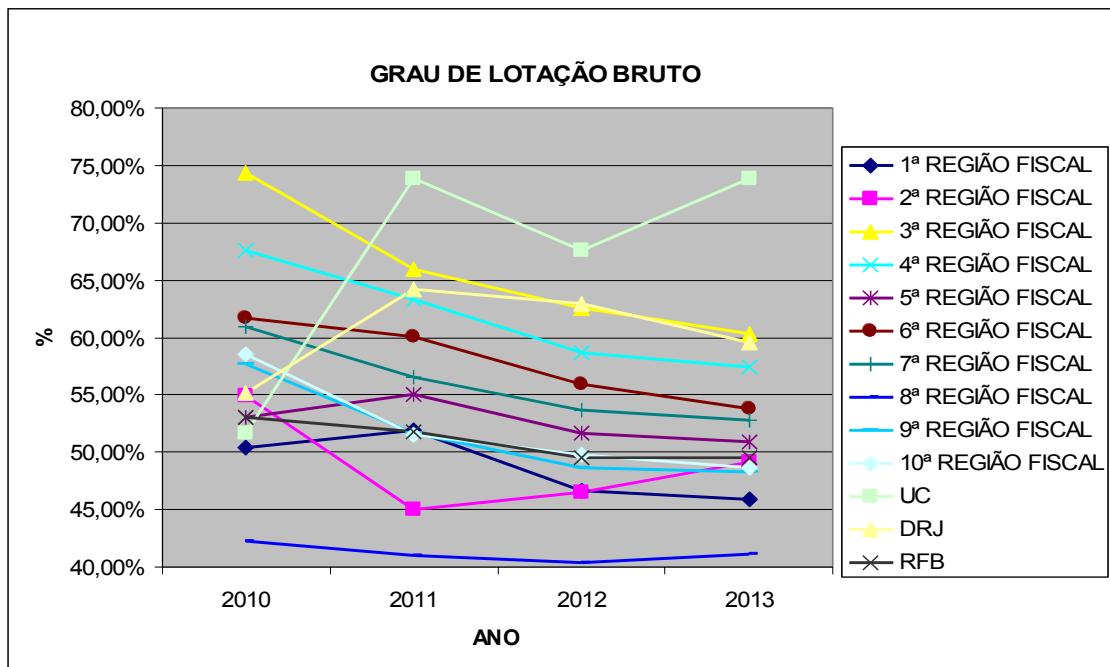
Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1^a REGIÃO FISCAL | 50,39% | 51,86% | 46,62% | 45,85% |
| 2^a REGIÃO FISCAL | 54,89% | 45,06% | 46,48% | 49,12% |
| 3^a REGIÃO FISCAL | 74,34% | 65,91% | 62,62% | 60,33% |
| 4^a REGIÃO FISCAL | 67,60% | 63,36% | 58,69% | 57,42% |
| 5^a REGIÃO FISCAL | 53,05% | 55,10% | 51,64% | 50,88% |
| 6^a REGIÃO FISCAL | 61,68% | 60,07% | 55,88% | 53,80% |
| 7^a REGIÃO FISCAL | 60,99% | 56,56% | 53,63% | 52,79% |
| 8^a REGIÃO FISCAL | 42,22% | 41,05% | 40,34% | 41,11% |
| 9^a REGIÃO FISCAL | 57,63% | 51,70% | 48,63% | 48,30% |
| 10^a REGIÃO FISCAL | 58,53% | 51,54% | 49,74% | 48,67% |
| UC | 51,64% | 73,83% | 67,64% | 73,89% |
| DRJ | 55,13% | 64,19% | 62,90% | 59,59% |
| RFB | 53,06% | 51,76% | 49,50% | 49,50% |

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Devemos ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro, que considera também as Carreiras Administrativas.



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

| Órgão | Cargo | Lotação Real [1] | Lotação Máxima[2] | Grau de Lotação Nov2013 |
|------------------------------------|----------------------------|------------------|-------------------|-------------------------|
| Receita Federal do Brasil | AFRFB | 11.088 | 20.395 | 54,37% |
| | ATRFB | 7.550 | 16.677 | 45,27% |
| Ministério das Relações Exteriores | Diplomata | 1.557 | 1.805 | 86,26% |
| | Oficial de Chancelaria | 881 | 1.893 | 46,54% |
| Polícia Federal | Delegado | 1.714 | 2.187 | 78,37% |
| | Agente | 6.240 | 8.033 | 77,68% |
| Ministério do Trabalho e Emprego | Auditor Fiscal do Trabalho | 2.795 | 3.644 | 76,70% |
| Média sem a RFB | | | | 73,11% |

[1] Boletim Estatístico de Pessoal 211 do MP, de novembro de 2013

[2] Publicação “Dados LDO” do MP, Portaria 1992 de 30/11/12

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõe o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2013 a RFB capacitou 72,39% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a RFB alocou em média 48,40 horas de capacitação em cada um dos 72,39% dos seus servidores capacitados em 2013.

Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72% e 43,73 horas, respectivamente.

| UNIDADE | GRAU DE APROFUNDAMENTO horas | GRAU DE AMPLITUDE % |
|---------|------------------------------|---------------------|
| RFB | 48,40 | 72,39 |
| UC | 71,67 | 89,70 |
| 1ª RF | 47,50 | 57,04 |
| 2ª RF | 63,40 | 82,00 |
| 3ª RF | 67,88 | 67,78 |
| 4ª RF | 35,64 | 73,77 |
| 5ª RF | 44,01 | 70,54 |
| 6ª RF | 36,17 | 74,70 |
| 7ª RF | 37,71 | 77,52 |
| 8ª RF | 52,21 | 72,76 |
| 9ª RF | 39,97 | 67,36 |
| 10ª RF | 54,46 | 71,25 |
| DRJ | 43,76 | 57,86 |

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB – Siscad

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

5.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|---|---|------|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170028/00001 CNPJ: 00.394.460/0080-45 | | | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | |
| 2011 | L | O | 08/2011 | 00.211.921/0001-01 | 01/03/11 | 31/05/13 | 9 | 9 | | | E |
| 2013 | L | O | 04/2013 | 04.833.107/0001-71 | 01/08/13 | 01/08/14 | 9 | 9 | | | A |
| 2012 | V | O | 02/2012 | 10.809.411/0001-86 | 05/05/12 | 02/05/14 | 8 | 8 | | | P |

Observações: Foram contratados 09 Serventes, mas apenas 08 (oito) prestam serviços nas 08(oito) Agências Jurisdicionadas e 01 Servente presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, inclusive o pagamento pelo serviço é feito por aquela unidade. O contrato nº 08 2011 – tinha seu término previsto para o dia

31/07/2013, porém foi rescindido no dia 31/05/2013, por inobservâncias de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada. Sendo realizada uma nova licitação resultando no contrato nº 04/2013.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------------------------|---|---|------|--|---|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP | | | | | Informações sobre os Contratos | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | M | S | | |
| 2011 | L | O | 02/2011 | 13.909.561/0001-50 | 01/01/12 | 30/04/ 15 | 8 | 6 | 2 | | | P |
| 2012 | V | O | 05/2012 | 08.888.686/0001-00 | 01/01/13 | 31/12/14 | | | 8 | 8 | | P |

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|----|---|------|--|---|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA | | | | | Informações sobre os Contratos | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | M | S | | |
| 2012 | L | O | 1/2012 | 05.695.725/0001-65 | 01/04/12 | 30/11/13 | 4 | 4 | | | | E |
| 2013 | L | O | 4/2013 | 11.399.787/0001-22 | 01/12/13 | 31/07/15 | 4 | 4 | | | | A |
| 2011 | V | O | 2/2011 | 08.578.865/0001-41 | 01/07/11 | 30/06/14 | 13 | 13 | | | | P |

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------|---|---|------|---|---|
| Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03 | | | | | Informações sobre os Contratos | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | M | S | | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante**Nome:** Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR**UG/Gestão:** 170041/00001**CNPJ:** 00.394.460/0079-01**Informações sobre os Contratos**

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|----|----|------|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | |
| 2011 | L | O | 06/2011 | 03.651.472/0001-00 | 01/10/11 | 31/01/15 | | | 8 | 8 | A |
| 2010 | V | O | 02/2010 | 12.285.169/0001-14 | 01/07/10 | 30/06/14 | | | 24 | 24 | A |

Observações:**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante**Nome:** Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE**UG/Gestão:** 170042/00001**CNPJ:** 00.394.460/0082-07**Informações sobre os Contratos**

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|----|---|------|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | |
| 2012 | L | O | 02/2012 | 07.188.842/0001-68 | 01/02/12 | 01/02/14 | | | 9 | | A |
| 2009 | V | O | 02/2009 | 86.960.598/0001-86 | 01/01/09 | 01/01/14 | | | 10 | | A |

Observações:**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante**Nome:** Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR**UG/Gestão:** 170108/00001**CNPJ:** 00.394.460/0375-76**Informações sobre os Contratos**

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|----|---|---|------|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | |
| 2010 | L | O | 03/2010 | 03.651.472/0001-00 | 18/02/10 | 17/02/14 | 13 | 13 | | | A |
| 2010 | V | O | 04/2010 | 12.215.075/0001-79 | 02/07/10 | 01/07/14 | 12 | 12 | | | A |

Observações:**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------|---------|--------------------|----------|----------|---|---|---|
| Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS | | | | | UG/Gestão: 170225/00001 CNPJ: 00.394.460/0419-21 | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. | | | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | | | | | |
| | | | | | 2011 | L | O | 08/2011 | 00.211.921/0001-01 | 01/03/11 | 31/05/13 | 1 | 1 | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | Sit. | | | | |
| | | | | | 2013 | L | O | 04/2013 | 04.833.107/0001-71 | 01/08/13 | 01/08/14 | 1 | 1 | A |
| Observações: Contratos celebrados pela DRF/SÃO LUÍS/MA para contratação de terceirizados para esta Alfândega. | | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------|---------|--------------------|----------|----------|----|----|--|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB | | | | | UG/Gestão: 170330/00001 CNPJ: 00.394.460/0463-03 | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. | | | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | | | | | |
| | | | | | 2012 | L | O | 02/2012 | 04.135.894/0001-88 | 02/01/12 | 01/05/15 | 9 | 9 | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | Sit. | | | | |
| | | | | | 2012 | V | O | 01/2012 | 86.960.598/0001-86 | 02/01/12 | 01/05/15 | 13 | 13 | |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------|---------|--------------------|----------|----------|---|---|--|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO | | | | | UG/Gestão: 170337/00001 CNPJ: 00.394.460/0469-90 | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. | | | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | | | | | |
| | | | | | 2012 | L | O | 01/2012 | 05.695.725/0001-65 | 01/04/12 | 10/12/13 | 6 | 6 | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | Sit. | | | | |
| | | | | | 2011 | V | O | 03/2011 | 08.578.865/0001-41 | 29/07/11 | 31/07/14 | 8 | 8 | |
| Observações: Em virtude de problemas na renovação contratual, não havendo possibilidade da prorrogação, realizamos licitação com consequente contratação somente a partir de 07.01.2014 a 07.09.2015 (20 meses). Refere-se ao contrato DRF/FLO/PI N° 170337/01/2014, Prestação dos serviços de Limpeza e Conservação, com a empresa Betânia Serviços Gerais LTDA. | | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------|---|---|---|------|--|--|
| Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170387/00001 | | | | | CNPJ: 00.394.460/0418-40 | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | Sit. | | |
| | | | | | - | - | - | - | - | - | - | | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------------------------------|---|---|---|------|--|--|
| Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170532/00001 | | | | | CNPJ: 00.394.460/0530-08 | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | Sit. | | |
| | | | | | - | - | - | - | - | - | - | | |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg

5.2.2 - Informações sobre a Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|----|----|----|------|--|--|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170028/00001 | | | | | CNPJ: 00.394.460/0080-45 | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | Sit. | | |
| | | | | | - | - | - | - | - | - | - | | |
| 2011 | 5 | O | 02/2011 | 00.211.921/0001-01 | 01/01/11 | 31/05/13 | | | 20 | 20 | E | | |
| 2011 | 2 | O | 02/2011 | 00.211.921/0001-01 | 01/01/11 | 31/05/13 | 04 | 04 | | | E | | |
| 2011 | 6 | O | 02/2011 | 00.211.921/0001-01 | 01/01/11 | 31/05/13 | 01 | 01 | | | E | | |
| 2013 | 5 | O | 06/2013 | 05.206.485/0001-98 | 09/09/13 | 31/12/13 | | | 19 | 16 | A | | |
| 2013 | 2 | O | 06/2013 | 05.206.485/0001-98 | 09/09/13 | 31/12/13 | | | 02 | 01 | A | | |

Observações: O contrato nº 02 2011 – tinha seu término previsto para o dia 31/07/2013, porém foi reincidentido no dia 31/05/2013, por inobservâncias de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada. Sendo realizada uma nova licitação

resultando no contrato nº 06/2013.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP

UG/Gestão: 170030/00001

CNPJ: 00.394.460/0429-01

Informações sobre os Contratos

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | Sit. | |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|---|---|---|------|---|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2011 | 9 | O | 01/2011 | 86.850.971/0001-46 | 25/08/11 | 24/04/13 | 2 | 2 | | | | | E |
| 2013 | 5 | O | 02/2013 | 07.800.844/0001-66 | 09/09/13 | 09/05/15 | | | 3 | 3 | | | A |

Observações:

LEGENDA

Área:

- d) Segurança;
- e) Transportes;
- f) Informática;
- g) Copeiragem;
- h) Recepção;
- i) Reprografia;
- j) Telecomunicações;
- k) Manutenção de bens móveis;
- l) Manutenção de bens imóveis;
- m) Brigadistas;
- n) Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
- o) Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA

UG/Gestão: 170035/00001

CNPJ: 00.394.460/0081-26

Informações sobre os Contratos

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | Sit. | |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|---|---|---|------|---|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2012 | 2 | O | 2/2012 | 09.019.150/0001-11 | 01/07/12 | 28/02/14 | 3 | 3 | | | | | A |
| 2012 | 5 | O | 10/2012 | 06.234.467/0001-82 | 01/12/12 | 31/07/14 | 7 | 7 | | | | | A |

Observações:

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| LEGENDA | Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. |
| Área: <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras. | |

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal | | | | UG/Gestão: 170040/00001 CNPJ: 00.394.460/0078-20 | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | M | |
| | | | | | | | | | | S | |
| 2010 | 2 | O | 20/2010 | 06.234.467/0001-82 | 13/10/10 | 12/08/13 | | | 4 | 4 | |
| 2010 | 4 | O | 20/2010 | 06.234.467/0001-82 | 13/10/10 | 12/08/13 | 2 | 2 | | | |
| 2010 | 5 | O | 20/2010 | 06.234.467/0001-82 | 13/10/10 | 12/08/13 | | | 4 | 4 | |
| 2010 | 6 | O | 20/2010 | 06.234.467/0001-82 | 13/10/10 | 12/08/13 | 1 | 1 | | | |
| 2010 | 12 | O | 20/2010 | 06.234.467/0001-82 | 13/10/10 | 12/08/13 | 4 | 4 | 1 | 1 | |
| 2013 | 2 | O | 07/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 2 | 2 | |
| 2013 | 5 | O | 07/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 2 | 2 | |

Observações: O contrato nº 20/2010 para a Área 12 é referente a 3 serviços gerais, 1 carregador e 1 mensageiro.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| LEGENDA | Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. |
| Área: <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras. | |

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|---|----|----|------|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR | | | | UG/Gestão: 170041/0001 CNPJ: 00.394.460/0079-01 | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | M | |
| | | | | | | | | | | S | |
| 2011 | 09 | O | 04/2011 | 33.373.325/0001-79 | 01/06/11 | 30/09/14 | | | 05 | 05 | |
| 2013 | 02 | O | 08/2013 | 06.234.467/0001-82 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 01 | 01 | |

| | | | | | | | | | | | | |
|------|----|---|---------|--------------------|----------|----------|----|----|----|----|--|---|
| 2013 | 12 | O | 08/2013 | 06.234.467/0001-82 | 13/08/13 | 12/04/15 | 01 | 01 | | | | A |
| 2013 | 05 | O | 08/2013 | 06.234.467/0001-82 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 02 | 02 | | A |
| 2013 | 02 | O | 10/2013 | 06.234.467/0001-82 | 02/12/13 | 02/08/15 | | | 01 | 01 | | A |
| 2013 | 05 | O | 10/2013 | 06.234.467/0001-82 | 02/12/13 | 02/08/15 | | | 05 | 05 | | A |

Observações: A informação “12 – Outras” corresponde ao posto de carregador (capatazia).

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE

UG/Gestão: 170042/00001

CNPJ: 00.394.460/0082-07

Informações sobre os Contratos

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. | |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|-------------------------------------------------------------|----|----|----|------|---|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| 2010 | 2 | O | 04/2010 | 09.019.150/0001-11 | 01/11/10 | 01/02/14 | | | 01 | 01 | | A |
| 2012 | 9 | O | 10/2012 | 07.188.842/0001-68 | 01/11/12 | 01/11/14 | | | | | | A |
| 2013 | 4 | O | 04/2013 | 09.019.150/0001-11 | 10/09/13 | 10/05/15 | | | 01 | 01 | | A |
| 2013 | 12 | O | 04/2013 | 09.019.150/0001-11 | 10/09/13 | 10/05/15 | 01 | 01 | | | | A |
| 2013 | 5 | O | 04/2013 | 09.019.150/0001-11 | 10/09/13 | 10/05/15 | | | 02 | 01 | | A |

Observações: Outras 12: Serviço de jardinagem

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR

UG/Gestão: 170108/00001

CNPJ: 00.394.460/0375-76

Informações sobre os Contratos

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---|---|------|
| | | | | | | F | M | S | |
| | | | | | | | | | |

| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
|------|----|---|---------|--------------------|---------------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|---|
| 2013 | 4 | O | 03/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 01 | 01 | | | A |
| 2013 | 5 | O | 03/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 02 | 02 | | | A |
| 2013 | 12 | O | 03/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 03 | 03 | | | A |
| 2013 | 12 | O | 03/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 01 | 01 | | | A |
| 2013 | 12 | O | 03/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 01 | 01 | | | A |

Observações: 12 -Outros - Prestação de serviço de um motorista, de um mensageiro e de três carregadores

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|------|--|---|--|
| Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170225/00001 CNPJ: 00.394.460/0419-21 | | | | | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. | | | |
| | | | | | | F | M | S | | | | | |
| | | | | | | P | C | P | C | | | | |
| 2011 | 2 | O | 02/2011 | 02.211.921/0001-01 | 01/03/11 | 31/07/13 | | 3 | 3 | | | E | |
| 2013 | 2 | O | 02/2013 | 07.800.844/0001-66 | 02/09/13 | 02/05/15 | | 2 | 2 | | | A | |
| 2013 | 5 | O | 02/2013 | 07.800.844/0001-66 | 02/09/13 | 02/05/15 | | 1 | 1 | | | A | |

Observações: No período de 01/08/2013 até o dia 01/09/2013 a ALF/SLS/MA ficou sem Contrato, nas áreas 2 e 5, ou seja para os serviços de apoio de terceirizados MOTORISTAS e RECEPCIONISTA. Portanto, somente no dia 02/09/13 é que iniciamos um novo contrato.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|------|--|--|--|
| Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170330/00001 CNPJ: 00.394.460/0463-03 | | | | | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. | | | |
| | | | | | | F | M | S | | | | | |
| | | | | | | P | C | P | C | | | | |

| | | | | | | | | F | | M | | S | | |
|------|---|---|---------|--------------------|----------|----------|-----|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2010 | 5 | O | 03/2010 | 09.019.150/0001-11 | 06/09/10 | 12/08/13 | | | 3 | 3 | | | | E |
| 2013 | 5 | O | 03/2013 | 06.234.467/0001-82 | 13/08/13 | 12/04/15 | | | 5 | 4 | | | | A |

Observações: No contrato 03/2010, o fim do contrato foi até 05/04/12, mas houve um aditivo nº 01/2012, ao contrato, prorrogando ate 05/01/2014, mas houve acordo entre a empresa e a DRF/SOB para que fosse encerrado definitivamente dia 12/08/2013. Entrando uma outra empresa que foi a FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ 06.234.467/0001-82, que é do mesmo dono da empresa anterior.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO

UG/Gestão: 170337/00001

UG/Gestão: 00.394.460/0469-90

Informações sobre os Contratos

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | Sit. |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----|---|---|------|
| | | | | | | F | M | S | | |
| | | | | | | Início | Fim | P | C | |
| 2012 | 12 | O | 03/2012 | 09.019.150/0001-11 | 03/03/12 | 03/03/14 | | 1 | 1 | |
| 2012 | 5 | O | 02/2012 | 11.399.787/0001-22 | 01/06/12 | 31/01/14 | | 2 | 2 | |

Observações: : A área do contrato 03/2013 é a de prestação de serviço de condução de veículos oficiais (motorista)

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

Unidade Contratante

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM

UG/Gestão: 170387/00001

CNPJ: 00.394.460/0418-40

Informações sobre os Contratos

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores | | | | Sit. |
|-----------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---|---|--|------|
| | | | | | | F | M | S | | |
| | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | Contratados | | | |
|------|----|---|---------|--------------------|----------|----------|-------------|---|---|--|
| | | | | | | | F | | | |
| | | | | | | | P | C | | |
| 2013 | 2 | O | 02/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 13/04/15 | | 1 | A | |
| 2013 | 4 | O | 02/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 13/04/15 | 1 | 1 | A | |
| 2013 | 12 | O | 02/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 13/04/15 | | 1 | A | |
| 2013 | 12 | O | 02/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 13/04/15 | 4 | 4 | A | |

Observações: Área 12 mensageiros e carregadores

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

| Unidade Contratante | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------|------|------|
| Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 170532/00001 CNPJ: 00.394.460/0530-08 | | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | Sit. |
| | | | | | | F | M | S | |
| | | | | | | P | C | P | |
| 2013 | 2 | O | 02/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | ** 1 | ** 1 | A |
| 2013 | 5 | O | 02/2013 | 09.019.150/0001-11 | 13/08/13 | 12/04/15 | ** 0 | ** 3 | A |

Observações: (**) Trata-se de um único contrato com 2 objetos, sendo o mesmo silente em relação à escolaridade dos funcionários

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg

5.2.3 - Análise Crítica

UG 170028 - DRF/São Luis

A terceirização de atividades-meio como Vigilância, Recepção, Limpeza e Conservação é importante para suprir demandas nessas áreas e ensejar à Delegacia condições de dedicar-se mais às atividades-fim.

O contrato nº 02/2011 tinha seu término previsto para o dia 31/07/2013, porém foi rescindido no dia 31/05/2013, por inobservância de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada. Foi realizada uma nova licitação, que resultou no contrato nº 06/2013. Foram tomadas todas as providências para que a empresa cujo contrato foi rescindido pagasse as verbas trabalhistas aos terceirizados.

UG 170030 - DRF/Imperatriz

As principais dificuldades encontradas pela administração na condução dos contratos são decorrentes das deficiências no seu próprio aparato administrativo. A boa gestão de contratos requer um quantitativo de servidores de que a DRF/IMP não dispõe. Há perspectiva de agravamento da situação, em razão de aposentadorias, vacâncias causadas por aprovação em concursos públicos e remoções. Em decorrência do baixo ingresso de servidores nos quadros da RFB nos últimos anos, a DRF/Imperatriz trabalha hoje em situação aquém da necessária.

UG 170035 - DRF/Teresina

Por vezes, as empresas contratadas atrasam o fornecimento de fardamento e auxílio alimentação aos seus empregados, além do material de limpeza necessário para a prestação do serviço, ensejando a emissão de notificação. Essa providência tem sido suficiente para a regularização do fornecimento pela empresa contratada, sem necessidade de aplicação de penalidade de multa.

UG 170040 SRRF03

A SRRF03 realizou licitação em meados de 2013, cujo objeto foi a contratação de prestação de serviços terceirizados com cessão de mão de obra, em que foram incluídos postos de Motoristas, Receptores, Mensageiros e Carregadores, através de Pregão Eletrônico, com Registro de Preços, de acordo com a previsão normativa do Decreto nº 2.271/2000.

A SRRF03 tinha um contrato de prestação de serviços terceirizados com postos de receptores, motoristas, auxiliares de serviços gerais e mensageiro, que atendia as Unidades da Região Metropolitana de Fortaleza, num total de 16 postos, que foi encerrado, e realizada nova licitação para atendimento das Unidades Gestoras da mesma área (DRF/FOR, SRRF03, ALF/APM, ALF/PCE, ALF/FOR). Por essa razão, o novo contrato foi redimensionado com a redução para 4 postos, sendo dois motoristas e duas receptores.

Os referidos postos têm contribuído bastante para o bom andamento dos trabalhos da Unidade, uma vez que há uma disponibilidade maior dos servidores para o desempenho de atividades de maior complexidade.

Os contratos de Vigilância, de acordo com a realidade e a complexidade dos imóveis e da necessidade de segurança de cada Unidade Gestora jurisdicionada, foram redimensionados.

UG 170041 – DRF/Fortaleza

A DRF/FOR programa, bimestralmente, visitas às 08 (oito) Agências jurisdicionadas com objetivo de fiscalizar, *in loco*, a execução dos contratos que demandam alocação de mão-de-obra (vigilância, limpeza, manutenção predial e apoio administrativo).

Nessas visitas os fiscais de contrato coletam informações com os funcionários terceirizados e servidores das Agências. É preenchido um questionário específico por contrato. Cada contrato possui um fiscal titular e dois substitutos, previamente designados em Portaria.

Das demandas apuradas é preenchida uma planilha consolidada onde é lançada a data da ocorrência, descrição do problema, previsão da solução e a providência tomada. A referida planilha serve de instrumento para o gerenciamento contratual.

Também se utiliza uma planilha denominada “Quadro geral” onde se visualiza o contrato até o seu término, permitindo o planejamento a médio-longo prazo de tarefas tais como prorrogações, aditivos e repactuações.

A comunicação com as empresas contratadas é mantida via mensagens eletrônicas a partir do correio institucional ou via Ofício, a depender da natureza do assunto.

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e a regularidade fiscal são verificadas mensalmente, por ocasião dos pagamentos.

Na condução dos contratos a maior dificuldade encontrada refere-se à compreensão e manipulação da planilha de custos e formação de preços da IN SLTI/MPOG 02/2008, dada a sua complexidade e constantes alterações.

Quanto à execução contratual, de modo geral, tem atendido às expectativas, visto que as contratadas vêm cumprindo com as obrigações assumidas, e pequenos ajustes de procedimentos e cobranças são realizados de acordo com as demandas.

UG 170042 - DRF/Juazeiro do Norte

Do ponto de vista da obediência da legislação (e a observância das cláusulas do próprio contrato), a gestão de contratos de serviços de limpeza e conservação, de vigilância e segurança armada, de manutenção do sistema elétrico, de condução de veículos oficiais, de copeiragem, jardinagem e recepção, firmados pela DRF/JNE, precisa ser melhor capacitada para uma atuação mais eficiente junto aos contratados, a fim de reduzir as ocorrências de descumprimento da legislação e das obrigações contratuais. Nesse sentido, a Unidade está programando treinamentos específicos para essa atividade.

UG 170108 - ALF/Porto de Fortaleza

Na condução do contrato de vigilância não houve interrupção na prestação dos serviços; não foram identificadas irregularidades no pagamento de verbas trabalhistas; nas medições, o fiscal do contrato atenta para a regularidade nas certidões negativas; a empresa já foi chamada para reunião a fim de solucionar pendências contratuais como: substituir coletes à prova de bala dos vigilantes e substituir alguns revólveres.

Quanto à empresa de limpeza, não houve interrupção na prestação dos serviços; não foram identificadas irregularidades no pagamento de verbas trabalhistas; nas medições, o fiscal do contrato atenta para a regularidade nas certidões negativas; frequentes reuniões são realizadas a fim de evitar atrasos no pagamento dos empregados, verificar a regularidade na concessão de férias, a observância

dos direitos trabalhistas, o fornecimento de material de limpeza de boa qualidade, a disponibilização de fardamento novo, etc.

Ainda neste ano, será iniciado processo de licitação com vistas à contratação de empresa de limpeza, haja vista a não prorrogação do atual contrato (quatro anos de contrato), assim como o de vigilância.

UG 170225 - ALF/Porto de São Luis

A terceirização de atividades de prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, tais como, Repcionista, Motorista, Limpeza e Conservação é de fundamental importância para atender às necessidades da Alfândega de São Luís no que se refere às atividades meio.

O Contrato de Limpeza e Conservação nº 08/2011 da DRF/SLS/MA, que também atendia a ALF/SLS/MA, teve sua extinção em 31/05/2013, por inobservâncias de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada. Os meses de Junho e Julho ficaram sem contratação. Durante esse período a Unidade contou com o apoio da SAMF/MA, sem qualquer custo. Através do Pregão Eletrônico DRF/SLS/MA nº 02/2013, uma nova licitação deu origem ao Contrato DRF/SLS/MA nº 04/2013, com vigência a partir de 01/08/2013, que também contemplou esta Alfândega (processo nº 10320.000254/2013-91).

O Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão de obra nº 02/2011 da DRF/SLS/MA, que também atendia a ALF/SLS/MA, teve sua extinção em 31/05/2013, por inobservâncias de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada. Os meses de Junho, Julho e Agosto ficaram sem contratação. Durante esse período, a Unidade contou com o apoio da SAMF/MA, para a qual descentralizou os créditos orçamentários relativos à contratação de 01 Motorista. Através do Pregão Eletrônico DRF/SLS/MA nº 01/2013, uma nova licitação deu origem ao Contrato ALF/SLS/MA nº 02/2013, com vigência a partir de 02/09/2013, relativo à contratação de 02 Motoristas e 01 Repcionista (processo nº 18336.720237/2013-15).

Esses contratos, além de indispensáveis, contribuem para o bom desempenho das atividades desta Alfândega, tendo em vista que a Unidade não dispõe de servidores suficientes para atender a todas as demandas.

UG 170330 - DRF/Sobral

Com relação aos contratos de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância ostensiva, houve apenas prorrogações de contratos.

E com relação ao contrato de locação de Mão de Obra, houve alterações, de mudança de empresa contratada, saindo a Atitude Terceirização de Mão de Obra Ltda, entrando em seu lugar a empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda, CNPJ 06.234.467/001-82.

UG 170337 - DRF/Floriano

Nos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra e de limpeza e conservação não existem problemas. No entanto, quanto ao contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança armada a DRF/FLO instaurou processo de punição, com multa e suspensão temporária em contratar com a Administração. Porém, o contrato continua em vigência.

UG 170387 - ALF/Aeroporto Internacional Pinto Martins

Em decorrência da estratégia adotada pela RF03, foi realizada nova licitação para Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão, cujo edital foi elaborado com a participação de todas as unidades sediadas na Região Metropolitana de Fortaleza, buscando-se atender a todas as necessidades elencadas. Os contratos foram descentralizados para cada unidade, de forma a melhorar o gerenciamento. O contrato da ALF/APM está fluindo de forma positiva e a contento, atendendo assim aos interesses desta unidade.

A Unidade não tem contrato de limpeza e higiene.

UG 170532 - ALF/Porto de Pecém

As despesas com prestação de serviços com cessão de mão de obra eram suportadas até agosto de 2013 pelos contratos realizados pela SRRF03 e ALF/FOR. Com a celebração do contrato ALF/PCE Nº 02/2013 a Unidade passou a administrar o objeto das contratações de postos de motoristas, recepcionistas e auxiliar de serviços gerais. Essa foi a principal mudança de gestão ocorrida no exercício de 2013.

5.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 22 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício |
|--------------------------|-----------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível superior | 90 | 112 | 110 | 119 | 654.330,30 |
| 1.1 Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2 Área Meio | 90 | 112 | 110 | 119 | 654.330,30 |
| 2. Nível Médio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3 Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4 Área Meio | 0 | 0 | | 0 | 0 |
| 3. Total (1+2) | 90 | 112 | 110 | 119 | 654.330,30 |

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 127/2013)

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e de Terceiros

Legislação

Instrução Normativa/Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda - Sistema 1/Função 03/cód. Assunto 004 de 02/09/1997, IN COSEG/SAA/SE/MF 1.03.004. IN/SLTI/MP nº 03, de 15 de março de 2008 e DECRETO Nº 6.403, de 17 de março de 2008. Lei 1.081 de 13 de abril de 1950.

Importância e Impacto

As Unidades Gestoras – UG utilizam a frota de veículos próprios para deslocamentos de seus servidores a serviço, dentro do município de sua própria sede ou em municípios em que estão sediadas Unidades Administrativas jurisdicionadas. É o caso dos deslocamentos de servidores para a realização de auditorias fiscais em entidades públicas ou privadas ou para a participação em eventos oficiais em outros Órgãos Públicos. Os veículos também são empregados no transporte de material permanente e de consumo, indispensáveis à manutenção da máquina administrativa, bem como de servidores encarregados de prestar apoio logístico ou tecnológico às Unidades subordinadas. O transporte de mercadorias apreendidas decorrentes das diversas operações de vigilância e repressão organizadas de forma nacional, regional ou local pela RFB também é feito mediante o uso da frota de veículos das UG.

Plano de Substituição

O plano de substituição da frota passa por decisão da Administração Central da RFB. Esta Região Fiscal tem apresentado continuamente dados que consolidam as necessidades das diversas UG, para subsidiar decisão do Sr. Secretário da RFB.

Registre-se que a RFB também se vale da incorporação de veículos objeto de pena de perdimento aplicada pelo Órgão para compor sua frota de veículos. Alguns dos veículos das UG da 3ª Região Fiscal são oriundos dessas incorporações.

Atualmente encontra-se em vigor a Portaria MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013, que suspende a realização de novas contratações relacionadas a alguns serviços, entre eles a aquisição de veículos, conforme abaixo:

PORTRARIA Nº 268, DE 30 DE JULHO DE 2013.

(publicada no DOU de 31/07/2013, seção I, página 100)

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 3º Fica Suspensa a realização de novas contratações relacionadas a:

I – Locação de imóveis;

- II – aquisição de imóveis;
- III – reforma de bens imóveis;
- IV – aquisição de veículos; (*grifo nosso*)**
- V – locação de veículos; e,
- VI – locação de máquinas e equipamentos.

Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação

Esta Região Fiscal não dispõe de experiência de locação de veículos e possui frota de veículos próprios em bom estado de conservação. No nosso caso, então, a locação de veículos não constituiria uma boa prática de gestão, uma vez que implicaria na necessidade de desfazimento de bens públicos em bom estado de conservação. Ademais, há nesta Unidade Jurisdicionada uma demanda por veículos de grande porte do tipo *pick-up*, que se prestam ao transporte tanto de servidores quanto de material de consumo/permanente e mercadorias apreendidas. A locação deste tipo de veículo tem um custo elevado, o que traria à UG maiores despesas com custeio, comprometendo a já apertada programação orçamentária. Com a aquisição dos veículos, estima-se um período de três a cinco anos, dependendo da garantia do fabricante, sem grandes despesas de manutenção. Para esses veículos, a relação custo-benefício da aquisição nos parece economicamente mais vantajosa do que a da locação. Acresça-se que algumas UG têm motoristas oficiais em seus quadros de servidores, o que representa um custo fixo que seria duplicado, na hipótese da locação de veículos com a mão de obra inclusa, ou desperdiçado, na hipótese de locação dos veículos sem os condutores.

Atualmente encontra-se em vigor a Portaria MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013, que suspende a realização de novas contratações relacionadas a alguns serviços, entre eles a locação de veículos, conforme abaixo:

PORTRARIA Nº 268, DE 30 DE JULHO DE 2013.

(publicada no DOU de 31/07/2013, seção I, página 100)

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 3º Fica Suspensa a realização de novas contratações relacionadas a:

- I – Locação de imóveis;
- II – aquisição de imóveis;
- III – reforma de bens imóveis;
- IV – aquisição de veículos;
- V – locação de veículos; e, (*grifo nosso*)**
- VI – locação de máquinas e equipamentos.

Estrutura de controle

O abastecimento e a manutenção dos veículos são feitos por empresa contratada por meio de licitação realizada no âmbito da 3ª Região Fiscal, sob a responsabilidade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal. A empresa contratada emite relatórios gerenciais que ensejam à Administração Regional o acompanhamento do consumo de combustível e das despesas de manutenção dos veículos. Eventualmente, algumas despesas de pequeno vulto são assumidas pelas próprias Unidades Gestoras, mediante dispensa de licitação. Os deslocamentos somente são realizados após autorização do Delegado e do Superintendente. A saída dos veículos é controlada mediante o documento “Requisição de Transporte”, onde são anotadas todas as informações relativas a cada deslocamento. O controle de entrada/saída é efetuado pela própria UG ou pelo Setor de Transportes da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda.

| Unidade Gestora | Veículo | | Média Anual De Km | Idade Média Da Frota (anos) | Custo Total De Manutenção |
|--------------------|--------------|------------|----------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------|
| | Tipo | Quantidade | | | |
| 170028 | Utilitário | 05 | 9.850 | 11 | 42.889,98 |
| | Carga | 01 | 993 | 15 | |
| | TOTAL | 06 | | | |
| 170030 | Utilitário | 03 | 7.196 | 12 | 10.595,15 |
| | TOTAL | 03 | | | |
| | | | | | |
| 170035 | Passeio | 02 | 336 | 7 | 39.001,46 |
| | Utilitário | 06 | 9.150 | 11 | |
| | Carga | 01 | 4.700 | 9 | |
| | TOTAL | 09 | | | |
| 170040 | Passeio | 04 | 2.342,08 | 5,4 | 66.976,44 |
| | Utilitário | 17 | 330 | 7 | |
| | Carga | 01 | 4.130 | 6 | |
| | TOTAL | 22 | | | |
| 170041 | Passeio | 01 | - | 3 | 13.181,14 |
| | Utilitário | 03 | 7.900 | 8 | |
| | TOTAL | 04 | | | |
| 170042 | Utilitário | 03 | 3.590 | 9 | 11.515,72 |
| | Carga | 01 | 4.166 | 7 | |
| | TOTAL | 04 | | | |
| 170108 | Passeio | 02 | 1.423 | 4,5 | 25.315,21 |
| | Utilitário | 03 | 2.177,40 | 4,5 | |
| | Carga | 01 | - | 8 | |
| | Coletivo | 01 | - | 10 | |
| | TOTAL | 07 | | | |
| 170225 | Passeio | 01 | 5.000 | 8 | |

| | | | | | |
|--------|--------------|-----------|-----------|-----|------------------|
| | Utilitário | 05 | 6.000 | 5,5 | 44.078,84 |
| | Carga | 01 | 4.000 | 8 | |
| | Coletivo | 01 | 12.000 | 8 | |
| | TOTAL | 08 | | | |
| 170330 | Passeio | 01 | 196 | 8 | 23.444,14 |
| | Utilitário | 03 | 7.803 | 12 | |
| | TOTAL | 04 | | | |
| 170337 | Passeio | 01 | 12.000 | 6 | 31.697,41 |
| | Utilitário | 02 | 12.230,50 | 12 | |
| | TOTAL | 02 | | | |
| 170387 | Passeio | 01 | - | - | 4.796,52 |
| | Utilitário | 02 | 2.454 | 1 | |
| | TOTAL | 03 | | | |
| 170532 | Passeio | 01 | 13.375,29 | 7 | 16.135,76 |
| | Utilitário | 05 | 5.375,49 | 4,2 | |
| | TOTAL | 06 | | | |

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 23 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------|
| | EXERCÍCIO 2013 | EXERCÍCIO 2012 |
| BRASIL | | |
| CEARÁ | 20 | 19 |
| Fortaleza | 2 | 2 |
| Aracati | 1 | 1 |
| Baturité | 1 | 1 |
| Itapipoca | 1 | 1 |
| Maranguape | 1 | 1 |
| Quixadá | 1 | 1 |
| Quixeramobim | 1 | 1 |
| Caucaia | 1 | 0 |
| Juazeiro do Norte | 1 | 1 |
| Crato | 1 | 1 |
| Iço | 1 | 1 |
| Iguatu | 1 | 1 |
| Senador Pompeu | 1 | 1 |
| Sobral | 1 | 1 |
| Acaráú | 1 | 1 |
| Crateús | 1 | 1 |
| Ipu | 1 | 1 |
| Ubajara | 1 | 1 |
| Camocim | 1 | 1 |
| PIAUI | 9 | 8 |
| Teresina | 1 | 1 |
| Campo Maior | 1 | 1 |

| | | |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| Parnaíba | 1 | 1 |
| Piripiri | 1 | 1 |
| Floriano | 1 | 1 |
| Oeiras | 1 | 1 |
| Bom Jesus | 1 | 1 |
| Picos | 1 | 0 |
| MARANHÃO | 11 | 10 |
| Bacabal | 1 | 1 |
| Codó | 1 | 1 |
| Pinheiro | 1 | 1 |
| Presidente Dutra | 1 | 1 |
| Santa Inês | 2 | 2 |
| Imperatriz | 1 | 1 |
| Carolina | 1 | 1 |
| Balsas | 1 | 1 |
| S.Luis | 1 | 1 |
| Caxias | 1 | 0 |
| Subtotal Brasil | 40 | 37 |
| EXTERIOR | - | - |
| Subtotal Exterior | - | - |
| Total (Brasil + Exterior) | 40 | 37 |

Fonte: Spiunet

6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro 24 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | |
|--------|------------------|--------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção |
| 170028 | 0723.00010.500-0 | 11 | 3 | 72.993,50 | 30/11/2011 | 135.630,00 | - | 82.970,06 |
| | 0763.00021.500-0 | 13 | 3 | - | 30/11/2011 | 241.123,00 | - | - |
| | 0869.00003.500-7 | 11 | 4 | 37.911,69 | 30/11/2011 | 183.853,70 | - | - |
| | 0879.00002.500-9 | 11 | 4 | 44.284,36 | 30/11/2011 | 143.404,40 | - | - |
| | 0957.00008.500-7 | 11 | 5 | 40.684,08 | 30/11/2011 | 71.980,80 | - | - |
| | 0957.00058.500-7 | 13 | Não se aplica | 54.915,00 | 01/07/2012 | 54.915,00 | 12.000,00 | - |
| | 0757.00058.500-7 | 13 | Não se aplica | 18.750,00 | 01/07/2012 | 18.750,00 | 7.000,00 | - |
| 170030 | 0803.00001.500-3 | 11 | 3 | 511.412,25 | 30/11/2011 | 2.644.080,00 | - | 16.295,80 |
| | 0753.00005.500-5 | 13 | 3 | 27.885,00 | 09/12/2011 | 189.050,96 | - | 3.926,05 |
| | 0727.00009.500-8 | 13 | Não se aplica | 19.583,85 | 30/11/2011 | 164.850,00 | - | - |
| 170035 | 1043.00002.500-2 | 13 | 4 | 110.256,13 | 30/11/2011 | 175.580,78 | - | 1.900,00 |
| | 1153.00002.500-6 | 13 | 4 | 286.643,06 | 30/11/2011 | 939.397,52 | - | - |
| | 1167.00205.500-0 | 13 | 4 | 75.018,49 | 30/11/2011 | 217.131,21 | - | 2.924,00 |
| | 1219.00014.500-8 | 13 | 5 | 113.728,27 | 30/11/2011 | 189.040,52 | 135.334,50 | - |
| 170040 | 1389.00644.500-0 | 13 | 5 | 743.000,00 | 30/11/2011 | 743.000,00 | - | - |
| 170041 | 1321.00002.500-0 | 13 | 3 | 122.316,86 | 22/10/2013 | 660.000,00 | - | 15.035,72 |

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----|---------------|--------------|------------|--------------|------------------|-----------|
| | 1455.00050.500-3 | 11 | 3 | 54.000,00 | 20/10/2013 | 730.000,00 | - | 18.189,29 |
| | 1429.00001.500-7 | 11 | 3 | 134.755,26 | 22/10/2013 | 745.000,00 | - | 9.881,01 |
| | 1537.00001.500-4 | 11 | 3 | 92.134,08 | 22/10/2013 | 586.000,00 | - | 8.750,26 |
| | 1529.00024.500-9 | 11 | 3 | 62.073,71 | 22/10/2013 | 388.000,00 | - | 11.200,09 |
| | 1341.00004.500-6 | 18 | Não se aplica | 40.000,00 | 25/04/2012 | 40.000,00 | - | - |
| | 1373.00015.500-4 | 13 | Não se aplica | 161.154,66 | 17/10/2013 | 161.154,56 | - | - |
| | 1447.00002.500-0 | 13 | 3 | 1.067.929,07 | 30/11/2011 | 2.424.477,12 | 22.275,00 | 40.407,10 |
| 170042 | 1385.00019.500-0 | 11 | 3 | 70.495,44 | 30/11/2011 | 183.912,15 | - | - |
| | 1409.00001.500-2 | 11 | 3 | 139.087,09 | 30/11/2011 | 306.942,00 | - | - |
| | 1411.00009.500-8 | 11 | 3 | 130.409,02 | 30/11/2011 | 273.533,34 | - | - |
| | 1555.00016.500-4 | 11 | 5 | 88.430,68 | 30/11/2011 | 231.502,64 | - | - |
| 170108 | 1389.00289.500-1 | 11 | 5 | 811.980,00 | 07/12/2001 | 811.980,00 | 1.330.437, 10 | 7.544,58 |
| 170225 | 0921.00713.500-0 | 13 | Não se aplica | 51.062,60 | 25/11/2013 | 51.062,60 | - | - |
| | 1559.00395.500-9 | 13 | 3 | 541.000,00 | 30/11/2011 | 2.213.477,50 | 2.779,00 | 5.039,00 |
| 170330 | 1303.00001.500-7 | 11 | 4 | 134.326,80 | 30/11/2011 | 349.997,64 | 2.779,00 | - |
| | 1383.00008.500-3 | 11 | 4 | 131.612,74 | 30/11/2011 | 269.999,99 | 2.779,00 | - |
| | 1417.00002.500-9 | 11 | 4 | 71.425,70 | 30/11/2011 | 300.003,31 | 2.779,00 | - |
| | 1573.00005.500-2 | 11 | 4 | 7.140,00 | 30/11/2011 | 78.540,00 | 2.779,00 | - |
| | 1351.00029.500-0 | 13 | 5 | 95.000,00 | 30/11/2011 | 190.408,00 | - | - |
| 170337 | 1077.00003.500-2 | 13 | 3 | 154.219,66 | 30/11/2011 | 292.349,58 | - | 39.564,77 |
| | 1139.00002.500-0 | 13 | 3 | 47.194,00 | 30/11/2011 | 303.244,48 | - | 32.337,70 |
| | 1037.00004.500-9 | 13 | 3 | 55.028,00 | 30/11/2011 | 192.866,92 | - | - |
| | 1159.00035.500-5 | 13 | Não se aplica | 597.143,66 | 21/06/2013 | 597.143,66 | - | - |
| Total | | | | | | | | |
| Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação: | | | | | | | | |
| 1 – Aquicultura 2 – Arrendamento 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta 4 – Cessão – Outros 5 – Cessão – Prefeitura e Estados 6 – Cessão Onerosa 7 – Comodato 8 – Disponível para Alienação 9 – Em processo de Alienação 10 – Em regularização – Cessão 11 – Em regularização – Entrega 12 – Em regularização – Outros 13 – Entrega – Adm. Federal Direta 14 – Esvaziado (Invadido) 15 – Imóvel Funcional 16 – Irregular – Cessão 17 – Irregular – Entrega 18 – Irregular – Outros 20 – Locação para Terceiros 21 – Uso em Serviço Público 22 – Usufruto Indígena 23 – Vago para Uso | | | | | | | | |
| Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação: | | | | | | | | |
| 1 – Novo 2 – Muito Bom 3 – Bom 4 – Regular 5 – Reparos Importantes 6 – Ruim 7 – Muito Ruim (valor residual) 8 – Sem Valor | | | | | | | | |

Fonte:

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | | |
|------------------------|----------------------------------------------------|----------------|----------|
| | EXERCÍCIO 2013 | EXERCÍCIO 2012 | |
| BRASIL | CEARÁ | 2 | 2 |
| | Baturité | 1 | 1 |
| | Caucaia | 1 | 1 |
| | PIAUÍ | 2 | 2 |
| | Picos | 1 | 1 |
| | São Raimundo Nonato | 1 | 1 |
| | MARANHÃO | 4 | 4 |
| | Caxias | 1 | 1 |
| | Chapadinha | 1 | 1 |
| | Pedreiras | 1 | 1 |
| | Balsas | 1 | 1 |
| | Subtotal Brasil | 8 | 8 |
| EXTERIOR | - | - | - |
| | Subtotal Exterior | - | - |
| | Total (Brasil + Exterior) | 8 | 8 |

Fonte: Spiunet – dados em processo de lançamento

Análise Crítica

A RF03 é constituída de 12 (doze) unidades gestoras, mas 2 (duas) destas unidades não tem imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. São elas a Alfândega do Porto do Pecém/CE (UG -170532) que funciona na área disponibilizada pelo Governo do Estado do Ceará, na Ceará Portos, e a Alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins (UG 170387), que ocupa área disponibilizada pela INFRAERO no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza.

Quanto ao preenchimento do Quadro 24, algumas observações tornam-se importantes sob o ponto de vista de padronização das informações encaminhadas pelas UG, e consolidadas nesta UJ.

Seguindo orientação da setorial Contábil o preenchimento da coluna RIP do Quadro 24 adotou o RIP de utilização do imóvel, já que este é o RIP relacionado com o sistema SIAFI.

A adoção do RIP de utilização dos imóveis no preenchimento dos quadros e inclusão dos dados solicitados, bem como a pesquisa detalhada no Sistema SPIUNet gerou uma inconsistência nas informações prestadas que deverá ser aqui ressaltada. Algumas Delegacias funcionam dentro dos Edifícios Sede de cada Estado e deveriam ter na SPU um RIP de utilização específico, correspondente a cada área ocupada. Na 3ª Região Fiscal, as Delegacias de Fortaleza, Teresina, São Luis, a Alfândega do Porto de São Luis e a Superintendência se encontram nesta situação. No entanto, apenas as Unidades do Maranhão apresentam no SPIUNet um RIP de utilização específico. Com o objetivo de padronizar procedimentos, esta informação não foi lançada no Quadro 24 no presente relatório. Ressalte-se, no entanto, a importância desta divisão de responsabilidades na utilização do imóvel: como cada vez mais as UG da RFB necessitam realizar despesas com obras e serviços em suas áreas de trabalho, objetivando o ajuste do espaço às suas necessidades, estas despesas realizadas não podem ser incluídas no Relatório de Gestão, porque foram realizadas para acréscimo patrimonial no valor de imóveis da União que não se encontram sob sua responsabilidade direta. Como exemplo, temos o caso da obra de readequação do 2º, 3º e 4º pavimentos do Edifício Sede do MF/CE, que iniciando agora em 2014, deverá ter a despesa realizada por esta

Superintendência devidamente registrada no Relatório de Gestão de 2014, a ser elaborado no início de 2015 e sem dúvida o RIP de utilização deverá ser adotado.

Analizando os dados de todas as unidades da região constantes no sistema Spiunet pode-se verificar outras incompatibilidades de informações com a realidade, que podem ter algum reflexo no relatório de gestão na área de gestão patrimonial dos imóveis da União sob a responsabilidade das UG. A unidade de Senador Pompeu consta no Spiunet sob a responsabilidade da DRF/Juazeiro do Norte, embora tenha sido extinta, e a UG tenha solicitado ao SPU/CE as providências relativas à exclusão desta responsabilidade. O imóvel de Brejo Santo foi entregue pelo SPU/CE à DRF/Juazeiro do Norte, mas a inclusão no SPIUNET não foi concluída por aquele órgão. E ainda, existe na relação de imóveis sob a responsabilidade da DRF/Juazeiro do Norte um imóvel que não é de responsabilidade da UG, cuja exclusão já foi solicitada mas permanece sem qualquer alteração. Quanto à Delegacia de Fortaleza, um terreno em Baturité permanece sob a responsabilidade da UG, mas questões específicas de ocupação que ainda não foram resolvidas impedem que a exclusão da responsabilidade seja concluída.

As unidades gestoras da RF03 tentaram em 2013 regularizar junto ao SPU de cada Estado a situação dos imóveis sob sua responsabilidade e correção de informações constantes no Spiunet, reiterando através de ofícios ou processos a solicitação da documentação dos imóveis sob sua responsabilidade, que deveria ser mantida sob sua guarda, principalmente quanto à entrega. O preenchimento da coluna "**Regime**" do Quadro 24 manteve a mesma orientação do ano anterior, utilizando-se o código 11 para a situação de "Em regularização - Entrega".

Neste relatório as unidades gestoras foram orientadas a adotar os mesmos procedimentos do ano anterior, incluindo no campo "**Despesas do Exercício**" os valores das despesas constantes no sistema SIAFI referentes a reparos e reformas realizadas nos imóveis próprios da União sob sua responsabilidade, independente de ser contrato ou não, e mesmo que a benfeitoria não estivesse regularmente lançada no SPIUnet. Tal procedimento se justifica pela demora que se registra para regularização das obras e reformas realizadas nos imóveis, principalmente no SPU.

Ainda quanto ao preenchimento do Quadro 24, na informação lançada na coluna "**Estado de Conservação**", as unidades que tinham reparos e obras em andamento ao final de 2013 lançaram a situação inicial do imóvel, antes do inicio dos serviços (4 - regular, ou 5 - reparos importantes), e só após concluídos os serviços de reparos e reformas a situação deverá mudar, ainda que não tenha sido concluído o processo de inclusão da benfeitoria no Spiunet, bem como o lançamento no SIAFI do acréscimo do valor patrimonial do imóvel.

Considerando que as reavaliações dos imóveis da RF03 aconteceram em 2011, e tinham uma validade de 2 (dois) anos, deveria ter sido contratado em 2013 por cada UG o serviço de reavaliação, obedecendo a metodologia definida pelo SPU para atualização dos valores do patrimônio imobiliário da União. A dificuldade de encontrar profissionais habilitados para execução do serviço e a falta de conhecimento de algumas unidades na área técnica impossibilitou a reavaliação dos imóveis sob sua responsabilidade em 2013. Apenas a DRF/Fortaleza conseguiu contratar uma empresa especializada e atualizou os valores dos seus imóveis. Em 2014, as unidades serão orientadas a adotar o mesmo procedimento para atualização dos valores.

Segue abaixo uma análise crítica detalhada referente aos imóveis sob responsabilidade de cada UG, tratando principalmente da situação atual no sistema SPIUnet, e das medidas que estão sendo adotadas para regularização das pendências ainda existentes..

A **DRF/S. Luis – UG 170028** possui 7 (sete) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam as Agências de Bacabal, Codó, Pinheiro, Presidente Dutra e Santa Inês, e os terrenos de Santa Inês e Caxias onde deverão ser construídas Agências Modelo. Os

imóveis se encontram no sistema SPIUNet, já estando incluídas as benfeitorias hoje existentes, exceto no caso dos terrenos. Existem 3 (três) imóveis alugados onde funcionam as Agências de Chapadinha, Caxias e Pedreiras. A DRF/S.Luis funciona no Edifício Sede do MF em S.Luis, administrado pela SAMF/MA.

A **DRF/Imperatriz – UG 170030** possui 3 (três) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia, a Agência de Carolina e o terreno onde está sendo construída a Agência de Balsas. Atualmente, a Agência de Balsas funciona em prédio alugado. A benfeitoria será incluída no sistema SPIUNet no terreno de Balsas pelo SPU/PI tão logo seja retomada e concluída a obra que se encontra parada.

A **DRF/Teresina – UG 170035** possui 4 (quatro) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam o Depósito de Mercadorias Apreendidas, as Agências de Parnaíba, Piripiri e Campo Maior. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, já estando incluídas as benfeitorias hoje existentes, exceto a reforma de Piripiri, realizada em 2013.

Transcrevemos o texto da análise crítica da UG que envolve outros exercícios:

"A unidade possui 4 imóveis sob sua responsabilidade.

Em relação ao imóvel onde está instalada a Agência de Piripiri foi realizada a 1^a etapa de uma obra de ampliação, cujo início deu-se em Agosto de 2011 e término em Junho de 2012. Foram investidos R\$ 87.736,34. Em 2013, foi realizada licitação, na modalidade Tomada de Preços, para contratação de empresa para execução do projeto referente a 2^a etapa da obra, no valor de R\$ 117.106,36. No entanto, a contratação não foi realizada, em decorrência da Portaria MPOG nº 268, de 31/07/2013, ainda em vigor.

A construção do Depósito de Mercadorias Apreendidas da DRF/TSA, cuja obra iniciou-se em Agosto de 2012, foi finalizada em Fevereiro de 2013, a um custo total de R\$ 319.817,53.

Em dezembro de 2013, foi contratada uma empresa para elaboração de projeto básico completo de reforma e ampliação da Agência de Campo Maior, no valor de R\$ 14.490,00, com previsão de entrega para Fevereiro de 2014. A execução da obra está prevista para o exercício de 2015.

A valorização dos imóveis, objeto de obras no exercício 2013 ainda não foi contabilizada, pois não foi realizado procedimento de nova avaliação."

A **SRRF03 – UG 170040** possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. O referido imóvel foi adquirido para complementação de área de um terreno existente, pertencente à União, próximo ao Edifício Sede do MF, que se encontra sob a responsabilidade da SAMF/CE. Na área compreendida pelos dois imóveis deverá ser construído o prédio Anexo ao Edifício sede do MF/CE, para acomodar a Superintendência, suas divisões e outros órgãos do MF. A edificação hoje existente no imóvel deverá ser demolida, tão logo seja concluído o projeto e iniciada a obra

A **DRF/Fortaleza – UG 170041** possui 7 (sete) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam as Agências de Aracati, Itapipoca, Quixeramobim, Russas, Maranguape, Quixadá e o terreno em Caucaia onde deverá ser construída a sede da ARF/Caucaia em 2014. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, achando-se em fase de regularização junto ao SPU/CE a inclusão no referido sistema das benfeitorias referentes à construção das Agências de Quixadá e Maranguape. A unidade de Baturité, que funciona em prédio alugado, deverá ter construída sua sede própria nos termos do PROJETO AGÊNCIA MODELO tão logo seja concluído o processo de retificação da escritura do terreno doado, para posterior inclusão no referido sistema. **Um terreno**

em Baturité ainda consta no sistema Spiunet como estando sob a responsabilidade da UG, mas encontra-se em fase de exclusão da responsabilidade da UG.

A DRF/Juazeiro do Norte – UG 170042 possui 5 (cinco) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. Neles funcionam a Delegacia e as Agências de Crato, Icó, Iguatu e Senador Pompeu. Os imóveis se encontram regularizados no sistema SPIUNet, cabendo aqui algumas observações. Acha-se em fase de regularização junto ao SPU o processo de exclusão do sistema Spiunet do imóvel cujo RIP é 1447.00029.500-8, tendo em vista referir-se ao mesmo imóvel onde funciona hoje a Delegacia, que na época do cadastramento recebeu indevidamente dois números diferentes de RIP, conforme a localização considerada. A ARF Senador Pompeu foi extinta e a exclusão da responsabilidade da UG pelo imóvel já foi solicitada ao SPU. Um terreno para construção da ARF/Brejo Santo foi doado pela Prefeitura, o termo de entrega já foi emitido pelo SPU/CE mas a inclusão no sistema SPIUNet não foi concluída. A unidade foi orientada a reiterar as solicitações encaminhadas ao SPU/CE.

A Alfândega do Porto de Fortaleza – UG 170108 possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a sede da Alfândega e o depósito de Mercadorias Apreendidas. O imóvel (terreno e benfeitorias) acha-se em processo de regularização no SPU já que as dimensões do terreno e benfeitorias incluídas no sistema SPIUNet não correspondem à realidade. A última avaliação do imóvel hoje existente foi realizada pela Câmara de Valores Imobiliários em 2011 sendo atribuído ao conjunto um valor de R\$ 8.950.000,00 (oito milhões novecentos e cinqüenta mil reais).

Transcrevemos a seguir as informações da UG sobre as obras e serviços contratados em 2013 relacionados às melhorias em execução no imóvel, e o interesse da unidade em resolver as questões de manutenção predial necessárias.

"O prédio da ALF/FOR, com quase 15 (quinze) anos de existência, abriga aproximadamente 80 pessoas (servidores, terceirizados e usuários). Em 2013 iniciou-se um plano de reforma com gastos efetivados em 2013 de aproximadamente R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), projetados R\$ 800.000,00 ao longo de 2014, e, ainda, prevista uma modernização na área externa (estudo do projeto) estimada em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Além disso, estamos prevendo uma contratação de serviços de manutenção e conservação predial com o objetivo de evitar a degradação das instalações prediais (elevadores, aparelhos de ar condicionado e instalações hidráulicas, elétricas, telefonia e rede estrutura). Ainda continua pendente a regularização do imóvel perante o SPU, de modo que não temos o Termo de Entrega do imóvel. Informamos que o cadastro do imóvel no sistema SPIUNet não corresponde à realidade, haja vista estarem desatualizados a área do imóvel e o seu respectivo valor".

A DRF/Sobral – UG 170330 possui 6 (seis) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia e as Agências de Acaraú, Camocim, Crateús, Ipu e Ubajara. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, achando-se em fase de regularização junto ao SPU a inclusão no referido sistema das benfeitorias referentes à construção das Agências de Ubajara e Camocim. A regularização da ARF/Camocim no SPIUNet está dependendo da inclusão da benfeitoria no terreno, o que não pode acontecer face a problemas que impediram o recebimento definitivo da obra. A inclusão da benfeitoria da ARF/Ubajara já foi solicitada pela UG ao SPU/CE mas ainda permanece a pendência. A unidade foi orientada a reiterar junto ao SPU a regularização das pendências.

A DRF/Floriano – UG 170337 possui 4 (quatro) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia, e as Agências de Oeiras, Bom Jesus e o terreno onde será construída a sede da ARF/Picos nos moldes do Projeto AGENCIA MODELO. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet devidamente regularizados e as benfeitorias passaram por serviços

de reparos em 2012, encontrando-se em bom estado.

A **Alfândega do Porto de S.Luis/MA – UG 170225** possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. O imóvel encontra-se regularizado no SPIUnet, e constitui-se de um terreno onde deverá ser construída a sede própria da UG.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 26 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a Gestão Ambiental | Avaliação | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | | X | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Algumas UG têm incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações. São os casos da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DRF/São Luís, que tem inserido em seus Editais de Licitação as exigências previstas nos incisos I a IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (casos dos pregões eletrônicos 03/2013 e 05/2013); - DRF/Imperatriz, cujos Editais têm contemplado as exigências estipuladas nos incisos II, IV, V e VIII do artigo 6º do mesmo Ato Normativo; - A DRF/SOB exigiu nos editais de licitações e Dispensas de licitações, aplicabilidade dos incisos I, II e III do Artigo 5º e dos incisos I e IV do artigo 6º da IN 01/2010. - DRF/Fortaleza, que em alguns dos seus Pregões especificou a necessidade de atendimento de critérios de sustentabilidade (Pregão 01/2013: aquisição de <i>splits</i> tipo <i>inverter</i> para todas as agências de sua jurisdição - equipamento com capacidade de economia de energia elétrica da ordem de 40%; Pregão 02/2013: Guichês para agências e serviço de autoatendimento orientado - certificação ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento; Pregão 03/2013: especificação de equipamentos (impressoras) mais modernos e eficientes; Pregão para aquisição de material de consumo: lixeiras apropriadas para separação de material orgânico e reciclado; - DRF/Floriano, que tem exigido em suas licitações a obrigação da contratada de “recolher e destinar para local apropriado os materiais substituídos” entre outras exigências, como “Os materiais de consumo deverão ser de boa qualidade e durabilidade, preferencialmente biodegradáveis e sustentáveis, bem como, devem ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE.” e “DECLARAÇÃO, por parte da licitante, da QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL”; - DRF/Juazeiro do Norte, que tem inserido em seus Editais de Licitação relativos a serviços de limpeza e conservação de imóveis, manutenção do sistema elétrico, reprografia e locação de impressoras, a exigência de coleta seletiva de resíduos sólidos, em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01/2010; - DRF/Teresina, que incluiu no Edital para licitação de serviços de limpeza exigência de que a empresa a ser contratada utilizasse as práticas de sustentabilidade descritas no art. 6º da IN SLTI/MPOG 1/2011. No Pregão 3/2013, para registro de preços de móveis e divisórias para o CAC, foram exigidos Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, bem como Certificação Ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal ou reflorestamento e comprovação de atendimento à Norma Regulamentadora Nº 17 – Ergonomia, emitida por entidade ou profissional competente em todos os itens para os quais existissem as respectivas certificações. | | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | X | | |

| | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---|---|--|
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis). | | | X | |
| 4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | X | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? - Nas aquisições de materiais, principalmente permanentes, a DRF/São Luis tem inserido regras editalícias contemplando a exibição de certificados ISO, ABNT, INMETRO etc. Como exemplo, tem-se o Pregão Eletrônico nº 03/2013, processo nº 10320.000330/2013-69, que contém exigências nos seguintes termos: “O licitante deverá apresentar Certificado de Conformidade com a NBR 13962:2006, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como a comprovação de atendimento à Norma Regulamentadora nº 17 emitidas por profissional competente certificado pela ABERGO – Associação Brasileira e Ergonomia.” | | | X | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | | |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <ul style="list-style-type: none"> - As DRF Fortaleza/CE, Sobral/CE, Floriano/PI e Teresina/PI adquiriram papel A4 reciclado; - a ALF/Fortaleza/CE adquiriu caixas de papelão e resmas de papel reciclável; - a DRF/São Luis/MA tem inserido a seguinte regra nos editais: III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Essa UG adquiriu papel e cartucho recicláveis para impressora (Pregão 05/2013). | |
| 7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | X |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? No contrato da locação de impressoras multifuncionais, a DRF/Sobral fixou a exigência de recarga do <i>toner</i> em vez da sua substituição; | |
| 8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). | X |
| 9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. | X |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. | |
| 10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. | X |
| 11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | X |
| 12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | X |
| <p>Considerações Gerais: O preenchimento do presente quadro foi feito utilizando-se o critério estatístico da “moda”, isto é, atribuiu-se a cada item o valor de avaliação resultante da aplicação da “moda” sobre os valores de avaliação informados pelas Unidades Gestoras da UJ.</p> <p>As informações das Unidades Gestoras foram prestadas pelos chefes dos respectivos setores de logística.</p> | |
| <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da</p> | |

UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

A iniciativa mais relevante da RFB, quanto à redução do consumo de papel (e outros insumos como *tonners* e cartuchos de impressão) é a implantação do e-processo, que representa a eliminação dos processos em papel no âmbito do órgão (todos os processos administrativos são constituídos e tramitam eletronicamente). Inserindo-se nesse esforço, a SRRF03 adquiriu equipamentos de *scanner* para composição do seu parque tecnológico, através da Licitação, modalidade Pregão, Edital SRRF03 Nº 02/2012, com Ata de Registro de Preços.

A maioria das Unidades Gestoras tem promovido campanhas entre seus servidores visando à redução do consumo de papel, energia elétrica e água. Os meios preferencialmente empregados para esse fim são a comunicação oficial via *e-mail* aos Setores e Unidades jurisdicionadas, ou diretamente a todos os servidores, orientando quanto: à importância de se evitarem impressões desnecessárias; à reutilização de papel para impressões não destinadas a apresentação (na face em branco da folha); e à utilização da impressão em frente e verso (as impressoras, sempre que possível, são configuradas para imprimir nas duas faces do papel). Algumas Unidades Gestoras também se valem de palestras sobre o tema. Há ainda a utilização de cartazes e das reuniões de trabalho para o mesmo fim. Cabe também registrar três iniciativas da DRF/Fortaleza que podem ser inseridas entre aquelas que induzem os servidores a contribuírem para a redução do consumo de papel: a criação de pasta digital compartilhada para inserção da avaliação dos treinamentos, evitando a impressão de formulários; a distribuição de material didático dos cursos e treinamentos em meio digital (CD ou *pendrive*), para eliminar o uso de papel; e a participação da Unidade na Comissão A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará - SAMF/CE. A SRRF da 3ª Região Fiscal também aderiu ao programa A3P da SAMF/CE.

Quadro 27 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

| Adesão a Programas de Sustentabilidade | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Nome do Programa | | Ano de Adesão | Resultados | | |
| A3P-MF/CE (Agenda Ambiental da Administração Pública – Ministério da Fazenda no Ceará) | | 2012 | O programa envolve apenas as Unidades da 3ª RF sediadas no Edifício-sede do Ministério da Fazenda no Ceará (SRRF e DRF/Fortaleza). Durante o ano de 2013, foi realizada uma pesquisa para o fim de elaborar o diagnóstico da situação do Edifício-Sede do MF/CE e posterior assinatura do termo de compromisso junto ao Ministério do Planejamento. Também foi realizada a distribuição de mudas de árvores por ocasião do dia nacional do meio ambiente e das festas de natal. | | |
| Quantidade | | | | | |
| Recurso Consumido | Exercícios | | | Valor | |
| | 2013 | 2012 | 2011 | 2013 | 2012 |
| Papel | 21.075 | 17.391 | 5.799 | 236.430,86 | 131.758,39 |
| Água | 21.340,00 | 16.517,85 | 14.018,00 | 108.468,75 | 83.990,07 |
| Energia Elétrica | 2.593.520,00 | 2.831.604,80 | 2.796.020,50 | 1.077.356,55 | 1.302.329,18 |
| | | | Total | 1.422.256,16 | 1.518.077,64 |
| | | | | | 1.393.557,27 |

Fonte: SIADS (papel); faturas de concessionárias (água e energia elétrica).

Observações: (i) nas Unidades SRRF03 e DRF/FOR (exceto nas Agências a esta vinculadas), as despesas de água e energia elétrica são pagas pela SAMF/CE e rateadas entre os Órgãos que ocupam o Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Ceará. Dessa forma, o consumo de água e energia elétrica é administrado pela SAMF/CE, não sendo do conhecimento desta UJ; (ii) na ALF/SLS as despesas de água e energia elétrica são pagas pela SAMF/MA e rateadas entre os Órgãos que ocupam o Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Maranhão. Dessa forma, o consumo de água e energia elétrica é administrado pela SAMF/MA, não sendo do conhecimento desta UJ; (iii) na ALF/APM, as despesas de água e energia elétrica são pagas pela Infraero, não sendo do conhecimento da Unidade da RFB os montantes consumidos nem os valores pagos; (iv) na ALF/PCE as despesas de água são pagas pela Cearaportos, não sendo do conhecimento da Unidade da RFB o montante consumido nem a despesa incorrida; **(v) no Relatório de Gestão de 2012 houve um equívoco na consolidação das quantidades e valores informados pelas UG, de modo que devem ser desconsiderados os números relativos aos anos de 2011 e 2012 informados naquele Relatório e considerados, em substituição àqueles, os números consignados no presente Relatório;** (vi) unidades de medida utilizadas: papel – resmas; água – m³; energia elétrica – kWh.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

8.1 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Quadro 28 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR | | |
|------------------------------|------------------|------------------------|
| RF | UNIDADE PAGADORA | SERVIDORES SEM FUNÇÕES |
| 3 | DRF/SLS/MA | 2 |
| | DRF/TSA/PI | |
| | SRRF/3RF | |

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de função.

8.1.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

- *Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR:*

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Nos casos em que as providências citadas acima não resolvem as pendências, é realizado contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da situação, riscos e consequências e solicitando a regularização.

- *Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR:*

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

- *Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento:*

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

- *Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá:*

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

- *Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida:*

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

- *Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações:*

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

8.2 - Alimentação SIASG E SICONV

O anexo encontra-se na página [251](#)

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A Ouvidoria da RFB 3^a Região Fiscal, atuando em conjunto com a Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda, integra a estrutura de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil, competindo-lhe gerenciar as atividades de Ouvidoria na RFB em articulação com os órgãos competentes.

Tendo em vista possuir apenas em 3 Estados, a Ouvidoria da 3^a Região Fiscal possui apenas um Ouvidor que atende a todas as demandas. Adicionalmente conta com uma Ouvidoria especializada no atendimento de denúncias de sonegação fiscal localizada na Divisão de Fiscalização da SRRF/03.

Observamos que a Ouvidoria Geral do MF está inserida na estrutura do Ministério da Fazenda que conta com um único Ouvidor-Geral. Portanto, todas as Ouvidorias da RFB – Central, Regionais e Locais, são apenas operadores que atuam como auxiliares, ou representantes, do Ouvidor-Geral. A utilização do termo genérico Ouvidoria e Ouvidor, no âmbito da RFB, facilita a comunicação, porém trata-se de ficção que visa tão-somente simplificar. As Ouvidorias Central, Regionais e Locais da RFB (Receita Federal, Superintendências, Delegacias, Inspetorias, Alfândegas, Divisões de Fiscalização) têm existência apenas virtual, a Ouvidoria Geral para o cidadão usuário é uma só, já que todas as respostas fornecidas aos cidadãos provêm do Ouvidor-Geral, por força legal.

➤ Formas de acesso à Ouvidoria-Geral do MF

– Internet

O cidadão usuário pode cadastrar mensagem, complementar a mensagem e consultar o andamento de seu pleito, acessando os seguintes endereços:

- sítio da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda:
<http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/ouvidoria/>
- sítio do Ministério da Fazenda, clicando sobre o ícone da Ouvidoria-Geral:
<http://www.fazenda.gov.br/>
- sítio da Receita Federal, clicando sobre o ícone da Ouvidoria-Geral:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/>

O usuário também pode encaminhar sua manifestação para o endereço eletrônico da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda: ouvidormf@fazenda.gov.br

– Serviço telefônico gratuito

O serviço telefônico gratuito está disponível por meio do número 0800 702 1111.

As Ouvidorias da RFB – Central, Regionais e Locais – não atendem os cidadãos usuários por meio de seus telefones normais de trabalho.

– Correspondência

A correspondência deve ser encaminhada para o seguinte endereço: Ouvidoria do Ministério da Fazenda/ SAS Quadra 6 - Bloco O - Ed. Órgãos Centrais - 7º andar CEP 70070-917 – Brasília/DF.

Nos locais onde o Ministério da Fazenda presta serviços, estão disponíveis cartas resposta que podem ser utilizadas para escrever para a Ouvidoria. A carta resposta pode ser:

- depositada em urna específica existente nesses locais; ela é coletada e encaminhada à Central de Atendimento da Ouvidoria do MF;
- enviada pelos Correios, sendo a postagem gratuita.

As correspondências contendo reclamações, sugestões, elogios e denúncias dirigidas aos titulares das Unidades da RFB, e por estas recepcionadas, deverão ser cadastradas pelos Ouvidores da RFB (Central, Regionais e Locais, conforme o caso) no Sistema Ouvidor III.

– Atendimento pessoal

Caso o cidadão usuário necessite de explicação mais detalhada, ele pode agendar uma conversa pessoal com o Ouvidor-Geral do MF em Brasília. O usuário liga para o “146” e informa à atendente seu nome completo e telefone ou e-mail, além do assunto a ser tratado. A Ouvidoria-Geral retorna a ligação para marcar o horário conveniente. Destaca-se aqui que apenas o Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda presta atendimento pessoal. Esta atividade não é exercida pelos “Ouvidores” da RFB.

➤ Outros Canais de Relacionamento

Os canais de relacionamento da RFB por via não presencial subdividem-se em: atendimento via internet (sítio da RFB, Portal e-CAC e Fale Conosco) e por meio do telefone 146 – Receitafone. Tais canais são administrados pela Administração Central da RFB, cabendo às unidades descentralizadas o incentivo e orientação da sociedade para sua utilização.

– Atendimento via Internet: Sítio da RFB

O Sítio da RFB é uma espécie de painel com os principais serviços da RFB, proporcionando aos contribuintes uma comodidade e rapidez no atendimento de suas demandas, ao mesmo tempo em que possibilita a redução do atendimento presencial nas unidades RFB.

– Portal e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte.

O contribuinte cidadão acessa o *e-CAC* no sítio da RFB, mediante o uso da tecnologia de Certificação Digital, que garante a segurança e integridade das transações efetuadas. Alguns serviços do e-CAC também podem ser acessados, de forma restrita, mediante código de acesso.

O *e-CAC* funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, com vistas a proporcionar mais comodidade ao contribuinte, sem deslocamento e enfrentamento de filas.

– Fale Conosco

Fale Conosco é o serviço de atendimento a dúvidas por correio eletrônico considerado uma importante ferramenta de administração para a RFB na busca da simplificação do cumprimento das

obrigações tributárias pelos contribuintes.

– Atendimento Telefônico: Receitafone

É o serviço telefônico da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, disponibilizado ao cidadão por meio do 146, para ligações realizadas no Brasil, ou (+) (55) (11) 3003 0146 para chamadas originadas do exterior, em duas formas:

- a) eletrônica: serviço e/ou informações obtidas eletronicamente, sem contato humano.
- b) personalizado: atendimento humano realizado pelos atendentes do call center.

O serviço do 146 está disponível essencialmente para o contribuinte pessoa física, exceto o agendamento de serviços e informações da PGFN que podem ser utilizados também por pessoa jurídica.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2013

No exercício de 2013, a Ouvidoria Geral do MF na 3^a RF atendeu 897 mensagens, sendo 814 mensagens de reclamações, consultas, elogios e outras e 83 mensagens de denúncias sendo estas trabalhadas pela Ouvidoria da Divisão de Fiscalização da RF/03.

Os quadros abaixo contemplam as informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas no exercício de 2013.

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE MENSAGEM

Relatório Geral - Ouvidoria 3^a RF

| TIPO | Unidade | | % |
|-------------------|-------------------|------------|--------------|
| | 3 ^a RF | Total | |
| Denúncia | 83 | 83 | 9,3 |
| Elogio | 23 | 23 | 2,6 |
| Inform./Solicit. | 362 | 362 | 40,4 |
| Reclamação | 427 | 427 | 47,6 |
| Sem Classificação | 1 | 1 | 0,1 |
| Sugestão | 1 | 1 | 0,1 |
| Total | 897 | 897 | 100,0 |
| STATUS | Secex | Total | % |
| Cadastrada | 3 | 3 | 0,334 |
| Concluída | 894 | 894 | 99,67 |
| Em Tratamento | 0 | 0 | 0 |
| Excluída | 0 | 0 | 0 |
| Total | 897 | 897 | 100 |
| CANAL | Secex | Total | % |
| Carta-Resposta | 19 | 19 | 2,1 |
| Carta/Fax | 9 | 9 | 1,0 |

| | | | |
|--------------------------|------------|------------|--------------|
| Email/Fale com o Governo | 8 | 8 | 0,9 |
| Internet | 653 | 653 | 72,8 |
| Pessoalmente | 0 | 0 | 0,0 |
| Serviço "0800" | 206 | 206 | 23,0 |
| Telefone | 2 | 2 | 0,2 |
| Total | 897 | 897 | 100,0 |

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE SERVIÇO

| Sigla da Ouvidoria | SRRF03 - Ouvidoria da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal | Total | % |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------|
| | | Tipo de Serviço Nível 1 | |
| Administração Aduaneira | | 7 | 0,78 |
| Aduana - Aeroportos | | 2 | 0,22 |
| Aduana - Encomendas | | 4 | 0,45 |
| Aduana - Importações/Exportações | | 5 | 0,56 |
| Agendamento - CAC | | 32 | 3,57 |
| Atendimento - CAC | | 102 | 11,37 |
| Atendimento - Conduta do Atendente | | 30 | 3,34 |
| Atendimento - Outros | | 7 | 0,78 |
| Atendimento - Ouvidoria | | 0 | 0,00 |
| Atendimento - ReceitaFone | | 0 | 0,00 |
| Atendimento Receita Previdenciária | | 16 | 1,78 |
| CADIN | | 1 | 0,11 |
| Certificação Digital | | 4 | 0,45 |
| CND | | 20 | 2,23 |
| CNPJ | | 56 | 6,24 |
| CNPJ - TI | | 0 | 0,00 |
| Cobrança | | 3 | 0,33 |
| Coger - Aduana | | 0 | 0,00 |
| Coger - Arrecadação | | 0 | 0,00 |
| Coger - Atendimento | | 0 | 0,00 |
| Coger - Conduta Pessoal | | 0 | 0,00 |
| Coger - Fiscalização | | 0 | 0,00 |
| Coger - Gestão de Pessoas | | 0 | 0,00 |
| Coger - Outros | | 0 | 0,00 |
| Coger - Previdência | | 0 | 0,00 |
| Coger - Programação e Logística | | 0 | 0,00 |
| Coger - Tributação | | 0 | 0,00 |
| CPF | | 34 | 3,79 |
| CPF - Uso Indevido | | 0 | 0,00 |
| Código de Acesso | | 16 | 1,78 |

| | | | |
|------------------------------------------------|------------|------------|---------------|
| DARF/REDARF | 6 | 6 | 0,67 |
| Declaração - DACON | 7 | 7 | 0,78 |
| Declaração - DAÍ | 0 | 0 | 0,00 |
| Declaração - DCTF | 11 | 11 | 1,23 |
| Declaração - Dimob | 0 | 0 | 0,00 |
| Declaração - DIPJ | 7 | 7 | 0,78 |
| Declaração - DIRF | 18 | 18 | 2,01 |
| Declaração - DIRPF | 108 | 108 | 12,04 |
| Declaração - DIRPF (Móvel) | 0 | 0 | 0,00 |
| Declaração - DITR | 9 | 9 | 1,00 |
| Declaração - Dmed | 0 | 0 | 0,00 |
| Declaração - Final de Espólio/Saída Definitiva | 2 | 2 | 0,22 |
| Declaração - Outras | 3 | 3 | 0,33 |
| Declaração - PER/DCOMP | 25 | 25 | 2,79 |
| Declaração - PJ - Inativas/Simplificada | 0 | 0 | 0,00 |
| Doação - Mercadorias | 6 | 6 | 0,67 |
| Fale Conosco | 0 | 0 | 0,00 |
| Fiscalização | 1 | 1 | 0,11 |
| Gestão de Pessoas | 2 | 2 | 0,22 |
| Guia da Previdência Social - GPS | 2 | 2 | 0,22 |
| Isenções Especiais | 23 | 23 | 2,56 |
| Isenções-Outros | 0 | 0 | 0,00 |
| Legislação | 1 | 1 | 0,11 |
| Leilão Eletrônico | 0 | 0 | 0,00 |
| Malha - Outros | 7 | 7 | 0,78 |
| Malha Débito | 1 | 1 | 0,11 |
| Malha Fiscal | 28 | 28 | 3,12 |
| Matrícula CEI | 8 | 8 | 0,89 |
| Outros Assuntos | 8 | 8 | 0,89 |
| Pagamentos-DARF/REDARF | 22 | 22 | 2,45 |
| Parcelamentos | 32 | 32 | 3,57 |
| Parcelamentos Especiais | 0 | 0 | 0,00 |
| Portal E-CAC | 4 | 4 | 0,45 |
| Processos - DRF/SRRF/UC | 32 | 32 | 3,57 |
| Processos - DRJ | 1 | 1 | 0,11 |
| Processos - Outros | 1 | 1 | 0,11 |
| Procuração Eletrônica | 1 | 1 | 0,11 |
| Programas - PGD | 0 | 0 | 0,00 |
| Programação e Logística | 0 | 0 | 0,00 |
| Página da RFB na Internet | 0 | 0 | 0,00 |
| Receitanet | 0 | 0 | 0,00 |
| Restituição | 26 | 26 | 2,90 |
| Sicalc | 0 | 0 | 0,00 |
| Simples | 53 | 53 | 5,91 |
| Simples DAS/DASN/DEFIS | 13 | 13 | 1,45 |
| Sonegação | 82 | 82 | 9,14 |
| SPED-Sistema Público de Escrituração Digital | 2 | 2 | 0,22 |
| Tecnologia | 0 | 0 | 0,00 |
| Tributação | 6 | 6 | 0,67 |
| {Sem Classificação de Tipo de Serviço} | 0 | 0 | 0,00 |
| Total | 897 | 897 | 100,00 |

Mensalmente a Ouvidoria Central da RFB encaminha relatórios de acompanhamento de dois aspectos relevantes como indicadores operacionais das “Ouvidorias” Regionais: 1) o quantitativo do estoque médio mensal de mensagens na região e suas unidades e 2) o quantitativo de mensagens em estoque que se encontram há mais de 30 dias sem resposta. Em ambos os indicadores os resultados apresentados pelas 3^a RF foram muito bons. No primeiro indicador, acima, a média mensal de mensagens situa-se em torno de 13. No segundo indicador, zero mensagens. Ou seja, não há nenhuma mensagem respondida pela 3^a RF em prazo maior que 30 dias no exercício em avaliação.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

| Conta | Título | Vida Útil (anos) | Valor Residual (%) |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------------------|
| 142120200 | Aeronaves | 10 | 10 |
| 142120400 | Aparelhos de Medição e Orientação | 15 | 10 |
| 142120600 | Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | 10 | 20 |
| 142120800 | Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares | 15 | 20 |
| 142121000 | Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões | 10 | 10 |
| 142121200 | Aparelhos e Utensílios Domésticos | 10 | 10 |
| 142121400 | Armamentos | 20 | 15 |
| 142121800 | Coleções e Materiais Bibliográficos | 10 | 0 |
| 142121900 | Discotecas e Filmotecas | 5 | 10 |
| 142122000 | Embarcações | 20 | 10 |
| 142122200 | Equipamentos de Manobra e Patrulhamento | 20 | 10 |
| 142122400 | Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro | 10 | 10 |
| 142122600 | Instrumentos Musicais e Artísticos | 20 | 10 |
| 142122800 | Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial | 20 | 10 |
| 142123000 | Máquinas e Equipamentos Energéticos | 10 | 10 |
| 142123200 | Máquinas e Equipamentos Gráficos | 15 | 10 |
| 142123300 | Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto | 10 | 10 |
| 142123400 | Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos | 10 | 10 |
| 142123500 | Equipamentos de Processamento de Dados | 5 | 10 |
| 142123600 | Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório | 10 | 10 |
| 142123800 | Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina | 10 | 10 |
| 142123900 | Equipamentos Hidráulicos e Elétricos | 10 | 10 |
| 142124000 | Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários | 10 | 10 |
| 142124200 | Mobiliário em Geral | 10 | 10 |
| 142124600 | Semoventes e Equipamentos de Montaria | 10 | 10 |
| 142124800 | Veículos Diversos | 15 | 10 |
| 142125100 | Peças não Incorporáveis a Imóveis | 10 | 10 |
| 142125200 | Veículos de Tração Mecânica | 15 | 10 |
| 142125400 | Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos | 30 | 10 |
| 142125700 | Acessórios para Automóveis | 5 | 10 |
| 142125800 | Equipamentos de Mergulho e Salvamento | 15 | 10 |
| 142126000 | Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos | 15 | 10 |

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber da UG 170010 - Órgão Central RFB, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB.

A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100.

Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2013 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal foi de R\$ 14.107.652,81 referente à depreciação de bens móveis.

A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à aplicação da NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, o resultado do exercício financeiro de 2013 da RFB teve vários impactos, destacando-se os seguintes (as variações abaixo ocorreram no resultado da UG 170010 - Órgão Central RFB):

b1) Aumento de R\$ 382.133.283.964,27 referente à incorporação de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b2) Aumento de R\$ 8.689.252.583,73 referente à desincorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido ao pagamento de restituições do imposto de renda

da pessoa física;

b3) Diminuição de R\$ 165.939.939.160,09 referente à baixa de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b4) Diminuição de R\$ 10.535.016.966,88 referente à incorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido à contabilização de restituições a pagar do imposto de renda da pessoa física; e,

b5) Diminuição de R\$ 151.855.566.286,84 referente ao ajuste para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais).

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.1 – Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Denominação completa (UJ) | Código da UG |
| Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03 Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: | 170040 |

1) UG 170035 – Delegacia da Receita Federal em Teresina

a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

- a1) **Fundamento Legal:** Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.
- a2) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. A regularização para conciliação de saldo entre os Sistemas ocorreu, em 31/01/2014, com a emissão da nota de lançamento 2014NL000008.
- a3) O motivo da Ocorrência Contábil deveu-se em razão da UG não regularizar a situação, desde AGOSTO/2013, informando apenas que trata-se de problema do Sistema Siads. Demandado o problema à Comunidade Siads. A inconsistência contábil dá-se em razão da colocação de bens móveis a alienar a partir de fevereiro/2013, através do Sistema Siads (RMB), porém não teve o devido reflexo no saldo do Sistema Siafi no valor de R\$287,00 (DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS).

2) UG 170532 – ALF/Porto de Pecém

a) Falta de registro da conformidade de registro de gestão do dia 05 de dezembro de 2013 referente a documentos lançados no SIAFI.

- a1) **Fundamento Legal:** Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007, Item 4.1.1.2.5 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil e Macrofunção SIAFI nº 02.03.14 – Conformidade de Registro de Gestão.
- a2) **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação através de mensagem SIAFI nº 2013/2062891, de 06/12/2013 e de mensagem SIAFI nº 2013/2081855, de 10/12/2013 emitida pela UG 170543 - SETORIAL DE CONTABILIDADE DA RFB NA 3A RF.
- a3) O motivo da Ocorrência Contábil deveu-se em razão da UG não efetuar o registro da conformidade de registros de gestão, referente o dia 05/12/2013, alegando a ausência do agente responsável - titular da prática da conformidade de registros de gestão por motivo de férias. O agente responsável – substituto em função do aumento atípico da demanda de serviços durante o mês de dezembro não pôde efetuar o registro da conformidade em tempo hábil, devido, também, o mesmo acumular funções de atendimento ao contribuinte no CAC da ALF/Porto de Pecém.

Assim, tal irregularidade não tem como ser corrigida, uma vez que o Sistema Siafi concede o prazo de até 3 dias úteis, a contar da data do registro da operação no SIAFI, para o registro da Conformidade dos Registros de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| | | | |
|-----------------------------|-------------------|---------------|------------|
| Local | Fortaleza/CE | Data | 21/02/2014 |
| Contador Responsável | Eraldo Caetano Sá | CRC nº | 008668/O-0 |

ANEXOS

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Subitem 9.6 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013



Ministério da Fazenda



Receita Federal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE
RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-080-ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX 3878-3454

DECLARAÇÃO

Eu, ASTROGILDO ELIANO PINTO JÚNIOR, CPF nº 514.346.603-20, CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA – DIPOL/3^aRF, EXERCIDO NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO FISCAL – SRRF03 , DECLARO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÉNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES FIRMADOS ATÉ O EXERCÍCIO DE 2012, POR ESTA UNIDADE GESTORA, ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÉNIOS E CONTRATOS DE REPASSE – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011 E SUAS CORRESPONDENTES EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.

FORTALEZA, 29 DE JANEIRO DE 2013.


ASTROGILDO ELIANO PINTO JÚNIOR
514.346.603-20
CHEFE DIPOL DA 3^a RF / SRRF03